

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

2002

CAMPINAS, JANEIRO DE 2003

INDICE

I)	IDENTIFICAÇÃO	Pág. 3
II)	APRESENTAÇÃO	Pág. 4
III)	ANÁLISE AVALIATIVA	Pág. 5
1)	Ações da Rede Executora: OG's e ONG's	Pág. 5
2)	Qualidade das Ações	Pág. 55
2.1)	Síntese das Realizações e Avanços	Pág. 55
2.2)	Capacidade de Gestão	Pág. 71
2.2.1)	Implementação de Ações para a Melhoria da Gestão	Pág. 72
A)	Metodologia de Avaliação e Monitoramento da Rede Executora da Assistência Social	Pág. 72
B)	Mapa da Inclusão/Exclusão Social	Pág. 74
C)	Capacitação e Recursos Humanos	Pág. 75
D)	Implantação de Estágio Curricular	Pág. 75
E)	Participação em Outras Instâncias de Gestão	Pág. 76
	# Frente Paulista	Pág. 76
	# Região Metropolitana de Campinas	Pág. 76
F)	Cadastro Único	Pág. 77
G)	Emendas Parlamentares	Pág. 78
H)	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Pág. 79
I)	Protagonismo dos Funcionários	Pág. 82
2.3)	Capacidade Físico-Estrutural	Pág. 84
2.4)	Financiamento	Pág. 85
2.5)	Controle Social	Pág. 97
2.5.1)	Conselhos Municipais Vinculados à Assistência Social	Pág. 97
2.5.2)	Protagonismo dos Usuários	Pág. 107
IV)	CONCLUSÃO	Pág. 108
V)	ANEXOS	Pág. 109

I) IDENTIFICAÇÃO

ORGAO GESTOR

Endereço: Av. Anchieta, Nº 200 - 12º Andar - Centro - Campinas/SP - CEP 13015-904

Gestão Municipal: Prefeitura Municipal de Campinas/
Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretária: Maria Soares de Camargo

Período: Janeiro/2002 à Dezembro/2002

Telefone: (19) 3735-0275

Telefax: (19) 3735-0161

E-mail: assistencia.social@campinas.sp.gov.br

II) APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao estabelecido na Norma Operacional Básica (NOB)/1999, elaboramos o Relatório Anual de Gestão do ano de 2002 - como instrumento de avaliação das ações executadas na Política de Assistência Social do Município -, a partir das metas estabelecidas no Plano Plurianual de Assistência Social - 2002/2005, priorizando:

- Ações de inserção, prevenção, promoção e proteção social, em especial aos segmentos família / criança e adolescente, idosos, portadores de necessidades especiais e com deficiência, população vulnerabilizada e em condição de desvantagens pessoal.
- Acompanhamento aos benefícios eventuais e de prestação continuada,
- Ações de enfrentamento à pobreza e de contingências
- Programas de complementação e geração de renda e de capacitação e qualificação profissional¹

Temos como objetivo, além do cumprimento das determinações legais, destacar no conteúdo do documento, a prestação de contas dos recursos financeiros do Fundo Municipal, garantindo a transparência e visibilidade do financiamento da área da Assistência Social em Campinas.

Apresentamos, os dados qualiquantitativos dos Programas, Serviços e Projetos através das ações e atendimentos realizados a partir de um roteiro estabelecido, onde se delineou: os temas discutidos/aprofundados no ano, a partir das diretrizes do trabalho; os desafios postos e os avanços obtidos na execução, abrangendo o total da Rede Executora, definida pelo Plano Plurianual de Assistência Social (PPAS), 2002/2005, composta por Organizações Governamentais (OG's) e Organizações Não Governamentais (ONG's).

É importante salientar que a partir do modelo de roteiro indicado pelo Governo Federal (Orientações para elaboração do Relatório de Gestão), incluímos os temas mais discutidos no ano: Família e Ação Comunitária; Intersetorialidade e Renda Mínima; Trabalho em Rede; Integralidade das Ações e Gestão Participativa (Participação Popular; Protagonismo dos Usuários e Funcionários).

¹ Resolução Nº 047/2001 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS que aprovou o Plano Plurianual de Assistência Social - PPAS e definiu prioridades para a gestão na área.

III) ANÁLISE AVALIATIVA

1) AÇÕES DA REDE EXECUTORA: OG's E ONG's

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DOAS

Introdução

No ano de 2002, o trabalho no Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) foi direcionado pela discussão de três temas: INTERSETORIALIDADE; FAMÍLIA E AÇÃO COMUNITÁRIA; e RENDA MÍNIMA. Isso se deu pela necessidade de aprofundarmos a superação da fragmentação da organização programática e fortalecermos a participação popular e o protagonismo dos usuários da Assistência Social em Campinas, projetos iniciados em 2001. Os debates sobre Renda Mínima aconteceram no sentido de integrar o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) ao trabalho intersetorial com famílias e de ação comunitária proposto pelo Plano Municipal de Assistência Social, para 2002/2005, que coloca como objetivo:

- Comprometer as instituições com o enfoque local desenvolvendo formas participativas e cooperativas da gestão da assistência social.
- A construção do trabalho em rede e da intersetorialidade, promovendo a articulação dos programas, serviços e projetos da assistência social entre si e com as demais políticas públicas.
- Combate a precarização sócio-econômica da família.
- Construção de um processo político-pedagógico de conquista de cidadania que fortaleça as relações comunitárias e a autonomia das famílias.
- Superar a fragmentação da organização programática e valorizar o exercício de vivências coletivas.
- Transformar os serviços, programas e projetos da assistência social em espaços que possibilitem a organização da vida solidária das famílias de uma comunidade; espaços de participação social e articulação dos diversos "atores" locais; espaços de discussão da vida cotidiana, de informação, de formação, de capacitação e de valorização da identidade cultural das famílias e da comunidade; espaços de construção de senso de identidade territorial e de projeto social das famílias e da comunidade.

Os Temas:**Renda Mínima**

A Prefeitura Municipal de Campinas implantou o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), em março de 1995, através da Lei Municipal Nº 8.261, de 06/01/1995, alterada pela Lei Municipal Nº 10.392, de 10/12/1999.

O modelo do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), de Campinas, é um subsídio financeiro mensal e temporário - 18 (dezoito) meses -, com previsão de um acompanhamento e apoio psicossocial - 1 (um) Psicólogo e 1 (um) Assistente Social, responsáveis por 225 (duzentos e vinte e cinco) famílias, através de 1 (uma) reunião mensal em grupo sócio-educativo com o objetivo de *“realizar um trabalho com a família para que ela possa romper o quadro de miséria e exclusão social em que se encontra ...”* (Secretaria Municipal de Assistência Social, 1998).

Durante 2002, realizamos vários seminários internos de discussão do programa e dois grandes seminários abertos. No seminário realizado em 16/07/2002 apresentamos os nossos questionamentos e propostas para o debate do Prof. Dr. Vicente Faleiros, com a presença da Prefeita Municipal de Campinas Prof^a. Izalene Tiene. Em 27/09/2002, realizamos, em parceria com o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (NEPP/UNICAMP), e o debate foi realizado com os coordenadores dos programas de renda mínima de São Carlos, Bebedouro, Ribeirão Preto, Santo André com a apreciação da Prof^a. Dr^a. Maria Ozanira da Silva e da Prof^a. Dr^a. Maria Carmelita Yasbeck, respectivamente da Universidade Federal do Maranhão e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Abaixo, apresentamos os questionamentos e nossas propostas discutidas nos foros internos e nos Seminários citados.

Questionamentos:

O PGRFM de Campinas coloca como princípio que *“a família fortalecida e inclusa numa rede de proteção poderá ela própria desencadear as melhorias em sua qualidade de vida e propiciar ambiente de proteção e desenvolvimento dos seus filhos”* (Secretaria Municipal de Assistência Social, 1998). Este princípio maximiza a responsabilidade das famílias pelas suas condições de exclusão e minimiza as condições históricas, estruturais e conjunturais de desigualdade de nossa sociedade.

O modelo proposto, de acordo com o princípio acima apontado, é o de INSERÇÃO SOCIAL. Questionamos se o instrumental proposto dá conta do objetivo? Questionamos se a INSERÇÃO SOCIAL enquanto projeto individual ou familiar é possível em um mundo excludente?

Em 1996, Fonseca e Montali, ao avaliarem o programa colocam como dificuldade à amplidão do objetivo - superação da condição de pobreza e o pequeno prazo de concessão do benefício. Concordamos e os resultados da época são ilustrativos: *“... dentre as 200 (duzentas) famílias desvinculadas, apenas 12 (doze) o foram por prescindir dos recursos do Programa”*.

“A operacionalização do trabalho está sendo coerente com os objetivos do PGRFM? Essa proposta, que se baseou em um modelo desenvolvido pelo Serviço de Atenção à Família (SAF), cabe para o PGRFM considerando o número de famílias a serem atendidas pelos técnicos? Somar as percepções específicas das áreas de Psicologia e Serviço Social é suficiente diante da complexidade dos objetivos que o PGRFM de Campinas propõe alcançar?” (Avaliação dos Funcionários, 2000). Na avaliação dos funcionários, a equipe proposta para a tarefa de inserção social das famílias assistidas pelo PGRFM é pequena e incompleta para tarefa tão grande. Porém, quantas equipes seriam necessárias para atender o número atual de famílias do programa? Quantos e que especialistas deveriam compô-la? Qual o custo? O problema é de ajustes ao presente modelo ou de concepção?

No modelo proposto uma família é inserida quando atende os requisitos da Lei e quando há vaga nos grupos sócio-educativos. No início de 2001, havia destinação orçamentária e financeira para inclusão de novas famílias, porém isto não ocorria pela ausência de vagas nos grupos sócio-educativos por falta de Recursos Humanos.

Acreditamos que o PGRFM de Campinas baseou-se ou assemelha-se ao Renda Mínima de Inserção (RMI), da França (1988), que *“concebido, inicialmente, como um programa transitório que deveria, teoricamente, ter o número de seus beneficiários reduzidos à medida que estes fossem inseridos no mercado de trabalho, o RMI, vem se consolidando como um programa permanente (...) e coloca em questão a própria capacidade do RMI de gerar a inserção profissional de seus beneficiários”* (Ferreira, 1996:48). Ou de um programa de reabilitação psicossocial “dar conta” da questão da inclusão em um modelo de sociedade excludente. Acreditamos que o programa de garantia de renda mínima deve se traduzir em um programa de redistribuição das riquezas socialmente produzidas.

Abranger os cidadãos desempregados ou precariamente incluídos no processo produtivo, privilegiando o *status* de cidadania sobre o contrato, *“visando prestar uma proteção sem condições, sem contrapartida de qualquer natureza e sem estigmas”* (Pereira, 1998:70) pressupõe programas redistributivos de recursos materiais e de poder. O debate atual da assistência social aponta a instituição de programas de manutenção de renda referenciados no estabelecimento de mínimos sociais como direito de todos.

Porém, nossa proposta de buscar transformar o PGRFM em um programa massivo, estendendo inicialmente o programa a 10.000 (dez mil) famílias, com valor de um salário mínimo esbarrou em impossibilidade orçamentária e em escolhas políticas.

Concluímos, que não temos um programa de INSERÇÃO SOCIAL, não podemos ter um programa REDISTRIBUTIVO, o quê fazer?

Propostas:

Conceitos Norteadores:

É na relação de redes que se colocam as questões enfrentadas pelos próprios sujeitos na sua perda de poder para articulá-las em estruturas e movimentos de fortalecimento da cidadania, da identidade, da autonomia. *“Indivíduos sozinhos não têm condições de se fortalecer. A construção das redes é processual e dinâmica, envolvendo tanto família como os amigos, os vizinhos, os companheiros de trabalho, partido, sindicato, como redes formais das organizações de saúde, de assistência, educação ou outras, a partir de sujeitos implicados”* (Faleiros, 1997).

São necessidades básicas humanas (objetivas e universais) a saúde física e a autonomia, pré-condições para se alcançarem os objetivos universais de participação social e libertação humana. Consideramos a autonomia como capacidade de agência dos indivíduos, ou seja, de fazer algo e de ser responsável pela sua ação. *“Este é um atributo típico dos seres humanos que tem que ser valorizado (...) ter autonomia é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos”* (Pereira, 2000).

Operacionalização

O trabalho de ação comunitária deverá ser referência para o acompanhamento das famílias buscando favorecer atividades de participação social e política - grupos de co-gestão do programa, Orçamento Participativo, Associação de Pais, etc.

A inclusão e o acompanhamento das famílias também se dará através dos diversos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e das Secretarias Sociais. Os agentes comunitários poderão ter papel relevante no processo.

A equipe técnica das Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CRAS) será responsável pelo acompanhamento geral do programa e de casos ou grupos específicos. Deveremos realizar parceria com o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (NEPP/UNICAMP), para avaliar as transformações propostas.

Valor

Considerando que a unidade é a família, que criança não é pretexto para auferir renda, propomos um valor único para o PGRFM e que seja de um salário mínimo ou um percentual fixo deste.

Ação Comunitária e Família

Em reunião do Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) - Diretora, Coordenadores e Assessores Departamentais -, realizada nos dias 24 e 25/03/2002, para planejamento das ações, algumas questões pautaram as discussões: Ação Comunitária, Plantão Social, Família, Morador de Rua e Criança e Adolescente. A discussão sobre ação comunitária e família, porém ganhou destaque no correr do ano pela priorização do tema, com a ampliação do trabalho comunitário, com a assessoria da Prof^a. Dr^a. Raquel Guzzo, da PUC/Campinas e com o apoio institucional interno às equipes das regiões.

Nas discussões, evidenciou-se a necessidade de conhecer as concepções teóricas nas quais as equipes fundamentavam suas práticas, com o objetivo de assegurar a construção de estratégias de unidade nas ações. A partir disso a direção do Departamento de Operações de Assistência Social, juntamente com os Coordenadores formularam algumas questões. O envio às equipes ficou a cargo dos Coordenadores Setoriais e Regionais.

As respostas, enviadas pelas equipes, foram sistematizadas, discutidas novamente pelos Coordenadores e retornaram para as mesmas para conhecimento e discussão, identificaram os principais aspectos a serem aprofundados e lacunas que certamente existiam.

Alguns textos foram propostos para subsidiar as discussões, que se basearam no Plano Municipal de Assistência Social.

Textos

- ❖ Menoridade dos Mínimos Sociais - Pedro Demo Revista, Serviço Social e Sociedade, Nº 55, Ano XVII, novembro/1997;
- ❖ Fragilização e Ruptura dos Vínculos Sociais - Serge Pangam, Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 60, Ano XX, julho/1999;
- ❖ Necessidades Humanas, Subsídios a Críticas dos Mínimos Sociais - Potiara A., Capítulos 3 e 4, Cortez Editora, 2000.

Síntese das Idéias Apresentadas pelas CRAS:**Concepção de Ação Comunitária (AC)**

Uma ação desenvolvida em parceria com a comunidade e com outras instituições de diferentes áreas.

A Ação Comunitária aponta para organização popular valorizando a participação dos moradores das comunidades.

A Ação Comunitária deve buscar o fortalecimento da autonomia política do cidadão e da organização popular.

A organização deve buscar melhoria da qualidade de vida da comunidade e inclusão social.

Ultrapassar a prestação de serviços (oferta *versus* demanda), cuidando para não realizar a Ação Comunitária numa perspectiva paternalista ou populista.

Buscar sempre o aproveitamento das potencialidades presentes na comunidade, para enfrentar as suas necessidades e limites.

Os sujeitos envolvidos na Ação Comunitária têm que ter a clareza dos diferentes papéis nos diferentes momentos que pressupõe a Ação Comunitária.

Trabalho com Família

Implementar a Resolução Nº 06/2001, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Sem compreender a família não se compreende a comunidade e vice-versa.

Trabalho voltado a todos os membros da família de forma integral, garantindo acolhimento, apoio, orientação e contribuição para o fortalecimento dos laços familiares no aspecto emocional e no desenvolvimento de potencialidades.

Ação Comunitária voltada para possibilitar proteção, socialização e criação de vínculos relacionais e de pertencimento.

O trabalho com a família e o grupo familiar através de "grupos abertos" na comunidade.

Potencializar Recursos

Começar um trabalho visualizá-lo e somente executá-lo se tivermos um mínimo de garantias e condições para terminá-lo com qualidade, não correndo o risco de deixá-lo pela metade e perdermos a credibilidade (planejamento).

Priorizar atividades que estejam mais condizentes: diretrizes e projetos locais, além disso, é imprescindível a organização/planejamento das ações.

Incentivando a formação de uma Rede Social, vista como *"o entrelaçamento de recursos sociais em uma ação conjunta e solidária, de forma co-participativa, com o objetivo de gerar a solução de problemas que emergem em uma determinada comunidade"*.

Trabalho efetivo com a rede de recursos e serviços, aproveitando o potencial já existente em ações concretas.

Através de um processo desburocratizado, autonomia para ações e resoluções de problemas, compromisso com a população, ambiente de trabalho adequado, com o mínimo de manutenção nos equipamentos.

Trabalho com famílias dos Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes, através de grupo de pais com problemáticas específicas.

Formação de comissões de gerenciamento enfocando "o equipamento" como referência na comunidade e a criação de um espaço de reflexão não só dos problemas pertinentes àquele equipamento, como também questões da comunidade local.

Designação de técnicos para atuação regional, estabelecendo trabalho em rede - lideranças, representantes do Orçamento Participativo (OP), ONG's e OG's.

Envolvimento com as ONG's

Promover Fóruns de discussão em cada microrregião, envolvendo as ONG's, no sentido de unir esforços para atingir um espaço social maior, promovendo uma troca solidária, buscando ações conjuntas e participativas.

Estabelecer uma relação de credibilidade e visibilidade de Assistência Social, através de propostas concretas, isto é, dos programas e projetos estimulando a participação nos fóruns regionalizados.

Necessidade de participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) na efetivação do cumprimento da Resolução Nº 06/2001.

Sugere-se que a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) esteja presente nestes momentos.

Trabalho Intersetorial

Necessidade de esclarecimento *"do que é a Assistência Social?"* para as outras Secretarias.

Só nós somos responsáveis em chamar para esta ação?

A integração com outras Secretarias passa também pelo estabelecimento de relações interpessoais, mas adquire maior ressonância a partir do momento que passa a ser diretriz de governo e política pública.

Não entendimento das especificidades das Secretarias, bem como das atribuições que são comuns.

Resistência a mudanças de instituições e profissionais, medo do novo.

Dificuldades: falta de organização do tempo e do espaço, sobrecarga de trabalho, falta de recursos humanos, materiais e financeiros em todas as Secretarias e Administrações Regionais.

Síntese das Discussões dos Coordenadores:

A Ação Comunitária ocorrerá, na maioria das vezes, num ambiente de fragilidade dos vínculos familiares e das relações comunitárias com um elevado grau de pobreza material e política.

O projeto de ação comunitária a ser construído deverá tratar de forma articulada as duas principais dimensões desta ação: a família e as relações comunitárias.

Como indignidade social maior: a ignorância. A Ação Comunitária deve atuar no combate à pobreza política, potencializando a capacidade de agência/autonomia individual e coletiva criando/fortalecendo espaços de participação que desenvolvam as capacidades de formular desejos e objetivos comuns.

Trabalhar no fortalecimento da sociabilidade familiar e da rede de ajuda comunitária na prevenção de rupturas dos vínculos sociais.

Esquema para os Projetos de Ação Comunitária:

- ❖ Rede de Solidariedade.
- ❖ Rede de Serviços.
- ❖ Gestão Participativa dos equipamentos sociais.

Intersetorialidade

Durante o ano de 2002, todas as regiões organizaram Seminários Regionais para discussão e construção da intersectorialidade, a Assistência Social teve papel preponderante nessa articulação, foi a partir das Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CRAS) que veio a solicitação de uma maior institucionalização do trabalho intersectorial entre as várias Secretarias. Realizamos então, juntamente com as Secretarias Municipais: de Saúde, de Habitação, de Educação, e de Cultura, Esportes e Turismo, o SEMINÁRIO DE CONSTRUÇÃO DA INTERSETORIALIDADE, na Estação Cultura, em 13/09/2002. O Seminário na avaliação das CRAS não foi satisfatório (avaliações arquivadas no Departamento), porém ainda não conseguimos reunir a Comissão Organizadora para realizarmos a avaliação geral e dar os encaminhamentos necessários. Isto demonstra as dificuldades que ainda temos. Abaixo nossas reflexões e propostas em andamento sobre o tema.

Trabalho em Rede e Integralidade das Ações

É na relação de redes que se colocam as questões enfrentadas pelos próprios sujeitos na sua perda de poder para articulá-las em estruturas e movimentos de fortalecimento da cidadania, da identidade, da autonomia. *"Indivíduos sozinhos não têm condições de se fortalecer. A construção das redes é processual e dinâmica, envolvendo tanto família como os amigos, os vizinhos, os companheiros*

de trabalho, partido, sindicato, como redes formais das organizações de saúde, de assistência, educação ou outras, a partir de sujeitos implicados” (Faleiros,1997).

A questão social, hoje, implica numa complexidade de fatores de demandas que impõe a existência de ações e programas integrados (intra e inter secretarias), para combater a fragmentação, obter resolutividade e eficácia, otimização de recursos, garantir a agilidade e qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos em especial dos serviços assistenciais.

O trabalho em rede supõe parcerias aprofundadas, discussões de concepções e metodologias de ação, definição de papéis, planejamento e “trocas” em vários níveis. Têm que ter *status* de diretriz de governo, garantindo uma visão integral - integralidade (valor) - dos sujeitos (usuários) das Políticas Públicas e das suas necessidades e prioridades de atendimento na garantia da inclusão social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) tem buscado:

Construir nos diferentes níveis de governo, a ação intersetorial em Rede.

Rever a organização e estruturação dos Programas e Serviços da SMAS, no sentido de possibilitar proximidade física dos *“agentes da rede intersetorial, e da comunidade/usuários - descentralização ação comunitária por microrregião”*.

Organizar e socializar Banco de Dados, por região e áreas de atuação a fim de subsidiar e apoiar o trabalho em rede.

Formalizar Políticas para trabalho integrado intra e inter Secretarias, envolvendo ONG's, comunidade e usuários da área.

Atuar na capacitação sobre o tema no âmbito da Assistência Social, quebrando fronteiras profissionais corporativas envolvendo todas as instâncias num repensar a ação intersetorial em Rede.

Comprometer as instituições com o enfoque local desenvolvendo formas participativas e cooperativas da gestão da assistência social.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DGDS

Introdução

Em 2002, o Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social (DGDS) promoveu diversos procedimentos no tocante a melhoria da gestão, entre elas, definiu projeto de aperfeiçoamento da avaliação e monitoramento das ações, definiu, também, critérios de partilha de recursos, melhorou a infra-estrutura para operacionalização, além de capacitar a Rede Executora e os Recursos Humanos da área. Procurou reforçar as linhas e diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social - 2002/2005, bem como avançou na transparência das relações quanto ao financiamento e no controle social, procurando garantir, na medida do possível, uma gestão mais democrática na área da Assistência Social, no Município de Campinas. A seguir, estão elencadas as ações realizadas, bem como os avanços e os desafios das Coordenadorias e Setores, e, ainda, seus atendimentos/ações realizados.

Destacamos, o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que assume no presente Governo Democrático e Popular o *status* de marca de Governo, portanto sendo desenvolvido, conjuntamente, pelos dois Departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando garantir abrangência e gerenciamento mais efetivo.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Município de Campinas - PETI/Campinas

Identificação:

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Campinas/Secretaria Municipal de Assistência Social
Município: Campinas, Estado de São Paulo
Gestão: Municipal
Telefone: 3735-0223

Telefax: 3735-0161 / 3735-0569
E-mail: peti@campinas.sp.gov.br
Ano de execução: 2002

Apresentação:

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do nosso Município, se propôs a atender crianças e adolescentes, identificados no trabalho infantil, na faixa etária de 7 (sete) a 15 (quinze) anos de idade e suas respectivas famílias de forma articulada e coordenada regionalmente e intersetorialmente, através de Programas, Projetos e Ações, que tenham como objetivo retirá-las do trabalho precoce, nas suas formas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes.

No Município de Campinas, este Programa assumiu um caráter de prioridade de Governo, onde a erradicação do trabalho infantil tem como princípio metodológico a transdisciplinaridade, a intersetorialidade e o trabalho em rede com OG's e ONG's.

As famílias, inseridas no Programa, são atendidas através da rede executora que se compõe por 5 (cinco) Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes (NCCA's), da Secretaria Municipal de Assistência Social e 12 (doze) ONG's. Essas entidades desenvolvem a Jornada Ampliada com as crianças e adolescentes, que se caracteriza por atividades lúdico-educativas e são desenvolvidas fora do horário escolar. Além da Jornada Ampliada, a rede executora também se responsabiliza pelo atendimento a todos os membros da família.

O PETI/Campinas tem como objetivo garantir a frequência na escola, proporcionar às crianças/adolescentes acesso à Jornada Ampliada tendo como objetivo final à erradicação do trabalho infantil, proporcionando o desenvolvimento integral às crianças/adolescentes assistidas.

A composição do benefício do PETI/Campinas se dá da seguinte forma: o Governo Federal fornece R\$ 40,00 (quarenta reais) por criança e o Município complementa este valor até R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para a família; para a Jornada Ampliada o Governo Federal repassa R\$ 10,00 (dez reais) por criança e o Município fornece mais R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), além de mais R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), por família atendida.

A família é entendida no seu universo micro e macro e, portanto, o grupo familiar, a comunidade, onde estão inseridos são compreendidos e respeitados a partir das ações regionalizadas que assegurarão o acesso aos serviços possibilitando-lhes mudanças na inserção da realidade social.

Campinas teve por meta atender 110 (cento e dez) crianças/adolescentes, o que foi conseguido desde a efetiva implantação do Programa em fevereiro deste ano.

Análise Avaliativa:

Dezembro/2001:

Realização da Pesquisa do NEPP que detectou 252 (duzentas e cinquenta e duas) crianças trabalhando nas ruas do Município.

Fevereiro/2002:

Conclusão da composição da Rede Executora.

Mai/2002:

Criação da Coordenação do PETI/Campinas, contratação de Psicólogo como técnico do Programa; Acolhimento oficial às famílias atendidas e o pagamento da primeira bolsa a elas e às entidades participantes.

Junho/2002:

Início das visitas às entidades da rede executora junto com a Comissão Municipal do Programa com o intuito de diagnosticar as dificuldades que as entidades apresentavam no atendimento às famílias; Realização de reuniões com as coordenações de diversas Secretarias e das entidades envolvidas com o Programa.

Agosto/2002:

Implantação do Projeto Piloto de Cooperativa com as mães do PETI;
Participação no Seminário Regional de Avaliação do PETI realizado pela DRADS;
Participação no Encontro Estadual Promovido pela SEADS, DRADS e ERAS.

Novembro/2002:

Conclusão da seleção de um auxiliar administrativo para atuar junto à Coordenação;
Apresentação de Trabalho na XV Conferência Mundial do IPA - Associação Brasileira pelo Direito de Brincar;
Participação no encontro Combatendo o Trabalho Infantil, promovido pela Comissão Municipal do Programa.

Dezembro/2002:

Indicação da Comissão Municipal do Programa de dois estagiários de Serviço Social para atuar junto à Coordenação;
Realização de visitas aos familiares dos integrantes do Programa pela Coordenação e estagiários de Serviço Social;
Realização de reunião intersetorial para avaliação do Programa.

Ao longo do ano ainda foram realizadas reuniões de discussão de casos, acompanhamento do Programa pelo IDORT, reuniões intersetoriais e reuniões de avaliação do Programa junto às mães atendidas.

Qualidade das Ações Desenvolvidas no Programa:

A pesquisa realizada pelo NEPP possibilitou um rápido diagnóstico e mapeamento das crianças que vinham trabalhando nas ruas de Campinas, o que facilitou a inserção, de parte destas, no Programa. Foi possível iniciar o acompanhamento das crianças já em fevereiro de 2002.

Desde maio, com o recebimento da bolsa PETI, as famílias atendidas puderam ter uma melhora financeira significativa em suas vidas, além do acompanhamento intersetorial que toda a família recebe, tais medidas elevaram significativamente a qualidade de vida dos atendidos, em especial das crianças que antes do Programa se viam inseridas no mercado informal.

Com a composição da Coordenação, foi possível articular, avaliar e assessorar melhor toda a rede executora, bem como o Programa como um todo, sendo que a Coordenação e a Comissão do Programa têm trabalhado unidas para fortalecer toda a rede executora e manter articulada a intersectorialidade no atendimento das crianças e famílias. Dia a dia mais esforços têm se despendido para viabilizar tal articulação, promovendo o entrosamento e estreitando os vínculos entre os Coordenadores de diferentes Secretarias e Serviços relevantes à rede executora.

As visitas às entidades nos proporcionaram um diagnóstico da estrutura e do trabalho técnico por elas desenvolvido, tendo sido detectados problemas nas estruturas físicas de algumas, assim como outros referentes a entrar em recesso no período de férias escolares, por exemplo, e para a Coordenação este diagnóstico corroborou a necessidade, que já sentíamos, de um aprofundamento no debate sobre a Jornada Ampliada, na tentativa de aproximar os trabalhos de algumas entidades à proposta do Programa. Desta forma os eventos que foram promovidos tanto pela Coordenação como pela Comissão Municipal do Programa contribuíram para apontar caminhos para a capacitação da rede executora.

A Coordenação do PETI/Campinas tem assessorado os técnicos da rede executora nas melhores formas de encaminhamento dos casos individuais por meio das reuniões de discussão de casos, onde os técnicos, em conjunto com a Coordenação, podem discutir, de maneira ampliada, soluções que viabilizem o desenvolvimento integral de cada criança/adolescente assistida.

O projeto piloto da cooperativa das mães do PETI tem tido diversas dificuldades no que se refere, principalmente, à união e iniciativa das mães envolvidas que vêm sendo, continuamente, orientadas, e, até certo ponto, "tuteladas", para que os trabalhos não parem; no momento a Coordenação, juntamente com as mães, são assessoradas por técnico capacitado e há o empreendimento de esforços para realizar o registro da associação de trabalhadores de limpeza e, a nosso ver, quando tivermos uma maior adesão e melhor estrutura esta associação poderá se tornar uma Cooperativa.

Os resultados parciais da avaliação do Programa junto das mães têm apontado um impacto positivo do mesmo na vida das famílias, não apenas sobre o aspecto financeiro, como também, nos parece, da melhoria da qualidade de vida, assim como da conscientização em torno das necessidades da criança. Essas avaliações têm propiciado uma reflexão das mães e pais sobre o trabalho infantil, inclusive sobre suas próprias vidas, já que a grande maioria trabalhou na infância.

A Comissão Municipal do PETI também ajudou, consideravelmente, o desenvolvimento do Programa. Através da representação da PUC/Campinas na Comissão, foi possível contar com o trabalho de estagiários de Serviço Social, que estão elaborando um projeto com as famílias que compõem a lista de espera do PETI.

As visitas domiciliares, com os estagiários, têm possibilitado uma atualização nas informações sobre as famílias das crianças pesquisadas pelo NEPP, que ainda não foram incluídas, assim como sobre as novas famílias cadastradas. Portanto, o objetivo é propiciar um trabalho articulado para a inclusão de famílias, sempre que surgirem novas vagas, e manter as informações referentes a estas famílias atualizadas, para que sejam inseridas sempre crianças que se encontram dentro dos critérios do Programa.

No dia 16 de dezembro de 2002, na última reunião intersetorial o Programa foi bem avaliado, por todos os presentes, de diversas áreas de conhecimento e atuação, representando diversas Secretarias. Há que se destacar, que a maioria das famílias assistidas apresentaram evolução na adesão ao Programa e em seu desenvolvimento social, fato constatado por representantes das diversas entidades.

A Coordenação desenvolveu junto à rede executora um instrumental de avaliação e frequência das crianças/adolescentes e famílias atendidas a ser respondido pelas entidades. Este instrumental tem por objetivo avaliar os seguintes aspectos: frequência das crianças na Jornada Ampliada; motivação, interesse e dificuldade das mesmas em aderir ao projeto; participação da família nos trabalhos desenvolvidos; entender a dinâmica familiar e avaliar o trabalho da Coordenação do Programa. Os resultados parciais do instrumental apontaram que:

A grande maioria está frequentando a Jornada Ampliada, estão participando das atividades desenvolvidas com motivação e interesse, o que sugere que as atividades desenvolvidas têm conseguido romper o vínculo das crianças/adolescentes com a rua;

Os dados mostram que as crianças/adolescentes estão bem socializadas com as demais, o que demonstra que não está havendo uma diferenciação para com estas por parte da rede executora;

Em relação às dificuldades para realizar as atividades, os dados mostram que a grande maioria das crianças/adolescentes não apresenta quaisquer dificuldades. Os problemas relatados pelos técnicos responsáveis com relação à Jornada Ampliada referem-se basicamente ao processo de aprendizado na escola. O que demonstra o potencial das crianças para superarem as possíveis dificuldades que tiveram até o momento;

No que se refere à dinâmica familiar os questionários apontam que quase metade das famílias apresentam alguma problemática referente a drogadição, alcoolismo, histórico de negligência ou envolvimento em atividades ilícitas. Este dado sugere que o trabalho com as famílias deve ser ampliado e intensificado;

No que se refere à participação da família no projeto da entidade, estas responderam que quase à totalidade dos responsáveis participam;

No que concerne à relação da Coordenação com as entidades, estas responderam que não encontram problemas de comunicação e que a Coordenação sempre se mostrou disponível para o encaminhamento dos problemas apresentados;

Em sua maioria, as entidades estão participando de projetos intersetoriais em sua região, relataram algumas dificuldades pontuais com algumas escolas. Para poder abordar estas dificuldades, a Coordenação convocou as entidades para uma reunião na Secretaria Municipal de Educação que

proporcionou uma discussão no âmbito de atuação desta Secretaria, assim como, a resolução de questões pontuais.

A demora na seleção do novo auxiliar administrativo prejudicou o desenvolvimento e autonomia do Programa, no que se refere à dependência da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle, para ações que a Coordenação poderia ter desenvolvido. Sendo que a falta de equipamentos ainda nos prejudica, enfrentamos freqüentes dificuldades desde a criação de documentos internos, relatórios e inserção e exclusão de famílias no Programa. Recentemente, conseguiu-se, a título de empréstimo, um microcomputador 386, que vem sendo o único meio de criação de documentos, sendo que ainda não temos impressora, e que tal equipamento é insuficiente para dar conta das necessidades do serviço, considerando que a Coordenadoria tem de lidar com 17 (dezesete) entidades externas, além de operar um programa *on line* do Governo Federal e necessita com freqüência de gerenciar informações que estão em rede. Desta forma, não só o funcionário novo está sendo sub-utilizado, como todas as possibilidades do Programa não têm acontecido por falta de equipamentos.

Capacidade Física:

A Coordenação do PETI/Campinas funciona em uma das salas da Secretaria Municipal de Assistência Social, onde ocorrem freqüentes reuniões e encontros com toda a Rede Executora, Comissão Municipal do Programa, Comissão Governamental do Programa, IDORT, mães atendidas e entidades diversas. A sala é um local de gerenciamento e referência para todos os envolvidos com o PETI/Campinas. É uma sala de fácil acesso a qualquer pessoa que a procure, tendo em vista ser a sala mais próxima ao elevador e à recepção da Secretaria.

Recursos Humanos:

A Coordenação do PETI/Campinas conta com um Coordenador, um Técnico (Psicólogo) e um Auxiliar Administrativo, todos funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Recursos Materiais:

O Programa dispõe, apenas, de 1 (um) microcomputador 386, que não dá o suporte devido à elaboração de todos os documentos e o banco de dados fundamental para um bom gerenciamento do Programa, sendo essencial para o bom andamento dos serviços a aquisição de um microcomputador, com ponto de rede (*internet*), para otimizar o contato com as entidades e possibilitar o acesso a informações da rede, além da necessidade constante de manter contato com entidades, ONG's e programas relacionados aos temas abordados por nós, para inclusive formarmos parcerias.

O Programa ainda sofre com necessidades de consumo diversas, tais como: carimbos, perfurador de papéis, impressora, etiquetas etc.

Recursos Financeiros:

Atualmente as Coordenadorias Setoriais: de Avaliação e Controle (CSAC); e Orçamentária e Financeira (CSOF), ambas da Secretaria Municipal de Assistência Social, são os órgãos que oficializam e contabilizam os recursos financeiros do Programa, cabe à Coordenação a responsabilidade de indicar as inclusões e exclusões de crianças/adolescentes e famílias. Os recursos têm sido suficientes para atender a meta de 110 (cento e dez) crianças/adolescentes e fornecer o subsídio para a Rede Executora desenvolver a Jornada Ampliada.

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil:

A criação da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil constitui-se numa prerrogativa para se instalar o programa num Município que pretende fazer esta instalação. Em Campinas foram elencados todos os segmentos que seriam necessários, por terem envolvimento com a questão do trabalho infantil, para participarem desta Comissão.

De uma forma individualizada pretendendo sensibilizar estes setores fizemos os contatos convidando-os a participarem. Com a aquiescência dos mesmos realizamos duas reuniões no Gabinete

da Prefeita Municipal, convidando, como palestrante, um Procurador do Ministério Público do Trabalho que participa da Comissão Estadual, para dissertar sobre a competência e atribuições desta Comissão.

Aos 10/01/2002, apresentamos a Comissão ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) já que caberia a este Conselho a homologação da Comissão através da divulgação no Diário Oficial do Município e iniciaram-se as reuniões desta Comissão.

Hoje, já realizamos 9 (nove) reuniões e esta Comissão dividiu-se em diversos grupos de trabalho:

Articulação, sensibilização e mobilização dos municípios da Região Metropolitana, detectados como cidades de origem das crianças e adolescentes nas ruas de Campinas.

Acompanhamento do PETI/Campinas e das Entidades da Rede Executora (acompanhamento da Comissão Regional).

Divulgação, sensibilização do Governo e da Sociedade Civil e articulação com agências de fomento e apoio logístico à demanda.

Pesquisas e formação continuada.

Esta Comissão vem sendo bastante efetiva e tem desenvolvido suas atividades em absoluta sincronia com a Coordenação do Programa no Município.

Das atividades realizadas podemos destacar:

Visitas conjuntas com a Coordenação do PETI/Campinas e Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) às entidades - ONG's e OG's -, da rede executora, com instrumental específico para a avaliação do trabalho desenvolvido;

Palestras sobre os malefícios do trabalho infantil.

Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)

As ações de Assistência Social junto às Entidades Beneficentes de Assistência Social são desenvolvidas através de monitoramento e avaliação pela Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), conforme determinações previstas no Decreto Municipal Nº 12.911/1998, a Portaria Nº 004, de 27/04/1999 e sua regulamentação em 14/11/2000.

Esta Coordenadoria tem aprofundado questões metodológicas para o exercício de suas funções, com os seguintes objetivos:

Monitorar e avaliar, sistematicamente, os programas, projetos e serviços desenvolvidos no Município, como forma de obtenção de melhoria da qualidade no padrão de atendimento da rede executora;

Subsidiar os Conselhos Municipais com dados quantitativos e qualitativos da rede de atendimento.

Ações Desenvolvidas:

Acompanhamento, análise e avaliação sistemática da execução dos Programas, Projetos e Serviços integrantes do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS);

Emissão de Parecer Técnico que permita detectar e corrigir qualquer desvio da programação prevista no Plano;

Interlocução com outros órgãos públicos das esferas estadual e federal para implantação de novos programas na rede executora da área social;

Administração e acompanhamento dos convênios formalizados com a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), do Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), do Governo Federal, com execução no Município;

Fornecimento de subsídios aos relatórios/documentos solicitados pelos órgãos do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social (SDPAS), Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SEAS/MPAS) e Conselhos Municipais;

Organização de Banco de Dados informatizado a partir de atividades sistemáticas de análise e avaliação;

Realização de visitas técnicas com a finalidade de avaliar e monitorar as Entidades Beneficentes de Assistência Social, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e subvencionadas com recursos públicos das três esferas de Governo. Realiza-se visita também, naquelas entidades solicitadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), visando proceder ao registro de projetos específicos.

Cadastramento e atualização de dados das entidades, já inscritas nos Conselhos Municipais: de Assistência Social (CMAS); e dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), subvencionadas, ou não, com recursos públicos;

Elaboração de instrumental técnico para análise, avaliação e monitoramento dos Programas, Projetos e Serviços;

Participação e representação da Secretaria Municipal de Assistência Social em reuniões técnicas nas outras Secretarias Municipais, entidades e demais órgãos públicos, sempre que se fizer necessário;

Consultorias, Assessorias e Encaminhamentos de demandas atinentes à área;

Orientações à comunidade em geral, estudantes e voluntários sobre as Entidades Sociais no Município;

Orientações sobre os procedimentos e normas para instalações de ONG's, princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As ações internas e junto às Entidades de Assistência Social, desta Coordenadoria, que demandaram procedimentos técnicos, operacionais/administrativos estão relacionadas no quadro a seguir:

Atividade	Total
Protocolos e Processos	150
Ofícios	128
Memorandos	52
Visitas de Avaliação e Monitoramento	471
Visitas para Análise e Emissão de Pareceres - Conselhos e outros	150
Reuniões de Equipe Técnica	48
Reuniões de Departamento	05
Visitas de Cadastramento e Atualização de Dados Institucionais	Não registrado
Emissão de Pareceres Técnicos e Protocolos	150
Relatórios Técnicos para Habilitação das Entidades	29
Telefonemas	3200
Fax	3

Atividade	Total
Outros	136
Resoluções	1
Ciência e Manifestação Técnica sobre Projetos de Lei, voltados à Política de Assistência Social no Município ou especificamente às Entidades Beneficentes	9
Requerimentos	13
Atas	1
Prontuários	2
Comunicados	20

O quadro acima demonstra o fluxo aproximado da documentação que tramitou por esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) e que demandou procedimentos técnicos, a curto, médio e longo prazos, absorvendo grande parte do tempo da equipe e comprometendo significativamente o processo de monitoramento e avaliação das Entidades.

Apesar do número expressivo de visitas a prática demonstra a necessidade de intensificar as ações de monitoramento, visando possibilitar o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelas entidades, conseqüentemente melhorando a dinâmica institucional e contribuindo para os reordenamentos necessários.

Os números apresentados no quadro acima não demonstram quantitativamente o fluxo do trabalho e constata que a ausência de uma metodologia de registro das informações pertinentes a esta Coordenadoria, nos impossibilita aprofundar a análise qualitativa. Neste ano de 2002, implantamos uma planilha para controle dos procedimentos técnicos, porém nos deparamos com algumas dificuldades dos técnicos em operar o instrumental que controla suas ações, fato que foi superado no tocante a relevância dos registros para melhoria técnica organizacional e fundamentação dos procedimentos e apontamentos da demanda de trabalho. Para o ano de 2003, prosseguiremos com a reorganização dos registros das ações, implantando um sistema organizacional administrativo e técnico que retrate a realidade desta Coordenadoria.

Inscrição das Entidades Beneficentes de Assistência Social junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

Dentro das atribuições da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) faz-se necessário uma interface com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), para verificar e avaliar o trabalho desenvolvido pelas entidades.

No processo de inscrição das novas Entidades Beneficentes de Assistência Social, que é atribuição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) participa com o objetivo de subsidiar a análise, no tocante ao aspecto técnico.

Para desencadear este processo de análise técnico-operacional, foi necessário no transcorrer de 2002, estabelecer procedimentos sistemáticos que garantam a qualidade dos serviços prestados pelas entidades.

Os procedimentos adotados são:

- Análise da documentação encaminhada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Primeira Visita Técnica: agendada, realizada por dois técnicos para a coleta de dados institucionais com o objetivo de verificar a capacidade, espaço físico, administrativo e técnico, bem como apropriar

e compreender o Plano de Trabalho e/ou a dinâmica desta entidade na relação direta com o usuário, apontando as mudanças necessárias;

- Segunda Visita Técnica: Sem agendamento prévio para verificação das mudanças ocorridas;
- Elaboração de relatório técnico e parecer conclusivo sobre a inscrição. Apontamento das condições existentes para o atendimento e prazos para as adequações necessárias;
- Encaminhamento do parecer conclusivo ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Sugestão para que o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicite parecer técnico de outras Secretarias, caso necessário.

Esta avaliação se pauta nos seguintes critérios:

Legislação pertinente e vigente;

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

Estatuto da Criança e Adolescente (ECA);

Resolução Nº 015/20002 - Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

Resolução Nº 006/2001 - Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Planos:

- Plano Municipal de Assistência Social (PMAS);
- Plano Plurianual de Assistência Social (PPAS).

Parâmetros:

- ✓ Elaborados a partir da legislação vigente, elencados posteriormente.

Cabe ressaltar que esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) também subsidia o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) nos casos de denúncias de irregularidades cometidos pelas entidades inscritas, ou não, utilizando os mesmos critérios citados anteriormente.

Esta parceria demonstra a co-responsabilidade do Órgão Gestor e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no controle social da qualidade dos serviços no Município de Campinas.

Entendemos que o mesmo procedimento deva ocorrer com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), uma vez que atua diretamente com entidades assistenciais que prestam serviços no segmento de criança e adolescente, inclusive co-financiando ações.

A Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC, para proceder o processo avaliativo das Entidades de Assistência Social, utilizou referências teóricas e metodológicas da pesquisa avaliativa e construiu modelos de avaliação que permitissem:

- Dimensionar o grau de sucesso/fracasso das instituições na área social.
- Aferir a eficiência na utilização dos recursos.
- Verificar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas estão sendo alcançados.
- Oferecer informações para decisões políticas orientadas para as mudanças de comportamento e situações (produção de resultados e impactos).
- A verificação do cumprimento de objetivos ou de impactos tendo como critérios a eficiência, eficácia e a efetividade dos programas, projetos e serviços.

Considerando a concepção etimológica, avaliação significa valor, esforço de apreciar os resultados. Trata-se de um julgamento valorativo, porém não é um ato neutro, é um ato político que

integra o contexto de um programa público exigindo postura de objetividade e de independência, sendo por natureza, uma atividade interdisciplinar .

Portanto, os parâmetros de análise construídos pela Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC, para orientar o processo avaliativo das Entidades de Assistência Social, basearam-se no método científico que inclui uma dimensão técnico-metodológica.

Nesta perspectiva os parâmetros de análise utilizados na avaliação construíram-se como uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida, destinada a identificar, obter e proporcionar dados e informações suficientes para subsidiar a tomada de decisão sobre o desenvolvimento de programas ou ações, soluções de problemas e compreensão dos fatores determinantes de êxitos e fracassos. ²

Parâmetros de Análise³ dos Trabalhos das Entidades Beneficentes de Assistência Social, nos segmentos abaixo:

ABRIGOS:

Parâmetros de Análise:

Conceito:

Conforme literatura, Abrigo é um local que oferece cobertura e teto resguardando as pessoas de danos e perigo¹.

Objetivo:

Abrigo tem como proposta acolher, intervir e assegurar proteção às CRIANÇAS, ADOLESCENTES e ADULTOS, em caráter provisório e excepcional, que se encontram violados em seus direitos e/ou em situação de vulnerabilidade a situações de risco pessoal e social.

Tipos de Atendimento:

Abrigos com atendimento voltado às crianças e aos adolescentes cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados (Tipo 1);

Abrigos com atendimento voltado às crianças e aos adolescentes cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, estruturados na rua, provenientes de outros municípios ou estados, cuja característica é a porta de entrada para o sistema (Tipo 2);

Abrigos destinados às crianças e aos adolescentes usuários de substâncias químicas (Tipo 3);

Abrigos destinados a pessoas moradoras fora do Município, portadoras de câncer e necessitando de radioterapia, quimioterapia ou transplante de medula (Tipo 4);

Abrigos destinados a adultos com problemas de saúde, HIV-AIDS e distúrbios de comportamento (Tipo 5);

Nesta tipologia não consideramos o Abrigo de Idoso, o mesmo será retratado quando for abordada a temática específica do IDOSO.

Faixa Etária:

A população atendida situa-se nas faixas etárias de: 0 (zero) a 18 (quatorze) anos; 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos; e maiores de 18 (dezoito) anos.

² Referências Bibliográficas -

Avaliação de Políticas e Programas Sociais - teoria e prática - GAEPP - Maria Ozanira da Silva e Silva (org.) - Veras Editora
Tendências e Perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais - IEE PUC SP - Maria Cecília Roxo Nobre e Maria do Carmo Brant de Carvalho (Orgs.) - Cromosete Gráfica e Editora Ltda.

³ Para Melhor visualização da Análise vide tabelas ANEXO II

¹ Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira - Editora Nova Fronteira.

Localização:

Este item não se aplica para análise.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como critério, a busca permanente de recursos através da captação sistemática e/ou projetos/atividades de auto-sustentação.

Este critério foi adotado uma vez que tais ações conferem às organizações a possibilidade de estabelecer metas amplas objetivando o atendimento do Artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), onde a tônica é a qualidade dos serviços e programas.

Recursos Humanos:**Técnicos:**

Para os Abrigos dos Tipos 1 e 3, adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Coordenador;
- 1 (um) Assistente social, com jornada de 40 horas semanais.

Para os Abrigos do Tipo 2, adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Coordenador;
- 1 (um) Assistente Social e 1 (um) Psicólogo, ambos com jornadas de 40 horas semanais.

Para os Abrigos do Tipo 4, adotamos o padrão:

- 1 (um) Coordenador, com formação na área social.

Para os Abrigos do Tipo 5, adotamos o padrão:

- 1 (um) Coordenador, com formação na área social;
- 1 (um) Assistente Social;
- 1 (um) Psicólogo;
- 1 (um) Enfermeiro;
- Monitores/Cuidadores.

Para os Abrigos dos Tipos 1, 2, 3 e 5, o padrão adotado para cada grupo de 20 (vinte) crianças/adolescentes/adultos:

- 4 (quatro) Monitores, com jornada de 24 horas;

Para os Abrigos do Tipo 4:

- O Monitor não foi incluído na proposta avaliativa devido à presença e acompanhamento de familiares, durante o período de abrigamento.

Administrativos:

Consideramos fundamental, a presença de 1 (um) funcionário administrativo, pois há um grande volume de serviço burocrático e sua presença pode liberar o Coordenador para atuar diretamente na proposta de trabalho.

Equipe de Apoio:

Para os Abrigos dos Tipos 1 e 5 o padrão adotado foi:

- 1 (uma) Lavadeira;
- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Cozinha;
- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais;

Para os Abrigos dos Tipos 2, 3 e 4 adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais.

Proposta de Trabalho:

Abrigos do Tipo 1 - foram levantados através do instrumental básico e analisados à luz da legislação e teoria os seguintes aspectos:

Vínculos familiares;

Relação com a comunidade;
Atendimento a Pessoas com Deficiência e com Necessidades Especiais;
Assistência Religiosa;
Atendimento Personalizado;
Atividade Psico-Pedagógica;
Nutrição e Saúde.

Abrigos do Tipo 2 - foram levantados da mesma forma, os seguintes aspectos:

Ações Desenvolvidas;
Relação com a Comunidade;
Vínculos familiares;
Atendimento Personalizado;
Capacitação e Treinamento de Funcionários;
Critérios definidos de atendimento;
Nutrição e Saúde.

Abrigos dos Tipos 3 e 5 - foram levantados da mesma forma, os seguintes aspectos:

Vínculos familiares;
Relação com a Comunidade;
Assistência Religiosa;
Atendimento Personalizado;
Atividade Psico-Pedagógica.

Abrigos do Tipo 4 - adotamos os seguintes critérios:

Capacitação de Funcionários e Voluntários;
Integração com os recursos da Comunidade;
Ações desenvolvidas;
Trabalho com a Família;
Nutrição.

Espaço Físico:

Abrigos dos Tipos 1, 2 e 3 - foram levantados os seguintes aspectos:

Adequação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
Atendimento ao Usuário;
Capacidade-proposta (adequação do Espaço Físico à Proposta de Trabalho).

Abrigos dos Tipo 4 e 5 - foram levantado os seguintes aspectos:

Espaço físico destinado ao trabalho técnico-administrativo;
Espaço físico para o atendimento ao usuário;
Espaço físico destinado ao serviço de apoio.

Equipamentos e Materiais:

Foram analisados, comparativamente à legislação e teoria existente, os seguintes aspectos:

- Cozinha;
- Dormitórios;
- Banheiros;
- Área de Serviço;
- Higiene;
- Área de Lazer.

CRECHES:

Parâmetros de Análise:

Conceito:

Tomamos como referência conceitual que Creche é um equipamento destinado a programas que visam o desenvolvimento social, pedagógico, psicológico e nutricional de crianças na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54, item 4.

Objetivo:

Tem por objetivo proporcionar à criança proteção, segurança, educação e saúde, favorecendo seu desenvolvimento físico, intelectual, psicossocial e educacional.

Tipo de Atendimento:

Considerando o perfil dos usuários deste segmento o padrão adotado foi o de período integral, ou seja, manhã e tarde, possibilitando a proteção integral e a liberação de seus responsáveis para o trabalho.

Faixa Etária:

Crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Localização:

Consideramos a proximidade da residência da criança como critério evitando assim o desgaste físico, emocional e financeiro, tanto da criança quanto de sua família.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como ponto importante à busca permanente de recursos, através da captação sistemática e/ou projetos/atividades de auto-sustentação, pois esta atividade nos remete a inferir que a organização tem a preocupação real em estabelecer metas mais amplas e atender a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), cuja tônica é a qualidade dos serviços e programas e não somente a oferta dos mesmos.

Recursos Humanos:**Técnicos:**

- 1 (um) Coordenador, com formação social;
- 1 (um) Assistente Social;
- 1 (um) Psicólogo/Psico-Pedagogo.

Administrativo:

1 (um) Auxiliar Administrativo.

Monitores/Professores Educadores:

Para a faixa etária de 0 (zero) a 1 (um) ano - 1 (um) funcionário para cada grupo de 5 (cinco) crianças;

Para a faixa etária de 13 (treze) meses a 2 (dois) anos - 1 (um) funcionário para cada grupo de 8 (oito) crianças;

Para a faixa etária de 36 (treze) meses a 4 (quatro) anos - 1 (um) funcionário para cada grupo de 10 (dez) crianças;

Para a faixa etária de 49 (quarenta e nove) meses a 6 (seis) anos - 1 (um) funcionário para cada grupo de 12 (doze) crianças.

Apoio:

Setor de Alimentação:

- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Cozinha;

Setor de Higiene:

- 1 (um) funcionário para Serviços Gerais, para cada 50 (cinquenta) crianças;
2 (dois) funcionários para Serviços Gerais, para cada 50 (cinquenta) crianças, quando a creche possuir Berçário.

Proposta de Trabalho:

Foram considerados os seguintes itens para compor a análise:

- Proposta sócio-educativa;
- Integração da organização/programa com os recursos da comunidade;
- Critérios definidos de admissão e desligamento;
- Capacitação de funcionários;
- Trabalho com famílias;
- Atividades educativas
- Nutrição e saúde.

Espaço Físico:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

- ✓ Espaço físico destinado ao trabalho técnico e administrativo;
- ✓ Espaço físico destinado ao atendimento do usuário;
- ✓ Espaço físico destinado ao serviço de apoio.

Equipamentos e Materiais:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

- Berçário;
- Sala de múltiplo uso;
- Administração/Coordenação;
- Cozinha;
- Banheiro;
- Recursos audiovisuais;
- Área externa.

FAMILIA:**Parâmetros de Análise:****Conceito:**

Trabalhar com o segmento família implica necessariamente tratar das relações entre os seres humanos, suas necessidades, expectativas, diferenças de gênero, papéis e funções.

Um efetivo trabalho com famílias prevê subsídio financeiro e capacitação para apoiá-las, sem substituí-las, fortalecendo seus vínculos, emancipando-as e assegurando-lhes respeito e esforços de participação.

É de fundamental importância situá-las no contexto histórico e social de um mundo em acelerado processo de transformação e compreendê-las nesta evolução, onde padrões, valores e paradigmas estão constantemente mudando.

Há que se considerar ainda que o estado de vulnerabilidade social da população demandatária da assistência, impõe ações de cunho distributivo, para garantir o atendimento aos mínimos sociais, o que não descarta, a necessidade de reordenamento dos programas que só realizam atividades dessa natureza.

Considerando como eixo à família, podemos complementar o enfoque acima destacando que foram incluídos na análise serviços direcionados à geração de renda (força de trabalho) e de apoio à saúde em função de suas especificidades².

² Referências para a implantação de padrões básicos de operação - Série Construindo a Inclusão - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Objetivo:

Proporcionar condições de subsistência à família, através de Cursos Profissionalizantes e/ou Oficinas de Trabalho, visando à complementação da renda familiar;

Oferecer retaguarda em Serviços de Saúde;

Proporcionar condições favoráveis para que a família desenvolva sua autonomia e participação social;

Fortalecer os laços afetivos e as relações familiares para que a família tenha condições de assumir sua função protetora e socializadora;

Garantir às crianças/adolescentes condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento físico, mental e emocional, dentro do ambiente familiar, evitando sua institucionalização.

Tipo de Atendimento:

Atendimento parcial - cesta básica, sopa, vestuário, medicamentos, atendimento médico e odontológico (distributivo);

Atendimento integral à família - grupos educativos, informativos, formativos, geração de renda, relações familiares e de gêneros;

Retaguarda à saúde - nas áreas de: consultas e acompanhamento médico, exames laboratoriais, fornecimento de medicamentos e palestras educativas;

Dentro dos padrões referenciais de atendimento à família, foram ainda consideradas as ONG's, que executam trabalhos exclusivos com famílias e aquelas que o fazem de maneira complementar.

Faixa Etária:

Para análise deste programa este item não se aplica

Localização:

Localização estratégica, com facilidade de acesso e transporte urbano.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como ponto importante à busca permanente de recursos, através da captação sistemática e/ou projetos/atividades de auto-sustentação, pois esta atividade nos remete a inferir que a organização tem a preocupação real em estabelecer metas mais amplas e atender a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), cuja tônica é a qualidade dos serviços e programas e não, somente, a oferta dos mesmos.

Recursos Humanos:**Técnicos:**

- 1 (um) Coordenador, da área social;
- 1 (um) Psicólogo;
- 1 (um) Assistente Social.

Administrativo:

- 1 (um) Auxiliar Administrativo.

Apoio:

- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais.

Proposta de Trabalho:

Observou-se no processo avaliativo os seguintes aspectos:

Critérios definidos de atendimento;

Treinamento e capacitação de técnicos, funcionários e voluntários;

Trabalho específico com o usuário;

Relação com a comunidade;

Geração de renda;
Avaliação do processo de trabalho.

Espaço Físico:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

- ✓ Espaço físico destinado ao trabalho técnico/administrativo;
- ✓ Espaço físico destinado ao atendimento dos usuários;
- ✓ Espaço físico destinado aos serviços de apoio.

Equipamentos e Materiais:

- ✓ Coordenação/Administração;
- ✓ Cozinha;
- ✓ Recursos audiovisuais;
- ✓ Equipamentos e materiais destinados ao atendimento dos usuários.

IDOSO:**Parâmetros de Análise:****Conceito:**

Os Programas e Serviços de Atenção ao Idoso devem respeitar as diretrizes preconizadas pela Lei Federal Nº 8.842/94, que estabelece a Política Nacional do Idoso e cria canais de participação. Segundo a literatura, considera-se idoso a pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade ou aquela que, a partir de 50 (cinquenta) anos, apresentar acelerado processo de envelhecimento.

Objetivo:

Prestar atendimento humanizado ao idoso utilizando a Assistência Social como via de acesso à inclusão, incentivando sua participação e integração na sociedade.

Tipos de Atendimento:

Trabalho com idoso em meio aberto: são atividades desenvolvidas junto à comunidade estimulando a convivência social e elevando o seu nível de qualidade de vida numa perspectiva de prevenir seu isolamento.

Abrigos de idosos: são Programas/Serviços destinados a idosos, sem vínculos familiares, ou sem condições de permanecer junto a sua família, visando o acolhimento em regime residencial com prestação de serviços 24 horas, suprimindo suas necessidades básicas.

Faixa Etária:

Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade e/ou pessoas, acima de 50 (cinquenta) anos, que se encontram em processo acelerado de envelhecimento.

Localização:

Este item merece destaque no processo avaliativo quando se trata de Programas/Serviços prestados aos idosos em meio aberto, pois cria condições de acessibilidade a seus usuários.

Quando se trata de Programas/Serviços de Abrigo este fator não foi considerado relevante.

Capacidade de gestão:

Consideramos como padrão à busca permanente de captação sistemática de recursos e ou projetos de atividades de auto-sustentação, garantindo desta forma a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Recursos Humanos:**Técnicos:**

Para o atendimento do idoso, em meio aberto, consideramos:

- 1 (um) Assistente Social;
- 1 (um) Psicólogo.

Para o atendimento do idoso, em regime de Abrigo, consideramos:

- 1 (um) Assistente Social;
- 1 (um) Psicólogo;
- 1 (um) Médico;
- 1 (um) Enfermeiro;
- 1 (um) Fisioterapeuta;
- 1 (um) Terapeuta Ocupacional;
- 1 (um) Nutricionista;
- 1 (um) Advogado.

Obs: O número de profissionais, a carga horária e o vínculo empregatício dos mesmos serão determinados pela demanda.

Administrativo:

- 1 (um) Administrativo.

Monitores/Professores/Enfermagem:

- 1 (um) Monitor e/ou Professor, para cada 20 (vinte) usuários do programa em meio aberto;
- 1 (um) Auxiliar de Enfermagem, para cada 20 (vinte) usuários atendidos em regime de abrigo.

Apoio:

- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Cozinha;

Obs.: Para cada 50 (cinquenta) usuários em regime de Abrigo;

- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais;

Obs.: Para cada 50 (cinquenta) usuários para o regime de Abrigo e também em meio aberto;

- 1 (uma) Lavadeira;

Obs.: Para cada 100 (cem) usuários em regime de Abrigo.

Proposta de trabalho:

Para análise deste item foram considerados os seguintes aspectos:

- ✓ Critérios de atendimento;
- ✓ Treinamento e capacitação de funcionários;
- ✓ Trabalho específico com o usuário;
- ✓ Trabalho com família;
- ✓ Trabalho com a comunidade;
- ✓ Nutrição.

Espaço Físico:

Consideramos como padrão à somatória dos seguintes itens:

- Espaço físico destinado ao trabalho técnico e administrativo;
- Espaço físico destinado ao usuário;
- Espaço físico destinado ao serviço de apoio.

Obs: Os programas em regime de Abrigo foram ainda avaliados acrescidos da análise de sua adequação à proposta de Casas Lares.

Equipamentos e Materiais:

Consideramos como padrão à somatória dos seguintes aspectos:

- ✓ Administração/Coordenação;
- ✓ Cozinha;
- ✓ Recursos audiovisuais;
- ✓ Equipamentos e materiais destinados aos usuários;
- ✓ Refeitório;

Para as organizações que trabalham em regime de Abrigo, foram acrescidos os seguintes itens:

- ✓ Lavanderia;
- ✓ Equipamentos e materiais especializados.

LIBERDADE ASSISTIDA:**Parâmetros de Análise:****Conceito:**

Medida sócio-educativa aplicada ao adolescente, quando verificada a prática de ato infracional (artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

A Liberdade Assistida é adotada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, através de entidade ou programa de atendimento, determinado por autoridade (Vara da Infância e da Juventude).

A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo ser, a qualquer tempo, prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o Orientador, o Ministério Público ou Defensor (Artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Objetivo:

Prestar atendimento ao adolescente de acordo com as medidas sócio-educativas dos artigos 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Desenvolver programas visando a prevenção do ato infracional. Desenvolver conceito de cidadania. Promover retorno à escola formal e capacitação profissional.

Tipo de Atendimento:

- ✓ Atendimento semanal em grupos com os adolescentes e suas famílias;
- ✓ Entrevistas individuais;
- ✓ Orientação;
- ✓ Aconselhamento;
- ✓ Grupos operativos.

Faixa Etária:

A partir de 14 (quatorze) anos de idade.

Localização:

Localização estratégica com facilidade de acesso e transporte urbano.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como critério à busca permanente de recursos através da captação sistemática e ou projetos/atividades de auto-sustentação.

Este critério foi adotado uma vez que tais ações conferem às organizações a possibilidade de estabelecer metas amplas, objetivando o atendimento do Artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), onde a tônica é a qualidade dos Serviços e Programas.

Recursos Humanos:**Técnicos:**

- 1 (um) Coordenador, da área social;
- 1 (um) Psicólogo;
- 1 (um) Assistente Social.

Administrativo:

- 1 Auxiliar Administrativo

Monitores/Educadores:

- 1 (um) para cada 20 (vinte) adolescentes.

Apoio:

- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais.

Proposta de Trabalho:

Trabalho com o usuário;
Trabalho com a família;
Capacitação e treinamento de funcionários;
Relação com a comunidade;
Relação: Entidade *versus* Escola;
Iniciação profissional - Inserção no mercado de trabalho;
Análise do impacto - resultados da intervenção.

Espaço Físico:

Espaço destinado ao trabalho técnico e administrativo;
Espaço destinado ao trabalho com o usuário;
Espaço destinado ao serviço de apoio.

Equipamentos e Materiais:

Equipamentos de escritório/recepção;
Materiais didáticos/pedagógicos;
Recursos audiovisuais;
Cozinha: gêneros/utensílios;
Refeitório: mobiliário/utensílios.

MIGRANTE, MORADOR DE RUA E ITINERANTE:**Parâmetros de Análise:****Conceito:****Migrante:**

Cidadãos expulsos de seu local de origem por dificuldades econômicas e que se deslocam em busca de melhores condições de vida.

Itinerante:

População empobrecida, desempregada e/ou precariamente inserida no mercado de trabalho, com deficiência de moradia, que vive de cidade em cidade em busca de trabalho.

Morador de Rua:

Aquele que utiliza a rua como local de moradia, com dificuldades de acesso a bens e serviços.

Objetivo:

Proporcionar condições de integração social à população migrante e de rua, criando oportunidades de fixação territorial e de auto-sustentabilidade.

Integração social é entendida como efetiva inclusão social - vida econômica, social e política (participar da tomada de decisões).

Fixação Territorial e auto-sustentabilidade têm o sentido de estancar o processo de desagregação sócio-cultural e de itinerância, incluindo essa população em programas de habitação popular e habilitando-a para emancipar-se da Assistência Social.

Tipo de Atendimento:

O programa de ação ao migrante/morador de rua pode ser desenvolvido em quatro modalidades:

Centro de Atendimento/Triagem/Casa de Passagem;
Albergue;
Casa de convivência;
Ação distributiva (para as ONG's com estas características de atendimento há que se pensar no realinhamento da sua proposta de trabalho).

Faixa Etária:

Pessoas adultas e crianças/adolescentes, acompanhadas de seus pais e ou responsáveis.

Localização:

Para esta análise este item não foi considerado.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como ponto importante à busca permanente de recursos, através da captação sistemática e/ou projetos/atividades de auto-sustentação, pois esta atividade nos remete a inferir que a organização tem a preocupação real em estabelecer metas mais amplas e atender a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), cuja tônica é a qualidade dos Serviços e Programas e não, somente, a oferta dos mesmos.

Recursos Humanos:**Centro de Atendimento/Triagem/Casa de Passagem:****Técnicos:**

1 (um) Coordenador/Gerente de Projeto;

1 (um) Assistente Social, para 20 (vinte) pessoas atendidas/dia;

Administrativo:

1 (um) Administrativo;

Monitores/Educadores Sociais:

1 (um) Monitor/Educador Social, para 30 (trinta) pessoas atendidas/dia;

Apoio:

1 (um) Cozinheiro;

1 (um) Auxiliar de Cozinha;

1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para cada grupo de 40 (quarenta) usuários.

Alberque:**Técnicos:**

1 (um) Coordenador/Gerente de Projeto;

1 (um) Assistente Social, para até 50 (cinquenta) usuários atendidos/dia;

Administrativo:

1 (um) Administrativo, para até 50 (cinquenta) usuários;

Monitores/Educadores Sociais:

1 (um) Monitor/Educador Social, para cada grupo de 20 (vinte) usuários atendidos/dia;

Enfermagem:

1 (um) Auxiliar de Enfermagem;

Apoio:

1 (um) Cozinheiro, para cada 100 (cem) usuários/dia;

1 (um) Auxiliar de Cozinha, para cada 100 (cem) usuários/dia;

1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para cada grupo de 40 (quarenta) usuários/dia;

2 (dois) Motoristas;

1 (um) Vigia noturno, para cada grupo de 50 (cinquenta) usuários/dia.

Casa de Convivência:**Técnicos:**

• 1 (um) Coordenador/Gerente de Projeto;

• 1 (um) Assistente Social, para até 30 (trinta) usuários atendidos/dia;

Administrativo:

• 1 (um) Administrativo, para até 50 (cinquenta) usuários;

Monitores/Educadores Sociais:

• 1 (um) Monitor/Educador Social/Instrutor, para cada grupo de 30 (trinta) usuários atendidos/dia;

Apoio:

• 1 (um) Vigia.

Proposta de Trabalho:

- Critérios definidos de atendimento;
- Capacitação e treinamento de funcionários;
- Capacitação e treinamento de voluntários;
- Trabalho com os usuários;
- Trabalho com os recursos da comunidade;
- Avaliação do planejamento.

Espaço Físico:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

Destinado ao trabalho técnico e administrativo;

Destinado ao atendimento ao usuário;

Destinado aos serviços de apoio.

Obs.: Os aspectos devem estar adequados às características da clientela demandatária do Programa e aos objetivos das ações desenvolvidas, levando-se em conta a vulnerabilidade e limitações das pessoas atendidas. A individualidade e privacidade também devem ser garantidas, bem como a integração e o convívio entre os usuários e a comunidade.

Equipamentos e Materiais:

Foram considerados os seguintes itens para análise:

- Equipamentos e materiais destinados à Administração/Coordenação;
- Cozinha;
- Recursos audiovisuais;
- Equipamentos e materiais destinados ao atendimento dos usuários.

NUCLEOS:**Parâmetros de Análise:****Conceito:**

Tomamos como referencial conceitual que Núcleo é um programa sócio-educativo, em meio aberto, destinado à população na faixa etária de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, em horário complementar ao da escola. Propõe ser um espaço formativo que contribua para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente e que estimule a construção de valores éticos, morais e de cidadania.

Pressupõe ainda, assegurar a formação de espírito crítico, que permita tomar posse de instrumentais básicos de conhecimentos, facilitando a inserção no mundo como cidadãos³.

Objetivo:

Proteger, desenvolver e socializar crianças e adolescentes, tendo como princípio a intercomplementaridade de propósitos e de ações entre família, escola e comunidade.

Oferecer suporte para o desenvolvimento de atividades de recreação, cultura, esporte e iniciação profissional.

Tipo de Atendimento:

Para facilitar o processo de análise, procedeu-se uma classificação didática dos Núcleos em categorias distintas, a saber:

³ Referências para a implantação de padrões básicos de operação - Série Construindo a Inclusão - Programa Criança e Adolescente - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Núcleo - Tipo 1:

Atende crianças e adolescentes de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, com atividades recreativas, práticas desportivas, cultura e lazer e atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades para a vida.

Núcleo - Tipo 2:

Atende crianças e adolescentes de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, com atividades sócio-educativas, acrescidas de iniciação profissional.

Núcleo - Tipo 3:

Atende adolescentes de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos com Cursos Profissionalizantes, favorecendo e/ou possibilitando a inserção no mercado de trabalho.

Toda atividade sócio-educativa prevista para esse segmento pressupõe uma efetiva articulação entre família, escola e comunidade.

Faixa Etária:

De 7 (sete) a 18 (dezoito) anos de idade.

Localização:

Proximidade da residência do usuário o que permite:

- ✓ Diminuir custos de transporte;
- ✓ Maior inserção na comunidade;
- ✓ Facilita a participação da família no programa.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como critério à busca permanente de recursos, através da captação sistemática e/ou projetos/atividades de auto-sustentação, uma vez que tais mecanismos contribuem para a segurança e planejamento financeiro ordenado, facilitando com isso a ampliação de metas e prestação de serviços de qualidade - artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Recursos Humanos:

Técnicos - nível superior:

Para os Programas dos Tipos 1 e 2, adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Coordenador, da área social;
- 1 (um) Assistente Social.

Para os programas do Tipo 3, adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Coordenador, da área social.

Administrativo:

Consideramos fundamental a presença de um funcionário administrativo, pois há um acúmulo de trabalho burocrático podendo liberar o Coordenador para atuar diretamente na proposta de trabalho.

Monitores/Educadores Sociais/Oficineiros:

Para os Programas do Tipo 1, adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Monitor/Educador Social/Oficineiro, para cada grupo de 20 (vinte) crianças e/ou adolescentes;

Para os Programas dos Tipos 2 e 3, adotamos o seguinte padrão:

- 1 (um) Monitor/Educador Social/Oficineiro, para cada grupo de 15 (quinze) crianças e ou adolescentes.

Equipe de Apoio:

- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Cozinha;
- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para até 60 (sessenta) crianças e ou adolescentes.

Proposta de Trabalho:

Foram considerados os seguintes itens para compor a análise:

- ✓ Critérios definidos de atendimento;
- ✓ Capacitação e treinamento de funcionários;
- ✓ Capacitação e treinamento de voluntários;
- ✓ Trabalho com as famílias;
- ✓ Relação com recursos da comunidade;
- ✓ Frequência à escola formal;
- ✓ Proposta sócio-educativa;
- ✓ Nutrição e Saúde.

Espaço Físico:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

Espaço físico destinado ao trabalho técnico/administrativo;

Espaço físico destinado ao atendimento ao usuário;

Espaço físico destinado ao serviço de apoio.

Equipamentos e Materiais:

Equipamentos para Coordenação/Administração;

Cozinha;

Recursos audiovisuais;

Materiais específicos destinados ao atendimento ao usuário;

Refeitório.

PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS:**Parâmetros de Análise:****Conceito:**

Pessoa Portadora de Necessidades Especiais é uma expressão utilizada para caracterizar a pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social, em decorrência de uma deficiência cognitiva ou não, em suas capacidades físicas ou mentais⁴.

A população atendida neste segmento abrange: crianças, adolescentes, adultos e idosos portadores de deficiência/necessidades especiais, nas seguintes áreas⁵:

- ✓ Física;
- ✓ Visual;
- ✓ Auditiva;
- ✓ Mental severa, moderada ou leve;
- ✓ Múltiplas deficiências.

Objetivo:

Reconhecer o acesso aos recursos e serviços como um direito universal, na perspectiva de inclusão social, priorizando o atendimento na própria comunidade ou região, como forma de preservar o convívio familiar e social.

O abrigo deve ser observado, desde que imprescindível, assegurando a prestação de serviços de forma individualizada e sistematizada, sempre voltada para a desinstitucionalização.

⁴ Azanha - JMP - Parâmetros Curriculares Nacionais e Autonomia da Escola.

⁵ Série Construindo a Inclusão - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo.

Tipo de Atendimento:

- ✓ Orientação e encaminhamento;
- ✓ Programa de habilitação/reabilitação;
- ✓ Ensino especial;
- ✓ Preparação e encaminhamento para o trabalho;
- ✓ Abrigamento;
- ✓ Incentivo e apoio a ações preventivas e acesso ao esporte, lazer e geração de renda.

Faixa Etária:

- ✓ Crianças;
- ✓ Adolescentes;
- ✓ Adultos;
- ✓ Idosos.

Localização:

- Localização estratégica com facilidade de acesso e transporte urbano.

Capacidade de Gestão:

Adotamos como ponto importante à busca permanente de recursos, através da captação sistemática e/ou projetos/atividades de auto-sustentação, pois esta atividade nos remete a inferir que a organização tem a preocupação real em estabelecer metas mais amplas e atender a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), cuja tônica é a qualidade dos Serviços e Programas e não, somente, a oferta dos mesmos.

Recursos Humanos:**Técnicos:**

- Assistente Social;
- Psicólogo;
- Terapeuta Ocupacional;
- Fonoaudiólogo;
- Pedagogo;
- Fisioterapeuta;
- Médico (Neurologista, Ortopedista, Fisiatra etc.);
- Outros.

Obs.: A equipe necessariamente deve ser multidisciplinar.

Administrativo:

1 (um) Auxiliar Administrativo.

Monitor:

Nível médio.

Apoio:

- 1 (um) Cozinheiro;
- 1 (um) Auxiliar de Cozinha;
- 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, para até 50 (cinquenta) crianças.

Proposta de Trabalho:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

- Ações desenvolvidas;
- Estimulação precoce;
- Família;

Processo de individualização;
Profissionalização/iniciação para o trabalho;
Relação: Organização/Escola;
Nutrição e Saúde;
Capacitação e treinamento.

Espaço Físico:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

Condições de acesso, circulação interna, espaços internos e externos, segundo condições básicas de acessibilidade dispostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - usuários;
Espaço físico destinado ao trabalho administrativo/coordenação;
Espaço físico destinado ao serviço de apoio.

Equipamentos e Materiais:

Foram considerados os seguintes itens para a análise:

- ✓ Coordenação/administração;
- ✓ Cozinha;
- ✓ Recursos audiovisuais;
- ✓ Material específico de atendimento ao usuário;
- ✓ Refeitório.

TERMOS DE AJUSTE:

A partir da Resolução Nº 25/2002, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), publicada, à pág. 5, no Diário Oficial do Município, a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), cumprindo sua deliberação, executou procedimentos específicos junto à rede de assistência que antecederiam a emissão dos Termos de ajuste para o ano subsequente.

Para tanto, a equipe elaborou Manual de Orientação contemplando modelos de ofícios, declarações, bem como sugestão de Roteiro para Plano de Trabalho a serem utilizados nas solicitações de recursos financeiros, obedecendo desta forma a Lei Nº 8.666 e as orientações da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Cidadania da Prefeitura Municipal de Campinas.

Após a elaboração destes instrumentais, houve a convocação de toda a rede inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e a realização de reuniões para os devidos esclarecimentos e orientações para o atendimento da referida Resolução.

Com o recebimento da quase totalidade das solicitações esperadas, a CSAC está habilitada a atualizar seu Banco de Dados e compor os processos para a elaboração dos Termos de Ajuste do próximo ano.

Há que se ressaltar, que com relação à documentação de 2002, 100% (cem por cento) das Entidades Beneficentes de Assistência Social que compõem a rede tiveram assinados os seus respectivos Termos de Ajuste.

Para o próximo exercício, sugerimos um prazo único com data dilatada para a entrega das solicitações. Desta forma, a CSAC pode providenciar o encaminhamento dos processos de forma mais ágil e eficaz.

**CO-FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS:**

Conforme apontado no Relatório de Gestão 2001, somente a partir de outubro de 2001, as transferências de recursos ocorreram de Fundo a Fundo, devido a Prefeitura Municipal de Campinas ter obtido a Certidão Negativa de Débito (CND), junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Esta habilitação contribuiu para estruturar melhor os mecanismos operacionais e de controle dos repasses dos recursos através do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e avançou no

processo de monitoramento e avaliação das ações da rede executora da Política Municipal de Assistência Social.

Embora já deliberado na III Conferência Nacional de Assistência Social a não obrigatoriedade da apresentação da CND junto à Previdência Social, considerando que áreas como a Educação e Saúde recebem seus recursos normalmente, independente da situação do Município, garantindo à Assistência Social o seu caráter de Política Pública, conforme prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), isto ainda não se efetivou, constituindo-se num desafio a ser conquistado.

Em Outubro de 2002, o Município de Campinas, entrou em inadimplência perdendo temporariamente a CND e regularizando essa situação em 26/12/2002. Mesmo por pouco tempo isso sempre causa transtornos e impacto junto à rede executora e a própria Prefeitura, uma vez que os repasses de recursos financeiros cessam e sua regularização sofre atraso. Consideramos também que neste percurso algumas entidades perderam também a CND, portanto encontravam-se impedidas de receberem o repasse direto prejudicando a manutenção do co-financiamento dos Serviços de Ação Continuada, Projetos e Programas operados em parceria com esta Prefeitura.

Durante o ano de 2002, foram executados, no Município, os seguintes Programas e Projetos, a partir do co-financiamento do Estado e da União, os quais detalharemos a seguir.

PETI - Governo Federal:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - com vigência de 01/02/2002 a 31/12/2002.

O referido programa foi desenvolvido no Município com a participação de 5 (cinco) Organizações Governamentais e 12 (doze) Entidades Benéficas de Assistência Social. A composição da rede executora do PETI procurou respeitar as comunidades de origem de seus usuários com vistas a facilitar a inserção e acompanhamento no programa

O grande diferencial é que o Município fez uma composição de receitas para que nenhum beneficiário recebesse subsídio inferior a R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e priorizou como foco das ações também a intervenção junto ao grupo familiar. Este repasse complementar não se estendeu às Organizações Governamentais (OG's) que compuseram a rede executora.

Esta peculiaridade no diferencial do subsídio denotou o compromisso e a responsabilidade social do Município com o programa em si e principalmente com as crianças/adolescentes envolvidas precocemente no trabalho e com suas famílias.

Para a implantação do PETI no Município de Campinas, a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), no exercício de 2002, contribuiu de forma efetiva uma vez que:

- Participou dos momentos de reflexão e concepção do programa a ser implantado em Campinas, para adequação da proposta original de nível federal, à realidade municipal;
- Foi co-participante, enquanto retaguarda logística, para a realização da pesquisa contratada pela Prefeitura Municipal de Campinas/Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (NEPP/UNICAMP), visando o diagnóstico da problemática de crianças e adolescentes, em situação de rua, no mercado informal;
- Subsidiou com dados quantitativos e qualitativos a formação da rede executora do programa no Município, obedecendo a critérios de regionalidade e comunidade de origem da demanda identificada;
- Implantou e alimentou o Banco de dados do PETI no Município, com informações referentes aos usuários, à rede executora, inclusões e desligamentos, emissão de planilhas para os devidos pagamentos para a Coordenadoria Setorial Orçamentária e Financeira (CSOF) da secretaria Municipal de Assistência Social;
- Participou na Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, com subsídios técnicos, monitoramento, visitas técnicas às Entidades e Programas Governamentais da rede executora;
- Enviou Relatórios de Execução Físico-Financeira (REFF's), de forma sistemática, conforme estabelecido na Portaria MPAS/SEAS N° 1.110;

- Fez a interlocução com a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), bem como com sua Divisão Regional - DRADS e com seu Escritório Regional - ERAS, conforme estabelecido no convênio;
- Participou nos fóruns de discussão com a rede executora e demais Secretarias envolvidas, implementado assim a intersectorialidade das ações.

Rede Executora:**Associação Beneficente "Direito de Ser"**

CNPJ 01.962.266/0001-88 - Inscrição CMAS 144

Rua Osvaldo Rodrigues, Nº 120 - Jardim Campineiro - CEP 13082-350

Associação de Assistência Social "São João Vianney"

CNPJ 46.104.071/0001-35 - Inscrição CMAS 077

Rua Macaraí, Nº 305 - Vila Cura D'Ars - CEP 13045-170

Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí e Região

CNPJ 00.099.339/0001-97 - Inscrição CMAS 103

Rua Padre Josino M. Tavares, Nº 164 - Parque Itajaí I - CEP 13059-690

Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia

CNPJ 54.153.598/0001-88 - Inscrição CMAS 075

Av. Carlos Lacerda, Nº 503 - Jardim Santa Lúcia - CEP 13057490

Centro Promocional "Tia Illeide"

CNPJ 71.748.305/0001-24 - Inscrição CMAS 111

Rua Quatro, Nº 168 - Vila Sete de Setembro (Nova Aparecida) - CEP 13110-660

Centro Sócio-Educativo "Semente Esperança"

CNPJ 02.243.432/0001-59- Inscrição CMAS 149

Rua Ubirama, Nº 372 - Jardim Baronesa - CEP 13096-511

Externato "São João"

CNPJ 46.046.389/0001-07 - Inscrição CMAS 024

Rua José Paulino, Nº 479 - Centro - CEP 13013-000

Externato "São João" - Parque Vida Nova (Unidade I)

CNPJ 46.046.389/0001-07 - Inscrição CMAS 024

Rua Daniel Godoi Pereira, Nº 42 - Parque Residencial Vida Nova

CEP 13057-541

Seara Espírita "Joanna D'Angelis" - Núcleo "Jerônimo de Mendonça" (Unidade I)

CNPJ 57.494.155/0001-49 - Inscrição CMAS 098

Rua Onze, Nº 514 - Jardim Campo Belo I, II e III - CEP 13053-144

Serviço Social "Nova Jerusalém"

CNPJ 67.170.993/0001-10 - Inscrição CMAS 092

Rua Presidente Alves, Nº 1252 - Jardim Flamboyant - CEP 13093-280

Serviços Benéficos Sociais Adventistas de Campinas (DORCAS) - Núcleo Social "Profª. Cássia Rodrigues Lasca" (Unidade I)

CNPJ 43.586.122/0016-63 - Inscrição CMAS 035

Rua Engº. Augusto de Figueiredo, Nº 2341 - Jardim São Domingos - CEP 13046-140

Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA)

CNPJ 44.622.223/0001-66 - Inscrição CMAS 005

Av. Esther Moretzshon Camargo, Nº 318 - Jardim Santana - CEP 13088-010

Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche "Bento Quirino" (Unidade II)

CNPJ 46.044.228/0001-84 - Inscrição CMAS 001

Rua Eldorado, Nº 156 - Jardim Itatinga - CEP 13054-100

Serviço de Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes (SNCCA's)

Objetivo: Promove inserção social, cultural e reforço escolar às crianças e adolescentes por meio de atividades recreativas, pedagógicas e esportivas e de complementação alimentar no período extra-escolar; serviço realizado de forma descentralizada, através de 17 Núcleos localizados em bairros periféricos do Município.

Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes - Jardim Profilurb

Rua Nelson Barbosa da Silva, Nº 289 - Jardim Profilurb

Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes - Vila Carlos Lourenço

Rua Colombo Ricci, Nº 50 - Vila Carlos Lourenço

Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes - Antonio da Costa Santos

Rua Neuraci da Silva Rodrigues, Nº 194 - Recanto da Fortuna

Espaço de Múltiplo Uso Vida Nova

Rua Nove, s/n - Vida Nova

Convivência e Cidadania - Bosque

Av. Aquidabã, s/n - Bosque

PROJETO AGENTE JOVEM - Governo Federal:

O Projeto Agente Jovem apresentou três etapas de implantação, tendo vigência a partir de 01/01/2002, para a execução de 125 (cento e vinte e cinco) metas que foram partilhadas entre 3 (três) entidades que apresentavam qualificação e ações similares ao proposto no convênio para o atendimento previsto aos adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos.

A segunda etapa do Programa passou a ter vigência a partir de 01/05/2002 com a ampliação de 175 (cento e setenta e cinco) metas, o que totalizou para o município 300 (trezentas) metas e ampliou a rede executora a partir da inclusão de novos agentes que tiveram como missão criar mecanismos de prevenção à violência, formando jovens em situação de risco social, para atuarem junto à suas comunidades enquanto agentes transformadores com ênfase no Protagonismo Juvenil.

O Programa propiciou um resgate histórico da comunidade junto aos adolescentes, trabalhou a auto-estima e o resgate da relação familiar (especialmente questões entre mães e filhos). Além de ter tratado temas como preconceitos e diferenças, aumentou a perspectiva de futuro desses jovens.

O impacto social causado por este Programa foi nitidamente notado, uma vez que o segmento adolescente requer muito investimento, na realidade de Campinas; o programa interferiu positivamente não apenas na vida desses jovens, mas na de suas famílias.

Trata-se de uma faixa etária pouco trabalhada e o projeto sócio-educativo, realizado por Organizações Não Governamentais (ONG's) e/ou Governamentais (OG's), ainda é insuficiente.

É uma faixa etária que requer dinamismo, exige mudanças, causa "turbulência" e transformação. A entidade, na pessoa do Monitor, torna-se referência o que causa mudanças nos parâmetros de conduta.

Observamos que, a principal mudança ocorrida, em algumas entidades foi à possibilidade de ampliar a faixa etária atendida e o comprometimento das mesmas em dar continuidade no Programa.

Os recursos financeiros recebidos pelos adolescentes foram usados, em sua maioria, para auxiliar as famílias em gastos domésticos e para compra de itens pessoais.

As poucas desistências, ocorridas por parte dos adolescentes, se deram, na maioria, mediante a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

A participação das famílias neste processo foi avaliada como um item que tem necessidade de ser mais bem trabalhado, de maneira geral as famílias mudaram em relação ao relacionamento e diálogo com seus filhos adolescentes, porém houve pouca participação e envolvimento nas atividades realizadas pelas entidades.

Os relatos dos jovens avaliaram o quanto o programa auxilia positivamente no aprendizado escolar e no relacionamento entre adolescentes e professor. As atividades realizadas favoreceram no entendimento das matérias além de incentivar a continuidade dos estudos, sendo que foi constatado que existe uma defasagem na escola, até 11 (onze) anos.

A dinâmica utilizada nas atividades realizadas no programa possibilitou superar limites e dificuldades encontradas no dia-a-dia, trabalhar uma expectativa de futuro melhor para nosso País junto aos adolescentes, além de trabalhar direitos e deveres enquanto jovens cidadãos do Município.

A principal questão apontada pelos jovens foi à possibilidade de maior chance de inserção no mercado de trabalho.

Os objetivos propostos são amplos demais para serem atingidos em sua plenitude, já que 6 (seis) entidades tem menos de 6 (seis) meses na execução do Programa.

Rede Executora:

Nome: **Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC**

CNPJ: 51.876.357/0001-79

Endereço: Rua Abolição, 92 - Ponte Preta - CEP: 13045-610

Nome: **Centro Promocional Tia Ileide**

CNPJ: 71.748.305/0001-24

Endereço: Rua quatro, 168 - Vila 7 de Setembro - Nova Aparecida

CEP: 13110-660

Nome: **Fundação Orsa**

CNPJ: 74.502.550/0001-45

Endereço: Dr. Felix de Moraes Salles, 663 - Jd. Novo Campos Elíseos

CEP: 13060-400

Nome: **Associação de Assistência Social São João Vianney**

CNPJ: 46.104.071/0001-35

Endereço: Rua Macaraí, 305 - Cura D'Ar

CEP: 13045-170

Nome: **Núcleo Assistencial e Educacional da Criança e do Adolescente - NAECA**

CNPJ: 67.156.091/0001-20

Endereço: Rua Agenor Augusto do Nascimento, 211 - Vila Santana - Distrito de Sosas

CEP: 13105-586

Nome: **Associação Beneficente Direito de Ser**

CNPJ: 01.962.266/0001-88

Endereço: Rua Ozualdo Rodrigues, 120 - Jd. Campineiro

CEP: 13082-350

Nome: **Projeto Gente Nova**

CNPJ: 54.129.002/0001-04

Endereço: Rua Castel Nuovo, 699 - Vila Castelo Branco

CEP: 13061-060

Nome: **Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia**

CNPJ: 54.153.598/0001-88

Endereço: Av. Carlos Lacerda, 503 - Jd. Santa Lúcia

CEP: 13060-570

Nome: **Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC**

CNPJ: 51.876.357/0001-79

Endereço: Rua Abolição, 92 - Ponte Preta

CEP: 13045-610

PROGRAMA SENTINELA - Governo Federal:

O Projeto em questão visa atender, no âmbito do Município, crianças/adolescentes abusadas ou exploradas sexualmente e seus familiares, a partir de um conjunto integrado de ações de Assistência Social, de natureza especializada. Buscou ainda construir uma rede articulada de informações e serviços que possibilitasse o acesso de crianças/adolescentes vitimadas e suas respectivas famílias.

Dado ao caráter extremamente especializado do atendimento o Programa foi desenvolvido, em 2002, por uma Entidade - Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), que apresenta larga experiência e pioneirismo no atendimento da problemática da Violência Doméstica, com reconhecimento a nível nacional. A meta deste Programa para o presente exercício foi atender 50 (cinquenta) crianças/adolescentes e seus familiares.

O monitoramento mostrou que outras ações poderiam ser financiadas como, por exemplo, a contratação de profissional de Direito e também possuir uma maior flexibilidade com relação às rubricas restritas a materiais e recursos humanos.

Quanto ao atendimento em rede, apesar dos avanços, percebe-se a grande dificuldade dos profissionais conceberem o atendimento a vítimas e abusadores, como também a necessidade de capacitação dos mesmos para o enfrentamento e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.

Percebe-se ainda a falta de uma política própria com relação à violência doméstica dando o suporte necessário de atendimento a vítimas e agressores.

Como proposta para o ano de 2003, apontamos a necessidade de:

- Apoio à divulgação das ações e discussão do Programa em questão junto aos Conselhos locais;
- Apoio para supervisão técnica especializada;
- Maior apoio governamental para implantação de demais ações de proteção a vítimas;
- Atendimento continuado a vítimas e agressores;
- Maior suporte da rede as diversas necessidades das vítimas;
- Maior acesso ao Sistema de Justiça e Segurança;
- Preservar a integridade física e mental das vítimas no Sistema de Justiça e Segurança.

Rede Executora:

Nome: **Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - CRAMI**

CNPJ: 54.149562/0001-20

Endereço: Rua Suzeley Norma Bove, 274 - Vila Brandina

CEP: 13094-720

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE AÇÃO CONTINUADA (SAC) - Governo Federal/Governo Estadual:

O referido programa co-financiou ações de serviços assistenciais nos segmentos de:

- ✓ Atenção à Criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos - 281 (duzentos e oitenta e uma) metas;
- ✓ Apoio à Pessoa Idosa - 30 (trinta) metas;
- ✓ Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência - 400 (quatrocentas) metas;
- ✓ Atendimento à Criança e ao Adolescente - Abrigo - 177 (cento e setenta e sete) metas;
- ✓ Serviço de Apoio à Família - 607 (seiscentas e sete) metas.

A vigência do referido convênio foi de: 1º/01/2002 a 31/12/2002.

A execução das metas conveniadas no Município foi compatível com as diretrizes do Programa e seus respectivos segmentos de atuação.

Há que se destacar, no entanto, a necessidade urgente de revisão das metas e ampliação da rede executora, uma vez que Campinas, com suas características Metropolitanas e demandas sociais urgentes requer maior atenção dos agentes de co-financiamento da Política de Assistência Social.

Observamos que, a rede SAC vem sendo mantida há alguns anos, sem qualquer modificação e possibilidade de ampliação de metas. É dever registrar a necessidade urgente de revisão desta proposta para o nosso Município, uma vez que temos habilitadas 179 (cento e setenta e nove) entidades, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que carecem de apoio financeiro para o desenvolvimento de suas ações, contribuindo assim para a ampliação da rede de proteção social. Há que se ressaltar, que o Município complementa com recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) as ações dessa mesma natureza, na ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por ano.

Mesmo diante das dificuldades acima apontadas as metas conveniadas foram cumpridas e os Serviços/Atividades foram executados conforme o Plano de Trabalho/Ação conveniado, no entanto as funções básicas da Assistência Social: inserção, prevenção, promoção e proteção social ficam parcialmente prejudicadas em decorrência da oferta de serviços ser inferior a demanda dos mesmos.

PROJETO ESPAÇO AMIGO - Governo Estadual:

O projeto atende 1.000 (um mil) crianças/adolescentes, na faixa etária de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos de idade, em situação de risco pessoal e social, através de ações complementares a escola, além de apoio psicossocial familiar, em especial, as em situação de risco social e pessoal. As 1.000 (mil) metas estão distribuídas em 40 (quarenta) módulos, com cada módulo correspondendo a 25 (vinte e cinco) crianças.

Sua vigência foi de: 1º/01/2002 a 31/12/2002, e a rede executora foi composta de 18 (dezoito) Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes (NCCA's), do Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) da Secretaria Municipal de Assistência Social, e 14 (quatorze) Entidades Beneficentes de Assistência Social que operam com esse público alvo.

As atividades sócio-educativas desenvolvidas tiveram seu foco na proteção, minimizando os riscos dessa população, uma vez que oferecendo serviços em jornada complementar à escola puderam oportunizar o desenvolvimento integral, com atividades desenvolvidas sob a lógica do protagonismo infante-juvenil, com ações focadas nas áreas de lazer, cultura, esportes, atendimento médico, odontológico, reforço alimentar e outros.

As metas conveniadas foram cumpridas integralmente uma vez que a demanda atendida pela rede chega a 7.500 (sete mil e quinhentas) crianças/adolescentes.

Apontamos nesse segmento, uma demanda reprimida de cerca de 5.000 (cinco mil) crianças/adolescentes.

As ações de atenção à criança e ao adolescente cumpriram o preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma vez que, foi garantido a eles, os direitos fundamentais, sem prejuízo de proteção integral, assegurando-lhes por Lei, ou por outros meios, as oportunidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade - artigo 3º do ECA). As famílias também foram foco de atenção, pois que parte integrante tanto do Plano de Trabalho, como das ações propriamente ditas. A rede procurou através da intervenção familiar buscar o fortalecimento dos vínculos, incentivando o papel de proteção e função social a elas inerentes. Observou-se também, que a rede executora vem buscando o reordenamento de suas ações e de sua infra-estrutura para o atendimento às famílias com vistas à Resolução Nº 006/2001,

do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que estabelece procedimentos de atuação para o Município de Campinas.

No transcorrer do monitoramento houve a necessidade de exclusão de duas entidades da rede devido ao não cumprimento dos objetivos propostos.

Rede Executora:

Região	Executor	Metas	Número de Módulos
NORTE	NCCA Antônio da Costa Santos (OG)	25	01
	NCCA Espaço Esperança (OG)	25	01
	Associação Beneficente Direito de Ser (ONG)	25	01
	União Cristã Feminina (ONG)	25	01
	Sociedade Pró-Menor de Barão Geraldo (ONG)	25	01
	Centro Promocional Tia Ileide (ONG)	25	01
SUL	NCCA da Vila Ipê (OG)	50	02
	NCCA do Jardim Esmeraldina (OG)	25	01
	NCCA do Jardim Carlos Lourenço (OG)	25	01
	NCCA da Vila Formosa (OG)	50	02
	NCCA da Vila Rica (OG)	25	01
	Serviços Beneficentes Sociais Adventistas de Campinas - Núcleo Social Prof ^a . Cássia Rodrigues Lasca (ONG)	25	01
	Associação de Assistência Social São João Vianney (ONG)	25	01
	Seara Espírita Joana d' Angelis - Núcleo Jerônimo de Mendonça (ONG)	25	01
LESTE	NCCA do Parque São Quirino (OG)	25	01
	NCCA da Vila Costa e Silva (OG)	25	01
	NCCA da Vila 31 de Março (OG)	25	01
	NCCA da Vila Nogueira (OG)	25	01
	NCCA do Jardim Nilópolis (OG)	50	02
	Grupo Comunitário Criança Feliz (ONG)	25	01
	Núcleo Assistencial e Educacional da Criança e do Adolescente - NAECA (ONG)	25	01
	Instituto de Menores Don Nery (ONG)	25	01
	Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche Bento Quirino - Unidade I (ONG)	25	01
SUDOESTE	NCCA do Jardim Maria Rosa (OG)	50	02
	NCCA do Jardim Profilurb (OG)	50	02
	NCCA da Vila União (OG)	25	01
	NCCA do Vida Nova (OG)	50	02
	Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche Bento Quirino Unidade II (ONG)	25	01
	Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (ONG)	25	01
NOROESTE	NCCA do Jardim Santa Rosa (OG)	50	02
	NCCA do Parque da Floresta (OG)	25	01
	Projeto Gente Nova (ONG)	25	01
	Centro Comunitário da Criança e do Adolescente do Parque Itajaí e Região (ONG)	25	01
	Total	1.000	40

RENDA CIDADÃ / FORTALECENDO A FAMÍLIA - Governo Estadual:

Os programas acima citados são provenientes da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) e são complementares. O Renda Cidadã propiciou auxílio financeiro temporário, de R\$ 60,00 (sessenta reais), a 90 (noventa) famílias do Município, com renda familiar de até 1 (um) salário mínimo e residente em foco de concentração de pobreza, sendo complementado pelo Programa Fortalecendo a Família que a partir de ações sócio-educativas buscou a reorganização interna e melhoria da qualidade de vida das famílias em condições de pobreza e excluídos do acesso aos bens e serviços públicos.

As ações foram desenvolvidas na superação das problemáticas do contexto familiar e por equipe interdisciplinar da rede executora das ações de assistência no âmbito do Município.

Os programas conveniados foram executados em Campinas por três Entidades de Assistência Social com trabalho em desenvolvimento nas regiões: Norte, Sul e Leste, da cidade.

A relação entre Entidades Não Governamentais e Governamentais buscou, em conjunto, otimizar a rede de proteção às famílias envolvidas no Programa visando contribuir para que estas exerçam sua função protetora e socializadora. O Programa trabalhado como rede oportunizou às famílias seu desenvolvimento sua autonomia sócio-financeira e participação social.

Esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) realizou visitas e monitoramento a rede executora do programa, bem como participou do processo avaliativo junto aos usuários e técnicos e concluiu que:

O impacto social causado pelo programa não se verifica no Município, como um todo, em função das poucas metas executadas em Campinas. No entanto, há que se ressaltar que, no universo atendido, ele possibilitou o fortalecimento dos vínculos familiares e interferiu positivamente na dinâmica interna das famílias especialmente nas relações mãe-filho e marido-mulher.

Nota-se também melhorias significativas na situação financeira das famílias atendidas pelo resgate da auto-estima que possibilitou a recolocação no mercado formal e/ou informal como também pela possibilidade de acessar recebimento de benefícios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Observou-se também, a ampliação da participação das famílias na vida de suas comunidades com o envolvimento e participação em campanhas de saúde, higiene, festas comemorativas e em assembléias do Orçamento Participativo (OP).

O programa possibilitou o acompanhamento dos filhos dos usuários na questão educacional, garantindo a inclusão dos mesmos na rede escolar, o que não significa sucesso escolar, pois a aprendizagem destas crianças e adolescentes está prejudicada em decorrência do baixo aproveitamento e metodologia de ensino. A defasagem entre idade cronológica e grau de escolaridade é de cerca de 50%.

O programa também fomentou a intersetorialidade, ampliando as relações com a comunidade e ações mais integradas.

Nota-se ainda, a partir das reuniões sócio-educativas, que os grupos anseiam por espaços que oportunizem a convivência grupal e mútua.

As maiores dificuldades apontadas são relativas ao atraso nas transferências de recursos e problemas na emissão e defeitos dos cartões magnéticos.

As questões referentes à inclusão em programas de geração de renda ficaram prejudicadas por absoluta falta dos serviços na rede de atendimento, principalmente nas regiões foco do programa, com maior ênfase para as áreas das regiões norte e leste.

Conclui-se, no entanto, que o programa possibilitou um avanço na qualidade de vida das famílias atendidas, porém, há que se destacar que tais intervenções não podem e nem tão pouco devem sofrer solução de continuidade, pois o processo de mudança é lento e gradual.

Oportuno ressaltar não só a manutenção das metas conveniadas como também a necessidade de ampliação das mesmas se consideradas as características metropolitanas da cidade de Campinas e o alto índice de famílias em situação de exclusão e risco social.

Rede Executora:

Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA)

CNPJ 44.622.223/0001-66 - Inscrição CMAS 005
Av. Esther Moretzshon Camargo, Nº 318 - Jardim Santana
CEP 13088-010
Telefax: 3256-2091 - E-mail: seta@feac.org.br
Metas: 30 famílias

Externato "São João"

CNPJ 46.046.389/0001-07 - Inscrição CMAS 024
Rua José Paulino, Nº 479 - Centro - CEP 13013-000
Telefones: 3231-2644 / 3231-2601 - Telefax: 3235-3831
E-mail: esj@externato.org.br
Metas: 30 famílias

Associação Beneficente "Direito de Ser"

CNPJ 01.962.266/0001-88 - Inscrição CMAS 144
Rua Osvaldo Rodrigues, Nº 120 - Jardim Campineiro - CEP 13082-350
Telefax: 3246-0689 / 3246-3883
E-mail: direito_de_ser@uol.com.br
Metas: 30 famílias

PROJETO VIVALEITE - Governo Estadual:

É uma parceria deste Município com o Governo do Estado de São Paulo, cujo objetivo é atender crianças de 06 meses a 06 anos de idade, priorizando aquelas de 06 meses a 23 meses de idade, cujas famílias apresentam renda mensal de até dois salários mínimos ou que seus responsáveis estejam em situação de desemprego. O projeto vem sendo executado pela entidade INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE PARA PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO (ISA), indicado pelo gestor.

A cota de leite destinada ao município de Campinas é de 67.290 litros distribuídos em 88 postos, sendo entidades, associação de moradores e equipamentos públicos desta Secretaria, totalizando o atendimento de 8.879 crianças.

Coube, no transcorrer de 2002, à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, através da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC proceder ao reordenamento gerencial do projeto, disponibilizando um técnico, com o objetivo de mapear e cadastrar a rede distribuidora, compreender critérios até então utilizados, incluir no atendimento crianças que atendam rigorosamente as normas estabelecidas pela Resolução específica do Projeto.

A partir de maio de 2002 esta Secretaria assumiu a responsabilidade de, juntamente com o INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE PARA PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO (ISA), reordenar as ações do projeto.

Deu-se início aos estudos para o reordenamento da rede executora. Constatamos, após visitas in loco, que a rede distribuidora estava constituída de Entidades de Assistência Social que desenvolvem atividades voltadas para os segmentos: creche, núcleo/adolescente, PPNE, Idoso e movimentos organizados na comunidade, atendendo demanda fora dos critérios pré-determinados pelo Projeto.

A partir de então, constituiu-se uma Comissão com representantes específicos da rede executora identificada, visando readequar as ações, inclusive com a exclusão de alguns pontos irregulares de distribuição.

Para o ano de 2003 ficou acordado junto a esta Comissão que o Programa deverá seguir os critérios rigorosamente, sendo que os segmentos de PPNE e Apoio à Saúde deverão aguardar autorização da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.
Segue abaixo a rede executora do referido Projeto, por entrega dos dias da semana:

Rede Executora:

Região: Leste

- Associação Beneficente e Assistencial Madre Cândida - ABAMAC - II
- Associação do Pão dos Pobres de Santo Antônio - Creche Santo Antônio
- Associação Presbiteriana de Ação Social - APAS
- Casa da Criança de Sousas
- Centro Assistencial Cândida Penteado de Queiróz Martins - Creche Santa Rita de Cássia
- Centro de Controle e Investigação Imunológica Dr. A. C. Corsini - Unidade de Atendimento Infantil - UAI
- Centro de Educação Especial Síndrome de Down
- Centro de Formação Semente da Vida
- Centro Educacional de Assistência Social Menino Jesus de Praga - Creche Menino Jesus de Praga
- Centro Espírita Allan Kardec - Creche Gustavo Marcondes
- Centro Espírita Allan Kardec - Creche Mãe Luiza
- CMPCA - Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente
- Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia - Creche e Ambulatório Dr. Cláudio de Souza Novaes
- Conselho Comunitário de Campinas
- Creche Ilce da Cunha Henry
- Fundação Bezerra de Menezes
- Grupo Comunitário Criança Feliz
- Grupo de Oração Esperança - GOE
- Instituto de Menores Dom Nery
- Lar Escola Jesus de Nazaré
- Os Seareiros - Casa de Jesus
- Serviço Social Nova Jerusalém
- Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA
- Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche Bento Quirino

Região: Norte

- Associação Beneficente dos 13 Pais - Lar Criança Feliz
- Associação dos Amigos da Criança - AMIC
- Associação Espírita Lar Caminho da Verdade
- Casa da Criança Meimei
- Casa de Repouso Bom Pastor
- Centro Educacional Integrado - CEI
- Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini
- Centro Promocional Tia Ileide
- Creche Lar Ternura
- Creche o Abrigo de Jesus
- Espaço Esperança
- Fundação Irmã Ruth de Maria Camargo Sampaio - FIRMACASA
- Fundação Síndrome de Down
- Instituto Assistencial Dias da Cruz
- Instituto de Pedagogia Terapêutica Prof. Norberto Souza Pinto
- Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa - Sopa do Grameiro
- Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes - Antônio da Costa Santos
- Núcleo de Ação Social
- Serviço de Promoção Social da Paróquia de São Paulo Apóstolo - SPES - Creche Nelson Noronha Augusto Filho
- Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crâniofacial - SOBRAPAR
- Sociedade Civil Carmelitas da Caridade - Centro Assistencial Vedrunga
- União Cristã Feminina

Região: Noroeste

- Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região
- Coordenadoria Setorial de Assistência Social - CRAS/Noroeste
- Creche Casa da Criança Caminho Feliz
- Fundação Gerações - Creche Adélia Correia Zorning
- Missão Caminho pra Liberdade
- Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Jardim Santa Rosa
- Associação Batista Beneficente Assistencial - ABBA
- Associação de Assistência Social São João Vianney
- Associação de Educação do Homem de Amanhã/Guardinha - Convívio Aparecida II
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas - APAE
- Associação Evangélica Assistencial - AEA
- Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas - ADACAMP
- Casa da Criança Vovô Nestor
- Casa de Apoio Grupo da Amizade
- Centro Assistencial Romília Maria
- Centro Sócio-Educativo Semente Esperança
- Círculo de Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala - CADAF
- Creche Cantinho de Luz
- Creche Irmã Maria Ângela - LEIMA
- Fundação Bezerra de Menezes
- Grupo das Servidoras Léa Duchovni de Campinas
- Grupo Espírita Cairbar Schutel - Creche Mãe Cristina
- Instituto de Educação Especial RECRIAR - IEER
- Instituto Educacional Evangélico para Deficientes Auditivos
- Lar Promoção do Jovem
- Paróquia da Sagrada Família
- Serviço Social Presbiteriano Ebenézer
- Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica
- Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração - Casa da Criança Madre Anastácia
- Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração - Casa da Criança Maria Luiza Hartzler
- Sociedade Pestalozzi de Campinas
- SORRI CAMPINAS

Região: Sudoeste

- Associação de Apoio a Portadores de AIDS - Esperança e Vida - AGAEVI
- Casa da Criança Maria Luísa Hartzler
- Casa da Sopa
- Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada - CEPROMM
- Creche Bom Pastor - (ex-NCCA VILA PRINCESA)
- Creche Casa Jotinha
- Fundação de Apoio a Programas Sociais - FAPS
- Lar Escola Nossa Senhora do Calvário - Núcleo Comunitário Calvariano
- Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Parque Vida Nova
- Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Jardim Profilurb
- Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes da Vila União
- Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Jardim Maria Rosa

Análise Avaliativa das Ações Desenvolvidas:

Com a finalidade de contribuir para a análise das ações de Assistência Social no Município, procedemos de forma didática, dividindo a rede de atendimento por segmentos, a saber.

CRECHES

No exercício de 2002, através de ações intersetoriais com a Secretaria Municipal da Educação - SME iniciamos a implementação do processo de transição das creches mantidas por Entidades Assistenciais com vistas ao cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que entende Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica tendo por finalidade o desenvolvimento

integral das crianças de 0 até 06 anos e onze meses de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando as ações junto à família e a comunidade. Define-se também, através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que a Educação Infantil compreende:

0 (zero) a 3 (três) anos e 11 (onze) meses - Creches;

4 (quatro) anos a 6 (seis) anos e 11 (onze) meses - Educação Infantil (Pré-Escola).

Dentro dessa perspectiva intensificaram-se as ações integradas da Secretaria Municipal de Assistência Social com a Secretaria de Educação no tocante ao processo político isto é, foi formada uma Comissão que discute uma proposta de Política Pública no município que envolva a rede municipal e as Entidades de Assistência Social. Esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) participa ativamente do processo de transição através do monitoramento e avaliação da rede executora de Entidades de Assistência Social tendo sistematizado ações conjuntamente com a Secretaria de Educação - SME. Este processo, desencadeado em 2002, faz com que seja revertido o objeto de ação da Secretaria Municipal de Assistência Social e o co-financiamento da rede executora uma vez que passa a ter foco de monitoramento o trabalho da Educação Familiar e Comunitária, assegurando as intervenções sócio-educativas e preventivas junto ao Grupo Familiar e Comunidade como forma de buscar o fortalecimento dos vínculos os quais devem ser compreendidos na demanda biológica afetiva e social da criança.

A Coordenadoria, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação - SME monitorou 100% da rede de atendimento para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, através de visitas *in loco*, análise de relatórios, reuniões sistemáticas de avaliação e construção de adequações dos instrumentais de uso comum, sendo meta para 2003 a implantação de instrumental único de monitoramento e avaliação, bem como planejamento conjunto das ações, inclusive partilha de recursos financeiros.

A composição de recursos das áreas de Assistência Social e Educação contribui para um melhor comportamento da rede executora que vem coordenando sua proposta pedagógica e social a partir de diretrizes e fundamentos da LDB e da Resolução 006/2001 do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que estabelece procedimentos, junto ao Grupo Familiar respeitando-se os eixos norteadores do Plano Plurianual de Assistência Social - PPAS/2002-2005.

Apesar dos esforços coletivos, da sistematização do monitoramento da rede e do compromisso das parcerias assumidas, ainda não foi possível a verificação de impacto frente ao déficit de vagas na rede de proteção social. No entanto o resultado das ações do monitoramento favoreceu a possibilidade de ampliação de metas e co-responsabilidade técnica e de gestão na implantação de novas unidades de atendimento em Educação Infantil.

Outro aspecto que irá favorecer maior intervenção para o próximo exercício será referente às adequações de espaço físico e de estrutura de gestão da rede já posta, com vistas a LDB e indicadores de qualidade já identificados pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS / Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC bem como necessidade de revisão estatutária das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PPNE)

A prestação de serviços a deficientes e portadores de necessidades especiais foi realizado por 20 (vinte) Entidades Beneficentes de Assistência Social que atenderam às diferentes deficiências (física, mental, auditiva, visual e/ou múltiplas).

A rede prestadora de serviços para o segmento em pauta está distribuída nas regiões:

- Norte - 03 entidades
- Sul - 12 entidades
- Leste - 04 entidades
- Sudoeste - 01 entidade

A localização geográfica acima demonstra uma concentração de prestadores de serviço na região Sul em detrimento de áreas com grande demanda populacional, empobrecida e com pouco acesso aos bens e serviços como ocorre nas regiões Sudoeste e Noroeste.

Este dado, nos remete a recomendar a implementação de ações descentralizadas e especializadas ao público portador de deficiências e/ou de necessidades especiais. Mesmo considerando o grau de dificuldade de acesso a rede absorveu aproximadamente 3.350 usuários e apontou uma demanda reprimida identificada de mais de 1.000 usuários.

A política municipal de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência no município é executada basicamente através de parcerias com as entidades de assistência social, no entanto cabe-nos ressaltar que as Organizações Governamentais em suas diversas Secretarias e Autarquias subsidiaram técnica e financeiramente essas ações.

A rede Executora do município desenvolveu ações que buscaram reconhecer e favorecer o acesso dessa população a recursos e serviços numa perspectiva de inclusão social com suporte de orientação e apoio a suas respectivas famílias.

Logo concluímos que 95% das entidades que atenderam o segmento em análise, desenvolveram suas ações de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS / Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social - DGDS / Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC, quando são referidos: Proposta de Trabalho, Espaço Físico, Recursos Humanos e Equipamentos e Materiais.

No transcorrer de 2002 intensificou-se a intersetorialidade com a Secretaria Municipal de Educação - SME em processo semelhante ao que tange a Educação Infantil.

Cumpre-nos ressaltar que cumprimos em 100% o monitoramento da rede em visitas sistemáticas às Entidades envolvidas no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

As ações co-financiadas pelo Município, através de recursos específicos da Assistência Social e da Educação, contribuíram para o cumprimento das metas pactuadas no tocante à garantia de acesso aos serviços especializados de reabilitação e educação especial de parte da demanda que busca inserção nestes serviços.

Pode-se observar que por sua peculiaridade de atendimento, a rede no município está consolidada com uma capacidade técnica operacional e administrativa de qualidade cabendo alguns reordenamentos nas propostas sócio-pedagógicas de algumas entidades, bem como complementação da intersetorialidade com avanços na área de saúde enquanto política pública de prevenção e intervenção e de apoio.

NUCLEO - Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto para crianças e adolescentes:

A atenção à criança e ao adolescente no município de Campinas tem sido objeto de preocupação e investimento, cumprindo a prioridade absoluta estabelecida pelo PPAS e conselhos Municipais de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente. A rede de atenção em operação pelas Entidades de Assistência Social, atuou de maneira satisfatória, absorvendo 7.642 crianças/adolescentes, que em atividades sócio-educativas em horário extra-escolar, tiveram a oportunidade de serem incluídas em projetos e serviços que assegurem não só a proteção social como também o desenvolvimento físico, afetivo e sócio-cultural.

As ações de parte da rede privilegiaram também o atendimento à família de seus usuários buscando fortalecer a função protetora e socializadora do grupo familiar, mantendo estreita relação com a comunidade local.

Avanços significativos nas áreas intersetoriais regionais puderam ser observadas através do monitoramento como também pelo envolvimento e compromisso da rede, uma vez que a mesma se colocou a disposição do Gestor Municipal para compor na execução de vários outros programas e projetos tais como PETI, Agente Jovem, Espaço Amigo, que tem suas ações co-financiadas pelas três esferas de governo.

Observa-se atuação do Departamento de Operações de Assistência Social - DOAS desta Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, uma vez que este foi um dos interlocutores nas ações descentralizadas a partir dos princípios e diretrizes das Novas Centralidades, conforme propõe o PPAS.

A consolidação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social vem se solidificando no município, apesar de processos mais avançados em algumas regiões e mais lentos em outras, respeitando as características e comportamentos de cada uma delas, sempre incentivando a participação comunitária.

Buscando a garantia e o fortalecimento do trabalho em rede tem se como meta para 2003, mais envolvimento e contribuição da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC neste processo, uma vez que nossas ações ainda se concentram nas Entidades privadas e que por insuficiência de RH, estrutura física e operacional, não tem acompanhado de forma mais efetiva as ações do governo que são complementadas pelas parcerias estabelecidas.

FAMÍLIA

O trabalho com Famílias no município de Campinas vem sendo foco de discussões nas instâncias deliberativas das Políticas de Assistência e dos agentes executores.

A prática tem mostrado, a partir do monitoramento das ações, que as entidades vem buscando o reordenamento das atividades com vistas à Resolução 006/2002 do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que estabelece os procedimentos metodológicos de intervenção no grupo familiar.

A atenção à família perpassa por todas as ações voltadas aos diversos segmentos de atuação da rede executora. Isto significa dizer que embora se observe uma fragmentação da rede em segmentos específicos, ela é apenas didática, pois tem havido um esforço coletivo no sentido de desencadear ações onde o grupo familiar seja ponto de intervenção.

No decorrer do exercício, a formação continuada da rede executora teve seu início a partir da discussão do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que contou com o apoio e participação de outros "atores", inclusive da PUCCAMP que contribuiu de forma expressiva no processo.

Utilizando-se do processo avaliativo do ano de 2000 e a análise comparativa dos dados observados no monitoramento de 2002, constatamos que a rede vem apresentando reordenamento processual e gradual no seu Plano de Trabalho, buscando acatar o deliberado pela Resolução. No entanto, cumpre-nos destacar que ainda identifica-se na rede algumas entidades com ações distributivas e pontuais e algumas iniciativas de geração de renda.

Observa-se mudança de postura gradual por parte da rede, uma vez que tem sido foco das reflexões no município e do monitoramento da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC proceder ao realinhamento das ações visando rever os antigos paradigmas.

O processo de monitoramento também apontou que a iniciativa do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a partir da publicação da Resolução 006/2001 desencadeou impacto positivo na rede, inclusive com investimentos na contratação de técnicos da área social para a realização e/ou aprimoramento do trabalho com famílias.

MIGRANTE / POPULAÇÃO DE RUA

A rede de atendimento ao Migrante e População de rua ainda encontra-se insuficiente diante da demanda e características das regiões metropolitanas. O acolhimento dessa população em regime de abrigo é executado exclusivamente pelo Serviço de Atendimento ao Migrante e Itinerante - SAMIN desta Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

As demais entidades da rede oferecem serviços de encaminhamento, oficinas sócio-educativas e culturais com ênfase no resgate da identidade e cidadania.

Parte dessa rede tem procurado inserir os seus usuários nas discussões políticas de caráter emancipatório buscando a sua autonomia social e financeira através de oficinas de gerações de renda e cooperativismo.

Em contrapartida outras Entidades trabalham como colaboradoras da ação municipal, na questão do reforço alimentar e atividades sócio-educativas pontuais e encaminhamentos para comunidades terapêuticas e abrigos transitórios especializados em álcool e drogas que por sua vez são mantidas pelos próprios refenciadores.

Há que ressaltar a necessidade de monitoramento mais sistematizado da rede executora, objetivando a apropriação e compreensão das estratégias de ação e qualificação das mesmas, bem como incentivar a expansão da rede e diversidade das ações.

A rede sofre com as lacunas de apoio nas áreas de saúde, educação e capacitação profissional que venham a contribuir para a autonomia e exercício pleno da cidadania deste grupo populacional.

ABRIGO TIPO I

Os abrigos desta natureza estão procedendo ao reordenamento proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de forma processual e gradual. Observamos no decorrer do monitoramento, investimentos em qualificação profissional, em propostas pedagógicas, como também na estrutura física, criando espaços de proteção e buscando junto às famílias o resgate dos vínculos para a reinserção das crianças/adolescentes no grupo familiar.

Cumpre-nos ressaltar que cada abrigo tem apresentado solução própria para o reordenamento considerando a ótica do acolhimento e capacidade de gestão.

Há que se aprofundar os estudos referentes ao custo real do programa de Abrigos tipo I no município para que se possa prever investimentos e recursos de parceria com a Secretaria de Educação que hoje vem subsidiando parte da rede com recursos financeiros, estabelecendo critérios de partilha que levem em consideração a localização do abrigo, a existência e a capacidade de absorção de equipamentos públicos do entorno e a peculiaridade de faixa-etária de 0 a 3 anos.

No decorrer do exercício de 2002, em vistas de avaliação e monitoramento, constatou-se a fragilidade das ações intersetoriais e a capacidade de absorção por parte da rede pública e privada dos casos em processo de desligamento do regime de abrigo.

Como metas para 2003 vimos apresentar a necessidade de acompanhamento estreito e sistemático junto à rede, e investimento na formação técnica da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC e representação na Comissão de Abrigos do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

ABRIGO TIPO II

Este tipo de abrigo tem característica especial uma vez que é considerada a porta de entrada para a rede de atendimento de crianças e adolescentes violados em seus direitos e sobretudo estruturados nas ruas comprometidos com álcool e drogas

Este atendimento é oferecido apenas por uma única entidades e vem sendo financiado quase que integralmente com recursos do Tesouro Municipal e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Este tipo de abrigo é relativamente recente, e vem passando por processos contínuos de reordenamento, pois apresentam o diferencial de permanente acolher, para após estudo de caso, referenciar a rede de atendimento disponível no município e/ou encaminhar para a cidade de origem.

Durante o processo de monitoramento e avaliação ocorreram alterações na prática do atendimento, reordenando toda a sua estrutura física, de quadro de Recursos Humanos e proposta

sócio-pedagógica, e instrumentais quantitativos e qualitativos de avaliação e acompanhamento interno que possibilitaram visibilidade da dinâmica institucional para esta Coordenadoria.

Uma das entidades deste segmento vem recebendo retaguarda de órgãos e estruturas da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, do Conselho Tutelar, Guarda Municipal e Vara da Infância e Juventude, que desencadeou mudanças de procedimentos, de atendimentos desde a inserção até o desligamento.

ABRIGO TIPO III

Este tipo de abrigo torna-se especializado a partir do momento em que seu público alvo é crianças/adolescentes usuários de substâncias químicas.

Também compõe com a Administração Municipal nos programas, projetos e serviços de atenção à criança e ao adolescente com este perfil.

Esta área de atenção requer capacitação continuada para a equipe da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC e da rede como um todo.

No transcorrer do exercício, não foi possível o acompanhamento estreito e sistemático a todas as entidades da rede, dificultando uma análise qualitativa e quantitativa mais aprofundada da problemática em pauta.

Os tratamentos pautam-se em questões religiosas, atividades laborterápicas e proposta sócio-pedagógica mais estruturada.

Em nível de espaço físico, equipamentos e materiais, a rede oferece condições satisfatórias para o desenvolvimento de suas atividades.

Necessário se faz ressaltar que a rede deverá ser discutida a partir das diretrizes indicadas pela Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas e conceitos pertinentes. Em termos de estrutura física a rede oferece condições satisfatórias, havendo, no entanto a necessidade de se implantar e/ou implementar ações sócio-educativas e de apoio psicossocial aos pacientes em processo de tratamento.

Como metas para 2003, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS / Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC propõe intensificar o monitoramento e incentivar ações de caráter psicossocial e de terapia ocupacional junto às entidades, bem como a importância da intersetorialidade - Secretaria Municipal de Saúde - SME - uma vez que habilitadas pelo SUS, seguem parâmetros pré-estabelecidos os quais devem ser conhecidos e apropriados por esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC.

ABRIGO TIPO IV

A rede de abrigos desta natureza no município restringe-se a 02 entidades que absorvem a demanda de outras localidades do país que buscam tratamento especializado. A peculiaridade deste atendimento está condicionada ao fato de Campinas ser referência em saúde, uma vez que conta com Hospitais Escola que desenvolvem atendimento terciário o que desencadeia um fluxo de demanda que requer o apoio da rede de assistência em caráter de retaguarda - saúde.

O monitoramento aponta que estas duas entidades têm suas ações co-financiadas pelo SUS.

Oferece atendimento para 20 pessoas a partir de 18 anos em regime residencial e desenvolve ações de assistência às famílias com vistas a reinserção do usuário ao grupo familiar. Tem também ações de caráter preventivo com aspectos positivos no município.

O monitoramento das ações demonstrou atendimento de qualidade aos seus usuários e de relevância social. Por tratar-se de equipamento de apoio à saúde, reforçamos que a intersetorialidade com a Secretaria Municipal de Saúde - SMS deve ser intensificada.

ABRIGO TIPO V

O município de Campinas contou no exercício de 2002 com uma entidade com especialidade no atendimento para pessoas vivendo com HIV-Aids. Compõe a rede de retaguarda.

A Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC aponta também a necessidade de mais discussão junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA da política e Abrigo Especializado, procurando se apropriar da Legislação vigente e discussões em outros níveis. Que não somente local.

IDOSOS

Os programas, projetos e serviços de atenção à pessoa idosa no município de Campinas devem respeitar as diretrizes preconizadas na Lei Federal 8.842/94 que estabelece a Política Nacional do Idoso.

Existe estimativa que 10% da população do Município, ou seja, 90.000 pessoas tem mais de 60 (sessenta) anos. Destes, 26.000 se encontram em situação de extrema pobreza (pesquisa da Faculdade de Serviço Social - PUCCAMP - 2000).

O trabalho com idosos se diferencia em dois segmentos:

ABRIGO - IDOSO

São programas e serviços destinados a idosos sem vínculos familiares ou que não tem condições de permanecer no convívio familiar, visando o acolhimento em regime residencial, com prestação de serviços 24 horas, suprindo suas necessidades básicas.

Em Campinas a rede é composta por entidades que prestam serviços de ação continuada aos idosos que necessitem ou optem em residir no abrigo.

Atualmente são atendidos nestes abrigos 203 idosos, sendo que a demanda reprimida registrada é de 182.

Observamos que existe um déficit de vagas uma vez que a demanda é superior à oferta de serviços existentes no município.

No decorrer de 2002 a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC foi várias vezes acionada, pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS / Vigilância Sanitária para verificação e constatação de funcionamento irregular de Casas de Repouso para Idosos, de caráter privado. O crescimento desordenado do número de serviços desta natureza comprovou o déficit da rede de atendimento oficial e também a insuficiência de programas, projetos e serviços com atendimento em meio aberto, que se impulsionadas as ações deste caráter, poderia ser garantido a esta demanda o convívio familiar e comunitário.

Há que se ressaltar o trabalho de resgate de vínculos familiares para que ela crie mecanismos de convivência com a pessoa idosa evitando assim a institucionalização.

Em relação aos abrigos existe a necessidade de reordenamento das ações, tendo em vista que a grande parte dos idosos ficam internos, ociosos, e a maioria perde totalmente os vínculos familiares e conseqüentemente há o agravamento do seu estado geral de saúde no que se refere às doenças crônico-degenerativas.

IDOSO - EM MEIO ABERTO

São atividades desenvolvidas junto à comunidade que estimula a convivência social, provocando melhorias na qualidade de vida numa perspectiva de prevenir seu isolamento social.

Quanto à rede de atendimentos, as atividades são direcionadas, principalmente com a preocupação de propiciar canais de participação e integração do idoso à sociedade, através de atividades sócio-culturais-recreativas, com atendimento humanizado, utilizando-se da Assistência Social como via de inclusão social, incentivando sua inserção na rede de recursos sociais da comunidade.

Atualmente existem 33 grupos, somando aproximadamente 2.000 idosos em atendimento. Os grupos reúnem-se durante a semana e também aos finais de semana, nos diversos bairros do município.

Existe a necessidade de implementação da rede existente e a implantação de novos grupos, uma vez que esta prática tem se mostrado eficiente, impactando diretamente na melhoria da qualidade de vida deste segmento da população.

A Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC fez interface com o Conselho Municipal do Idoso - CMI participando e desenvolvendo diretamente nas seguintes atividades:
Realização de eventos no município em geral;

Participação na organização e concretização da eleição da diretoria do Conselho Municipal do Idoso - CMI;

Capacitação de agentes comunitários - PAIDEIA;

Preparação e execução do I Fórum Municipal sobre Envelhecimento e Trabalho com Idosos;
II Fórum de Debates Descentralizado sobre Qualidade de Vida na Terceira Idade;

Participação na Comissão de Planejamento e Avaliação das Políticas Públicas para subsidiar todas as ações do Conselho, como também a alteração de Leis que tratam da Política Municipal do Idoso;

Preparação, realização e redação da III Conferência Municipal do Idoso;

Nossas ações buscaram fortalecer as práticas intersetoriais com vistas ao atendimento integral do idoso. Estas ações caracterizam-se por:

- Oficinas de trabalho para verificar as ações de cada Secretaria.
- Seminário Municipal do Idoso para subsidiar a III Conferência Municipal do Idoso.
- EMDEC - sobre barreiras arquitetônicas, circulação e mobilidade na cidade para a terceira idade.
- Visitas a Casas de Repouso particulares, com funcionamento irregular.

Diante do exposto há que se ressaltar que no exercício de 2003 as ações devem ser focadas no fortalecimento do Conselho, na efetiva implantação da Política Municipal do Idoso, no incentivo às ações sócio-educativas em meio aberto, estabelecer diálogo com "atores" da Administração Municipal diretamente ligados a este segmento, visando um fluxograma de atendimento a denúncias de casas de repouso e reordenamento das ações dos abrigos.

RENDA E TRABALHO

No exercício de 2002, esta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC realizou o monitoramento em 50% das entidades que atuam no segmento Trabalho e Renda. Podemos observar que, destas, poucas são as que têm entendimento do propósito dessas ações, no tocante à Trabalho e Renda, pois as atividades desenvolvidas ainda cumprem caráter sócio-educativo, para valorização da auto-estima e convivência.

Ressaltamos que do total das entidades que se propõem a desenvolver ações desta natureza, apenas uma destacou-se com proposta de trabalho estruturada, investimentos específicos quanto ao Cooperativismo, Trabalho e Cursos de qualificação profissional de relevância, isto é atendiam o perfil do usuário e a necessidade do mercado.

Dentro desta área programática temos ainda que destacar outras duas entidades que desenvolvem ações diferenciadas com adolescentes, pois atuam especificamente na área de Educação pelo Trabalho e para o Trabalho.

O monitoramento apontou também a necessidade de formação da equipe técnica desta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC para compreensão dos objetivos deste eixo e assim, desencadear mudanças conceituais e práticas na rede executora.

LIBERDADE ASSISTIDA

Conforme preconiza os artigos 112, 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que descreve sobre a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional. É adotada pra acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente através de entidade ou programa de atendimento determinado por autoridade competente.

No município de Campinas apenas duas entidades desenvolvem esta prática, se mostrando insuficiente diante do quadro social e de violência que permeiam esta faixa etária. Constatamos que existe uma ineficiência na rede de apoio e proteção que garanta a inserção dos adolescentes que vivenciam esta questão.

Ressaltamos a necessidade de maior investimento na Política Pública voltada ao adolescente para que seja assegurado o trabalho preventivo intersetorial-regional.

O monitoramento apontou necessidade de formação da equipe técnica desta Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC visando maior compreensão e intervenção junto a esta temática.

CONCLUSÃO

A gestão de uma Política Social pode ser entendida como uma *"ação gerencial que se desenvolve por meio da integração negociada entre setor público e a sociedade civil"*⁴.

Na gestão de Política Pública, cumpre à Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC desenvolver ações de controle entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil através do processo de Monitoramento e Avaliação da rede executora da Política Pública de Assistência Social no município de Campinas.

A partir desta missão e pelas diretrizes e princípios do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC realizou em 2002 suas ações visando à superação de obstáculos no tocante à estrutura técnica operacional-administrativo e a complexidade apresentada pela realidade de Campinas,

2) QUALIDADE DAS AÇÕES

2.1) Síntese das Realizações e Avanços - Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS)

O presente Relatório de Gestão 2002, pelo exposta acima, enfoca as atividades desenvolvidas pelo DOAS através de três temas: FAMÍLIA e AÇÃO COMUNITÁRIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR e/ou PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS e INTERSETORIALIDADE. Apresentamos abaixo síntese das realizações, avanços e desafios dos serviços centralizados e dos descentralizados e no item seguinte os relatórios das Coordenadorias Setoriais e Regionais estarão na íntegra.

O DOAS trabalhou em 2002 especialmente na busca da participação popular e do protagonismo dos usuários da Assistência Social, ajudando na construção de canais institucionais de participação e desenvolvendo ações, projetos e serviços como exercícios de vivências coletivas, como partilha de poder e, acima de tudo, como processo político-pedagógico de conquista de cidadania. Buscou também, nas ações, projetos e serviços, superar a fragmentação da organização programática tendo como diretriz o trabalho intersetorial e como valor à integralidade das ações. Este esforço se traduziu

⁴ Tenório - 1996.

na implantação da ação comunitária e no início da descentralização e integração dos trabalhos de atenção à família.

Serviços Centralizados

Protagonismo dos Usuários

Realizações e Avanços:

Participação dos usuários do Pró-rendas e da Formação para o Trabalho e Cidadania nas Comissões de gerenciamento de feiras de variedades artesanais;

Participação da população de rua nos Seminários e Conferências sobre Habitação e Direitos Humanos, bem como participação na organização da Conferência e na Jornada de Luta do próprio tema população em situação de rua. Participação de representantes de usuários no Fórum de Entidades de População de Rua;

Realização de Grupo Operativos nas praças com a população em situação de rua, com encaminhamentos à Oficina de Geração de Renda

Inclusão dos usuários/população de rua, em especial a com transtorno mental, no BPC e através da regularização de documentos pessoais;

Protagonismo das famílias acolhedoras do Serviço Alternativo de Proteção à Criança e Adolescente (SAPECA) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar e na participação positiva no cotidiano do serviço;

Participação dos idosos nas decisões da rotina da Casa dos Idosos e das Idosas, autonomia enquanto indivíduo e participação na comunidade;

Participação dos usuários no planejamento e decisão de atividades dos serviços: Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA), Projeto Convivência e Cidadania; Reintegração Social de Grupos de Adolescentes através do Trabalho Educativo (RESGATE).

Instituído o Sistema *self-service* no Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente (CMPCA);

Formação de grupo de *RAP* dos meninos da Reintegração Social de Grupos de Adolescentes (RESGATE) - União Faz a Força, com apresentações públicas.

Desafios:

Implantação das Comissões Gestão dos Serviços Centralizados;

Implantar o Centro de Atendimento ao Trabalhador de forma participativa, em especial com as organizações sindicais dos trabalhadores;

Criar condições para ampliar a participação dos usuários dos serviços centralizados no Orçamento Participativo (OP) e sensibilizar o Conselho do Orçamento Participativo (COP) para as demandas desses segmentos;

Assegurar a concretização das decisões do Orçamento Participativo com a forma de estimular a credibilidade da participação do usuário do OP;

Ampliar a autonomia dos usuários, em relação aos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, na comissão de feiras de variedades artesanais;

Implantação da Comissão de Gerenciamento do Pró-Rendas com a participação efetiva dos representantes da Sociedade Civil;

Retomada da Comissão de Gerenciamento do Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM);

Ampliar a participação de usuários no Fórum de Entidades de Atendimento a População de Rua;

Ampliar participação dos usuários no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal do Idoso (CMI) e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM).

Família

Realizações e Avanços:

Participação efetiva dos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) na implantação da resolução nº 006/01 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em todos os serviços e programas;

Início das discussões da descentralização do trabalho com famílias colocando no horizonte a extinção do Serviço de Atenção à Família (SAF);

Avanço no enfoque de não revitimização das mulheres e seus filhos usuários da Casa Abrigo da Mulher Sara-M;

Aproximação das famílias aos idosos, crianças e população em situação de rua abrigadas nos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Trabalho psicossocial individualizado de restituição e fortalecimento de vínculos familiares e retorno às famílias de usuários abrigados;

Processo de inclusão de famílias na formação de grupos associativos e de cooperativos.

Desafios:

Criar Serviços, de apoio às famílias, descentralizados, participativos e intersetoriais que, atuando nos momentos de fragilização das famílias evite as rupturas dos vínculos familiares e que sejam apoio aos serviços centralizados na tarefa de reconstituição desses vínculos;

Implantação do projeto das equipes do Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e Adolescente (SAPECA) e do Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente (CMPCA) de ampliação do número de famílias acolhedoras e diminuição do número de abrigamento;

Implantação da resolução nº 006/01 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nos programas e serviços da Coordenadoria Setorial de Trabalho e Renda da Secretaria Municipal de Assistência Social bem como nas outras secretarias sociais;

Construção intersetorial de Espaços Comunitários de Vivência de Idosos e Pessoas Portadoras de Deficiência;

Responsabilização da Secretaria Municipal de Saúde da implantação dos Lares Abrigados para usuários do Abrigo Especializado Renascer, Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante SAMIM e da população em situação de rua com transtorno mental;

Implantação de Residências para População em Situação de Rua;

Ampliar o trabalho com famílias em todos os serviços e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Criação intersetorial de serviços de proteção às vítimas de violência e ameaças pelo narcotráfico;

Maior interação com as escolas, buscando uma educação inclusiva.

Intersetorialidade**Realizações e Avanços:**

Os serviços, projetos e programas da SMAS têm trabalho intersetorial rotineiro com as Secretarias Municipal de Saúde, de Educação e de Cultura, Esporte e Turismo;
Conquistas com o trabalho intersetorial da Secretaria Municipal de Saúde: Participação na capacitação de agentes de saúde; Inscrição dos usuários abrigados nas equipes PAIDÉIA; Integração/intercessão com o PAIDÉIA otimizar resultados; Discussão conjunta de casos de violência doméstica; Participação na capacitação do Projeto Iluminar.

Integração com a saúde mental com participação em reunião conjunta com Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Centros de Saúde, Centro de Referência e Informação ao Alcoolismo E Drogadição (CRIAD), Núcleo de Atendimento a Dependentes Químicos (NADEQ), Núcleo de Atenção à Crise (NAC), Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), urgência e emergências com objetivo de assegurar atendimento de usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social na rede. Acompanhamento Interdisciplinar/Intersetorial propiciando a construção de projetos terapêuticos para usuários em situação de abrigo;

Ações intersetoriais com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, através de inserção das crianças, adolescentes e adultos do Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente, Projeto Convivência e Cidadania, Reintegração Social de Grupos de Adolescentes através do Trabalho Educativo, Serviço de Atenção à Família, Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e Adolescente, Casa Abrigo da Mulher SARA M e Abrigo especializado renascer, em programas culturais, atividades esportivas e utilização das praças de esportes;

Conquistas com o trabalho intersetorial da Secretaria Municipal de Educação: Acolhimento às crianças da Casa Abrigo SARA M nas creches e escolas da rede de ensino; Classe de Alfabetização de jovens e adultos (FUMEC) no Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante; Interação dos idosos com as crianças das escolas municipais;

Trabalho conjunto com a Guarda Municipal no Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante e Casa Abrigo SARA M;

Participação na elaboração/implantação do Plano Municipal da Infância e Juventude;

Trabalho integrado com as ONG's dos mais diversos segmentos e objetivos; Fórum de População de Rua, com a participação de OG's e de ONG's;

Com Universidades: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP - na realização do Seminário de Renda Mínima; Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Faculdade de Serviço Social na Semana Construindo Rede e Psicologia e com o departamento de Psicologia na Capacitação para Ação Comunitária; a Universidade Paulista/Campinas (UNIP) realiza Plantão psicológico no Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente.

A Intersetorialidade com o valor e meta da Secretaria Municipal de Assistência Social resultou no esforço na sua construção a partir dos serviços e principalmente das regiões. Realização de Seminários em todas as Regionais e Seminário Geral das Secretarias; Participação dos serviços centralizados nos Fóruns Intersetoriais Regionais;

Desafios:

A Secretaria Municipal de Saúde - assumir a enfermagem da Casa dos Idosos e das Idosas e do Abrigo Especializado Renascer;

Estimular a receptividade do trabalho integrado e articulado com Secretaria Municipal de Educação no atendimento às famílias;

Contar com acompanhamento e orientação pedagógico da SME para educação não formal nos Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes, Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente, Projeto e Convivência e Cidadania; Casa Abrigo da Mulher SARA M, Formação para o Trabalho e Cidadania;

Participação na discussão e implementação dos Terreiros da Alegria;

Apropriação pelas secretarias sociais da resolução nº 006/01 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capacitação e Protagonismo das Equipes

Houve grande investimento da Secretaria Municipal de Assistência Social na equipe técnica, porém foi pequeno na equipe operacional;

Atraso na efetivação de capacitação refletiu no processo de implantação de novos projetos;

O protagonismo dos funcionários/equipe ficou prejudicado pela dificuldade com canais de comunicação mais ágeis;

O resultado de alguns projetos, em especial, o Convivência e Cidadania, se deve ao protagonismo das equipes.

Houve avanço no protagonismo das equipes, principalmente, na discussão coletiva de rotina, processo e projetos;

A capacitação e a apropriação das equipes possibilitaram o maior protagonismo destas.

Serviços Descentralizados

Participação Popular

Realizações e Avanços:

Participação de usuários em espaços de discussão da vida cotidiana, de informação, de capacitação e valorização da comunidade, do modo a mudar o paradigma, saindo de ações individuais para ações coletivas;

Participação de usuários da região dos Amarais no II Fórum Social de Porto Alegre;

Mobilização das comunidades e lideranças para participação do OP;

Participação de usuários e famílias nas comissões de gerenciamento dos Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes;

Participação de usuários no planejamento de atividades Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes;

Mobilização e articulação da comunidade do Satélite Íris na Comissão de Pólo de Cidadania;

Participação dos grupos de geração de renda em eventos, festas e feiras;

Mobilização e participação na eleição do Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar, ampliando a representatividade do usuário;

Organização, mobilização e participação popular no evento Comunidade e Ação no Jardim Rosária;

Formação do Grupo Esperança na Comunidade Vida Nova;

Participação da comunidade São Quirino e Nilópolis no processo de transferência do Núcleo e Centro Profissionalizante;

Fortalecimento da autonomia dos usuários do Programa de Renda Mínima, a partir da disponibilização de cartões magnéticos;

Organização e mobilização de um grupo gestor para montagem de chapa e eleição da diretoria do Centro Social da Vila Miguel Vicente Cury;

Participação dos usuários e representantes das comunidades nos fóruns intersetoriais;

Participação dos usuários, nas discussões de cursos de profissionalização básica a serem implantados na comunidade;

Intensificação da relação dos equipamentos da Assistência Social nas comunidades onde estão inseridos;

Favorecimento da participação de fóruns na comunidade;

A descentralização do plantão social nas Coordenadorias Regionais de Assistências Sociais Leste e Noroeste favorecem a proximidade com os usuários, identificando as características e demandas existentes nos bairros de cada região.

Desafios:

Ampliar a participação dos usuários, líderes comunitários e grupos organizados;

Intensificar as relações com a comunidade;

Implantar comissões de gerenciamento em todos os equipamentos da Assistência Social descentralizado, ampliando o protagonismo dos usuários, nas discussões das prioridades e destinação dos recursos públicos.

Família

Avanços e Realizações:

Início de fóruns de discussão, nas micro-regiões com representantes de OG's, ONG's e/ou comunidades, lideranças sobre o atendimento às famílias e sobre como criar uma política de atenção à família articulada e descentralizada;

Processo de organização de trabalho com famílias a partir de grupos constituídos nos equipamentos e nas comunidades;

Acompanhamento às famílias com histórico de violência doméstica e outras situações de risco, através de visitas domiciliares, discussões conjuntas com educação e saúde e encaminhamentos necessários a cada caso;

Corresponsabilização dos diversos segmentos no atendimento à família;

Elaboração de proposta de ação de caráter preventivo e de acompanhamento do grupo familiar, das famílias atendidas nos programas das Coordenadorias Regionais de Assistência Social, a partir da resolução nº 06/01 de 22/10/01 do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;

Grupos sócio-educativos para atendimento e acompanhamento, às famílias que recebem cestas básicas;

Elaboração e implementação do projeto Ainda é Melhor Viver em Família, na ação regional Leste - Região da Vila Brandina;

Elaboração e implementação do projeto Escola de Pais, do grupo Beija-Flor na Vila Ipê.

Desafios:

Estruturar o trabalho com família, criando uma política de atenção à família, articulada e descentralizada, com programas e serviços na comunidade;

Investir e acreditar em projetos de geração de rendas para família;

Ampliar o conhecimento e a relação da rede de serviços e envolvê-las mais efetivamente no atendimento;

Ampliar recursos (humanos, materiais e financeiros) para o atendimento à família.

Intersetorialidade

Avanços e Realizações:

Concretização da territorialidade, resultando na divisão das regiões em micro-regiões e o estabelecimento de equipes de referência da Assistência Social em cada micro-região, facilitando assim a intersectorialidade a formação da rede de serviços e ação comunitária;

A realização de Eventos e Seminários Intersetoriais nas regiões, fortalecendo a intersectorialidade trazendo benefícios e resultados mais efetivos; constituindo fóruns micro-regionais para discussão de casos, ações conjuntas e projetos coletivos;

Coerência na direção da Secretaria Municipal de Assistência Social na condução política no processo intersectorial;

Elaboração do cadastro único na região do São Quirino, permitindo a discussão de casos quanto a uma melhor distribuição de benefícios, efetivação do acompanhamento e a inserção em programas sociais;

Implantação do projeto CRÊ VIDA FELIZ, no bairro Valença como Centro de Convivência Social para idosos;

A partir da ação intersectorial foi possível a recolocação de uma ONG dar atendimento à criança do bairro Floresta para o São Luiz

Maior compreensão dos integrantes nas reuniões intersectoriais da importância do trabalho conjunto;

Maior integração nas discussões com os Conselhos e grupos representativos nas regiões.

Desafios:

Garantir que a diretriz da intersectorialidade seja efetiva em todas as Secretarias como política de governo, fortalecendo as ações regionalizadas;

Intensificar as relações com as comunidades;

Garantir os Fóruns Sistemáticos das Coordenadorias Regionais com a participação de todos os Coordenadores Regionais.

Capacitação e Protagonismo da Equipe

Investimento na formação continuada dos servidores, propiciando vários cursos de capacitação, resultando no apoderamento das equipes, em especial nos cursos:

Cooperativismo realizado em parceria com a Cáritas e que atingiu a maioria dos técnicos da SMAS;

Ação Comunitária, com a Prof^a. Raquel Guzzo, do Departamento de Psicologia da PUCC, e que foi dirigido aos técnicos dos serviços descentralizados;

Assessoria em Grupos Operativos para os técnicos que trabalham com população em situação de rua;

Família, ministrado pelo Instituto de Terapia Familiar de Campinas, e destinado a 60 (sessenta) técnicos da SMAS;

Capacitação e Construção do Projeto Pedagógico dos NCCA pelo Território e Vida que deveria ter sido um grande projeto que foi interrompido por necessidade de cancelamento do contrato com a empresa contratada para a tarefa;

Discussões internas ou com grupos no trabalho intersetorial e no Apoio Institucional Interno para a Ação Comunitária possibilitou, na ação, a interação, a troca e a socialização da reflexão sobre a prática o que promoveu o processo de formação permanente do profissional - vide quadros.

A construção de projetos conjuntos nas Coordenadorias Regionais de Assistência Social, o grau participação e autonomia nas decisões dos trabalhos desenvolvidos favoreceram o protagonismo das equipes.

Participação de servidores nas Comissões de representantes, contribuindo na discussão e elaboração do plano de cargos e carreira e CIPA;

Participação de servidores no Orçamento Participativo;

Participação de servidores dos Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes na avaliação referente ao curso de capacitação que resultou no rompimento do contrato.

2.1) SÍNTESE DAS REALIZAÇÕES E AVANÇOS - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DGDS)

O Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social da SMAS no ano de 2002 teve como diretriz: *"Garantir o planejamento e desenvolvimento das Políticas Públicas de Assistência Social, com vistas ao atendimento das necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, buscando a inserção, prevenção, promoção e proteção do indivíduo"* (Diário Oficial do Município, de 16/09/1999).

Esse Departamento desenvolveu suas atividades tendo como referencial os temas: Gestão Pública, Competências Gerências, Metodologias de Avaliação na Área de Assistência Social e Indicadores Sociais.

Realizações:

Planejamento, organização e implementação de ações que estabelecessem novas formas de gestão e fornecessem subsídios para a execução da Política de Assistência Social;

Desenvolvimento de uma prática articulada nos processos internos (coordenadorias e setores do DGDS e DOAS) e intersecretarias visando um trabalho de parceria e a busca de soluções conjuntas e compartilhadas para os problemas possibilitando uma melhor organização do processo de trabalho e a melhoria das competências gerências.

Discussão, de forma transparente, dos recursos financeiros da SMAS junto aos demais setores da SMAS e Conselhos de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente:

Procurando atender as demandas prioritárias internas e externas, com um orçamento aumentado em 30% (trinta por cento) comparado ao de 2001.

Desenvolvimento de processos de discussão junto às esferas de governo estadual e federal, articulada com representantes da sociedade civil organizada, visando garantir recursos financeiros de programas e projetos como Agente Jovem;

Execução de programas e projetos co-financiados pelo governo federal e estadual, buscando desenvolver processos mais ágeis para efetivação dos mesmos;

Estabelecimento de canais mais efetivos de comunicação junto às esferas estadual e federal;

Administração, gerenciamento, elaboração e execução de convênios da esfera federal, estadual e municipal junto as OG's e ONG's;

Acompanhamento, avaliação e controle das ações desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais (ONG's) que prestam serviço na área de Assistência Social; através de visitas técnicas sistemáticas; controle e avaliação de planos, programas e projetos de intervenção; aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos pelas diversas esferas de governo, trabalho desenvolvido pelas Coordenadorias Setoriais: Avaliação e Controle (CSAC); Orçamentária e Financeira (CSOF); Controle de Fundos (CSCF);

Participação e articulação com setores da sociedade civil na discussão do projeto Banco de Alimentos vinculado a CEASA

Ampliação do suporte administrativo aos Conselhos Municipais da área da Assistência Social possibilitando o cumprimento de suas finalidades e atribuições; mesmo assim ainda insuficiente;

Atendimento sistemático a todas as demandas encaminhadas pelos Conselhos Municipais da área de Assistência Social, sendo que a maior parte das solicitações é do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

Execução de atividades administrativas, fornecendo subsídios e apoio aos diversos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social, no que se refere a infra-estrutura material, recursos humanos e financeiros, a fim de garantir o desenvolvimento de programas e projetos, considerando sem dúvida que a demanda é muito maior do que realmente pode ser atendida neste ano;

Planejamento, controle e operacionalização de ações que envolvem o suprimento, transporte, bens patrimoniais, manutenção de equipamentos e unidades físicas, procurando atender, apesar dos recursos insuficientes, as demandas levantadas e implementação de visitas sistemáticas aos serviços;

Planejamento, execução e controle da aplicação orçamentária e financeira dos recursos alocados na Secretaria Municipal de Assistência Social;

Discussão de novos instrumentais que possam subsidiar o planejamento, o acompanhamento, avaliação dos Serviços, Programas e Projetos das ONG's.

Avanços:

Intensificação do atendimento as necessidades prioritárias da SMAS e outras demandas com a incorporação de Recursos Humanos, Equipamentos, Reparos e Construções;

Execução da Assessoria do Instituto de Estudos Especiais - IEE para construção de Metodologia de Avaliação e Monitoramento da Rede Executora de Assistência Social OG's ONG's do Município de Campinas;

Execução do Projeto Mapa da Exclusão/Inclusão Social, com a assessoria do Instituto Polis, sob a Coordenação Geral da SMAS em parceria com as Secretarias de Planejamento, Educação, Saúde, Habitação; Grupo de Desenvolvimento Rural e Sustentável, Orçamento Participativo e Gabinete da Prefeita;

Implantação do Programa de Estágio Remunerado na SMAS;

Gestão dos Fundos Municipais: de Assistência Social (FMAS); e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), executando sua programação orçamentária, financeira e contábil, coordenando a execução e aplicação dos recursos;

Construção de Critérios de Partilha de Recursos destinados as ONG's;

Reformulação e efetivação dos Termos de Ajuste firmados entre poder Público e ONG's, procurando assegurar o compromisso estabelecido pelos referidos parceiros na execução de ações da política de Assistência Social;

Dificuldades:

- Não contar com um profissional da área de comunicação na SMAS;
- Falta de material de divulgação dos Serviços e programas da SMAS;
- Não contar com um sistema informatizado de Rede nos diversos Serviços, centralizados e descentralizados, da SMAS;
- Falta de equipamentos especialmente de informática previsto no orçamento de 2002 e que não foi efetiva a Compra Geral da PMC;
- Atraso nos repasses de recursos financeiros dos convênios do nível estadual e federal.

Propostas:

- Desenvolvimento do Curso de Gestão Pública em parceria com a Universidade Estadual do Estado de São Paulo UNESP - Campus de Araraquara;
- Elaboração de um diagnóstico do custo/benefício dos Serviços, desenvolvidos pela SMAS, com OG's e ONG's;
- Ampliação do número de Estagiários remunerados ainda em 2003;
- Estabelecimento de convênio com as Universidades para estágio curricular não remunerado;
- Efetivação do organograma implementando neste Departamento os Setores de Estágio/Ensino e Pesquisa, Comunicação, Convênios e Administração da Casa dos Conselhos;
- Participação da SMAS na comissão de Licitações da Secretaria Municipal de Administração;

Análise e Avaliação da Área de Recursos Humanos/Capacitação e Expediente:**Realizações:**

- Levantamento do quadro de pessoal e necessidades de reposição da SMAS;
- Redistribuição, adequação das tarefas e dos Recursos Humanos de acordo com a natureza dos trabalhos;
- Realização e participação em cursos, seminários específicos da SMAS e em conjunto com a SMRH;
- Levantamento dos casos de disfunções de funcionários da SMAS
- Organização de remanejamento interno de funcionários da SMAS;
- Participação nas reuniões para escolha e preenchimento de vagas da SMAS por candidatos concursados;
- Organização de reuniões de Integração de funcionários novos da SMAS;
- Reuniões com os serviços da SMAS para discussão de casos e propostas de encaminhamentos;
- Participação nas reuniões quinzenais da Comissão de Representantes de Funcionários da SMAS;
- Participação na Comissão Organizadora da Eleição da CIPA 11 da SMAS;
- Reuniões e contatos sistemáticos com a SMRH;
- Participação em reuniões mensais de Representantes de RH com a SMRH;
- Realização de Pesquisa de Interesse e reuniões com Funcionários da SMAS sobre o Projeto "Aprender Não Tem Idade";
- Elaboração do Diagnóstico de Necessidade de Treinamento para 2003/2004 da SMAS para a SMRH;
- Reuniões com a Coordenadora do Serviço Médico da PMC;

- Contatos sistemáticos com a equipe do Serviço Médico da PMC;
- Acompanhamento dos processos de readaptação de funcionários da SMAS integrado com o Serviço Médico;
- Participação nas reuniões da Comissão de Previdência da PMC;
- Participação nas reuniões da Comissão de Insalubridade;
- Participação no Comitê Executivo de Condições de Trabalho;
- Participação nas reuniões da Câmara Técnica para discussão do Plano de Cargos, Carreiras, Salários e Benefícios da PMC;
- Participação na Câmara de Representantes para discussão da Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano de Carreira;
- Participação em reuniões de representantes do Plano de Carreira e Funcionários da SMAS;
- Participação na Comissão Organizadora do "Dia do Funcionário Público", junto ao Gabinete da Prefeita;
- Participação na Comissão Organizadora da Mostra Fotográfica e de Poesias de Funcionários da PMC;
- Organização do Seminário: "Metodologia do Trabalho Comunitário e Social", ministrado pelo Dr. Wilian César Castilho Pereira, destinado a técnicos do Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS);
- Elaboração do Projeto para Contratação de Assessoria para a "Construção do Projeto Pedagógico e de Supervisão a Oficinas Sócio-Educativas dos Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes", para funcionários de nível técnico e operacional dos 17 (dezesete) Núcleos Comunitários do DOAS;
- Elaboração do projeto para contratação, organização e avaliação do Curso: "Jogos Cooperativos", ministrado pelo COOPERANDO, destinado a funcionários dos Centros Profissionalizantes e Serviços Centralizados de atendimento na área da família, criança e adolescente;
- Elaboração do projeto para contratação do curso "A Família na Comunidade", destinado a técnicos e coordenadores ligados à área de família, criança e adolescente das Coordenadorias de Ação Regional e serviços centralizados;
- Elaboração do projeto para contratação de Supervisão Técnica sobre Grupos Operativos para o SARES.

Avanços:

- Maior participação do Setor de Recursos Humanos em discussões de assuntos referentes a funcionários;
- Maior investimento em capacitação de funcionários;
- Atualização dos Serviços da SMAS no Sistema de Protocolos (ligado ao Gabinete da Prefeita);
- Implantação do Sistema 156 da SMAS, controlado pelo RH da SMAS;
- Melhoria dos retornos do 156, sendo somente 3% do total de solicitações não respondidas, o que tem sido reconhecido como ótimo nível de eficiência;
- Ampliação do quadro de pessoal da SMAS;
- Todas as vagas de aposentadoria, falecimento e exoneração de funcionários foram repostas este ano, algumas estavam aguardando autorização para contratação desde 1999;
- Participação de funcionários em cursos promovidos pela SMAS e pelo EGDS;
- Criação da CIPA 11 da SMAS;
- Participação de funcionários de diversos níveis e secretarias nas discussões da Previdência e do Plano de Carreira;

Comissão de Representantes de Funcionários, que incentiva a discussão, avaliação e levantamento de propostas.

Desafios:

Acúmulo de trabalho do Setor RH/Expediente;
Falta de pessoal administrativo para o RH;
Falta de equipamentos como: computadores mais atualizados, impressoras, fax etc.;
Espaço físico, inadequado para atender as demandas de trabalho do Setor de Expediente/RH/Capacitação;
Grande volume de atendimentos telefônicos e pessoais de usuários;
Dificuldade de integração com o DOAS;
Atraso na entrega de documentos (FF, férias, etc.) por serviços da SMAS;
Falta de investimento em capacitação dos administrativos.

Propostas:

Participação em reuniões do DOAS;
Aumento de funcionários, tanto administrativos como de técnicos para compor a equipe;
Definição de horário exclusivo para atendimento de funcionários;

Definição de procedimentos e fluxograma de encaminhamento para o RH;
Capacitação de funcionários da Recepção/Expediente/RH/Capacitação;
Formação de parcerias para desenvolvimento de cursos;
Captação de recursos para investimento em capacitação de funcionários;
Atendimento telefônico de usuários na Recepção por funcionário capacitado;
Adequação do espaço físico;
Compra de computadores, impressoras, fax e recursos audiovisuais (televisão, videocassete e retroprojeto), para o Setor.

Serviço de Apoio aos Equipamentos Sociais (SAES)

Dificuldades:

Dependência e demora de outras Secretarias como Secretaria Municipal de Obras, Finanças e Administração para execução de serviços de suas respectivas responsabilidades:

Secretaria de Obras: A ausência de estrutura (material/pessoal) para atendimento de manutenção, na infra-estrutura das unidades externas desta SMAS;

Secretaria de Finanças: Demora na aprovação do Cronograma de Desembolso Orçamentário/Financeiro e Liberação da Declaração de Impacto Financeiro (Lei Responsabilidade Fiscal Nº 101/2000);

Secretaria de Administração: Falta de aquisição de alguns produtos de USO COMUM, demora no desenvolvimento e conclusão dos processos licitatórios como TOMADA DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA PÚBLICA e COMPRA DIRETA.

Falta de precisão no preenchimento do relatório de Previsão Anual de Materiais, por parte das unidades desta SMAS, causando freqüentes alterações na Previsão;

No caso do material ser da categoria USO COMUM, é necessária autorização da Secretaria de Administração, visto que os processos de compras para esses materiais são adquiridos através das quantidades previstas pelas unidades, qualquer alteração no quantitativo pode não ser inclusa ou retirada de outras Secretarias.

Ausência de pessoal técnico: 1 (um) Assistente de Compras - efetuar processos de compra na modalidade AMIL, visando agilizar as aquisições de materiais e serviços; 1 (um) Engenheiro - efetuar parecer técnico sobre a infra-estrutura das unidades externas, acompanhamento de serviços de obras, emissão de relatório na Tabela *Pini Volare* (tabela de preço de materiais e serviços de obras);

Ausência de retorno de fornecedores em cotação de preço de produtos diversos.

Condições para Realização do Trabalho:

Maior integração da SMAS com a Secretaria de Obras, a fim de proporcionar uma priorização maior desta Secretaria, no que se refere à manutenção junto às unidades externas da SMAS;

Maior integração da SMAS com a Secretaria de Finanças, a fim de proporcionar uma priorização maior desta Secretaria, no que se refere à liberação de Cronogramas de Desembolso Financeiro e outros documentos financeiros que integram os processos licitatórios;

Maior integração da SMAS com a Secretaria de Assuntos Jurídicos, a fim de proporcionar uma priorização maior desta Secretaria, no que se refere à elaboração de minutas e efetivação de contratos;

Maior integração da SMAS com a Secretaria de Administração, a fim de proporcionar uma priorização maior desta Secretaria, no que se refere à agilização na conclusão dos processos licitatórios;

Contratação de um auxiliar de compras para o SAES, para agilizar a conclusão de processos licitatórios na modalidade AMIL.

Contratação de um engenheiro para a SMAS, para efetuar parecer técnico sobre a infra-estrutura das unidades externas, acompanhamento de serviços de obras, emissão de relatório na tabela *Pini Volare*.

Propostas e Perspectivas para 2003:

Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial para todas as unidades externas da SMAS - CURTO PRAZO;

É indispensável à presença de um engenheiro da SMAS-PMC, para elaboração do parecer técnico de manutenção, que deverá ser posteriormente encaminhado à Contratada (discussão encaminhada).

Maior integração com a Secretaria de Administração, a fim de agilizar e priorizar os processos licitatórios desta SMAS - CURTO PRAZO - (disponibilizado um funcionário para compor a comissão de Licitação na SMA);

Maior integração com a Secretaria de Assuntos Jurídicos, a fim de agilizar e priorizar os contratos desta SMAS - CURTO PRAZO;

Criação de uma comissão de licitação, em conjunto com as demais Secretarias, a fim de agilizar a conclusão dos processos de compra da SMAS nas modalidades acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) - MÉDIO PRAZO;

Nova revisão e atualização nos materiais relacionados na Planilha de Previsão Anual de Materiais para 2003 - MÉDIO PRAZO;

Personalização dos materiais da Planilha de Previsão Anual, adequada de acordo com a Unidade e Serviço Prestado - MÉDIO PRAZO;

Em casos de produtos de USO COMUM que a Secretaria de Administração, por motivos quaisquer, não efetuou a aquisição dos mesmos, o SAES realizará a aquisição emergencial através de processo licitatório AMIL - CURTO PRAZO;

Padronização dos impressos da SMAS, através de serviços gráficos junto à IMA - CURTO PRAZO;
Retorno imediato às unidades, referente a possíveis alterações no quantitativo do material solicitado - CURTO PRAZO.

Na área de TRANSPORTE, subsidiamos a SMAS da seguinte forma:

Objetivo: garantir as solicitações de transporte da SMAS, com agilidade, dos nossos funcionários e/ou usuários.

Atividades e Ações Básicas: transporte de trabalhadores e usuários da SMAS, e de outros profissionais; além de materiais e cargas (dentro e fora do Município).

Recursos Materiais: carros oficiais - 8 (oito) peruas *Volkswagen Kombi* e 2 (dois) *Fiat Palio*; carros locados - 4 (quatro) *Fiat Uno* e 20 (vinte) peruas *Volkswagen Kombi*.

Recursos Humanos: 15 (quinze) Motoristas - SMAS -, 5 (cinco) Motoristas - em regime de direção SMAS -, e 21 (vinte e um) Motoristas terceirizados (*Cotescar*).

Realizações/Número de Atendimentos:

Viagem média anual = 160

Transporte diário - média anual 6000

Transporte ocasional - média anual 200

Transporte emergencial (Abrigos 24hs) média anual - 600

Transporte solicitado por outras secretarias e órgãos - média 80/ano

Memorandos recebidos / Atividades realizadas

Recebidos - 1500/ano

Enviados - 120/ano

Interface SMAS, outras secretarias e organizações;

SMAS (transporte) locais - Gabinete; DOAS/Coordenadorias;

DGDS/Coordenadorias; CRAS; NCCA's; Abrigos 24hs;

Conselhos; CMAS; Conselho Tutelar; Conselho Comunitário de Campinas.

Outras Secretarias:

Administração; Patrimônio; Educação; Saúde; Cultura; DETI;

Gabinete da Prefeita e Câmara Municipal.

Dificuldades:

Compreensão mais ampla por parte da equipe da nova forma de gerenciamento do transporte e suas implicações nas atividades cotidianas;

Número reduzido de veículos;

Demora na execução de reparos/consertos (DETI);

Não concretização do processo do passe livre (pedágio).

Propostas:

Treinamentos e Capacitação com a equipe visando trabalhar as demandas da equipe e propostas da SMAS;

Reuniões sistemáticas de equipe;

Aumento da frota: carros oficiais e/ou locados;

Garantia de manutenção nos veículos oficiais, com maior agilidade;

Efetivação do Passe livre (pedágio), nos veículos oficiais da SMAS.

Avanços:

Reordenamento dessa área adotando novos procedimentos de gerenciamento;

Implantação de planilhas diária/mensal nos veículos oficiais e terceirizados para maior visibilidade dos serviços executados;

Acompanhamento sistemático das atividades cotidianas da equipe procurando contribuir para a solução dos problemas;

Estabelecimento de contato direto com os serviços para a melhoria do fluxo de atendimento.

Nutrição

Na área de Nutrição as atividades se desenvolveram buscando intensificar o contato direto com os serviços da SMAS, demanda muito solicitada pelos funcionários. Comparado ao ano de 2001, em 2002 houve um maior contato com os serviços, porém não suficiente em face da demanda. É fundamental a implementação de outras formas de atendimento de maneira a suprir a necessidade dos serviços. Neste ano participamos da discussão do Projeto "Banco de Alimentos", da CEASA, e visitamos os Bancos, de Santo André e São Paulo, com vistas à implantação em Campinas.

Para 2003, necessitamos ampliar as discussões sobre a questão alimentar e a forma que estamos trabalhando esse tema nos nossos serviços, assim como ter uma avaliação mais aprofundada de como nossa prática tem respondido aos desafios que se colocam quanto a uma dimensão mais ampla da questão da fome, preocupação prioritária do governo federal. Temos que implementar novas práticas e ações mais integradas e articuladas com os diversos segmentos da sociedade para um atendimento mais integral nessa área.

As atividades desenvolvidas em 2002 estão apresentadas no quadro a seguir:

Ações Básicas	Realizações	O que pretendemos?	Dificuldades
Planejamento Nutricional	Foi possível adaptar os cardápios: - Idosos através da readequação do jantar com introdução de refeição mais leve e uso de leite desnatado; - Abrigo Renascer a fim de enfrentar o problema da obesidade dos usuários; - SAMIM com vistas a aumentar a densidade nutricional. A tradicional sopa oferecida pela Igreja Presbiteriana foi substituída por refeição.	- Adaptar, sempre que possível, o cardápio às necessidades nutricionais dos usuários; - Concentrar, para 2003, atividade na montagem do esquema alimentar do CMPCA.	Produtos específicos, muitas vezes, não podem ser rapidamente providenciados.

Ações Básicas	Realizações	O que pretendemos?	Dificuldades
Previsão de aquisição de Gêneros	A modalidade do processo licitatório, de gêneros não perecíveis, foi alterada para Ata de Registro de Preço com vistas a reduzir possíveis perdas de alimento; Foram introduzidos outros cortes de carne, tais como: lingüiça, bife e carne para assar conforme solicitação dos usuários;	- Implementar na modalidade convite à aquisição de frios e outro tipos de laticínios.	
Licitações	Elaboração de um processo licitatório na modalidade Tomada de Preço e quatro na Modalidade de convite e um Amil para atender o Resgate.	- Manter.	
Distribuição de gêneros alimentícios	Pacote de entrega mensal de gêneros alimentícios não perecíveis e controle da entrega semanal de perecíveis.	- Manter.	
Controles Internos	Acompanhamento dos processos licitatórios e melhoria nos controles internos do CMPCA, através de ficha de prateleira.	- Maior rigor no controle de gêneros.	- São muitas atividades externas e não existe funcionário interno para auxiliar.
Supervisão	- Supervisão periódica às unidades e adaptação de utensílios, conforme legislação vigente; - Supervisão da Festa de Inauguração da Cozinha do SAMIM e evento na FEPASA para a entrega do cartão do Renda Mínima.	- Manter.	
Atividades de Apoio	- Aos eventos das unidades da SMAS, por ocasião de inauguração e datas comemorativas; - As ONG's ligadas aos Abrigos; - Aos projetos de reforma e ampliação das Cozinhas das unidades.	- Manter.	
Programa Viva Leite	- Suporte a CSAC na pesagem e medição de crianças usuárias do Programa Viva Leite. Durante sete meses (abril a outubro) foram pesadas e medidas, aproximadamente 70 crianças para acompanhamento nutricional.	Participar da equipe da CSAC para implantação do Programa Viva Leite na SMAS.	- Infra-estrutura: microcomputador, balança, antropômetro e estagiários.

Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)

Avanços:

Operacionalização dos convênios;

Contratação de estagiário;

Organização interna do serviço por Frentes de Trabalho;

Criação de procedimentos e fluxos de ações integradas aos Conselhos;

Avaliação coletiva com os parceiros e usuários dos programas que são operacionalizados no município (Renda Cidadã, Fortalecendo a Família, PETI, Agente Jovem e Benefício de Prestação Continuada - BPC);

Contratação de Assessoria Técnica para a construção de instrumentais e indicadores para o ano de 2003;

Sistematização da emissão do Termo de Ajuste com interface junto à Secretaria de Assuntos Jurídicos;

Realização de 100% do monitoramento da Educação Infantil, desencadeando discussão referente à partilha 2003;

A partir da vivência, construção de procedimentos para distribuição de metas para Programas, Projetos e serviços das esferas Estadual e Federal;

Definição de critérios de análise para partilha de recursos;

Implantação da comissão Intersetorial para discussão de Cadastro Único Federal e Municipal.

Desafios e Estratégias de Superação:

Desafios	Estratégias de Superação
Definição da Equipe Técnica	Reposição e ampliação de Recursos Humanos
Disponibilização de técnico específico para o Programa VIVALEITE	Focar as ações do técnico no tocante a implantação, implementação e monitoramento e avaliação do programa
Não priorização do monitoramento	Aumentar a equipe técnica Priorizar o monitoramento através de planejamento sistemático das ações
Ausência de conhecimento da sistemática entre Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC e Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF	Emissão de Cartilha Educativa quanto aos conceitos financeiros e prestação de contas Intensificar a criação de procedimentos operacionais entre Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC e Coordenadoria Setorial Orçamentária e Financeira - CSOF e Controladoria de Fundos
Operacionalização em sistema <i>on line</i> de transmissão de dados para programas Estaduais e Federais	Maior estrutura informatizada
Ausência de dados para análise quantitativa e qualitativa do monitoramento	Obter Central de Dados da Rede Executora de Assistência Social (OG's e ONG's) Manter-se na Comissão de Cadastro Único Municipal
Dificuldade de entendimento do processo de solicitação de recursos financeiros	Alterar a normatização do processo de solicitação de recursos
Precariedade no sistema de comunicação junto às Entidades	Criar mecanismos facilitadores de comunicação junto às Entidades
Dificuldade na operacionalização dos instrumentos internos de controle administrativo e técnico	Revisão dos instrumentais técnicos e implantação de instrumentais administrativos
Falta de planejamento adequado e cumprimento das ações programadas	Elaboração efetiva do planejamento geral das ações para 2003, com ênfase no cumprimento de prazos.

2.2) CAPACIDADE DE GESTÃO

Introdução:

No Município de Campinas, avaliamos que a gestão da Assistência Social, em 2002, continuou enfrentando dificuldades, já apontadas no Relatório de Gestão - 2001, quanto aos processos que envolvem os mecanismos viabilizadores do atendimento de demandas e necessidades da população. Embora o Estado se coloque como "ator" importante nesse desenho de gestão, o que temos constatado é que o grande protagonista tem sido o Município na sustentação e desenvolvimento de serviços, programas e projetos de Assistência Social articulando uma rede de "atores" fundamentais nesse processo. "... Há estudos que provam que os governos locais estão desenvolvendo um gasto público social muito maior do que o aumento no repasse às áreas de educação, saúde, assistência social, entre outras" (Caccia Bava, 1999).

Os programas e projetos do governo estadual e federal se pautam em questões focais e pontuais; através de “pacotes fechados” altamente burocratizados, com prazos exíguos para a obtenção do recurso, recurso esse que não atende à necessidade da demanda, dificultando assim o desenvolvimento de um atendimento de qualidade e integral, ou seja, de uma política que realmente possibilite a expansão dos direitos sociais. Nesse sentido executamos alguns programas co-financiados pelo governo estadual e federal cujo detalhamento e avaliação esta abordada no item referente às ações da Rede Executora de Assistência Social.

Elegemos como exemplo dessa realidade as sérias dificuldades enfrentadas nesse ano de 2002 quanto ao projeto federal, intermediado pelo Estado “Agente Jovem” no que diz respeito à ampliação de metas. Durante todo o período para efetivação do processo o Escritório Regional de Assistência Social - ERAS - pertencente à Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS - CAMPINAS foi o interlocutor natural com o município. Toda a orientação recebida confirmava a garantia de ampliação do programa. Nesse sentido a PMC/SMAS trabalhou junto à rede executora desse projeto a proposta de ampliação que, segundo o ERAS, totalizava 1000 (mil) metas. O orçamento de 2002, da SMAS, não dispunha de contrapartida suficiente para tal envergadura de ampliação, pois o período em que essa proposta foi colocada o orçamento de 2002 já estava em execução. Frequentemente tivemos um descompasso quase que total entre as “ofertas” do governo em nível estadual e federal e os prazos dos orçamentos municipais, situação esta levantada em diversos fóruns de discussão de gestores da política pública no estado. O governo local para garantir a democratização e transparência das informações encaminhou a proposta ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - colocando enquanto gestor as suas limitações orçamentárias para a ampliação dessas metas. O CMAS em reunião Ordinária do dia 30/04/2002 deliberou a ampliação de mais 175 metas totalizando 300 metas para 2002 e 500 para 2003, considerando que este programa tem obtido uma resposta positiva e importante no atendimento ao jovem. Posto isso, o gestor procedeu a um estudo e atendeu a deliberação do CMAS e fez o encaminhamento do junto a Rede e ao ERAS. A rede executora ampliou seu atendimento, porém houve uma mudança de conduta nas instâncias estadual e federal não disponibilizando mais o recurso para tal ação. Frente a isso houve toda uma mobilização da Secretaria de Assistência Social, da rede executora do Projeto Agente Jovem, DRADS/ERAS e do CMAS no sentido de garantir o recurso, atendendo a rede que já tinha ampliado o seu atendimento. Após os encaminhamentos cabíveis para essa questão esses “atores” exigiram uma reunião que contou com representantes das três esferas de governo, do CMAS e CMDCA onde se pactuou garantir o recurso para atender essa demanda que já se encontrava inserida cabendo as três esferas de governo assumir a responsabilidade financeira.

Apesar do acordo estabelecido pelas instâncias envolvidas para o atendimento dessa demanda, nossa avaliação sobre o processo é que isso acaba ainda sendo um dos grandes entraves para a autonomia da gestão, mantendo-se o tradicional caráter autoritário e centralizador. Transfere-se ao Município todas as responsabilidades, porém sem o apoio financeiro, técnico e organizacional. O Comando Único não se efetiva quando o poder não é partilhado.

Para o ano de 2003, continuamos reafirmando nossos propósitos de viabilizar mecanismos que possibilitem uma discussão efetiva e integrada das três esferas de governo sobre as prioridades e demandas apontadas pelo município expressas em seu Plano Plurianual 2002-2005 e nos Relatórios de Gestão de forma que garanta uma política de Assistência Social que tome por base indicadores sociais, diagnósticos da realidade e dados avaliativos dos planos, programas e projetos, incluindo os diversos “atores” envolvidos nesse processo, principalmente os usuários.

Há grande expectativa e esperança que esse processo, no ano de 2003, em nível federal, inicie uma nova lógica para o trato da questão social e com isso o estado implemente ações mais efetivas e integradas de forma a garantir a discussão, comunicação, informação, mecanismos de democratização, autonomia e ampliação de poder, possibilitando melhor articulação entre todos os protagonistas envolvidos nesse processo.

2.2.1) IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A MELHORIA DA GESTÃO

A) METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE EXECUTORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A construção de uma metodologia de monitoramento e avaliação da rede executora de Assistência Social OG e ONG's constituíram-se, a partir de meados de 2001, num dos objetivos primordiais para definição de indicadores mais precisos que contribuísse para a análise quantitativa das demandas existentes e das novas demandas nessa área, de forma a subsidiar a tomada de decisões nas ações desenvolvidas pela SMAS e também apontar reordenamentos necessários e prioridades.

Sendo este um grande desafio da SMAS, consideramos fundamental a assessoria de instituição que tivesse acúmulo de conhecimento nessa questão. Definimos a partir de discussão com a Profa Maria Carmelita Yasbeck que o Instituto de Estudos Especiais (IEE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP com larga experiência e publicações quanto à avaliação de programas, projetos e serviços com gestores da política pública especialmente na área de Assistência Social, contribuiria de forma competente nesse processo.

Mantivemos contatos com a diretora do IEE, Prof^a. Mariângela Belfiore Wanderley, e com a Prof^a. Mercedes Siviski, discutindo nossa proposta que, basicamente, abrangia pontos fundamentais para avaliação da Política de Assistência Social do Município de Campinas:

- Indicadores de Impacto para análise da ação social;
- Metodologia participativa;
- Instrumentos de avaliação;
- Processos de interlocução com diversos "atores";
- Construção de Diagnostico Social;
- Avaliação de programas a partir da lógica integral;
- Alinhamento conceitual.

O questionamento muito presente em nossas reflexões nos remetia a uma pergunta básica, quando se indaga a realidade ou um objeto a ser pesquisado: O que queremos?

A partir dessa indagação questões fundamentais foram sendo colocados como grandes desafios a serem mais bem entendidos e elaborados a luz de elementos teórico-metodológicos:

- Autonomia das ONG'S/Agentes;
- Questão do financiamento da Rede/Custo-Benefício (destinação e aplicação dos recursos);
- Participação do usuário;
- Publicização das práticas e informações;
- Alinhamento linguagem;
- Avaliação de resultado e processo;
- Indicadores de medida.

Nesse processo, consideramos fundamental a participação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), pois ela representa um dos principais "atores" institucionais que trabalham com a Rede executora de Entidades Beneficentes na área da Assistência Social. Realizamos diversas reuniões para discussão da proposta inicial da PMC/SMAS quanto a questão do conteúdo, custo e do projeto apresentado pelo IEE com a diretora de Gestão Social e com a direção dessa instituição. Houve interesse e reconhecimento da importância da construção de uma metodologia de Avaliação da rede executora de Assistência Social no Município porém por questões orçamentárias a FEAC não pode participar como parceira no financiamento desse projeto.

Como a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura não dispunha no seu orçamento de verba suficiente para execução total do projeto, discutimos e definimos com o IEE o realinhamento da proposta. Por outro lado, considerando de extrema importância à execução integral desse projeto, pois significaria um avanço para análise da prática, encaminhamos o mesmo para o BNDES, a fim de conseguir financiamento, o que foi aprovado no final deste ano, com início de execução previsto para 2003.

Essa primeira etapa do projeto foi iniciada em 19/12/2002 e será desenvolvida em três meses de trabalho constituindo-se de três oficinas Temáticas:

- Assistência Social, enquanto Política Pública de Seguridade Social;
- Sistema Democrático e Participativo de Gestão;
- A Gestão e as Práticas Institucionais.

Critérios para Definição das Áreas e Participação dos "Atores":

Definimos que as áreas de recorte para iniciarmos o processo de avaliação são aquelas de importante significado social, comum a rede executora de OG's e ONG's:

- ✓ Criança/Adolescente - Núcleos;
- ✓ Família;
- ✓ Abrigo.

Os critérios de participação dos "atores" institucionais nessa etapa consideraram os seguintes aspectos:

- ✓ Sujeitos do poder público considerando que a verba destinada foi do Orçamento Participativo para a Gestão Participativa;
- ✓ Sujeitos que se comprometam em coletivizar e polemizar o conteúdo discutido nas oficinas de forma a apresentar síntese da discussão do grupo que representam;
- ✓ Sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com áreas de abrangência de OG's e ONG's:
 - Criança/Adolescente - Núcleos;
 - Família;
 - Abrigo.

B) MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

A construção do Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de Campinas *"constituí-se em uma ferramenta para negociação entre os diversos setores sociais e o próprio governo local, cada qual com os seus respectivos interesses. Não se trata de, simplesmente, constituir uma peça técnica que aponte um conjunto de prioridades sociais sistematizadas em um documento a ser reproduzido e distribuído entre os vários "atores" sociais. Trata-se principalmente de estabelecer um conjunto de referências construídas coletivamente para enfrentar os desafios sócio-urbanos que se apresentam a sociedade de Campinas nesse começo de século XXI"*.

"Analisar a exclusão é antes de mais nada desenhar a utopia da inclusão" (Sposati, 2000). Esse trabalho tem assessoria do Instituto Polis, INPE e PUC/SP. A construção da proposta se deu a partir das demandas formuladas pela Prefeitura Municipal de Campinas, tendo como objetivo geral: *"a constituição de um amplo conjunto de indicadores territorializados que sirvam de instrumentos para um processo sócio-político que culmine com o estabelecimento de padrões básicos de inclusão social que referenciem a formulação de políticas e a gestão municipal bem como subsidiem a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e as mais diversas entidades na construção de sua agenda política e de ações"*.

O desenvolvimento desse trabalho tem a duração de sete meses e teve início em outubro de 2002 com a primeira fase denominada de sócio-político-pedagógica da metodologia e a fase segunda denominada constituição do núcleo de trabalho. Durante essas etapas formou-se uma equipe de coordenação e um grupo de trabalho com técnicos, ambos compostos por representantes das secretarias municipais de Assistência Social, Planejamento, Saúde, Habitação, Educação, Desenvolvimento Rural, Orçamento Participativo, Setor de Informática. Com estes dois grupos esta sendo aprofundada a construção metodológica do Mapa da exclusão/inclusão social e, ao mesmo tempo estão sendo levantados e debatidos os bancos de dados existentes e as cartografias da cidade utilizadas pelas diferentes secretarias. Essas etapas se desenvolveram através de reuniões, três seminários internos com os técnicos das secretarias e coordenadorias. Esta previsto um seminário público de lançamento do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Campinas para o ano de 2003 e oficinas programadas. A etapa seguinte desse trabalho constituí-se de identificação de parceiros da sociedade civil ONG's, movimentos Sociais, Grupos Organizados; Entidades de Classe; Sindicatos etc.

A construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de Campinas possibilitará a contribuição para *"um modo novo de pensar a cidade para propor soluções. Saber de si, da sociedade e da cidade onde se vive é condição para a cidadania e com ela condição de exercício da democracia. A metodologia do Mapa deseja que ele reproduza argumentos para os cidadãos nas decisões sobre sua vida coletiva e o desejo coletivo de uma condição de cidade, para todo o habitante, fundada em um padrão básico de cidadania"* (Sposati, 2000).

Fontes:

- Proposta de Assessoria para elaboração do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de Campinas-Instituto Polis, INPE, PUC/SP, SP, dezembro 2001)
- Relatório I e II de Assessoria Técnica - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, outubro/novembro/2002

C) CAPACITAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Neste ano de 2002 a SMAS deu continuidade ao processo iniciado em 2001, tendo como objetivo principal a implementação de uma nova ótica para o desenvolvimento de uma política de Recursos Humanos que possibilitasse processos de criação de programas de educação e formação continuada específicos para cada área e que atendesse todas as categorias funcionais. Trabalhou integrado e de forma mais intensa com a Secretaria Municipal de Recursos Humanos e com as demais secretarias contatos mais pontuais como Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Educação, de forma a construir uma nova cultura de relações institucionais, buscando melhorar a eficiência e eficácia no atendimento das demandas da Secretaria. Nas relações internas da SMAS desenvolveu ações integradas com o Setor de Expediente discutindo novas práticas visando a melhoria do fluxo de documentação e agilização de informações. Estabeleceu canais mais diretos de comunicação com os funcionários, retornando os procedimentos, encaminhamentos e informações. Melhorou a recepção da SMAS qualificando o atendimento público. Procurou nessa área de atuação suprir gradativamente toda a defasagem de pessoal nos diversos serviços da SMAS procurando contribuir na melhoria das condições de trabalho.

Durante este ano intensificou suas ações procurando atingir todas as dimensões que envolvem a área de RH.

Retomando as considerações apontadas no Relatório de Gestão - 2001, no tocante a necessidade de capacitação técnica e política dos Conselheiros, através de Oficinas, treinamentos etc., em 2002 avançamos um pouco nesse aspecto.

Realizamos, através da Comissão de Capacitação e Divulgação, as seguintes atividades:

Discussão sobre o panorama geral da Assistência Social e a questão do Financiamento, tendo como conferencista o Profº. Ademir Alves da Silva, da PUC/SP e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Oficinas sistemáticas com vivências e dinâmicas para trabalhar as relações interpessoais dos Conselheiros, tendo como Coordenadores deste trabalho a Assistente Social Zuleika Aparecida Minussi e o Sociólogo Wellington de Almeida, ambos desta SMAS. A avaliação feita sobre esse processo foi de que houve contribuição e crescimento para melhoria e construção de novas formas de relação, do respeito à diversidade, da identificação mais clara quanto ao interesse comum que mobiliza a participação dos diversos segmentos nesse espaço.

Propostas para 2003:

Avaliação quanto à forma de continuidade das Oficinas;

Retomada da discussão sobre o Financiamento abordando aspectos relativos aos Governos Estadual e Municipal.

D) IMPLANTAÇÃO DE ESTAGIO CURRICULAR

Visando desenvolver um processo articulado de parcerias com Universidades implantamos na SMAS em 2002 o Programa de Estágio remunerado com 4 (quatro) vagas, para alunos de Serviço Social nos Abrigos de: Criança Adolescente - CMPCA; Idosos - Casa dos Idosos (as); e de População de Rua - Serviço de Atenção ao Migrante; e, ainda, na Área de Avaliação, e Monitoramento de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC).

A carga horária é de 20 (vinte) horas semanais e o valor da bolsa é de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais. Elaboramos o Programa de estágio definindo diretrizes comuns. Avaliamos que o estágio na SMAS constitui-se numa prática na esfera pública que possibilita ao aluno sua capacitação

profissional e também o desenvolvimento de outras capacidades, potencialidades e desafios que se colocam para os profissionais envolvidos. Estabelece-se uma relação onde o supervisor acadêmico/aluno/supervisor de campo desenvolvem um processo de integração de conhecimentos, articulando relações institucionais e acadêmicas.

Para 2003, nossa proposta no orçamento da SMAS era de ampliação desse quadro para dez estagiários. Isto porque houve uma avaliação positiva desse processo e principalmente considerando as demandas nas diversas áreas de atendimento que apontaram a necessidade da incorporação de outras áreas do conhecimento. Infelizmente não foi aprovado no OP e apenas mantivemos o quadro existente.

E) PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS INSTANCIAS DE GESTAO

ASSOCIAÇÃO DA FRENTE PAULISTA DE DIRIGENTES PUBLICOS MUNICIPAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL

Os contatos com a Frente Paulista iniciaram-se em 2001, e intensificaram-se ao percebermos tratar-se da melhor fonte de informação a respeito das discussões e resoluções da Política de Assistência Social, em nível estadual e federal. Ingressamos, então, como filiados, a partir do 2º semestre de 2001.

No ano de 2002, comparecemos a todas as reuniões mensais, procurando influir na composição da pauta, de modo a favorecer a troca de idéias e experiências entre os municípios participantes.

Campinas assumiu a tarefa de sediar um Grupo de Trabalho encarregado de aprofundar a discussão dos relatórios das Câmaras Técnicas da CIT sobre os temas: avaliação e monitoramento, emendas parlamentares e co-financiamento. Coordenou, em duas oportunidades, reuniões com Gestores de municípios vizinhos para essa elaboração, tendo apresentado a discussão a respeito da questão das emendas parlamentares ao Plenário da Frente Paulista em 20/08/2002. Os relatórios sobre os outros dois temas foram entregues à Presidente na reunião de setembro último, sem que fosse dada continuidade ao debate.

No último trimestre do ano houve apenas uma reunião, durante a qual deliberou-se enviar propostas e sugestões para o novo Governo Federal e Estadual. Campinas encarregou-se de avaliar o processo de Cadastramento Único, tendo encaminhado, via Presidência da Frente, relatório para ser anexado ao documento a ser apresentado ainda em 2002.

CAMARA TEMATICA DE ATENDIMENTO SOCIAL / ASSISTENCIA SOCIAL DA REGIAO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Em meados do ano 2002, diversos Secretários Municipais foram convidados a reunir-se com o Sr. Josmar Cappa, Suplente da Prefeita no Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas. Tratava-se de ingressar em Câmaras Temáticas que vinham sendo constituídas pelo Colegiado de Prefeitos da Região Metropolitana de Campinas, modificando a proposta original do Governo do Estado, que previa apenas uma Câmara de Atendimento Social, para 3 (três) Câmaras: Saúde; Educação; e Assistência Social.

Inscreveram-se para a Câmara Temática: Atendimento Social / Assistência Social 16 (dezesesseis) Prefeituras: Americana; Artur Nogueira; Campinas; Cosmópolis; Hortolândia; Indaiatuba; Itatiba; Jaguariúna; Monte Mor; Nova Odessa; Paulínia; Pedreira; Santa Bárbara D'Oeste; Santo Antônio de Posse; Sumaré; e Vinhedo (não se inscreveram: Engenheiro Coelho; Holambra; e Valinhos). No entanto, nem todos os representantes compareceram à 1ª reunião, onde o Prefeito Milton Serafim, secretariado por Peter Walker, deixou claras as regras de funcionamento da Câmara Temática e seu objetivo, de simples assessoria aos Prefeitos da Região. Colocou também a conveniência de que a Câmara tivesse um dos 2 (dois) cargos de direção (Coordenação e Secretaria) nas mãos do representante do Secretário de Estado da área, no caso, da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS).

Segundo o Sr. Milton Serafim, a Diretora da Divisão Regional da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas (DRADS/Campinas), Laura Maria Contador Rodrigues

da Silva, embora não se encontrasse presente, havia colocado seu nome à disposição, e ele o propôs para a Coordenação da Câmara. A Secretaria ficou a cargo de Kátia Barnabé Martini, representante de Indaiatuba, com a anuência dos presentes.

Seis reuniões se realizaram, três das quais coordenadas pela suplente da Sr^a. Laura Contador, a Assistente Social Terezinha Ferreira Cintra. Em termos objetivos, foi elaborado o esquema de uma proposta de integração da área social da Região Metropolitana de Campinas, com princípios norteadores para a implantação e reordenamento dos programas sociais, bem como uma listagem dos programas em curso e comuns aos diversos municípios.

Os municípios também ofereceram dados para que se elaborasse um quadro completo da demanda de adolescentes inseridos nas medidas sócio-educativas da Região Metropolitana de Campinas.

Em reunião posterior, procedeu-se ao levantamento da porcentagem do orçamento municipal investido na área de Assistência Social em 2002, dos municípios habitualmente presentes, ficando a Coordenadora da Câmara Temática incumbida de inserir dados no documento que seria apresentado ao Conselho de Desenvolvimento, ou seja, ao Colegiado de Prefeitos.

A última reunião da Câmara Temática ocorreu em 10/10/2002, tendo sido expressa pela Coordenadora, a dificuldade em continuar as reuniões antes da definição completa do quadro político-eleitoral. A reunião marcada a seguir foi cancelada através de mensagem eletrônica da Coordenadora, sem que qualquer outro encontro tivesse sido programado até o final do ano de 2002.

Em nossa avaliação, as reuniões são positivas por favorecer o conhecimento mútuo dos representantes dos municípios, ensejando troca de experiências e possibilidades futuras de ação integrada, ao menos em algumas ações setoriais.

F) CADASTRO UNICO

No 2º semestre de 2001, a Secretaria Municipal de Assistência Social coordenou um Grupo de Trabalho inter-Secretarias visando à elaboração de um programa de articulação e complementação dos diversos programas de transferência de renda ("bolsas") geridos pela Prefeitura Municipal de Campinas. Como decorrência, ficou clara a imperiosa necessidade de compor-se um único banco de dados municipal, reunindo os 18 (dezoito) cadastros existentes nos diferentes organismos municipais.

Paralelamente a esse movimento, o Governo Federal pressionava os municípios para que realizassem o Cadastramento Único para os Programas Sociais por ele financiados, objetivando a concessão do "Cartão Cidadão".

Desnecessário seria fazer a crítica ao processo levado adiante pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), com freqüentes ameaças de suspensão do pagamento das bolsas dos programas, caso o cadastramento não tivesse sido concluído nas datas estipuladas e sucessivamente prorrogadas.

Um Grupo de Trabalho foi formado, e a Prefeita Izalene Tiene entregou sua coordenação ao Departamento de Informatização de seu Gabinete. O Grupo de Trabalho durante um ano, procurando compatibilizar as exigências do Cadastro Único Federal com o almejado Banco de Dados Municipal, não alcançando, porém, resultados efetivos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social fez sua parte, cadastrando todas as famílias dos programas federais que gerencia (Agente Jovem e PETI). No entanto, por problemas não resolvidos pela Caixa Econômica Federal, até o mês de outubro de 2002, tais dados não haviam ainda sido incorporados ao "Cadastro Único".

Também no início de outubro, a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) emitiu cartas aos consumidores de baixa renda informando-os sobre o benefício: "Tarifa Social de Baixa Renda", em novos moldes, exigindo a apresentação do "Cartão Cidadão" e orientando os que não o tivessem a procurar a Prefeitura Municipal.

Imensa foi à procura, sentindo-se a Secretaria Municipal de Assistência Social obrigada a interferir de forma mais decisiva junto ao grupo de Trabalho designado pela Prefeita. Concluímos por deixar momentaneamente de lado o projeto do Banco de Dados Municipal, concentrando os esforços para cadastrar as famílias segundo os moldes do Governo Federal. Conseguimos uma verba extraordinária e o processo de cadastramento para todo o Município, será desencadeado nos primeiros dias de 2003.

G) EMENDAS PARLAMENTARES

O CMAS e a SMAS, de Campinas, debateram amplamente a questão, devido, principalmente, a fatos ocorridos no Município. Tivemos o caso "Adesbrar", referente a emenda aprovada pelo Congresso no valor de 450 mil reais para execução de ações com "*peças carentes e para tirar crianças da rua*", ou seja, ações na área da Assistência Social. No entanto, a referida entidade não constava no rol da Rede Executora do Município, nem estava inscrita nos Conselhos, nos três níveis. Justificando ser entidade da área da Cultura, procurou-se descaracterizar a ação de fiscalização dos Conselhos e minimizar o paralelismo e clientelismo embutidos no fato. O caso encontra-se sob investigação da Procuradoria da República - escritório de Campinas -, na Delegacia Seccional de Polícia (processo de calúnia ao Jornalista que denunciou o caso) movido pelo Deputado Federal responsável, fiscalização pela Controladoria Geral da União de São Paulo e, ainda, sofreu procedimentos do Congresso Nacional (Requerimentos de Informações, Representação, CPI). O caso desdobrou-se, gerando, inclusive, discussões no Congresso visando alteração da LDO no sentido de criar regras mais rígidas para destinação de verbas da União (propostas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (de alteração dos artigos 30, 31 e 32 da LDO). Isso garantiria ao Congresso maior controle no repasse de verbas para entidades privadas, inclusive das "contribuições" - forma de repasse existente que não possui os mesmos critérios das subvenções sociais.

Houveram outras ocorrências de interferências e gestões de Deputados Estaduais para repasse de verbas do Estado, o que é terminantemente proibido pela Constituição Estadual, conforme preconizado em seu artigo 235. Inclusive, o CMAS chegou a receber um Assessor de Deputado que questionou o porquê do Conselho estar bloqueando o repasse de verbas a algumas entidades e reunimo-nos na própria DRADS/Campinas para discussão do caso. Encaminhamos à DRADS, ao CONSEAS e ao CNAS o assunto, exigindo um posicionamento firme com relação aos fatos. Também oficiamos o Presidente da Assembléia, todos os Deputados e Entidades, registradas no CMAS, no sentido de esclarecimento e alerta sobre a questão, enfatizando o posicionamento do Conselho e as diretrizes legais da área da Assistência Social - Resolução CMAS Nº 47/2001.

Campinas foi protagonista da discussão da Câmara Técnica Estadual da Frente Paulista, conjuntamente com mais quatro municípios - Jandira, Jundiá, Limeira e Santa Bárbara D'Oeste -, realizando dois encontros e a elaboração de um texto a ser encaminhado à CIB/CIT com sugestões sobre a questão das Emendas Parlamentares, abaixo transcrito.

Com relação ao referido texto foram levantadas questões que apresentamos como sugestões à Câmara Técnica sobre Emendas Parlamentares:

1) Implantação de mecanismos legais de controle para a distribuição de verbas parlamentares do legislativo em nível federal exigindo-se que o Deputado tenha como base os seguintes documentos:

Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, considerando-se que grande parte das destinações de verbas parlamentares exige contrapartida;

Plano Plurianual de Assistência Social - PPAS;

Resoluções dos Conselhos Municipais que normatizam a destinação de recursos;

Planos de Ação e de aplicação dos recursos elaborados pelas Entidades Beneficentes de Assistência Social (inscritas e registradas nos Conselhos Municipais de Assistência Social), serem, devidamente, encaminhadas ao Gestor e ao Conselho Municipal de Assistência Social para discussão, orientação técnica e deliberação;

Documentação preenchida para esse fim a ser encaminhada ao Gestor e este encaminhar para a Secretaria Estadual de Assistência Social, evitando intermediários que, muitas vezes, se beneficiam, inclusive, financeiramente com esse processo.

2) Necessidade dos mesmos mecanismos legais de controle apontados para os níveis federal e estadual referentes às verbas denominadas: "Autorizo do Governador", sendo, em sua grande maioria,

intermediadas por parlamentares estaduais e que a Constituição Estadual seja cumprida no seu artigo 235, que preconiza: *“É vedada a distribuição de recursos públicos, na área da Assistência Social, diretamente ou por indicação e sugestão ao órgão competente, por ocupantes de cargos eletivos”*.

3) Estabelecimento de mecanismos de controle semelhantes aos já apontados com relação a recursos de parlamentares destinados diretamente às Entidades Beneficentes de Assistência Social, quando o Município não tem Certidão Negativa de Débito.

4) Estabelecimento de canais mais efetivos de comunicação da Frente Parlamentar da Assistência Social com os Conselhos e outras instâncias, de forma que possa ter maior visibilidade de seus membros e do trabalho desenvolvido (item 6.7).

5) Subsídios técnicos aos parlamentares para que as propostas de emendas não fiquem focadas só no Gestor (item 6.1).

6) A generalização de que os Conselhos Municipais de Assistência Social não levem em consideração os PPAS - não correspondem à totalidade, portanto sugerimos uma retificação na redação (item 5.6).

F) BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Para uma melhor visualização do processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Município de Campinas solicitamos à Agência da Previdência Social de Campinas (APS/Campinas) dados sobre os benefícios correspondentes ao Artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A resposta se deu através do Ofício Nº 2992/02 e apresentou-nos um número aproximado de 3700 (três mil e setecentos) benefícios para idosos e de 2750 (dois mil e setecentos e cinquenta) benefícios para pessoas portadoras de deficiência, na situação de “mantidos”, ou seja, estes benefícios estão sendo pagos em Campinas. Na situação de “represados”, ou seja, benefícios que foram protocolados e ainda estão em fase de análise para conclusão temos 556 (quinhentos e cinquenta e seis) de pessoas portadoras de deficiência, sendo que destes a maioria aguarda conclusão médico-pericial ou documentos solicitados ao requerente e 56 (cinquenta e seis) processos de idosos.

No mês de novembro/2002 foram protocolados 76 (setenta e seis) processos para benefícios a idosos e 151 (cento e cinquenta e um) processos para benefícios a pessoas portadoras de deficiência.

Os dados acima mostram o fluxo de requerimentos da Agência da Previdência Social, em Campinas, dos benefícios referentes ao Artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Na revisão da 1ª e 2ª etapas, operacionalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, tivemos um total de 1931 (um mil e novecentos e trinta e um reais) de pessoas portadoras de deficiência e 791 (setecentos e noventa e um) de idosos, distribuídos nas regiões do Município.

Região	PPD	IDOSO	Total
Sudoeste	686	214	900
Sul	499	215	714
Leste	272	136	408
Norte	216	141	357
Noroeste	254	83	337
Outros Municípios	04	02	06
Total	1.931	791	2.722

Nas regiões: Sudoeste e Sul observamos a maior concentração de beneficiários.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, diante da limitação de seu quadro de Assistentes Sociais, para a execução da revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), organizou-se e buscou parcerias para que o Município atendesse a determinação do Artigo 21.

Discussão e instituição com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de uma Comissão composta de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), Instituto Nacional de

Seguridade Social (INSS) e parceiros de Organizações Não Governamentais (ONG's) que representaram os segmentos de Idosos e de Pessoas Portadoras de Deficiência e com Necessidades Especiais, visando a coordenação do processo de revisão.

Foi aberta a licitação carta convite. Após análise a vencedora foi a COOPERAÇÃO - Cooperativa dos Assistentes Sociais de Campinas para proceder à execução.

O transporte ficou a cargo das Secretarias envolvidas: de Saúde; e de Assistência Social, e da COTESCAR, Cooperativa que presta serviços à Prefeitura Municipal de Campinas.

A capacitação ocorreu no Lar dos Velhinhos de Campinas, durante 4 (quatro) dias, envolvendo profissionais executores e profissionais das áreas de: Saúde; Assistência Social; e Educação, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Reuniões foram realizadas nos Distritos de Saúde e Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CRAS), para divulgação, socialização e envolvimento dos profissionais no processo tendo em vista a inclusão nas Políticas Públicas da população-alvo.

Durante o processo de execução e com a entrega dos laudos pela Cooperativa, dois técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social envolveram-se diretamente para orientação, esclarecimentos e revisão de cada instrumental.

Resultados do Processo de Revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - 1ª e 2ª Etapas:

PPD - ESPECIFICAÇÕES SOBRE A REVISÃO								
Total de Revisões que estão sendo enviadas ao INSS	Totais por Ocorrência					Totais por Renda		Total de Perícias Médicas Sugeridas
	Mudou-se do Município	Endereço Inexistente	Óbito	Negou-se a prestar esclarecimentos	Outras (*)	Renda Inferior ¼ SM	Renda Igual ou Superior ¼ SM	
1931	382	253	116	4	105	968	103	208

IDOSO - ESPECIFICAÇÕES SOBRE A REVISÃO							
Total de Revisões que estão sendo enviadas ao INSS	Totais por Ocorrência					Totais por Renda	
	Mudou-se do Município	Endereço Inexistente	Óbito	Negou-se a prestar esclarecimentos	Outras (*)	Renda Inferior ¼ SM	Renda Igual ou Superior ¼ SM
791	144	89	66	9	31	414	38

(*) Outras: Beneficiário Viajando; Preso; Cancelou BPC; Endereço Encontrado/Usuário Não; Não é do Município.

Impacto social verificado com a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC):

Verificou-se nas entrevistas realizadas que o benefício contribuiu para:

Usuários Idosos:

O orçamento familiar;

O aumento da auto-estima.

Usuários com Necessidades Especiais:

O tratamento de reabilitação;
Pagamento de transporte;
Aquisição de fraldas;
Aquisição de medicamentos não fornecidos pela Rede do Sistema Único de Saúde (SUS);
O orçamento familiar.

Estes dados serão aprofundados em pesquisa específica a ser desenvolvida, em parceria, com a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Ganhos para a população:

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) para seus beneficiários, aqueles que nada possuem, constitui uma ajuda certa e insuficiente, mas sem a qual não sobreviveriam.

A revisão no Município deu visibilidade ao usuário e a possibilidade de inserção nas Políticas Públicas de Proteção Social.

O engajamento dos Agentes de Saúde do Município no processo apontou uma preocupação com a exclusão, principalmente do segmento IDOSO.

É uma Política Pública desarticulada e de alcance restrito ainda, mas traz impacto para as famílias, pois o recurso é prioritariamente usado no atendimento das necessidades básicas.

Interface com as demais Políticas:

Das avaliações realizadas, cujo total ficou em 1523 (um mil e quinhentos e vinte e três), sendo: 1071 (um mil e setenta e um) de pessoas portadoras de deficiência e 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) de idosos observamos, pelo quadro abaixo, que os encaminhamentos totalizaram 1240 (um mil e duzentos e quarenta), mostrando-nos que alguns usuários não foram encaminhados por já estarem sendo atendidos por Serviços, tanto públicos quanto da rede executora.

Encaminhamentos	Sul	Norte	Leste	Noroeste	Sudoeste	Total
Saúde	145	55	34	80	74	388
CRAS	148	41	56	67	132	444
Grupos de Idosos	42	30	39	27	22	160
FUMEC	20	23	29	19	40	131
Reabilitação	11	03	10	01	17	42
Diversos	15	14	6	10	30	75
Totais	381	166	174	204	315	1.240

Para os casos urgentes as providências aconteceram na ocasião da entrevista domiciliar, por exemplo: PAIDÉIA (Saúde), SOS Mulher, Vara da Infância etc.

No momento, estamos finalizando a 1ª e 2ª etapas e iniciando a 3ª etapa, onde serão socializados os dados e realizada a sensibilização para a continuidade.

Dificuldades:

Dificuldades com a determinação do Governo Federal sobre a revisão quanto aos prazos e o repasse mínimo dos recursos financeiros.

Diante destas questões a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS trabalhou com os recursos disponíveis potencializando-os para criar uma infra-estrutura mínima necessária à execução da revisão. Destacamos:

- O incentivo a um grupo de Assistentes Sociais para agruparem-se em cooperativa objetivando participar do processo de revisão
- A preocupação de montar uma capacitação que contemplasse as solicitações da revisão.

- A potencialização dos recursos existentes para a infra-estrutura necessária à execução tais como: transporte, laudos e locais nas regiões para que a equipe se organizasse " in-loco".

Com a execução, adequações foram necessárias para que a revisão fosse executada a contento.

As entrevistas domiciliares apontaram que o índice de beneficiários que não foram localizados ou que mudaram-se chegou a 32,2% dos laudos de PPD e 29,4% dos laudos no segmento idoso. Estes dados apontam-nos que a revisão, após 6 anos da concessão do benefício, contrariando o que a Lei (artigo 21) previa, acarretou despesas desnecessárias, tempo gasto do profissional e despesas com transporte.

Quanto aos óbitos, tivemos um índice de 6% referentes às Pessoas Portadoras de Deficiência e 8,3% dos idosos. A dificuldade constatada foi em relação ao grande número de beneficiários cujo óbito ocorreu há mais de um ano. Estes dados poderiam ter sido atualizados pela DATAPREV implicando num custo menor para todos os níveis de governo.

Na gestão da descentralização das ações pelo Governo Federal é urgente o desencadear de uma ampla discussão quanto aos recursos financeiros encaminhados para as ações pelo Gestor Municipal.

Propostas:

Banco de Dados atualizado pela Previdência.

Necessidade de ampla divulgação ao beneficiário quanto à atualização de endereços junto à Previdência.

Na data da revisão (em todas as etapas) checar junto à Agência da Previdência Social local, os dados dos usuários que residem no Município, para que as entrevistas domiciliares contemplem o número real de benefícios em manutenção no Município.

Mudança na Lei quanto ao critério de renda *per capita*, já apontado em plenária específica na III Conferência Nacional de Assistência Social.

Constar no endereço do requerente, no ato do protocolo ao benefício, na Agência da Previdência Social, ponto de referência do local de moradia.

Ingerências junto à Previdência para os casos de pessoas portadoras de deficiência que atingiram a idade de 67 (sessenta e sete) anos ou mais e passarem para a categoria: IDOSO, sem o ônus de novo protocolo de benefício. A transformação poderia ocorrer automaticamente pelo sistema. O usuário passaria por revisão, mas não teria que passar por Perícia Médica.

Luta constante para que o direito, hoje restrito, não esteja sujeito a arbitrariedades no julgamento do acesso. Constata-se que, embora a Lei seja clara, existem interpretações arbitrarias das regras, bem como julgamentos diferenciados por parte dos agentes concessionários.

Conforme indicação das Conferências Municipais da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos, os Conselhos Municipais: da Pessoa com Deficiência; e do Idoso, devem promover fóruns de discussões sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), acompanhar e controlar, tanto a concessão quanto à revisão em defesa do direito adquirido.

Combate e denúncia das variadas formas de extorsão, utilizados por mediadores da concessão, tanto durante como depois do acesso.

Que a constituição do Banco de Dados em rede sobre o processo de revisão contribua para orientar os Gestores Municipais na indicação de Políticas Públicas.

I) PROTAGONISMO DOS FUNCIONARIOS

Temos na SMAS uma ação específica com os servidores visando a construção de um processo de gestão participativa a partir de diretriz de Governo. Iniciamos em 2001 reuniões gerais/setoriais e regionais com os funcionários da SMAS, onde mapeamos anseios, dificuldades, idéias e propostas

concretas sobre vários assuntos. Desde as condições de trabalho, as diretrizes e objetivos da SMAS, o atendimento dos usuários e a realidade dos Serviços, Programas e Projetos, até sobre formas de comunicação, gestão e convivência mais participativa e democrática. Em agosto/2001 foram eleitos 26 (vinte e seis) representantes, diretamente pelos funcionários de diversas categorias e níveis, a fim de comporem uma Comissão de Representantes dos Funcionários da SMAS reunindo-se quinzenalmente a fim de discutir temas acordados mutuamente com a equipe de Governo. Através de uma pessoa que teria interlocução com o grupo, definiu-se também o papel da Comissão, seus objetivos e forma de organização a partir das primeiras discussões do grupo (documento anexo). Realizamos uma primeira avaliação em dezembro/2001, onde alguns pontos foram colocados, gerando encaminhamentos e reorganização. Em 2002, o processo avaliativo ocorreu com a participação de funcionários da base, através do preenchimento de um instrumental construído pela Comissão (anexo). Tivemos um índice baixo de devolução - 25 (vinte e cinco) fichas, comparando-se ao número de fichas enviadas - 300 (trezentas). No entanto, o conteúdo foi positivo e o grupo subdividido produziu uma síntese e propostas concretas para continuidade do processo, a partir de roteiro pré-estabelecido.

Os pontos principais são os seguintes:

1) Sobre o significado, o alcance, o papel e a organização da Comissão de Representantes:

A Comissão é um espaço de democratização das relações com os funcionários, uma nova abertura para entendimentos, representação legítima, conquista de melhorias. É um espaço de trocas, de questionamentos. É um canal de comunicação entre todos os funcionários e equipe gestora. Um espaço de valorização do funcionário. Gera incômodos, discussões coletivas sobre pontos comuns, contribui para algumas ações concretas da SMAS. Propõe alternativas e discute responsabilidades. Embora os representados ainda não tenham se apropriado da importância do espaço e não participem como deveriam, a Comissão conseguiu levantar temas polêmicos e inseri-los nas discussões dos Serviços e Programas. Tenta-se criar uma cultura coletiva de discussão e comunicação interna.

2) Avanços e dificuldades:

Avanços:

- É um espaço político, de comunicação, de articulação e até de mobilização para temas emergentes, de interesses coletivos.
- Existiram alguns resultados concretos, por exemplo: documento sobre condições de trabalho, mobilização e organização da CIPA, discussões sobre temas polêmicos (avaliação de desempenho, reordenamento estrutural, funções e descrição de cargos na SMAS, Plano de Cargos e Carreiras).
- A representação é eleita diretamente e têm um número significativo de representantes de diversas categorias.
- Garantiu fluxo de informação com maior rapidez, embora tenha graves problemas ainda neste aspecto.
- Garante que os representantes tenham voz e valoriza as propostas apresentadas.

Dificuldades:

Embora se valorizem as propostas, são poucos os resultados concretos encaminhados.

A Comissão têm característica consultiva e existe demanda pelo espaço ser mais efetivo (deliberativo).

Falta de Boletim ou "Jornalzinho" interno com espaço para comunicação da Comissão com a base e com Chefias/Coordenações (complemento, além das atas fotocopiadas).

Falta de espaços estruturados de comunicação nas regiões/setores (chegar à base, reunir-se, envolver a base).

Falta de articulação com outros espaços de discussão (Fórum de Coordenadores e Chefias, Câmaras Técnicas da SMRH, entre outros).

Pouca participação e envolvimento dos suplentes.

Falta de conhecimento técnico sobre alguns temas de discussão pela maioria dos representantes.

Muitos temas não foram aprofundados.

Coordenação das reuniões sempre ser do representante da equipe gestora.

Falta de entendimento do papel da Comissão, interna e externa.

3) Propostas e encaminhamentos:

Efetivar proposta de espaço num Boletim ou "Jornalzinho" interno.

Assegurar o espaço com reuniões quinzenais.

Assegurar espaços regionais/setoriais estruturados de troca e informação à base, pelo menos trimestralmente, aos representantes da Comissão.

Manutenção das fotocópias de atas para permanência em cada Serviço/CRAS, a título de garantia de transparência.

Coordenação das reuniões rodiziadas entre membros da Comissão.

Reunião semestral geral da SMAS, ao menos em ½ período com os representantes.

Maior socialização sobre o papel da Comissão interna e externamente à Comissão.

Garantir 1 (um) representante de cada Serviço/Abrigo 24 horas e manter os 3 (três) da CRAS.

Rever o papel/tarefas dos suplentes para as novas eleições que indicarem novos representantes.

Melhorar o controle do tempo de trabalho das reuniões, realizando escala escrita da confecção das atas e informes.

Maior flexibilidade no fechamento dos temas discutidos, não apenas em duas reuniões.

Construção de relação mais sólida da Comissão, entre seus membros, entre Chefes/Coordenadores e entre a equipe gestora e a própria base.

2.3) CAPACIDADE FISICO-ESTRUTURAL

Desde o início da Gestão do Governo Democrático e Popular, em 2001, um dos grandes desafios no Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social tem sido a questão dos equipamentos sociais quanto a suas condições; o atendimento as demandas de forma ágil, os morosos processos burocráticos que envolvem as licitações, a falta de infra-estrutura de outras secretarias para atender as demandas de manutenção e reparo das unidades. Ao observamos os quadros gráficos ilustrativos da execução desta área, em 2002, observamos um crescimento nas ações, porém necessitando de maior agilização e processos mais integrados e efetivos de trabalhos intersecretarias.

Tivemos inovação da forma de planejar e executar o orçamento que foi a implantação do orçamento participativo que inicia uma lógica de participação da população. A SMAS teve um percentual que no seu orçamento representou R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e grande parte destinado a obras, manutenção, Recursos Humanos e custeio. Avaliamos que executar essa nova forma de orçamento demandou ações e processos que necessitavam de procedimentos mais ágeis internos na SMAS e principalmente nas secretarias envolvidas no nas nossas demandas. Esse tem sido um grande desafio não só nessa Administração como são questões apontadas por outras Prefeituras: Tivemos uma nova forma de proceder e destinar o orçamento porem uma máquina administrativa e burocrática que não conseguiu acompanhar o ritmo desse processo. O grande desafio para 2003 será dar continuidade ao trabalho de forma a cumprir toda a execução de forma ágil, com monitoramento e acompanhamento de todos os processos, compondo com um membro da SMAS a comissão de licitações da SMA e trabalhando melhor os conceitos de processos de trabalho; competências gerenciais e gestão pública. Quanto à implementação de recursos materiais internos para melhoria na qualidade do trabalho temos como metas à ampliação e investimento em recursos humanos e equipamentos.

2.4) FINANCIAMENTO

No tocante ao financiamento, Campinas no ano de 2002 teve o repasse de verbas estaduais e federais direto Fundo a Fundo, considerando que a Prefeitura Municipal renegociou suas dívidas e obteve as certidões necessárias que a habilitaram para o recebimento de recursos. Houve um curto período no presente ano que a PMC teve novamente suspensa sua CND, mas felizmente encerrou este ano com a situação regularizada.

Ressaltamos que quando essa situação acontece a Assistência Social tem um ônus, pois deixa de receber seus recursos de forma direta. Isso acarreta impacto e prejuízo na área, portanto apontamos novamente nesse relatório a urgência de reverter à situação desobrigando-a do não recebimento de recursos quando a Prefeitura não esta habilitada com a Certidão Negativa de Débitos - CND -. Essa questão foi apontada na "IV Conferência Municipal de Assistência Social" e referendada nas demais conferências em nível estadual e nacional e o encaminhamento foi no sentido de reverter essa situação, junto à Previdência Social, considerando que áreas como a Educação e Saúde, recebem seus recursos normalmente, independentemente da situação financeira do Município.

Neste ano um avanço fundamental na gestão do Fundo Municipal de Assistência Social foi que a partir de 07/05/2002 este passou efetivamente a gerenciar os recursos conveniados com os governos do Estado e Federal, bem como os recursos do Tesouro Municipal, destinados às subvenções sociais, tanto nas áreas financeira, orçamentária e contábil.

Esse gerenciamento, além de garantir a aplicabilidade da gestão plena da Assistência Social em Campinas, conforme determina a Legislação em vigor, garante também o atendimento à grande solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social ao longo dos últimos anos.

Tivemos um avanço significativo com essa implantação, bem como um maior controle na aplicação dos recursos destinados à Assistência Social.

Uma questão que tem sido debatida nessa área refere-se à Lei Municipal de 1993, sobre a obrigatoriedade de o governo municipal destinar anualmente 1% das receitas de transferências ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente.

Esse processo foi encaminhando através de um grupo denominado de "Entidades em Frente" que questionou junto à Promotoria da Infância e Juventude, o não cumprimento até 2002 da lei Municipal que obriga o Tesouro transferir para o Fundo Municipal para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) o percentual de 1% do total das transferências recebidas dos governos Federal e Estadual.

Esta Prefeitura, mediante o parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania, optou pelo cumprimento da lei, e, através da Secretaria Municipal de Finanças em sua proposta orçamentária para 2003, encaminhada e aprovada sem emendas pela Câmara Municipal, cumpriu essa determinação legal, e incluiu no orçamento da Secretaria de Assistência Social com os recursos de 1% de acordo com a citada Lei, na área da Criança e Adolescente.

Queremos esclarecer que esse cumprimento se deu por transferência de recursos na dotação de subvenções do Fundo Municipal da Assistência Social para o Fundo Municipal de Defesa da Criança e Adolescente e nas dotações de custeio e investimento da Secretaria Municipal de Assistência Social para o mesmo Fundo, se compararmos os dois orçamentos (2002 e 2003).

Esse procedimento da Prefeitura foi remetido para análise da Secretaria do Fundo Nacional de Assistência Social, tendo como preocupação básica à garantia da gestão plena e do repasse de recursos ao Município. Esse parecer é de fundamental importância para encaminhamentos cabíveis e necessários por parte desse poder público, assim como ter subsídios de outras instâncias responsáveis e especializadas nessa questão para discussão junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, quanto ao cumprimento do parágrafo único do artigo 30 da LOAS. Entretanto, até o final de 2002, a Secretaria Municipal de Assistência Social não conseguiu obter qualquer resposta. É necessário que em janeiro de 2003 esta situação esteja resolvida, pois há toda uma discussão de partilha de recursos destinados às Entidades Benéficas de Assistência Social e este parecer é de fundamental importância nesse processo. Embora este relatório se refira a 2002 consideramos importante informar que obtivemos em

10/01/2003 parecer favorável do Coordenador Nacional de Fundos ligado ao Ministério da Previdência e Assistência Social quanto ao procedimento adotado pela Prefeitura Municipal de Campinas.

Outro procedimento adotado quanto a transparência dos recursos orçamentários e financeiros de forma a possibilitar um fluxo mais sistematizado das informações aos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social e Defesa da Criança e Adolescente foi que a partir de outubro do presente ano, implantou-se nova apresentação para os balancetes contábeis dos respectivos fundos. Isso possibilitou, segundo o *feedback* desses conselhos, um entendimento mais objetivo e transparente de seu conteúdo técnico e tem contribuído para melhoria da confiabilidade dos dados.

Avaliamos que essa apropriação de conhecimentos na área orçamentária e financeira contribui para ações de controle e novas práticas direcionadas a uma política de Assistência Social que possa ser transparente e realmente pública.

Definição de Critérios de Partilha de Recursos:

Para definição de critérios de partilha de recursos retomamos as considerações feitas no Relatório de Gestão de 2001 "... a partilha de recursos, em todos os níveis de governo, tem que se pautar em critérios tomando por base a realidade social e as prioridades indicadas nos Planos Municipais de Assistência Social. A definição desses critérios deve se basear em parâmetros que assegurem a distribuição de recursos de forma não pulverizada, garantindo um atendimento integral, considerando serviços, programas e projetos que tenham uma dimensão integrada à comunidade, com ações intersetoriais, em regiões com demandas realmente vulnerabilizadas, no tocante às suas condições básicas e que o usuário seja um dos "atores" fundamentais dessa rede ..." (Relatório de Gestão - Prefeitura Municipal de Campinas/Secretaria Municipal de Assistência Social - Campinas 2001).

A construção de uma nova proposta, cujas reflexões iniciaram em 2001, foi de a definição de critérios de partilha mais adequados e equitativos, que tivessem os parâmetros acima apontados e pudessem se basear em avaliações a partir de abordagens quanti-qualitativas, de forma a ir modificando essa lógica distributiva focalizada e pulverizada.

O estabelecimento de critérios adequados para a partilha de recursos às Organizações Não Governamentais (ONG's) considerou as prioridades definidas no Plano Municipal de Assistência Social 2002-2005:

1) Criança / Adolescente:

- ✓ Núcleos;
- ✓ Abrigos,
- ✓ Liberdade Assistida (adolescentes em conflito com a lei).

2) Geração de Renda / Enfrentamento à Pobreza:

- ✓ Família e Força de Trabalho;
- ✓ Migrante e Morador de Rua;
- ✓ Situação de Risco.

3) Cidadania e Diferença:

- ✓ Atenção à Mulher;
- ✓ Ações de Apoio à Pessoa Idosa;
- ✓ Assistência a Pessoas com Deficiência e com Necessidades Especiais.

Eixos Norteadores - Política da Assistência Social/Plano Municipal de Assistência Social:

- ✓ A entidade estar inserida dentro dos princípios, diretrizes da Política de Assistência Social, enquanto política pública pautada nos direitos sociais e extensão da cidadania.
- ✓ A entidade constar do Plano Municipal de Assistência Social, tomando por base as prioridades apontadas conforme citamos acima, ou seja: 1) Criança/Adolescente (prioridade absoluta); 2) Geração de Renda/Enfrentamento à Pobreza; 3) Cidadania e Diferença.

Missão/Natureza da Instituição/Função Social:

- ✓ Os planos, programas, projetos e serviços oferecidos estão sendo operacionalizados de acordo com a finalidade da instituição e da Política de Assistência Social?
- ✓ Em que medida as diretrizes propostas pela instituição tem sido direcionadas a partir da realidade social de diagnósticos consistentes?
- ✓ Em que medida tem sido elaborados programas e projetos diversificados e distantes de sua diretriz básica, apenas como estratégia de obter mais recursos?
- ✓ Em que medida a instituição tem procurado atender a demanda a partir de ações integrais e intersetoriais?
- ✓ Quais os impactos e resultado das ações têm se dado junto à população atendida? (construção de novos instrumentais de avaliação).

Região/Intersetorialidade/Relação com a Comunidade:

- ✓ A localização da instituição abrange áreas onde se encontra a população vulnerabilizada pela desigualdade, pobreza e exclusão social?
- ✓ A instituição mesmo não estando nessas regiões, acima colocadas, desenvolve um trabalho importante na área? É referência de no atendimento prestado?
- ✓ Que ações intersetoriais são desenvolvidas na região?
- ✓ Que relações são estabelecidas: Entidade *versus* Comunidade?
- ✓ Quais as formas de participação do usuário?

Importância no Segmento/Complexidade:

Complexidade do atendimento;

A demanda atendida é significativa no segmento, nos aspectos qualitativo e quantitativo?

Qual a demanda reprimida?

Capacidade de Financiamento:

Qual a capacidade e formas de captação de recursos que envolvem a entidade?

Quais as fontes provedoras de recursos e que projetos e propostas existem para ampliação do orçamento?

Qual a capacidade de autonomia e gerenciamento de recursos?

Como a entidade se organiza na aplicação e gerenciamento dos recursos?

Como a entidade se organiza na aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos?

Protocolo de cada entidade, contendo:

- ✓ Termo de Ajuste - reformulado em 2002;

- ✓ Plano Anual de Trabalho entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social até 15/03/2002. Sendo que, para 2003 essa documentação deveria ter sido entregue até 15/12/2002;
- ✓ Cronograma de Desembolso;
- ✓ Prestação de Contas.

Avaliação:

Desenvolvida através da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle da Secretaria Municipal de Assistência Social (CSAC/SMAS), com critérios discutidos junto às entidades incluindo os diversos "atores" envolvidos no processo: usuários, dirigentes, técnicos, administrativos, representantes da comunidade, que tenham trabalho integrado com a Entidade.

Propostas:

Para o ano de 2003, uma das propostas que se constitui num grande desafio é proceder a um estudo aprofundado, a partir das avaliações realizadas, dos reordenamentos de distribuição de recursos, que, gradativamente, vêm sendo implantados; da planilha mais detalhada concernente a destinação e aplicação de recursos, construindo um quadro mais preciso do custo das ONG's, nas suas áreas de abrangência/segmentos atendidos e também das OG's.

Consideramos fundamental a assessoria do Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IEE/PUC-SP), uma vez que possibilitará a construção de indicadores específicos de impacto das ações sociais, através de metodologia de avaliação e monitoramento de programas, projetos e serviços da rede executora de Assistência Social do Município de Campinas.

INVESTIMENTO

Em Campinas, em 2002, os recursos aplicados na execução financeira na área da Assistência Social foram da ordem de **R\$ 25.775.709,20** (vinte e cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil e setecentos e nove reais e vinte centavos), distribuídos da seguinte forma:

Recursos do Tesouro Municipal: R\$ 19.713.987,26 (dezenove milhões, setecentos e treze mil e novecentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos);

Recursos Estaduais: R\$ 397.365,99 (trezentos e noventa e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos);

Recursos Federais: R\$ 928.876,73 (novecentos e vinte e oito mil e oitocentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos);

Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): R\$ 3.015.984,60 (treis milhões, quinze mil e novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos);

Recursos do Fundo Municipal para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA): R\$ 1.719.494,62 (um milhão, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos).

Sua distribuição por áreas pode ser mais bem observada na planilha de distribuição orçamentária e financeira.

Cabe ressaltar que no ano de 2001 a Prefeitura Municipal de Campinas destinou o montante de, aproximadamente, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para honrar com o pagamento das 3 (três) parcelas de subvenção social destinada às Organizações Não Governamentais (ONG's) referentes aos empenhos de 2000, cancelados em 29/12/2000. Este montante foi incorporado ao orçamento de 2002 com um aumento de aproximadamente 30% do valor de subvenções destinados às Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Na "IV Conferência Municipal de Assistência Social", apontamos que a definição de um percentual fixo é condição básica para efetivação da Política de Assistência Social e indicamos que, no orçamento, 5% (cinco por cento), no mínimo, deva ser destinado a área, conforme discussão já acumulada sobre o tema.

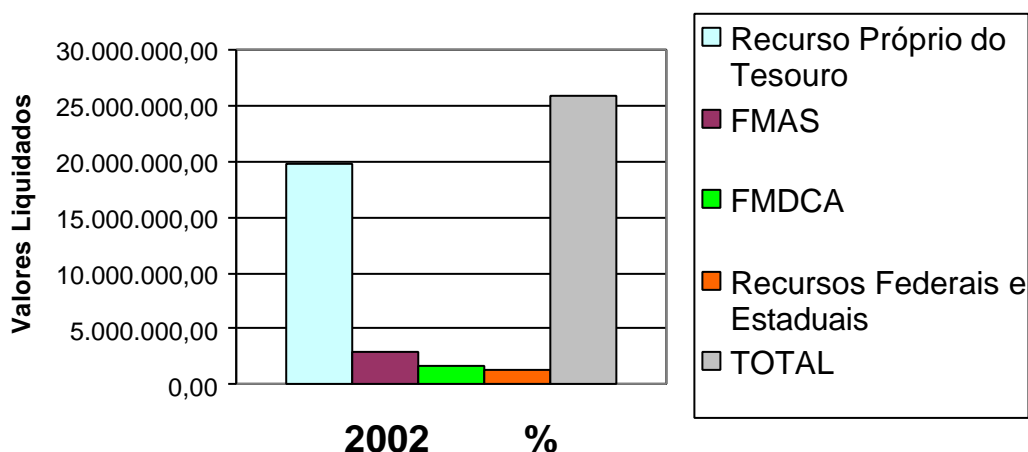
Durante o ano de 2002 o Governo Democrático e Popular de Campinas executou o Orçamento Participativo (OP), discutido a partir das diversas regiões da cidade as necessidades prioritárias nas quais os investimentos financeiros vão se basear, para sua distribuição, tendo sido apontado R\$ 4.097.400,00 (quatro milhões, noventa e sete mil e quatrocentos reais), o que corresponde a 11% (onze por cento), do total para investimento para a área de Assistência Social. A Câmara Municipal aprovou quase que integralmente a lei orçamentária assim proposta, configurando-se uma sinalização da inversão de prioridades constantes no programa de governo.

Controladoria de Fundos:

Demonstrativo da Execução Financeira para Relatório de Gestão – 2002:

Total dos Gastos	2002	%
Recurso Próprio do Tesouro	R\$ 19.713.987,26	76,49%
FMAS	R\$ 3.015.984,60	11,70%
FMDCA	R\$ 1.719.494,62	6,67%
Recursos Federais e Estaduais	R\$ 1.326.242,72	5,15%
TOTAL	R\$ 25.775.709,20	100,00%

Orçamento Executado



2.5) CONTROLE SOCIAL**Introdução:**

A Prefeitura Municipal de Campinas, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, instalou a Casa dos Conselhos, situada à Rua Ferreira Penteado, Nº 1331, abrigando 6 (seis) Conselhos Municipais: CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social; CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; COMEN - Conselho Municipal de Entorpecentes; CMI - Conselho Municipal do Idoso; e CMADENE - Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais, com infra-estrutura para dar suporte a efetivação e eficácia da co-gestão e controle social das políticas públicas de Campinas. Além de otimizar os recursos tanto humanos, como materiais, facilitando a interface e comunicação entre os Programas e Projetos voltadas aos mesmos segmentos da população com o propósito de enfrentar grande desafio do desenvolvimento do Município.

Por isso é importante a existência da Casa dos Conselhos, num local central e com documentos disponibilizados para a sociedade civil, fortalecendo assim a participação e proporcionando transparência nas ações integradas dos Conselhos, pactuando um compromisso com a dignidade humana que é o objetivo de todos os Conselhos, integrados com os princípios do Governo Democrático e Popular de Campinas.

2.5.1) CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL**Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)****Realizações (avanços e desafios):**

Realizou-se em março de 2002 uma nova eleição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), efetivando-se a nova composição prevista na Lei Nº 11.130/2002, fruto da IV Conferência Municipal de Assistência Social do Município, realizada em julho/2001. A Resolução Nº 13/2002 publicada em 14/02/2002 definiu e normatizou o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil para o triênio 2002/2005. Convocaram-se os segmentos: dos usuários; dos trabalhadores da área; e das entidades e organizações de Assistência Social, para uma Assembléia específica, realizada em 02/03/2002 no Teatro Municipal Castro Mendes, das 08h00 às 13h00. Contamos com a participação de 170 (cento e setenta) pessoas, previamente cadastradas como eleitores/as e candidatos/as, por segmentos. O cadastramento deu-se durante o período de 14/02 até 20/02/2002, exigindo-se a seguinte documentação:

Aos Usuários ou seus representantes: documento de identidade; e cartão ou documento comprobatório de atendimento na área de Assistência Social no Município.

Aos Trabalhadores da área ou seus órgãos de classe: documento de identidade; documento comprobatório da condição de profissional da área ou carta de indicação do respectivo órgão de classe; e cópia de estatuto do órgão de classe, no caso dos indicados como representantes.

Às entidades e organizações da área: documento de identidade; carta de indicação da respectiva entidade ou organização; e cópia autenticada do estatuto da respectiva entidade ou organização.

Foram impedidas de se cadastrar, como candidatos/as, as pessoas analfabetas e profissionais do órgão gestor que ocupassem cargos de chefia ou em comissão. Foi garantido um período para recursos - 3 (três) dias úteis -, publicados os resultados no Diário Oficial do Município. Cada eleitor votou em até 3 (três) candidatos, por segmento.

Em 15/03/2002 foi publicado no Diário Oficial do Município a nova composição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com os novos representantes eleitos da sociedade civil e indicados pelo Governo, através da Prefeita Municipal, a saber:

- ✓ Sociedade Civil - 9 (nove) representantes titulares e 9 (nove) representantes suplentes:

I - Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social:

Titulares:

- 1º) Maria Aparecida de Souza Ferreira Fulfulé, de entidade das áreas da criança/adolescente e de família, com 52 votos;
- 2º) Helene Gatien, de entidade das áreas de população de rua e de enfrentamento à pobreza, com 31 votos;
- 3º) Jairo Pereira Leite, de entidade da área de enfrentamento à pobreza, com 30 votos.

Suplentes:

- 1º) Sílvia B. Bertazolli Belucci, de entidade das áreas da criança/adolescente e de saúde, com 24 votos;
- 2º) Dilma Galetti Valença Barel, de entidade das áreas de abrigo e de criança/adolescente, com 17 votos;
- 3º) Theresinha Carneiro Silva, de entidade das áreas de criança/adolescente e de família, com 8 votos.

II - Segmento: Trabalhadores da área ou representantes de órgãos de classe:

Titulares:

- 1º) Maria Theresinha Corrêa Marques, do Conselho Regional de Assistência Social (CRESS), com 41 votos;
- 2º) Cristiane da Silva, funcionária pública municipal que atua nas áreas de abrigo e de população de rua, com 34 votos;
- 3º) Sidinéia Solange Zambelli, trabalhadora de entidade da área de criança/adolescente, com 26 votos.

Suplentes:

- 1º) Maria Isabel Gomes de Oliveira, funcionária pública municipal que atua na área de trabalho e renda, com 16 votos;
- 2º) Maria Aparecida Siqueira Diniz, trabalhadora de entidade das áreas de criança/adolescente e de família, com 15 votos;
- 3º) Genésio W. Mazolini, funcionário público municipal que atua nas áreas de abrigo e de criança/adolescente, com 12 votos.

III - Segmento: Usuários ou representantes de usuários:

Titulares:

- 1º) Francisca F. da Silva, área da Criança e do Adolescente, com 25 votos;
- 2º) Cléa B. Sampaio, área da Família, com 23 votos;
- 3º) Silvana C. C. Salustiano, área da Comunidade, com 21 votos.

Suplentes:

- 1º) José Ferreira de Souza, área de Trabalho e Comunidade, com 21 votos;
- 2º) Antônio Fernando dos Santos, área da População de Rua, com 18 votos;
- 3º) José Antônio do Carmo Oliveira, área da População de Rua e Saúde Mental, com 5 votos.

✓ Poder Público - 9 (nove) representantes titulares e 9 (nove) representantes suplentes:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Maria Ângela Figueiredo Queiroz;

Suplente: Ana Maria de Arruda Camargo.

II - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania:

Titular: Daniela Scarpa Gebara;

Suplente: Mariana Villela Juabre.

III - Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo:

Titular: Soraya E. Zanforlin;

Suplente: José Domingos Gigli.

IV - Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lise Roy;

Suplente: Célia Jordão Velardi.

V - Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Maria Angélica V. Padilha;

Suplente: Cláudio Ferrari.

VI - Secretaria Municipal de Habitação:

Titular: Lúcia Maria Vieira;

Suplente: Jocymara Martinez dos Santos.

VII - Secretaria Municipal de Obras e Projetos:

Titular: Beatriz Maria da Graça Prearo Benvenuti;

Suplente: Eunice Corsine Pilla.

VIII - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Osmarina de Fátima C. Ruiz;

Suplente: Rosa Brasilina Abrantes Simões.

IX - Câmara Municipal de Campinas:

Titular: Paulo Búfalo;

Suplente: Antônio Flores.

Também foi publicada a composição da nova Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleitos em reunião extraordinária com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário, a saber:

Presidente: Maria Ângela Figueiredo Queiroz, do Poder Público - Secretaria Municipal de Assistência Social, com 13 votos;

Vice-Presidente: Maria Theresinha Corrêa Marques, da sociedade civil - CRESS, com 13 votos;

Tesoureira: Francisca F. Silva, da sociedade civil - Usuária, com 7 votos.

Em fins de 2002, foi extinta a figura do Tesoureiro do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme Decreto Nº 14.119, de 23/10/2002, que deu nova regulamentação ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), sendo publicado no Diário Oficial do Município em 27/11/2002.

Algumas alterações na Composição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foram encaminhadas ao Executivo Municipal, em 02/09/2002, para serem emitidas e publicadas as devidas Portarias de Nomeação e Exoneração, conforme segue:

Nomeações:

Representantes da Sociedade Civil:

Entidades de Assistência Social

Suplente: Ana Maria Cândido (motivo: afastamento provisório do Conselheiro suplente por motivos particulares);

Profissionais ou Órgãos de Classe Ligada à Área da Assistência Social

Suplente: Ney Moraes Filho (motivo: exoneração do Titular);

Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social

Suplente: Maria Jandira G. Anacleto (motivo: óbito do 2º suplente);

Exonerações:

Profissionais ou Órgãos de Classe Ligada à Área da Assistência Social

Titular: Cristiane da Silva (a pedido);

Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social

Suplente: Antônio Fernando dos Santos (motivo: óbito).

Em 2002 também, se produziu uma proposta de adequação do regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que deverá ser aprovado pelo Plenário em janeiro/2003 e enviado à Prefeita para elaboração de Decreto Municipal.

Foram instituídas, através da Resolução Nº 23/2002, 3 (três) novas Comissões de Trabalho, além de mantidas as 3 (três) já existentes, com os seguintes objetivos:

Comissões Temáticas do CMAS:

Comissões Existentes e Atribuições:**Comissão de Finanças e Orçamento:**

Acompanha as contas do FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social);

Analisa elaboração de balancetes e planilhas orçamentárias;

Analisa a prestação de contas de entidades subvencionadas e os repasses de recursos: Federais, Estaduais e Municipais para o FMAS;

Busca de novas fontes de receitas alternativas para o FMAS;

Módulo didático em linguagem popular sobre o financiamento para capacitação.

Comissão de Inscrição e Normas:

Realiza análises individuais das entidades que solicitam inscrição no CMAS, analisando documentação, realizando visitas, reuniões específicas em grupo, emitindo pareceres para deliberação do Colegiado;

Propõe diretrizes, normas e procedimentos para agilização do processo de inscrição;

Discussão e aprofundamento sobre o trabalho de avaliação e monitoramento da rede, propondo novas estratégias de fiscalização da execução da política na rede executora;

Articulação/acompanhamento de projetos de criação de Banco de Dados Único, Manual de Recursos Sociais atualizado e Diagnóstico aprofundado do Município (Mapa da Exclusão/Inclusão) - proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Assistência Social.

Comissão de Política e Legislação:

Analisa, avalia e propõe políticas na área da Assistência Social para deliberação do Colegiado, realizando acompanhamento da implementação do Plano Municipal, das Resoluções do CMAS e das ações de Gestão;

Organiza Conferências, Fóruns e debates afins ao tema;

Aprofundamento dos conceitos de mínimos sociais e critérios de qualidade para avaliação das ações (proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Assistência Social);

Discussão e aprofundamento dos parâmetros para apresentação de proposta de implantação de Ouvidoria Municipal (Proposta aprovada na IV Conferência Municipal de Assistência Social);

Adequação do Regimento Interno do CMAS à nova legislação (novo decreto);

Aprofundamento da discussão/operacionalização/interface com a política para atendimento ao grupo familiar (Resolução CMDCA Nº 006/01).

Novas Comissões Instaladas em 2002:**Comissão de Formação/Capacitação/Comunicação/Divulgação:**

Realizar capacitação para os novos Conselheiros (continuada);

Propor, executar e/ou acompanhar a execução de projeto de formação e pesquisa (pontuais e permanentes) estabelecendo parcerias com Universidades, ONG's e Governo;

Realizar eventos com as bases do CMAS e demais cidadãos interessados, visando à capacitação e formação da Sociedade em geral, em especial das áreas afins, sobre Assistência Social, LOAS e CMAS;

Realizar atividades para facilitar a Comunicação interna, fluxo de informações entre Conselheiros e externa (bases do CMAS e sociedade em geral), divulgando as resoluções do CMAS, produzindo materiais de apoio, cartilhas, *site* na *internet* e outros meios necessários para apoio das demais Comissões.

Comissão de Interface e Articulação:

Garantir articulação e integração com os outros Conselhos municipais de políticas públicas, inclusive o do Orçamento Participativo, o Conselho do Orçamento Participativo (COP);

Acompanhar e promover integração e articulação com a rede de atendimento, valorizando a intersetorialidade das políticas;

Articulação e integração com a comunidade e usuários da área, através de ações e parcerias descentralizadas (regionalização), visando à consolidação de Fóruns regionais de políticas públicas;

Articulação com outros Conselhos Municipais de Assistência Social da região e do Estado.

Comissão Especial de Regimento Interno (de caráter temporário):

Elaboração de proposta para novo Decreto Municipal referente a Regimento Interno do Conselho a ser encaminhado à Prefeita para adequação à nova legislação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) participaram de reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS), bem como das Conferências: Regional, Estadual e Nacional de Assistência Social, se pronunciando sobre as propostas aprovadas e priorizadas da área, visando ações imediatas. Cabe ainda ressaltar, a experiência inédita (inclusive em relação à maioria dos municípios do Brasil) da existência de representantes, no Conselho, do segmento dos Usuários da área da Assistência Social. Sentiu-se a importância e legitimidade desta representação, bem como as dificuldades que se apresentam para a efetividade da participação do segmento. Desde a questão da capacitação, até questões como: transporte e disponibilidade dificultam a participação. Avaliou-se que é imprescindível um investimento na formação e apropriação da política e do exercício de representação, através dos Conselhos e Fóruns, principalmente em relação ao segmento Usuários, para garantir o devido acompanhamento e efetividade da participação. Observamos um enriquecimento das

discussões embora outros segmentos mais apropriados da política da área e do processo de participação ainda mantenham domínio dos temas discutidos.

Concluímos avaliando que um processo de democratização está em curso e que cabe a todos os envolvidos (Governo e sociedade civil) envidar esforços para a solidificação dessa construção cotidiana de participação popular e controle social da Política Pública de Assistência Social, tanto no âmbito municipal como nos outros níveis - nosso principal desafio.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Os temas e assuntos relevantes discutidos e eventos realizados do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) no ano de 2002 foram os seguintes:

Seminário de Planejamento para definir as prioridades do Conselho, conforme Resolução Nº 01/2002, publicada em 14/03/2002 no Diário Oficial do Município.

Elaboração de minuta de Resolução da Comissão de Abrigos, para a adequação dos mesmos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Seminário de formação para dirigentes e técnicos das Organizações Não Governamentais (ONG's) e Organizações Governamentais (OG's), em cumprimento à Resolução 06/2002 pelo Grupo de Trabalho com famílias.

Organização junto à Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), de Campinas, do Seminário de discussão sobre as emendas de Promotores sobre adolescentes em conflito com a Lei - implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Definição dos Coordenadores das Comissões internas, a saber:

Comissão de Registro de Programas de Entidades;

Comissão Eleitoral para a Criação de Conselho Tutelar;

Comissão de Instalação de Rede de Atendimento;

Comissão de Abrigos;

Comissão de Violência Doméstica;

Comissão de Legislação e Registro;

Comissão de Medidas Sócio-Educativas;

Comissão de Divulgação;

Comissão da Criança e do Adolescente em Situação de Rua.

Organização do processo eleitoral para as eleições do Conselho Tutelar, biênio 2003/2005, em conjunto com a Promotoria da Infância e da Juventude.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) ainda realizou no ano 14 (quatorze) reuniões ordinárias, 26 (vinte e seis) extraordinárias, 31 (trinta e uma) reuniões da Diretoria Executiva e de Comissões de Trabalho. Expediu 244 (duzentos e quarenta e quatro) ofícios, recebeu 139 (cento e trinta e nove) ofícios e correspondências e encaminhou 194 (cento e noventa e quatro) ofícios de liberação de recursos. No total de entidades e organizações, com programas na área da Criança e do Adolescente, registradas e existentes no Conselho, temos: 166 (cento e sessenta e seis).

Conselho Municipal do Idoso (CMI)

A luta pela criação de uma política para a população da 3ª idade é antiga em Campinas, e vêm se fortalecendo nos últimos anos. Em 2001, iniciou-se um aumento de parcerias, em especial com o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), Faculdades da 3ª Idade e diversos grupos e entidades. Vários eventos ocorreram como o Mês do Idoso (2001 e 2002). Desencadeou-se um processo de descentralização,

ocorrendo reuniões em Fóruns regionais no Município. Outra ação a se destacar é a intersetorialidade com diversas Secretarias/Órgãos da Administração Municipal, com o objetivo de resgate da cidadania das pessoas idosas, principalmente com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas, o qual resultou na confecção do "Caderno dos Idosos", com tiragem inicial de 3 (três) mil exemplares, agregando toda a legislação referente aos direitos dos idosos, nos 3 (três) níveis de Governo.

As parcerias com as Secretarias Municipais: de Saúde; de Educação; e de Transportes, também foram importantes, principalmente na realização de alguns projetos conjuntos como: o "Nenhum Idoso Analfabeto"; Comissão de visitação aos Centros de Saúde Municipais e relatórios entregues à Secretaria Municipal de Saúde; prêmios aos Motoristas e Cobradores de ônibus mais atenciosos com as pessoas idosas; Movimento Vida Melhor (denúncias de maus-tratos); Centro dia dos idosos; Estatuto do Idoso.

A III Conferência Municipal do Idoso também foi um momento fundamental, garantindo avanços na área. Foi realizada em junho/2002, no Serviço Social do Comércio (SESC), contando com a participação de, aproximadamente, 185 (cento e oitenta e cinco) pessoas, entre estes diversos representantes dos usuários. Foi promovida pelo Conselho Municipal do Idoso (CMI) e Secretaria Municipal de Assistência Social/Prefeitura Municipal de Campinas, contando com o apoio da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), Associação dos Idosos, Banco do Brasil, Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED/Campinas e Serviço Social do Comércio (SESC), de Campinas. Teve como tema e objetivos:

Analisar a operacionalização das políticas públicas de atenção ao idoso.

Discutir as ações intersetoriais do Poder Público e da sociedade civil direcionadas ao segmento.

Propor e articular ações intersetoriais na construção e resgate da cidadania.

Em anexo, as propostas aprovadas e relato das conclusões. E, ainda, a nova composição do Conselho Municipal do Idoso (CMI).

O Conselho Municipal do Idoso (CMI) realizou inúmeros eventos em 2002, cerca de 26 (vinte e seis), entre estes os mais significativos foram:

I Conferência Municipal;

Fórum Regional Descentralizado;

Dois Fóruns sobre processo de envelhecimento;

Palestra sobre a Política Municipal para Idosos de Campinas, em Itatiba/SP.

Também foram realizadas 13 (treze) reuniões ordinárias, 5 (cinco) reuniões extraordinárias e 30 (trinta) de Comissões de Trabalho. Foram ainda expedidos 68 (sessenta e oito) ofícios e 69 (sessenta e nove) recebidos durante o ano.

Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais (CMADENE)

O Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais (CMADENE) realizou em 2002 diversos eventos, entre eles:

Em abril/2002, houve a 1ª Conferência Municipal de Transportes e Trânsito com uma participação efetiva do Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais (CMADENE), culminando em relatório específico e projeto de lei regulamentando a gratuidade de transporte para pessoas com deficiência e com necessidades especiais.

A III Conferência Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais, em 27 e 28 de abril no Colégio Salesiano São José, no Ginásio Poliesportivo UNISAL, com a temática: "Campinas: Construindo uma cidade inclusiva". Foram tirados indicativos apresentados por diversos grupos de trabalho temáticos e aprovados em Plenária, nas áreas de: Acessibilidade e Transportes; Saúde - Prevenção e Reabilitação; Trabalho; Assistência Social; Educação; Esporte, Cultura e Lazer; e Assistência Jurídica e Cidadania (documento anexo).

Houve também durante a III Conferência a eleição da nova composição do Conselho, publicada em Diário Oficial do Município em 14/06/2002 (documento anexo). Em 17/06/2002 ocorreu a eleição da nova Diretoria, sendo eleitos para Presidente a Sr^a. Roseli Bianco Piantoni; Vinícius Gaspar Garcia como Vice-Presidente, Maria Cristina Damião Pereira como 1^a Secretária e Michela O. Nakahayashi como 2^a Secretária.

Em julho/agosto/setembro de 2002 as discussões voltaram-se para a definição das prioridades apontadas na III Conferência (documento anexo) e constituição das Comissões de Trabalho que são:

Acessibilidade e Transporte;

Trabalho;

Legislação e Cidadania;

Políticas Sociais - Assistência Social; Educação; Saúde; Cultura, Esportes e Lazer.

Em dezembro/2002, houve a Pré-Conferência de Direitos Humanos onde ocorreram discussões específicas do segmento, com novas indicações de propostas (documento anexo).

Ainda em dezembro, em 05/12/2002, promoveu-se as Olimpíadas Especiais para Pessoas com Deficiência e com Necessidades Especiais, organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo com o apoio do Conselho.

Outro evento de dezembro foi a I Semana de Luta em Atenção às Pessoas com Deficiência - 03 até 07/12 -, ocorrendo atividades culturais diversas, feira e gincana no Largo do Rosário (Praça do Município) e contando com a participação de cerca de 40 (quarenta) usuários de um total de 150 (cento e cinquenta) participantes.

Ainda referindo sobre ações em 2002 o Conselho realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e 1 (uma) extraordinária. Expediu 62 (sessenta e dois) ofícios e recebeu 44 (quarenta e quatro).

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)

Realizações / Eventos / Participações, em 2002:

Solenidade de posse do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), biênio 2000/2001, em 15/03/2000, na Sala Azul do Gabinete do Prefeito Municipal de Campinas. Esta gestão permaneceu até outubro/2002, quando novas eleições foram realizadas:

Presidenta:	Christina Lucas;
Vice-Presidenta:	Leonilde Macedo;
Secretária:	Marlene Bezerra Batista;
Tesoureira:	Maria Nildes do Nascimento.

Manifesto de apoio à Prefeita Municipal de Campinas face aos meios de comunicação, especialmente à forma como a imprensa escrita vem se posicionando frente à inserção e presença da Mulher, enquanto aspirante ou exercendo o poder político constituído, em janeiro de 2002.

Entrevistas na Rádio Educativa de Campinas no programa "Bom Dia Campinas", em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, por vários representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), Organizações Governamentais (OG's) e Organizações Não Governamentais (ONG's), tais como: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), SOS - Ação, Mulher e Família, Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher (DDDM) etc., em março de 2002.

Participação nas reuniões com todos os "representantes do Poder Público nos Conselhos Municipais", com o objetivo de estar fortalecendo os Conselhos e instrumentalizando os seus representantes. A representante da Secretaria Municipal de Assistência Social no Conselho Municipal

dos Direitos da Mulher (CMDM) participa desses encontros que são realizados no Salão Azul da Prefeitura Municipal de Campinas, desde dezembro/2001.

Participação da palestra de Rose Marie Muraro, no Sindicato dos Metalúrgicos, sobre o tema: "A Mulher na Política", pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), em março/2002.

Publicação no Diário Oficial do Município do "Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)", em 11/05/2002.

Participação do "7º Encontro de Vereadoras do Estado de São Paulo - AVESP", pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), bem como da Presidenta do Colegiado e demais representantes - OG's e ONG's -, em junho/2002.

Participação no Orçamento Participativo (OP) - temática: Mulher, pela representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), 2002.

Participação da inauguração da "Coordenadoria da Mulher", em julho 2002.

Participação da inauguração do Centro de Referência da Mulher (CEAMO), pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), bem como da Presidenta e demais representantes de - OG's e ONG's, vinculados ou não ao Conselho, em setembro/2002.

Participação da "Marcha Mundial das Mulheres" no combate à violência contra a mulher, através de abaixo-assinado e debates, pela representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), de outubro/2001 até o 1º semestre de 2002.

Participação no debate intitulado: "Violência contra a Mulher e os Serviços de Atendimento", pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), dentre outras OG's e ONG's, vinculadas ou não ao Conselho, em outubro/2002.

Participação no "Fórum Social Campinas" pela representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos junto ao Conselho, dentre outras OG's e ONG's, vinculadas ou não ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), em novembro e dezembro de 2002.

Participação no "Fórum de Direitos Humanos" pela representante do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDM), dentre outras OG's e ONG's, vinculadas ou não ao Conselho, em dezembro/2002.

Ocorreram, ainda, cerca de 9 (nove) reuniões no ano:

Sobre o balanço da gestão anterior 1998/1999.

Para o planejamento de ações da atual gestão (2000/2001), incluindo: implementação da estrutura do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) - material e recursos humanos -; legislação - elaboração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), através de comissão específica -; atividades interativas; grupos operativos e de reflexão sobre gênero.

De comunicação do Conselho: o logotipo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM); discussão da rede de comunicação entre todas as Conselheiras e divulgação dos trabalhos do Conselho na imprensa.

De elaboração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), através de comissão específica para assuntos de legislação, composta pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Câmara Municipal de Campinas, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), junto ao Conselho.

De discussão, sobre o processo eleitoral do Conselho para o futuro biênio.

De socialização, para o recebimento das futuras Conselheiras titulares e suplentes, indicadas pelas OG's e ONG's, a que pertencem, incluindo: café da manhã, dinâmica de integração, apresentação das antigas Conselheiras e a sua atuação profissional (dentro e fora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher), histórico do Conselho, a sua legislação e o regimento interno, aprovado e publicado no Diário Oficial do Município, pela gestão 2000/2001.

De transição, com a eleição da nova gestão 2002 (outubro) até 2004, cuja solenidade de posse está prevista para março de 2003, com a seguinte composição:

Presidenta: Vanda Russo, representante do Grupo de Mulheres da Periferia;

Vice-Presidenta: Maria José Lopes de Souza, representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);

Secretária: Luciana Gonçalves S. F. Cunha, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

Tesoureira: Maria Rosa da S. Schimitz, representante da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

De planejamento de ações da atual gestão - outubro/2002 até 2004, com pauta de reuniões mensais, política de comunicação do Conselho, formação e reciclagem das Conselheiras (agendas temáticas), agenda das atividades pontuais (representação qualificada e calendário feminista).

Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN)

O Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN), de Campinas, foi criado pela Lei Municipal Nº 6.849/1991 e tem por objetivo propor as diretrizes para a política de prevenção ao uso indevido de drogas no Município. Órgão de caráter normativo e de fiscalização dos programas de prevenção, recuperação e reinserção social de dependentes químicos, o COMEN é composto por representantes de diversas instituições e entidades públicas e privadas. Está integrado ao Sistema Nacional Anti-Drogas da Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD) e ao Conselho Nacional Anti-Drogas (CONAD), órgãos vinculados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em Campinas, o Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN) tem suporte estrutural vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

O COMEN organizou e participou de diversos seminários, cursos, palestras e campanhas de prevenção ao uso indevido de drogas, no ano, dentre os quais destacamos:

Seminário Interno periódico/bienal:

Estabelecimento de metas e objetivos;

Regimento Interno;

Programa: Ame a Vida sem Drogas - 1998/2002, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), FEBRACT, Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) e Grupo de Empresários Amigos das Crianças (GEAC). Projeto de prevenção a drogas que vem sendo desenvolvido em 14 (quatorze) escolas e 13 (treze) Núcleos;

Semana de Debates, no Colégio Culto à Ciência;

I Encontro de Conselheiros Municipais do COMEN - 2002, na Fundação Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, no dia 23/05/2002, com a pauta:

Eleição da Diretoria do COMEN para o biênio 2002/2004;

Capacitação:

Conceitos principais dos mecanismos de dependência;

Legislação sobre drogas;

Prevenção: família, escola e sociedade;

Modelos de tratamento.

Atividades Permanentes:

Palestras: Escolas, Entidades, Empresas, Comunidades, Outros.

Orientação e encaminhamento para tratamento.

Apoio às entidades e comunidades terapêuticas (orientação).

Programa: "Ame a Vida sem Drogas".

2.5.2) PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS

A Secretaria Municipal de Assistência Social, desde 2001, vem desenvolvendo diversas ações visando o protagonismo de seus usuários e a participação popular. Destacamos, principalmente, o processo do Orçamento Participativo (OP) e as inúmeras reuniões da temática Assistência Social e, também, a eleição do Fórum de Representantes da Área, composto por representantes dos usuários, de entidades da área, de trabalhadores do setor e cidadãos interessados. Foram realizadas 12 (doze) reuniões/plenárias intermediárias em 2002, com a presença de 1016 (um mil e dezesseis) pessoas; 2 (duas) reuniões gerais da temática com 178 (cento e setenta e oito) pessoas em média; e 20 (vinte) reuniões do Fórum de Representantes da temática, no ano.

Outra ação representativa foi a partir da diretriz de Gestão Participativa, a indicação de grupos de gerenciamento dos equipamentos onde se conseguiu efetivar 7 (sete) comissões populares e outras 19 (dezenove) que se encontram em processo de formação.

Os Serviços, em especial os Abrigos 24 horas, também têm realizado ações visando à participação dos abrigados em decisões do gerenciamento cotidiano, como passeios, atividades a serem desenvolvidas e programadas, cardápio, visitas, regras de convivência e habitabilidade, projeto pedagógico e feiras da área de trabalho e renda. Tais experiências têm proporcionado tanto o resgate da auto-estima desses usuários, bem como propiciado maior percepção da realidade em que estão inseridos, garantindo o despertar para a cidadania e a participação mais ampla. Comprova-se, por exemplo, em mobilizações ocorridas em alguns Serviços ou regiões para eleição do Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho do Orçamento Participativo (COP), onde usuários participaram e foram eleitos como membros titulares e suplentes.

Nas regiões, a partir da diretriz de Novas Relações Comunitárias, a Ação Comunitária vêm desenvolvendo um grande processo de articulação com lideranças populares, grupos específicos de usuários e famílias, tanto para discutir as formas de gestão como também acolhendo demandas populares, tais como: Grupo Associativo de Estandartes Artesanais, Cooperativas de Catadores de Papelão e de Fabricação de Blocos para Construção, Programas com crianças de âmbito intersetorial, grupos gestores de espaços públicos e comunitários, grupos culturais, grupos de mulheres e de formação. Algumas ações tiveram resultados concretos como a comercialização de produtos, efetivação de projetos intersetoriais, inclusive com o apoio de recursos públicos e mudança de localização de ações de uma ONG na região Noroeste, viagem para o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e reforço a intersetorialidade das Políticas Públicas.

Podemos avaliar que estas sinalizações são o início de um processo rumo ao protagonismo e participação popular, principalmente quanto aos usuários da Assistência Social; idéia que, ao longo da história, parecia impossível aos olhos da maioria dos antigos "atores" da Política na área. Cabe-nos refletir, ampliar e somar no intuito de reforçar essas participações e aprender/crescer/compartilhar com os novos agentes de transformação das Políticas Públicas, estes os mais importantes do cenário atual.

IV) CONCLUSÃO

O desempenho e gestão das Políticas Públicas de Assistência Social, neste ano representam, numa análise macro, avanços em qualidade de execução e quantidade de atendimentos, participação e investimentos.

Desta realidade analisada resultam desafios para o próximo ano, que deverão se concretizar em ações cada vez mais processuais e integradas.

Do ponto de vista do gestor local, somente com ação em rede dos "atores" sociais de nosso Município, é que se viabilizou este cenário que ora analisamos.

V) ANEXOS

ANEXO I

PLANILHAS DEMONSTRATIVAS

REDE EXECUTORA

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS (OG's)

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome dos Serviços	Número de Funcionários - 2001				Número de Funcionários 2002			
	UNIV	ADMI	OPER	MONI	UNIV	ADMI	OPER	MONI
Departamento de Operações de Assistência Social - DOAS	2	2	0	1	5	2	0	0
Total	2	2	0	1	5	2	0	0
Coordenadoria Setorial de Apoio à Família	2	0	0	0	3	0	0	1
SAF - Serviço de Atenção à Família	8	1	1	0	9	1	1	0
SAPECA - Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente	3	0	0	0	3	1	1	0
Casa Abrigo da Mulher - SARA M (24 horas)	2	0	1	0	2	0	1	0
Casa dos Idosos e Idosas (24 horas)	1	0	14	0	1	0	12	0
Penas Alternativas	1	1	0	0	1	0	0	0
Total	17	2	16	0	19	2	15	1
Coordenadoria Setorial de Assistência à Criança, Adolescência e Ação Social	2	1	0	0	1	1	0	0
CMPCA - Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente (24 horas)	7	2	20	32	5	2	17	34
SACASE / Convivência e Cidadania	13	1	4	1	5	1	4	3
RESGATE - Reintegração Social de Grupos de Adolescentes Através do Trabalho Educativo	3	1	1	0	4	1	2	0
Total	25	5	25	33	15	5	23	37
Coordenadoria Setorial de Acolhimento e Referenciamento Social	1	0	0	0	1	0	0	0
SARES - Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social	5	1	0	0	6	0	3	0
SAMIM - Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante	6	4	26	0	8	4	29	1
RENASCER - Abrigo Especializado	2	2	5	7	1	2	5	8
Total	14	7	31	7	16	6	37	9
Coordenadoria Setorial de Trabalho e Renda	2	1	1	2	2	2	0	0
Prórendas	3	2	0	0	3	2	0	0
Balcão de Empregos	5	4	0	0	4	7	0	0
Total	10	7	1	2	9	11	0	0
Coordenadoria Regional de Assistência Social - Norte	6	1	0	0	1	1	0	0
NCCA Antônio da Costa Santos / Recanto da Fortuna	1	0	3	2	1	0	5	2
Espaço Esperança	2	1	3	1	5	1	3	2
Casa de Ação Comunitária da Vila Padre Anchieta	1	1	2	0	1	1	1	0
Centro Social II da Vila Padre Anchieta	0	2	1	0	3	2	1	0
Total	10	5	9	3	11	5	10	4
Coordenadoria Regional de Assistência Social - Sul	8	2	1	1	9	2	1	1
NCCA da Vila Ipê	1	0	2	2	1	0	2	2
NCCA da Vila Esmeraldina	1	0	3	2	1	0	5	2
NCCA do Jardim Carlos Lourenço	1	0	2	2	1	0	2	2
NCCA da Vila Formosa	1	0	1	2	2	0	2	2
NCCA da Vila Rica	1	0	3	1	1	0	2	2

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Centro de Profissionalização Dr. João de Souza Coelho	0	1	3	0	0	1	3	0
Total	13	3	15	10	15	3	17	11
Coordenadoria Regional de Assistência Social - Leste	5	1	0	1	4	0	0	1
NCCA do Parque São Quirino	1	0	2	2	0	0	2	0
NCCA da Vila Costa e Silva	1	0	3	2	1	0	2	2
NCCA da Vila Nogueira	1	0	3	1	1	0	3	0
NCCA da Vila 31 de Março	1	0	2	2	1	0	3	2
NCCA do Jardim Nilópolis	1	0	2	2	2	0	5	4
Centro Profissionalizante Humberto Mascoli	1	1	3	0	1	1	3	0
Centro Integrado Nair Valente da Cunha	1	0	2	2	1	0	0	4
Total	12	2	17	12	11	1	18	13
Coordenadoria Regional de Assistência Social - Sudoeste	9	1	2	2	9	0	1	1
NCCA do Jardim Maria Rosa	1	0	3	2	1	0	4	2
NCCA do Jardim Profilurb	1	0	2	1	1	0	4	2
NCCA da Vila União	0	0	3	2	1	0	5	2
Espaço de Múltiplo Uso do Conjunto Residencial Vida Nova	0	0	2	1	1	0	3	3
Centro de Profissionalização Tancredo Neves	1	1	3	0	1	1	3	3
Centro Social Perseu Leite de Barros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	2	15	8	14	1	20	13
Coordenadoria Regional de Assistência Social - Noroeste	5	3	2	0	8	2	5	0
NCCA do Jardim Santa Rosa	1	0	3	2	1	0	3	2
NCCA do Parque da Floresta	1	0	2	1	1	0	1	2
Centro de Profissionalização Dr. José Francisco B. H. Melo	1	1	2	1	1	0	2	1
Centro Profissionalizante Jardim Nova Esperança/PAICA	0	1	3	0	0	0	0	0
Total	8	5	12	4	11	2	11	5
Total Geral - DOAS	122	40	141	80	121	38	151	93
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social - DGDS	2	1	0	0	2	2	0	0
Total	2	1	8	8	2	2	0	0
Coordenadoria Setorial Administrativa	0	5	12	0	0	3	12	0
Setor de Expediente e Recursos Humanos	0	4	0	0	0	4	0	0
Setor de Capacitação	1	1	0	0	1	1	0	0
Setor de Apoio aos Equipamentos Sociais	1	4	1	0	1	4	0	0
Total	2	14	13	0	2	12	12	0
Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle	9	1	0	0	9	1	0	0
Total	9	1	0	0	9	1	0	0
Coordenadoria Setorial Orçamentária e Financeira	0	2	0	1	0	2	0	0
Setor de Execução Orçamentária e Financeira	0	2	0	0	0	3	0	0
Setor de Controle Contábil	0	2	0	0	0	3	0	0
Total	0	6	0	1	0	7	0	0
Total Geral - DGDS	13	21	13	1	13	23	12	0
Gabinete da Secretária	8	7	2	0	8	7	2	0
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	0	0	0	2	1	0	0

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Total	8	7	2	0	10	8	2	0
Total Geral - Gabinete	8	7	2	0	10	8	2	0
Total de Funcionários da SMAS em 2001 = 448								
Total de Funcionários da SMAS em 2002 = 476								
Número de Funcionários Previstos para Início em 2003 = 39								

Obs. (1): UNI = Universitários; ADMI = Administrativos; OPER = Operacionais; e MONI = Monitores;

Obs. (2): Previsão de aumento de pessoal, incluindo os que já estão em processo de contratação - 14,95% (quatorze vírgula noventa e cinco por cento);

Obs. (3): os cargos em comissão estão incluídos entre os Universitários e os cargos de administradores do CMPCA e SAMIM entre os Monitores.

COORDENADORIA SETORIAL DE ACOLHIMENTO E REFERENCIAMENTO SOCIAL - CSARS

Programa	Nº de Usuários/Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
SARES	Média mensal = 305; Anual = 3.658 pessoas.	População de rua com transtornos mentais = 30 pessoas; Obs.: os demais não são possíveis de quantificar devido a não realização do censo da população de rua.	Atendimento nos logradouros de Campinas à população de rua, facilitando o acesso às políticas sociais, através do encaminhamento e encaminhamento à rede de serviços sociais. Atividades principais: Atendimento na rua para acolher, escutar sensivelmente, contra-referenciar, apoiar e estabelecer vínculos; Ação de monitoramento intersetorial na área/discussões de casos Ações conjuntas em situação de risco e emergenciais Encaminhamentos diversos Articulação com a comunidade e movimentos populares Participação nas Operações Inverno e Verão Articulação com recursos sociais e rede de atenção básica Organização dos usuários Grupo Operativo na rua Sensibilização para o processo de retorno à família Acompanhamento dos usuários inseridos no Projeto Oficina Geração de Renda para População de Rua e Bolsa Incentivo Auxílio Moradia Sensibilização da sociedade à problemática do morador de rua Atendimento no Paço - SMAS- 12º Andar.	ONG's: "Cáritas"; "Toca de Assis"; Casas de Recuperação Casas de Apoio "Allan Kardec"; Cidade dos Meninos; Casa Betel SOS Ação Mulher/ Família Movimento Popular/ Comunidade; Fórum da População de Rua II Semana de Luta de Morador de Rua Serviços de Saúde: UNICAMP/OS; PUCCAMP/OS; SSCF SMAS e outras Secretarias: SMAS: Penas Alternativas; SAMIM; RENASCER; CRAS; DGDS SMS: PS'; CS; NADEQ; CRIAD; CAPS; COAS; AMDA VISA; SAMU SME: Creches SEHAB Defesa Civil SMCASP: Guarda Municipal.SMSP: AR's SMOP: DUOS Outros: DDM; Ministério Público; CT	Curso: Violência Nunca Mais, organizado pelo CETS/Saúde Trabalho com família - SMAS/CMDCA Capacitação em Dependência Química-NADEQ Capacitação em Redução de Danos Curso: Jogos Cooperativos Curso: Cooperativismo II Seminário de Moradores de Rua Intersetorialidade em Serviço Social Hospital "Dr. Mário Gatti".	Passes: 40, em média por mês; total anual: 480; Passagens (ver planilha do SAMIM) Obs.: recurso compartilhado com o SAMIM referente a localidades apenas no Estado de São Paulo. Foto = 10 cotas mês.

Programa:	Nº de Usuários/ Atendimentos P/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
ABRIGO RENASCER	<ul style="list-style-type: none"> • 25 pessoas (média mensal) 	<ul style="list-style-type: none"> • 40 pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento, em regime de Abrigo, de adultos com transtornos mentais que se encontram em situação de rua, garantido-lhes moradia, acesso a equipamentos de saúde, educação, profissionalização e reabilitação, a fim de promover inserção social, retomando vínculos familiares sempre que possível. <p>Atividades Principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de parceria com a comunidade local e voluntários; • Articulação da rede de atenção intersetorial; • Fortalecimento de vínculos familiares, através de contatos com as famílias e parentes; • Resgate de auto-estima, identidade, hábitos de higiene e organização da vida diária; • Orientações para documentação e encaminhamentos para obtenção do BPC; • Atividades sócio-educativas e culturais; • Encaminhamentos aos serviços de saúde e acompanhamentos; • Acompanhamento de algumas famílias pontuais. 	<p>ONG'S:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CIAD - PUCC; • Igreja "São Benedito"; • Cáritas; • APAE; • Assoc. Prot. Animais; <p>Movimento Popular/ Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pensões; • Fórum da População de Rua; • Comunidade da Vila Costa e Silva; • Grupo da 3º Idade - Vila Costa e Silva; • Centro Comunitário Vicente Cury; <p>Organizações e Empresas Privadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medley (Comitê de Funcionários e Voluntários); • Polícia Militar; • Cartórios de Registro Civil; • Ministério Público; • M. Ferreti Ltda.; <p>SMAS e outras Secretarias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SMAS: CMPCA; SARES; Casa do Idoso (a); Centros Profissionalizantes: CPHM, C.P. João Coelho, C.P. Tancredão; SAMIM; CRAS/Leste; e demais; • Segurança: Guarda Municipal; <i>Gocil</i>; • Educação: FUMEC; • Habitação; • Cultura/Esportes: 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário sobre Família - CMDCA; • Supervisão Técnica "Hospital Cândido Ferreira"; • Novas centralidades; • Curso de Cooperativismo; • Curso de Especialização em Psicodrama - IPPGC; • Curso jogos cooperativos; • Seminário População de Rua; • Inter-disciplinaridade em Serviço Social; • Dependência Química; • Intersetorialidade (trabalho em rede); • Curso sobre: Ação Comunitária; Palestras temáticas ministradas para profissionais do CAPS Leste; Sexualidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Refeição: média mensal de 2.400; • Passes: média de 40; • Total anual = 480.

				<p>Departamentos: de Esportes; e de Cultura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde: S. S. "Cândido Ferreira"; NOT, Núcleo Clínico, CAPS Leste e Estação, Centro de Convivência, NAC e NADEQ; Saúde Mental; CRIAD; VISA; SAMU; • Poupa Tempo; • Transurc; • INSS; • Setor Penas Alternativas; 		
SAMIM - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE, ITINERANTE E MENDICANTE	- 33.758 pernoites/ano; - 9.545 atendimentos da equipe técnica/ano;	- 5 pessoas com transtorno mental; - 5 idosos; Obs.: os demais não são possíveis quantificar devido a não existir censo da população de rua;	- Atendimento em regime de albergue à população de rua e migrante adulta. Atividades Principais: - atendimento psicossocial individual e grupal; - acolhimento e orientação (Projeto Sala de Espera); - Supervisão de estágio (Serviço Social); - Prestação de Serviço para Penas Alternativas; -Articulação com a comunidade e movimentos populares; - Reuniões temáticas com os usuários; - Entrevistas individuais, domiciliares e institucionais; - Encaminhamentos; - Classe da FUMEC; - Grupo de Apoio ao Dependente Químico - Reuniões intersetoriais; - Acompanhamento das oficinas de geração de renda, com bolsa incentivo; - Levantamento de dados biográficos para a elaboração de projetos compartilhados;	<p>SMAS e outras Secretarias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança: Guarda Municipal; - Habitação; - Comissão Intersectorial + CRAS Norte + outras secretarias; - Saúde: CAPS ESTAÇÃO E SUL; NOT; NADEQ; CRIAD; CS Jd. Aurélio; PAIDÉIA; Distrito Norte <p>SMAS: SARES; RENASCER; CRAS; Casa do Idoso;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação: FUMEC; - Fundação Jose Pedro de Oliveira; <p>Empresas Privadas-organizações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - INSS; <p>Universidade- UNISAL</p> <p>ONG's:</p> <ul style="list-style-type: none"> - "Cáritas" - Toca de Assis; - Lar dos Velhinhos; - Centro Espírita Nosso Lar e Dois Irmãos; - Igreja Presbiteriana e AEA; - Grupo "Lúmen" (AA); <p>Movimento Popular-Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo Lua; - Grupo Ecumênico de Valinhos; - AA; - Fórum do "Morador de Rua" - Voluntários; 	<p>Seminários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oficina sobre Tuberculose; - sobre idoso; - do AA para Profissionais de Campinas e Região; - sobre Morador de Rua em Piracicaba; <p>Cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogos Cooperativos; - Família na Comunidade; - Cooperativas; <p>Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - NADEQ - sobre Dependência Química; - sobre Horta Comunitária-Horta Doméstica; - sobre Previdência Social (INSS); - sobre tuberculose; - sobre redução de danos; <p>- Supervisão Institucional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Debate sobre Ação Comunitária; - Debate sobre Intersetorialidade; 	- 87 passagens/ano; total anual 4644; - 130 passes urbanos por mês; - 30 fotos por mês para documentação; - compra de medicação inexistente na rede; - refeições: uma média de 7969 ao mês; nos meses de "Operação Inverno" a média foi de 8394 refeições

COORDENADORIA SETORIAL DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E AÇÃO SOCIAL - CSACAAS

Programa	Nº de Usuários Atendimentos / P/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
SACASE Projeto Convivência e Cidadania	Janeiro = 64 Fevereiro = 50 Março = 65 Abril = 69 Maio = 69 Junho = 69 Julho = 69 Agosto = 62 Setembro = 62 Outubro = 62 Novembro = 55 Dezembro = 55	Não há registro no programa de demanda reprimida, mas pelas observações empíricas há nas ruas centrais da cidade um número significativo de adolescentes em situação de mercado informal e mendicância, apesar dos 110 já atendidos pelo PETI.	-Desenvolvimento de atividades sócio-educativas com adolescentes de 12 à 17 anos, levando em consideração suas necessidades e interesses; -Acompanhamento individual do adolescente quando necessário; -Encaminhamento e acompanhamento escolar dos adolescentes; -Encaminhamento e acompanhamento das questões de saúde; -Encaminhamento e acompanhamento em cursos de iniciação profissional; -Acompanhamento familiar individual ou em grupo; -Acompanhamento dos pais no processo de formação de cooperativa em parceria com o programa PETI; -Encaminhamento das famílias a recursos do município quando necessário; -Reuniões semanais de equipe para discussão de casos e questões relativas ao desenvolvimento do processo trabalho; -Reuniões com parceiros para avaliação do processo trabalho; -Participação da Assistente Social do Projeto na Comissão Municipal do PETI, representando OG's; -Reuniões mensais com os pais.	-Ações intersetoriais desenvolvido com a Secretaria Cultura, Esporte e Turismo, através da inserção dos adolescentes em programas culturais e atividades esportivas, uso de praças esportes e piscina; -Ações intersetoriais com Programa PETI, através do atendimento de 15 adolescentes no Projeto, acompanhamento do Projeto de Formação de Cooperativa, participação da Assistente Social na comissão Municipal do PETI. -Ações intersetoriais com entidades assistenciais APOT e Educandário Eurípides, em cursos de iniciação profissional; - <u>Educação</u> = Escolas Estaduais e Municipais onde os adolescentes estão inseridos. - <u>Saúde</u> = Centros de Saúde dos bairros onde os adolescentes estão inseridos, acompanhamento dos casos encaminhados. <u>Saúde</u> = Centro de Saúde Faria Lima = no atendimento de alguns casos em que não é possível utilizar o Centro de Saúde mais próximo da residência dos adolescentes; - <u>Saúde</u> = CRAISA = no atendimento de saúde do adolescente em casos de orientações específicas desde as questões de sexualidade até atendimento drogadição (novo serviço). -Conselho Tutelar -Vara da Infância e Juventude	-Participação de 2 educadores no curso "O adolescente no mundo do Trabalho" -Participação de educador e 1 monitor no curso: "Jogos cooperativos" -Participação de 1 educador Social, 1 monitor e da Assistente Social no curso "Batuk no Batiq" -Participação de 1 educador Social e 1 monitor no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil em São Paulo - SP. -Participação de 1 educador no Seminário a "Saúde é jovem" Participação de 2 educadores e da Assistente Social no curso de Cooperativismo.	-Passes: número total até Novembro = 21375 -custo = 27.787,50 -Bolsa para 42 famílias atendidas no valor de 180,00 -20 cestas básicas fornecidas pela Ticket e Distribuídas para as famílias conforme avaliação de necessidade

Programa	Nº de Usuários Atendimentos / P/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
				-SAF Cesta ticket no fornecimento de 20 cestas básicas para as famílias atendidas no Projeto		

<p>CMPCA - Centro Municipal de Proteção à criança e o adolescente</p>	<p>Crianças e adolescentes, atendidos por medida de proteção, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Vara da Infância e guarda Municipal em 2002: Janeiro - 50 Fevereiro - 46 Março - 49 Abril - 47 Maio - 46 Junho 53 Julho 50 Agosto - 50 Setembro - 55 Outubro - 54 Novembro - 62 Dezembro - 62</p>	<p>Não temos registro da demanda reprimida.</p>	<p>Atender criança e adolescente, de 0 a 14 anos, que necessitam de proteção, tendo em vista: Desenvolvimento na área educacional, social, saúde física e emocional, esportiva; Estabelecer rotina diária para eles no abrigo, desenvolvendo um ambiente acolhedor, afetivo, e saudável. Manutenção dos vínculos familiares visando seu retorno para sua família de origem, através do trabalho social. Articulação com a rede de atendimento na comunidade de origem das famílias e outras, visando à proteção familiar.</p>	<p>Secretaria de Saúde, educação, esporte, cultura, serviços da secretaria da assistência social, Programas ONG's: CRAMI, Síndrome de Dow, CEI, outros abrigos; Universidades: PUCC, UNIP e UNICAMP; Grupo de voluntários de empresas: Medley e Nortel; Parceiro: Correios e telégrafos; Pessoas da comunidade interessadas no trabalho voluntário; Grupo de arquitetos e decoradores, envolvidos no projeto de reforma do CMPCA.</p>	<p>Pelos monitores: foi oferecido pelo CMPCA, formação continuada e discussão dos temas: vínculo, disciplina, regras, cuidados básicos de higiene para criança e adolescente, disciplina, sexualidade, primeiros socorros, atividades lúdicas e artísticas, acolhimento afetivo, orientação sobre crianças com necessidades especiais, atividades pedagógicas por faixa etária, ECA; Formação para equipe técnica e Monitores oferecido pela Escola São José, temas trabalhados: Confecção de brinquedos, contar história, brincadeiras infantis, família e drogadição; Formação para monitores, pela Secretaria de Assistência Social: Jogos cooperativos; Formação para monitores e técnico, pela secretaria de educação: orientação sexual Pela equipe técnica, Secretaria de Assistência Social: Família na comunidade;</p>	<p>Proteção: Acolhimento, afeto, amor, moradia, alimentação, vestuário, medicação, transporte, educação, saúde, lazer, esporte.</p>
---	---	---	---	---	---	---

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

RESGATE	JAN/61 FEV/55 MAR/51 ABR/62 MAI/72 JUN/82 JUL/79 AGO/92 SET/86 OUT/82 NOV/80 DEZ - 81	Jan- inexistente Fev- inexistente Mar- inexistente Abr- inexistente Mai- inexistente Jun- inexistente Jul- inexistente Ago - 09 Set - 19 Out - 17 Nov - 16 Dez - 11	<p>Grupos de Recepção - onde os adolescentes encaminhados ao RESGATE pela VIJC são acolhidos, juntamente com seus familiares para interpretação da medida, esclarecimento e orientação sobre a decisão judicial aplicada, bem como as condições às quais está submetido no período de seu cumprimento as obrigações que a medida impõe.</p> <p>Total de Grupos de Recepção em 2002 = 40 Total de Adolescentes atendidos nos Grupos de Recepção em 2002 = 169</p> <p>Primeiras Entrevistas - quando cada adolescente e responsáveis são atendidos individualmente, objetivando um contato mais aprofundado com a situação específica da família, suas relações, sua dinâmica interna e conhecimento particularizado de seus membros.</p> <p>Total de 1ª Entrevista em 2002 = 152</p> <p>Entrevista de Acompanhamento - são as entrevistas realizadas durante o acompanhamento do adolescente no cumprimento de sua medida. Pode ser realizada individualmente com o adolescente ou familiar/responsável ou com ambos.</p> <p>Total de entrevistas de acompanhamento em 2002 = 572</p> <p>Colocação - quando o adolescente é levado por um dos técnicos para conhecimento do local de Prestação de Serviço à Comunidade e apresentação ao orientador responsável. É realizada em grupo.</p> <p>Total de grupos colocação em 2002 = 41 Total de adolescentes colocados = 158</p> <p>Grupos de Adolescentes - grupos onde são discutidos diversos temas de interesse da população atendida. Não obedecem a uma sistemática, e muitas vezes ocorrem espontaneamente, no caso de ensaios de grupos de rap, para assistirem a filmes</p>	<p>Junto a PMC</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Esportes . Praças de Esportes . Centro de Recreação e Lazer - Secretaria de Cultura . Biblioteca Municipal . Museu da Imagem e do Som (MIS) . Bosque dos Jequitibás . Setor de Arquivo Municipal (Arquivo Histórico e Administrativo) - Assistência Social . SAMIM . CRAS . Centros Profissionalizantes - Administração . DETI - Oficina de Patrimônio . Oficina de Elétrica . Oficina de Funilaria . Administração / Patrimônio - Saúde . Hospital Mário Gatti . Centros de Saúde - Juntos à ONG's - CRAMI - Instituto Popular Humberto de Campos - COMEC - Externato São João - SOS / Adolescente - APOT - Mão na Massa - Junto a Órgão Estadual . Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) 	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisão Institucional pelo período de 4 meses. - Jogos Cooperativos - Violência Doméstica pelo CRAMI - Encontros mensais de Executoras na FEBEM Posto/Campinas com palestras e grupos de profissionais diversos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Passes - Lanches
---------	--	---	--	---	--	---

			<p>debaterem sobre um determinado tema. Pelo fato de serem espontâneos não foram contabilizados.</p> <p>Acompanhamento aos Orientadores dos Locais de PSC - são as reuniões realizadas com os orientadores responsáveis pelos adolescentes nos locais de P.S.C., buscando avaliar o desempenho de cada adolescente, promover orientação técnica, capacitar, discutir casos e resolver quaisquer situações que possam ter implicações com o adolescente e o andamento da P.S.C. Até o mês de junho não foram feitos de forma sistemática, mas obedecendo a demanda de cada local. Atualmente vêm ganhando estrutura e sistemática, sendo que de junho a novembro foram realizados 36 reuniões.</p> <p>Entrevista Final - no término da medida de P.S.C., é realizada uma avaliação final com o adolescente e seus familiares. Número de entrevistas finais = 85</p> <p>Relatórios - no Programa RESGATE ocorre um fluxo de comunicação muito intenso com a VIJC. Podem ser relatórios apontando para diversos tipos de situação do adolescente em relação ao cumprimento da medida. São os relatórios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicado de Reinserção - Acompanhamento - Término do cumprimento da medida - Início do cumprimento da medida - Não comparecimento à 1ª entrevistas - Não cumprimento da medida - Transferência da medida para outra cidade - Comunicação de reincidência. <p>Foram encaminhados para a VIJC um total de 317 relatórios em 2002.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Junto aos Conselhos . CRP . CMDCA <ul style="list-style-type: none"> - Junto à Comunidade . Grupos de HIP HOP . Posse e Rima 		
--	--	--	---	---	--	--

COORDENADORIA SETORIAL DE TRABALHO E RENDA - CSTR

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Garantia de Renda Familiar Mínima - PGRFM	Média de 2.832 famílias atendidas por mês Média de 7.033 crianças e adolescentes	Somar números das CRAS Demanda potencial de 13 mil famílias	Complemento de renda para famílias com crianças de 0 a 16 anos, com pelo menos 4 anos de residência no Município e que recebem menos de 35 reais <i>per capita</i> ; Atendimentos descentralizados através das cinco CRAS e gerenciamento centralizado CSTR. Atividades principais: Inclusão e desligamento de famílias descentralizado nas CRAS; Entrevistas individuais. Pagamento mensal do benefício por cartão magnético ou cheque nominal. Parcerias com ONG's;	Entidades Assistenciais em cada região; Banco do Brasil - Implantação do Cartão Magnético; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas NEPP/UNICAMP - realização de Seminário de troca de experiências sobre programas municipais de renda mínima	Seminário de 4 horas com Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros; Seminário de um dia para troca de experiências sobre programas de renda mínima municipais em parceria com NEPP/UNICAMP.	Valor de R\$ 4.359.809,50 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e nove reais e cinquenta centavos) transferidos às famílias em 2002
Ação Comunitária	13 microrregiões	Retirar dados dos relatórios das CRAS	Ação descentralizada que busca o desenvolvimento de ações que fortaleçam as redes de solidariedade, em contraposição à relação oferta/demanda, buscando desenvolver com a comunidade atividades/posturas que favoreçam a criação de vínculos sociais, ações coletivas e o apoderamento da comunidade. Atividades principais: • Subdivisão das CRAS em microrregiões com a designação de técnicos que realizarão o trabalho de Ação Comunitária nas mesmas; • Aproximação com a comunidade buscando desenvolver ações conjuntas; Criação de espaços que promovam a participação dos moradores no gerenciamento de Serviços/Políticas Públicas;	Departamento de Psicologia Social da PUC Campinas, mais especificamente com a Profª. Raquel Guzzo; Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esporte Cultura e Turismo, Serviços Públicos nas regiões e microrregiões. Entidades Assistenciais e organizações da comunidade nas regiões e microrregiões	Seminário de 1 dia com Prof. Wilian César Castilho Pereira da PUC de Belo Horizonte; Capacitação para ação comunitária de cerca de 50 Técnicos das CRAS com Profª. Raquel Guzzo em quatro encontros de 4 horas cada um mês por mês a partir de setembro.	Os cerca de 50 técnicos das CRAS; Os programas para Garantia de Renda Familiar Mínima, Formação para o Trabalho e Cidadania, Prê-rendas, NACA como suporte à Ação Comunitária
Formação para o Trabalho e	Média de 868 por mês	Somar dos relatórios das CRAS	Programa descentralizado de profissionalização, formação para o trabalho, cidadania e formas de alternativa de geração	"Cáritas" Diocesana de Campinas; Associação dos Comerciantes de	Curso de Cooperativismo promovido em parceria com a "Cáritas" (20 Técnicos);	Valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais);

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Cidadania			de renda, através de equipamentos da SMAS (9) e da comunidade. Atividades principais: Realização de cursos de formação profissional de nível básico nas áreas de: Beleza, Culinária, Costura, Artesanato, Construção Civil, Prestação de Serviços, Serviços Administrativos e Informática; "Oficinas de Geração de Renda" onde alunos dos cursos de profissionalização podem se utilizar o espaço e equipamentos para aperfeiçoamento e prestação de serviços à comunidade.	Material de Construção de Campinas e Região (ACOMACC); Fundação "Gerações"; Associação Beneficente e Assistencial Madre Cândida (ABAMAC); Serviço Social Presbiteriano "Ebenézer"; Centro Comunitário Santa Lúcia; Centro Promocional "Tia Ildeide"; Educandário "Eurípides"; Comitê para Democratização da Informática de Campinas (CDI); SEBRAE; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; E outras organizações comunitárias.	Curso sobre Jogos Cooperativos; Curso de introdução à dinâmica de pequenos negócios oferecido pelo Prêrebras aos Monitores de culinária; Participação nas atividades de capacitação do projeto de Ação comunitária.	9 Centros Profissionalizantes.
Balcão de Empregos	1.167 média mensal; 14.000 no ano;	Não Pertinente	Captação de vagas Programa de parceria com o Governo do Estado, responsável pela intermediação do mercado de trabalho, atendendo, acolhendo e orientando o trabalhador desempregado. Atividades principais: Captação de vagas junto a empresas de Campinas e região; Cadastramento de trabalhadores em busca de trabalho; Intermediação de mão-de-obra (encaminhamento para as vagas encontradas); Encaminhamentos para cursos de FAT; Encaminhamentos para recursos da comunidade.	Organizações e Empresas Privadas; Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho;	Curso sobre Jogos Cooperativos; Curso sobre Jogos Cooperativos Curso do programa para atendimento de portadores de deficiência - PADEF	Encaminhamento de colocação profissional; 50 passes por mês para os encaminhados a vagas.

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
PRORENDAS	38 famílias beneficiadas com crédito Informações e orientações Centralizada: 100 pessoalmente e 300 via telefone; Descentralizada: 174 pessoalmente e 82 via telefone;	Aguardando aprovação de crédito: 40 Aguardando visita: 05	Programa de micro-crédito (crédito popular) destinado à montagem ou expansão de pequenos negócios como fonte alternativa de renda com atendimento descentralizado nas 5 regiões do Município; Atividades principais: Divulgação do Programa e Sensibilização dos Técnicos da SMAS e alunos dos cursos do Programa de Formação para o Trabalho e Cidadania e ONG's; Fornecimento de informações aos interessados; Cadastramento; Visita e avaliação sócio-econômica; Aprovação de crédito pela Comissão de Gerenciamento do Programa; Acompanhamento dos empreendimentos.	69 ONG's que abriam seus espaços para divulgação e encaminhamento de candidatos; Movimento Popular/ Comunidade: Comissão Usuários do Prêrendas e Egressos dos Cursos de Formação para o Trabalho e Cidadania para participação em Feiras de Artesanato; Organizações e Empresas Privadas: Associação Industrial e Comercial de Campinas - ACIC; SETEC.	Cursos: Cooperativas Jogos Cooperativos Treinamentos: Sistema Informatizado do PRORENDAS com IMA. Aplicação do novo instrumental de trabalho: Ficha Cadastral, sócio-educativa, solicitação de crédito e autorização de Financiamento.	Curso de Noções Básicas de Gerenciamento de Pequenos Negócios (120 pessoas) Apoio Técnico e logístico à Comissão de Feira de Variedades Artesanais; Recursos disponíveis da ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO À FAMÍLIA - CSAF

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Serviço De Atenção À Família - SAF	100 Meses 1000 Anos	Dado não contabilizado. Uma vez que a capacidade do atendimento já havia sido superada. Mas, há demanda reprimida nas CRAS.	Atendimento psicossocial estreito e sistemático às famílias em situação de vulnerabilidade e com graves conflitos nas suas dinâmicas, proporcionando espaço de escuta, vínculo e acolhimento, com orientação e apoio individual e grupo na família para que essas famílias possam assumir suas funções, autonomia e responsabilidades sociais. Desenvolvimento de ações intersetoriais e em rede, voltadas para as famílias inseridas na sua comunidade.	Avanços principalmente com a Secretaria Municipal de Saúde, destacando o Programa Paidéia, possibilitando a otimização de recursos e maior efetividade nas ações. Pequenos avanços com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, destacando projetos em parceria na ação comunitária realizada com a CRAS Norte Dificuldades com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, que é pouco receptiva a um trabalho integrado e articulado Efetiva incrementação de ações com as Organizações Não Governamentais (ONG's) no atendimento direto as famílias	Houve preocupação com a Capacitação da equipe técnica, com liberação das mesmas para cursos de aprimoramento e reciclagem profissional. Vários cursos foram oferecidos pela SMAS: Violência Doméstica Contra Criança E Adolescente; Ação Comunitária; Jogos Cooperativos; Família e Ação Comunitária. Além de Seminários internos e externos que favoreceram a troca de conhecimento interno e externo a equipe.	300 Passes mês. Subsídio financeiro do PGRFM. 13 fotos mês. Benefícios pontuais quando da realização de eventos realizados diretamente pelo serviço com as famílias e promoções mais amplas da SMAS envolvendo outros serviços e programas.
Serviço de Atenção e Resgate à Mulher - Casa Abrigo "SARA - M"	15 Meses 175 Anos	Não Houve Todos os casos considerados de risco iminente encaminhado da Delegacia da mulher foram atendidos.	Acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, em abrigo com funcionamento 24 horas proporcionando espaço de escuta individual e grupal, atividades recreativas, encaminhamentos pertinentes à: saúde, jurídico, habitacional, educacional, mediante atendimento psicossocial.	Avanços com a Secretaria Municipal de Educação no acolhimento às crianças nas creches e escolas para garantir continuidade do acesso escolar. Fortalecimento na relação com a Secretaria Municipal de Saúde destacando a participação das usuárias em atividades terapêuticas no CRIAD. Avanço com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, favorecendo a inserção das usuárias e seus filhos em atividades esportivas e culturais. Efetiva parceria com a Guarda Municipal, quanto à proteção como	Incentivo e favorecimento para que a equipe pudesse ampliar sua qualificação profissional, em cursos, seminários, palestras e capacitações que a própria equipe foi convidada a ministrar sobre o tema pertinente a sua intervenção. Participando em Maceió do 1º Encontro Nacional de Casas Abrigos.	Acolhimento integral 24 horas a mulheres e seus filhos, provendo desde alimentação, vestuário, material de higiene, encaminhamentos específicos às demandas de cada usuária internamente, bem como as condições de proteção após seu desligamento.

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
				<p>na abertura para capacitação da corporação no entendimento da questão da violência doméstica contra a mulher.</p> <p>Boa articulação com as ONG's, com destaque para o SOS Ação Mulher e Família.</p> <p>Construção em andamento do processo de articulação com a Coordenadoria da Mulher e o Centro de Apoio e Referência da Mulher e Conselho Municipal da Mulher.</p> <p>Articulação com a rede de Abrigos de Mulheres no Estado.</p> <p>Abertura à Universidade para estágio específico de permanência 24 horas na casa.</p> <p>Há, ainda uma relação significativa com os serviços e programas desta SMAS, para assegurar os suportes necessários a qualificação nas ações.</p>		
Casa de Acolhimento ao Idoso e Idosa	12 Meses 15 Anos	A Casa do Idoso e Idosa é retaguarda para o SAMIM, Havendo no momento idosos e idosas abrigados aguardando vagas. Há ainda uma média mensal de 04 solicitações externas por	Acolhimento em regime de 24 horas de idosos e idosas em todas as suas necessidades básicas e específicas propiciando espaço de escuta, inserção nas atividades internas e na comunidade e reaproximação com os familiares para o resgate e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.	Houve significativo avanço na construção de intersectorialidade Destacando as Secretarias Municipais de Saúde (Centro de Saúde da Vila Costa e Silva) Educação (CIMEI da Vila Costa E Silva), Cultura Esporte e Turismo e Departamento de Parque e jardins e ainda com as ONG's locais, Associação de Moradores e empresas e indústrias da região (MEDDLEY), Cinema Shopping Dom Pedro, e ainda com a Associação dos Amigos dos Animais e voluntários da comunidade Destaca-se o evento RE-CRIANDO	As capacitações específicas, solicitadas pelas funcionárias da casa, cujo conteúdo era direcionado ao manejo nos cuidados com os idosos não foram possíveis de realizar face ao desvio de função, no entanto foram criados espaços com a terapeuta ocupacional do Centro de Saúde da Vila Costa e Silva para assegurar espaço de troca e qualificação. Foi possível a as funcionárias participar do Curso Jogos Cooperativos e contar com c	Acolhimento integral 24 horas aos idosos e idosas, provendo alimentação, vestuário, material de higiene e toda assistência, médica, terapêutica, Previdenciária e de lazer individual e grupal que cada idosa ou idosa requer.

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
		mês, totalizando no ano uma demanda reprimida de 44 pedidos de acolhimento não atendidos.		realizado na praça da Vila Costa e Silva no mês de Outubro envolvendo os idosos, crianças, comunidade e parceiros que conseguiu agregar mais 400 pessoas numa tarde.	apoio das estagiárias de Terapia Ocupacional e Serviço Social. Houve ainda a participação da técnica responsável pela casa em seminários, conferências, fóruns, comissões de trabalho e efetiva representação no Conselho Municipal do Idoso.	
Serviço De Atenção E Proteção Especial À Criança E Ao Adolescente - SAPECA	77 por mês 777 por ano	Por ser um programa cuja concepção contradiz a existência dos abrigos culturalmente imposta como a possibilidade mais viável no acolhimento a crianças e adolescentes a equipe considera que as 500 crianças e adolescentes vivendo nos abrigos do município são potencialmente a demanda reprimida que poderiam estar sendo	Acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica em famílias acolhedoras, mediante acompanhamento psicossocial, estreito e sistemático a famílias acolhedoras, e naturais, em intervenções individuais e grupais.	A intersectorialidade é ferramenta fundamental à existência do SAPECA e, portanto, uma meta trabalhada continuamente pela equipe. Vários têm sido os avanços conquistados com as Secretarias Municipais: Saúde, Educação, Assuntos Jurídicos e Cidadania; Autarquias (SANASA, CHOAB, FUNDAP, SETEC, IMA, ENDEC); Administrações Regionais; Delegacia da Mulher; Vara da Infância e Juventude Ministério Público, Conselho Tutelar de Campinas, Sistema Penitenciário de Hortolândia e Indaiatuba; Conselhos Tutelares de Outros Estados; Universidades, empresas, indústrias, ONG's, Igrejas, comunidade e voluntários (médicos, psicólogos, advogados, arte terapeutas, e todos os outros Programas e serviços da SMAS que são necessários para viabilizar o atendimento, e tantos outros que fortalecem o crescimento permanente do Programa).	A capacitação é elemento indispensável no cotidiano do trabalho, pois qualifica individualmente os profissionais e fortalece a intervenção técnica. Houve a participação da equipe nos cursos: Ação Comunitária; Jogos Cooperativos; Família e Ação Comunitária, oferecidos pela SMAS e em iniciativas particulares de técnicos em buscar formação especializada na área. Houve significativa participação da equipe em seminários, palestras e atuação destacada do Programa nas comissões de trabalho do Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Como apoio às famílias acolhedoras o programa oferece uma bolsa cujo recurso financeiro provém do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, enxoval para as crianças, móveis e utensílios e todos os encaminhamentos necessários à família natural cujas condições de subsistência requer muito dispêndio de recursos para seu fortalecimento.

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
		acolhidas em famílias acolhedoras, como as que estão participando do SAPECA.				
Central De Penas Alternativas	98/ mês 1078/ano	Até a presente data não há demanda reprimida, o serviço busca ampliar o número de atendimentos mediante parcerias com a Vara das Execuções Criminais e Varas Criminais	Atendimento ao Sentenciado com a Pena de Prestação de Serviço à Comunidade, mediante acompanhamento sistemático ao sentenciado com entrevistas psicossocial, entrevistas domiciliares, acompanhamento e supervisão aos locais de prestação de serviço, encaminhamentos específicos a cada caso. Está em andamento projeto de grupo associativo.	A intersetorialidade construída pela Central de Penas Alternativas favorece o fortalecimento dessa ação principalmente junto as Varas Criminais que, reconhecendo a qualidade do atendimento oferecido, abre-se mais para aplicação desta pena e favorece o repensar do sistema prisional. O avanço tem acontecido internamente com os programas desta SMAS, Hospital Cândido Ferreira, ONG's.	Foram realizados pela equipe os cursos: Tortura nunca Mais; Jogos Cooperativos; Centrais de Penas Alternativas; E participação em seminários e palestras. Há ainda o empenho dos profissionais em buscar individualmente, se capacitar, na área, proporcionando um crescimento maior da equipe como um todo.	Passes transporte

COORDENADORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS LESTE

Programa	Nº de usuários /atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	AÇÕES BÁSICAS	INTERSETORIALIDADE	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
Atendimento à Família	119	72	Atendimentos individuais Atendimento em grupo Visitas domiciliares Contatos e encaminhamentos Discussão de casos Reuniões mensais com as famílias de NCCA Atendimentos emergenciais pontuais Elaboração de relatórios ao Conselho Tutelar Participação de técnicos e Coordenação na Comissão sobre Violência Doméstica e de Família, no CMDCA	Implantação do Fórum Regional "Projeto Gênesis", com a participação de representantes de OG's, ONG's, Empresas e representantes da comunidade: Elaboração do cadastro único das famílias atendidas pelos diversos Programas acima citados Discussão de casos Ações integradas, viabilizando melhor resolatividade, distribuição de recursos e inserção nos Programas Municipais, Estaduais e Federais Implantação das reuniões da microrregião da Vila Costa e Silva <ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos recursos de cada parceiro que compõe a micro região Discussão de casos Região da Vila Brandina Elaboração de Projeto de Trabalho com Famílias nas reuniões de Ação Regional - FEAC	Discussão da implantação da Resolução 006/2001 - CMDCA Participação de técnicos no Seminário Regional Pacto São Paulo - Violência Doméstica Participação de técnico no curso de especialização em Violência Doméstica - Instituto Sedes <i>Sapientiae</i> / SP Participação dos técnicos e coordenação no curso sobre Trabalho com Famílias - Instituto de Terapia de Família e Casal de Campinas	110 cestas básicas / mês Possibilidade, mediante critérios de seleção, de inserção nos Programas: Renda Mínima Renda Cidadã PETI BPC Transporte para tratamento de saúde e curso de capacitação profissional Encaminhamentos: Assessoria Jurídica Consultas oftalmológicas e otorrinolaringológicas (Penido Burnier)
Garantia de Renda Familiar Mínima	283	72	Orientações quanto ao Programa Inscrições de famílias Cadastro para inserção das famílias Entrega de cheques Cadastro e regularização de documentação necessária para a emissão do cartão bancário Visitas domiciliares Organização de mutirões para cadastramento	Disponibilização de vagas para atender a demanda de outros Programas e Serviços no acompanhamento à Família (SAPECA, RESGATE, SARA - M)	Participação de técnicos e Coordenação no Debate Público sobre o Renda Mínima Participação de técnicos e Coordenação no Seminário "Experiências de Renda Mínima"	Subsídio financeiro mensal no valor de R\$ 365.000,00 / mês (média de R\$ 128,70 por família atendida)
Formação Para o	90	488	Levantamento de interesse Divulgação na comunidade	Descentralização do Pró-Rendas Participação dos alunos da área	Participação de monitores e alunos nos	Recurso anual de R\$ 60.000,00

Programa	Nº de usuários /atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	AÇÕES BÁSICAS	INTERSECTORIALIDADE	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
Trabalho e Cidadania			Inscrição, seleção e convocação de alunos Contratação de monitores via ONG Compra de material específico para cada curso Implantação dos cursos e acompanhamento Reuniões quinzenais com a Coord. Setorial de Trabalho e Renda Reuniões mensais com a Coord. Regional Assist. Social Leste Elaboração da parte administrativa (planilhas, prestação de contas, etc.) Avaliação do desempenho do monitor e do aluno para obtenção do certificado Encerramento e avaliação final dos cursos Participação do técnico na Comissão de Feira de Artesanato	da Beleza em eventos organizados nos Serviços da SMAS e comunidade (cortes de cabelo, manicure e estética facial) Participação do técnico nos Fóruns Regionais e Micro Regiões Estabelecimento de parcerias com setores da PMC e ONG's Participação de monitores e alunos em feiras de artesanato	Congressos de Beleza Participação de técnicos e monitores no Curso de "Jogos Cooperados" Participação de técnico e monitores no Curso de Cooperativa	destinados à: Contratação de monitores Compra de material de consumo Transporte, se necessário.
Núcleos de Crianças e Adolescentes	313 Nas 04 Unidades: Vila Nogueira, Jd. Nilópolis, Vila Costa e Silva e Vila 31 de Março	121	Atividades sócio-educativas Passeios Integração inter-Núcleos Atividades desenvolvidas por voluntários: Informática Música Capoeira Oficinas desenvolvidas por voluntários: ⇒ Confeção de ovos de páscoa ⇒ Serigrafia ⇒ Biscuit ⇒ Cartão de Natal ⇒ Ponto Cruz Atividades esportivas na Praça de Esportes da Vila 31 de Março Atividade de piscina no Balneário do Taquaral Atividades artesanais	Participação dos técnicos nos Fóruns Regionais e Micro Região Estabelecimento de parcerias para manutenção e pequenas reformas da Unidade do Jd. Nilópolis (CPQD) Estabelecimento de parcerias para desenvolvimento do trabalho nas Unidades: voluntários e empresas (Lucent / CPQD) Ações com o Centro de Saúde e elaboração e desenvolvimento de Projetos na área de Saúde Bucal e Prevenção a Dengue, através de música, elaboração de texto e teatro (Núcleos Costa e Silva e 31 de Março) Ações com o Centro de Saúde com Grupos de Adolescentes no Núcleo da Vila 31 de Março	Início da discussão da reformulação do Projeto Pedagógico Participação dos monitores no Curso do Correio Escola Participação dos monitores no Curso Básico de Informática Participação dos monitores no Curso do CDI Participação dos monitores no Curso do SESC: Papel Machê e Contador de Estórias Participação do técnico no curso do CEDAP "Projeto Falando pra Galera"	Atendimento em período extra-escolar Lazer e esporte Encaminha-mentos necessários Formação através de oficinas 12.520 refeições / mês

Programa	Nº de usuários /atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	AÇÕES BÁSICAS	INTERSECTORIALIDADE	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
			<p>Acompanhamento das tarefas escolares</p> <p>Organização e participação de festas e eventos</p> <p>Acompanhamento técnico do desenvolvimento do Trabalho dos funcionários e das crianças</p> <p>Visitas domiciliares</p> <p>Reuniões mensais de planejamento com a participação da Coordenadora Regional</p> <p>Reuniões mensais com a Coord. Setorial da Criança e Adolescente</p> <p>Reuniões mensais com a Coord. CRAS Leste</p> <p>Elaboração da parte administrativa, de pessoal e Manutenção da Unidade</p> <p>Acompanhamento junto às Escolas do desempenho escolar da criança e/ou adolescente que frequenta o Núcleo</p> <p>Visitas com os adolescentes que irão concluir a 8ª série às Escolas de Nível Técnico e</p> <p>Atividades de desenvolvimento ambiental junto à Mata Santa Genebra</p>	<p>Eventos na Praça Central da Vila Costa e Silva, em parceria com o Centro de Saúde, Casa do Idoso, EMEI e CEMEI, Sec. Cultura, DPJ e a Empresa Medley</p> <p>Encaminhamento para atendimento psicológico na Paróquia São Benedito, na Vila Costa e Silva</p>		
Ação Comunitária	<p>Número de população estimada por região priorizada:</p> <p>Região 2 - Brandina, Flamboyant, Sousas (Beco e Jd. Conceição), Costa e Silva, 31 de Março = 2.640 famílias</p> <p>• Região 3 - Núcleos Habitacionais</p>	No atendimento indireto	<p>Contatos com lideranças institucionalizadas e natas</p> <p>Contatos e reuniões com a população na discussão e encaminhamentos das necessidades da comunidade</p> <p>Sensibilização da comunidade para participação no processo do O.P.</p> <p>Sensibilização e reuniões com as lideranças representativas do O.P para questões pertinentes à Assistência Social e questões da região Leste</p> <p>Participação dos técnicos e coordenação nas reuniões do OP</p> <p>Plantão Social na Comunidade</p> <p>Cursos na comunidade</p> <p>Comissão de Gerenciamento nos equipamentos da Assist. Social da CRAS Leste</p>	<p>Retomada e revitalização do Centro Comunitário da Vila Miguel Vicente Cury com representantes da comunidade local e Secretarias Municipais (Saúde, Educação, Cultura, Esportes e Assist. Social), objetivando a formação do grupo gestor, manutenção do prédio, formação da chapa e eleição da Diretoria, implantando atividades diversas</p> <p>Discussão da formação da Comissão de Gerenciamento na Praça de Esportes da Vila 31 de Março</p> <p>Utilização dos equipamentos municipais da Assist. Social para c</p>	<p>Participação dos técnicos no Curso de Cooperativas</p> <p>Seminário "Trabalho em Rede" promovido pela SMAS</p> <p>Seminário Intersetorial da Região Leste</p> <p>Curso sobre "Ação Comunitária" com Raquel Guzzo</p>	<p>Equipamentos disponíveis na Região:</p> <p>02 Centros Profissionalizantes</p> <p>04 NCCA's</p> <p>10 locais de Plantão descentralizado</p> <p>Número de técnicos disponíveis:</p>

Programa	Nº de usuários /atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	AÇÕES BÁSICAS	INTERSECTORIALIDADE	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
	São Quirino, Nogueira, Nilópolis e Gênese = 1.600 famílias		<p>Identificação de locais na comunidade e ONG's para descentralização de ações</p> <p>Participação do técnico e acompanhamento nas reuniões mensais do Conselho Local de Saúde da Vila Costa e Silva</p>	<p>desenvolvimento de atividades específicas da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Capoeira ⇒ Ginástica ⇒ Alcoólatras Anônimos ⇒ Seicho-no-ie ⇒ 3ª Idade ⇒ Pastoral da Criança ⇒ ONG's <p>Participação dos técnicos na discussão do Trabalho em Rede na Faculdade de Serviço Social -PUCC</p> <p>Discussão de projeto na área do atendimento ao adolescente na Região da Vila Brandina</p> <p>Elaboração de Projeto de Revitalização da Praça Central da Vila Costa e Silva</p> <p>Discussão de implantação da Comissão de Gerenciamento no Campão da Vila Costa e Silva</p> <p>Utilização dos espaços cedidos na Comunidade para desenvolvimento de ações descentralizadas (Plantão e Profissionalização)</p> <p>Discussão e prioridade de ações que viabilizem atendimento a crianças e adolescentes na Região do São Quirino:</p> <p>Projeto de Atividades Esportivas no Recanto da Alegria</p> <p>Projetos Eventuais na área da Cultura - Circo e Quintais da Alegria</p> <p>Ações educativas na questão ambiental (reciclagem do lixo).</p>		<p>03 psicólogas</p> <p>07 assistentes sociais</p>

COORDENADORIA REGIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS NORTE

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
ATENDIMENTO A FAMÍLIA	Jan - 145 fev - 97 mar - 141 abr - 146 mai - 88 jun - 82 jul - 268 ago - 291 set - 217 out - 178 nov - 148.	2.500	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e apoio sócio-familiar: 42 ↳ Atendimento individual: 649 ↳ Acolhimento/referenciamento em grupo: 07 ↳ Visitas domiciliares: 135 ↳ Encaminhamentos diversos: 209 ↳ Reunião de grupos sócio-educativos: 48 ↳ Atendimento Programa Viva Leite E.E. e Núcleo: 100 famílias ↳ Cadastro das famílias: 100, ↳ acompanhamento da entrega do leite, reunião com as mães: 03 ↳ reuniões com pais (Núcleo): 10 ↳ atendimento individual: 60 ↳ Passeio histórico-cultural, com mães, no centro cidade: 1 ↳ Chá com grupo de mães: 1 ↳ Grupo de 10 mães-artesanato: 48 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Reunião para estudo de casos: 15 ↳ Acompanhamento dos casos emergentes: 20 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ 02 aulas do curso sobre família no Instituto de Terapia da Família; ↳ Leitura e discussão de texto sobre família com a equipe: 02 ↳ Discussão sobre o tema com outro serviço de assistência (SAF): 03 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Cesta; básica: 602 ↳ Passe: 750 ↳ Cobertor: 350 ↳ Lanche: 7.200
PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA FAMILIAR MÍNIMA	<ul style="list-style-type: none"> Jan. - 386 fev. - 385 mar. - 380 abr. - 367 maio - 371 jun. - 374 jul. - 380 ago.- 401 set. - 552 out. - 563 nov. - 567 	564	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Visitas domiciliares para determinação de inclusão, exclusão e acompanhamento: 400 ↳ Encaminhamentos para obtenção de documentos que as famílias ainda não possuem: 260 ↳ Atendimento para orientações sobre o programa: 1.700 ↳ Atendimento para recebimento de xerox de documentos para encaminhamento ao banco: 560 ↳ Telefonemas para solicitação de documentos e convocações: 734 ↳ Pagamento dos cheques: 12 encontros ↳ Reuniões para re-elaboração do programa: 16 ↳ Atendimento - encaminhamento de parceiros: 15 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Estudo de casos: 35 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ 02 seminários RM; DGDS - Prefeitura 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Pagamento dos cheques. 4.726

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
			Crianças atendidas: 1694 Famílias atendidas: 736 Famílias excluídas/canceladas: 168			
PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TRABALHOS CIDADANIA	DE Jan - 184 fev - 214 Mar - 223 Abr - 203 mai - 138 jun - 74 jul - 74 ago - 74 set - 84 out - 84 nov - 69		Levantamento com a comunidade e equipe técnica para escolha dos recursos (verificação de demanda): 04 Planejamento dos cursos; Compra dos materiais específicos para cada curso; Prestação de contas; Contratação de monitores: 09 Inscrição dos alunos: 1345 Reunião de recepção e representação do curso: 18 Apoio técnico ao monitor e alunos; Atendimento individual em casos pontuais: 16 Elaboração de certificados: 109 Acompanhamento das oficinas de Geração de Renda; Feiras: 67 Eventos: 13	•Encaminhamentos do Centro de Saúde para curso profissionalizante: 30 •Parceria com Educandário Eurípides e Tia Illeide	5 encontros de: Jogos cooperativos; Curso sobre cooperativismo: encontros e 3 visitas.	Apostilas; -Certificados; Materiais específicos de cada curso.
NUCLEOS DE CRIANÇA ADOLESCÊNCIA	DE Jan - 138 Efev - 173 mar - 191 abr - 194 mai - 181 jun - 193 jul - 223 ago - 263 set - 267 out - 262 nov - 261 dez - 261	94	Total de crianças atendidas no ano: 130 Espaço Esperança: 30 Núcleo: 80 Rosália: 20 Atendimento individual: 195 Atividades: Brinquedoteca: 20 crianças por dia - ½ por período; Sessão de cinema: 01 por semana com 20 crianças/adolescentes; Jogos/brincadeiras: 20 crianças por dia ½ período - semanal; Oficinas esporádicas: Olhos de Deus: 03 "Baragandão": 02 Festa das nações - crianças do Núcleo; Grupo de dança regional: início junho/02;	1 projeto, em parceria com a Cultura de danças regionais; 01 projeto em parceria com a comunidade negra para aulas de capoeira; 01 oficina sobre sexualidade em parceria com o CEDAP; 01 Passeio Sesi com piscina; 01 Atividade Circense em parceria com a cultura; 80 Exames médicos para utilização da piscina/saúde; 01 Passeio, exposição "100 anos de Pancetti"; 04 Reuniões para discussão PETI; Participação de 120 crianças na Campanha do desarmamento infantil no Ginásio do Taquaral com a Educação e Cultura.	Capacitação de Núcleo: 09 encontros; 02 oficinas; II Fórum Social Mundial.	Bolsa do Governo Federal; Lanche; Passe; Encaminhamento para fotos e documentos.

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
			<p>01 encontro semanal das 9:00h às 11:00 h e das 16:00 h às 18:00 h: 48 encontros; Núcleo: atividades artesanais 4 vezes por semana.</p> <p>Passeios (E.E. e Núcleo):</p> <p>Museu: 01 Taquaral - Desarmamento criança e adolescente: 02 Mac Donald - PETI: 01 Eventos comemorativos: 08 Circo: 01 Sesi: 01 Atividades artísticas (violão): fevereiro a agosto</p> <p>Grupo de jovens - Agente Jovem - 35 adolescentes. Oficinas semanais:</p> <p>Ame a vida sem drogas: 1 vez por semana - agosto a setembro/02; Informática e cidadania: 1 vez por semana - agosto a setembro/02; Teatro: 1 vez por semana - agosto a setembro/02; Jornalismo/fotografia: 1 vez por semana - setembro e outubro/02; Criatividade: 1 vez por semana - setembro e outubro/02; História do bairro: 1 vez por semana - outubro e novembro/02; Roda de samba: 1 vez por semana em novembro/02; Sessão de vídeo: 1 vez por mês - agosto a setembro/02; Hip Hop: 1 vez por semana - agosto a novembro/02;</p>			

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
			<p>EVENTOS:</p> <p>Vernissage promovida na Unicamp no "In Touch" de 1 integrante do grupo; Participação de 10 jovens EE e do Núcleo no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Confraternização de encerramento do projeto em uma chácara</p> <p>AÇÕES:</p> <p>Divulgação do projeto Inscrições do cadastro único: 10 Acompanhamentos anuais: 30 Grupos no ano: 06 Encaminhamentos para fotos e documentos: 20</p> <p>ADOLESCENTES ACIMA DE 16 ANOS EM CURSOS SEMIPROFISSIONALIZANTES E OFICINAS DE GERAÇÃO DE RENDA:</p> <p>Bordado: 08 adolescentes - 2 vezes por semana Cabeleireiro: 01 adolescente 3 vezes por semana</p> <p>OFICINAS:</p> <p>Capoeira: 40 adolescentes - 1 vez por semana (setembro a novembro/02) Teatro: 15 adolescentes - 1 vez por semana (agosto a novembro/02) Hip Hop: 40 adolescentes - 1 vez por semana (agosto a dezembro/02) Dança: 40 adolescentes - 1 vez por semana (novembro/02) Dobradura: 30 crianças/adolescentes - 1 oficina - outubro de 2002 Informática: 64 crianças/adolescentes por</p>			

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
			mês - atendimento trimestral			
AÇÃO COMUNITÁRIA	Jan - 32 fev - 24 mar - 90 abr - 140 mai - 76 jun - 59 jul - 220 ago - 90 set - 80 out - 90 nov - 100	5.200 famílias por mês, ou 26.000 pessoas por mês	<p>AMARAIS</p> <p>Reunião com a comunidade na escola, realizada por equipe intersetorial: 01</p> <p>Festa Junina (realiza pela comunidade): 01</p> <p>Participação no II Fórum Social Mundial</p> <p>Participação na Semana da Mulher: 01</p> <p>Reuniões com a comunidade para discutir o OP: 05</p> <p>Esclarecimento sobre ALCA para votação;</p> <p>Participação dos grupos associativos (estandarte, kidelicia e bordado em feiras (67) e eventos (13)</p> <p>Reunião com moradores do Recanto da Fortuna (Núcleo) para estabelecer prioridades locais: 01</p> <p>Visita a Comunidade Monte Azul (São Paulo): 01</p> <p>Grupo de mulheres, voltado para cidadania, participação popular e geração de renda: 04 grupos</p> <p>NOVA APARECIDA (JD. ROSÁLIA E REGIÃO)</p> <p>Reuniões com lideranças da micro-região do Padre Anchieta com o objetivo de iniciar aproximação com a comunidade: 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com lideranças do Jd. Rosália a fim de conhecer a realidade local: 04 • Reuniões com lideranças para compartilhar informações sobre OP: 02 • Reuniões intermediárias da Assistência Social do OP: 05 • Encontro para levantamento junto aos moradores de suas expectativas e habilidades: 01 	30 Reuniões intersetoriais (assistência social, saúde, educação, cultura) para discussão de atendimento conjunto.	3 reuniões com Raquel Guzzo.	

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos p/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
			<ul style="list-style-type: none"> Reuniões com moradores para preparar a semana Comunidade em Ação: 03 			
			<p>Evento: comunidade em ação: 01</p> <ul style="list-style-type: none"> Visitas dos técnicos ao bairro para conhecer e contatar moradores para continuidade das ações: 10 Grupo de dança com criança em parceria com cultura: 28 encontros Grupos de hipertensos em parceria com saúde: 05 Reuniões semanais da equipe para planejamento das ações e elaboração do projeto de ação comunitária: 15 Entrevistas domiciliares no Jardim Rosália e região para convidar a população a participar de 1 encontro como objetivo de nuclear um grupo comunitário de variedades artesanais: 54 Reunião com pais das crianças do grupo de dança regional: 01 Apresentações de dança do grupo de crianças (Teatro da Vila Padre Anchieta: 01, Escola João Alves: 01) Teatro "Peter Pan e a Cidade Perdida": 01 Faxina no local do encontro: 01 Encontros semanais do grupo de variedades artesanais: 05 			

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos P/ Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Atendimento à Família	600 família/mês, através do Plantão Social, NCCA, Ação Comunitária/ Profissionalização, entrevistas domiciliares (Vara I. J., C.T. e Idosos)	400/mês	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento à demanda espontânea; - Acolhimento e apoio familiar; - Encaminhamentos diversos; - Acompanhamentos; - Reuniões em grupo; - Entrevistas domiciliares; - Discussão de casos; - Corresponsabilização de ações. - Repasse de recursos - Ações intersetoriais 	<p>Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> - NCCA; - Centro Profissionalizante; - Balcão de emprego; <p>Externa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Distrito de Saúde Sudoeste; - Centros de Saúde da Região; - CEMEI Tancredão; - CEPROM; - Externato S. João; - Creche M. Anastácia; - Pastoral da Criança; - Vicentinos; - Associações de Moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de família na comunidade; - Fórum de discussão sobre atendimento de família no município; - Integração e discussão com os diversos segmentos para o atendimento à família; - Seminário Intersetorial da região sudoeste; - Curso de cooperativismo. 	120 Cestas básicas/mês; 100 passes/mês; 15 fotos/mês; 40 cobertores; 86 outros./mês
Renda Mínima	914 famílias	1000/ano	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento individual - Cadastro; - Orientações; - Grupos na comunidade; - Complementação de renda; - Pagamento de benefício; - Encaminhamentos diversos; - Corresponsabilização de diversos segmentos na inclusão; - Atividades administrativas. 	<p>Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> - NCCA; - Centro Profissionalizante; - Ação Comunitária. <p>Externa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centros de Saúde da Região; - Pastoral da Criança; - Vicentinos; - Pastoral da saúde; - Associação de Moradores; - CEPROM; - Creche Madre Anastácia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões DOAS (CRAS's, CSTR e diretora); - Seminários sobre Renda Mínima 	R\$ 117.695,78/ Mês

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

<p>Programa de formação para o Trabalho</p>	<p>Cursos - 302 alunos; Oficinas -50 alunos.</p>	<p>100/mês</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação dos cursos; - Reuniões com grupos na comunidade para ações novas e/ou dar continuidade ao trabalho em desenvolvimento; - Reuniões com ONG's parceiras; - Inscrições; - Incentivo à participação em feiras; - Incentivo a oficinas de geração de renda; - Implementação da comissão de gerenciamento do Centro Profissionalizante 	<p>Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ação Comunitária; - NCCA; - Pró - Rendas; - Centro Social Perseu. <p>Externa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro Comunitário S. Lúcia; - Fundação Orsa; - SALÉM; - CEMEI's Serelepe, Nair Valente, Lídia Biancardini, Mauro Marcondes, Tancredão, EMEI 24; - Escola J.D. Pedro II; - CAIC; - Centros de Saúde Vida Nova, Perseu e Tancredão; - CAPS; - Centro de Convivência Tear das Artes; - Empresa SEMPRE; - Centro Comunitário V. União; - Centro Social Antônio da Costa Santos; - Associações de Moradores (Jd Ouro Verde, Eldorado dos Carajás; V. Nova, Recanto do Sol; Maria Rosa, J. S. Terezinha); - Externato S. João; - A. Esperança e Vida; - SESI Santos Dumont; - Igreja S. Mateus. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos Cooperativos; - Integração com os diversos segmentos; - Seminário Intersetorial da Região Sudoeste; - Curso de cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - 20 cursos/mês - 5 oficinas/mês - R\$ 5.000,00
---	---	----------------	---	---	---	---

Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes	320crianças/adolescentes V. Nova - 80; V. União - 80; M. Rosa - 80; Profilurb - 80;	152/crianças/adolescentes, V. Nova - 41; V. União - 32; M. Rosa - 70; Profilurb - 09	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades sócio-educativas, lúdicas, esportivas e de lazer; - Alimentação; - Reuniões com famílias; entrevistas domiciliares; - Atendimento individual às crianças e famílias; - Trabalho com funcionários, Atividades administrativas; - Reuniões com comissões de gerenciamento; - Reuniões com grupos na comunidade; - Trabalho intersetorial com ONG's e ONG's; 	<p>Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipe da ação comunitária; - Centro Profissionalizante; - CSAC/Viva Leite; - NCCA entre NCCA; <p>Externa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centros de Saúde (Vida Nova, Jd Ipaussurama, Jd Itatinga); - SALÉM; - N. Senhora da Visitação; - Centro Comunitário S. Lúcia; - Creche estrelinha do Oriente; - N.C. Calvariano; - CEPROM; - Externato S. João; - Creche Madre Anastácia; - CEMEI Vida Nova; - CEMEI Maria Rosa; - FUMEC; - SESI S. Dumont; - FEAC; - Associação de Moradores; - Centro Com. V. União; - Vicentinos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de Núcleos; - Curso sobre trabalho com família; - Seminário intersetorial; - Inter-relação com os diversos segmentos; - Curso de cooperativismo 	5200 a 6.000 refeições/mês
---	---	--	---	--	---	----------------------------

<p>- Ação Comunitária</p>	<p>População estimada dos bairros escolhidos 19.000 habitantes</p> <p>Nº de bairros atendidos 10</p> <p>Número de habitantes diretamente envolvidos no trabalho de Ação Comunitária 200 habitantes</p>	<p>População estimada da região não atendida 310.000 habitantes</p> <p>Número de bairros da região não atingidos pela Ação Comunitária 180</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com os grupos das comunidades envolvidas no trabalho da Ação Comunitária envolvendo moradores, lideranças, ONG's destas áreas; - Reuniões intersetoriais com recursos sociais de cada micro região, com a intenção da construção de projetos comuns ou na discussão de casos; - Organizações de festas, eventos e feiras; - Atendimento à família; - Comissão de gerenciamento já estabelecida em 2 equipamentos; - Implantação de comissões de gerenciamento em 5 equipamentos; - Orientações e encaminhamentos diversos; - Ações de melhoria na comunidade. <p>Número de ações no ano</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com comunidade - 74 - Reuniões com lideranças - 24 - Reuniões intersetoriais - 24 - Eventos - 05 	<p>Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> - NCCA; - Centro Profissionalizante; Entre Micro Regiões. <p>Externa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Educação; - Secretaria de Saúde; - Secretaria de Habitação; - Secretaria de Cultura; - AR -7 e AR 12; - FUMEC; - SALÉM; - Esperança e Vida; - Fundação Orsa; - Centro C. Santa Lúcia; - Creche Madre Anastácia; - Externato S. João; - CEDAP; - Creche Estrelinha do Oriente, CEPROM; - Núcleo Calvariano; - FEAC; - SESI - Santos Dumont; - Vicentinos; - Igrejas Católicas; - Igrejas Evangélicas; - Pastoral da Criança; - Pastoral da saúde; - Pastoral Operária; - Associações de Moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - "Trabalho Comunitário" - Wiliam César Castilho; - Orientação e apoio da SMAS: Raquel Guzzo e Zuleika; - Inter-relação com os diversos segmentos; - Seminário Intersectorial da Região Sudoeste; - Curso de cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos da profissionalização, plantão social, Renda Mínima; - Espaços de reflexão, socialização, e diversão
---------------------------	--	--	--	---	--	--

COORDENADORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUL - CRAS SUL

Programa	Nº de Usuários /Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Atendimento à Família	493	325	<p>Implementação da resolução 006/01 do CMDCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atendimento e/ou acompanhamento de casos de violência doméstica, idoso, situações emergenciais, provenientes dos vários serviços (156, Conselho Tutelar, Comunidade, Vara da Infância etc). - atendimento e/ou acompanhamento às famílias com demanda espontânea nos serviços. - entrevistas domiciliares. - relatórios psicossociais. - discussões temáticas (saúde, educação, cidadania) através dos grupos de família. - encaminhamentos para outros serviços e/ou programas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com serviços da rede (centro de saúde, ONG's da região, escolas, habitação, cultura, AR's) para discussão de casos e co-responsabilização das intervenções necessárias, bem como para discussão e viabilização de projetos conjuntos. - Projeto de cooperativa com as famílias do PETI. 	<ul style="list-style-type: none"> - seminário de sensibilização de violência doméstica. - Participação em reuniões da comissão de família do CMDCA. - Curso: a Família na Comunidade. - seminário municipal de Atenção ao Idoso. - Participação na comissão de violência doméstica do CMDCA. 	<p>ANUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cestas básicas 765 - Vale transporte urbano -1130 - Cobertores 488 - Documentação 252 - Fotos - 220
Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima	643	952	<p>Atendimento da demanda espontânea que procura o programa</p> <p>Inscrição e inclusão dos usuários.</p> <p>Pagamento do subsídio.</p> <p>Orientação e acompanhamento psicossocial e encaminhamentos.</p> <p>Entrevistas domiciliares para avaliação das situações sociais e acompanhamento aos casos em situação de risco.</p> <p>Relatórios psicossociais diversos (Conselho Tutelar, prorrogação, reinclusão).</p> <p>Contatos com outros serviços da rede para discussão e atendimento conjunto de casos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de co-responsabilização dos serviços da rede para o atendimento das famílias incluídas no programa. 	<ul style="list-style-type: none"> - seminário sobre programa de garantia de Renda Mínima (Unicamp). - seminário sobre programa de garantia de Renda Mínima (Vicente Faleiros). - Apresentação do programa - Missão Criança. 	<p>MENSAL</p> <p>R\$ 32.799,11</p>

Formação para o Trabalho e Cidadania	131	800	<ul style="list-style-type: none"> - programação de cursos de formação profissional nas áreas de beleza (cabeleireiro, manicure/pedicure, maquiagem, depilação) de costura (básica e industrial); de cozinha (comercial, salgados e tortas, decoração de bolos); administrativa (recepção/secretariado/telemarketing, informática e vendas.) e construção civil (pedreiro, eletricista). - realização de inscrições dos usuários para os referidos cursos. - convocação dos usuários e implantação dos cursos a partir da disponibilização do recurso financeiro. - participação no processo de seleção e contratação dos monitores. - identificação de espaços físicos na comunidade onde possam ser implantados os cursos. - estabelecimento de parcerias com outros serviços e/ou ONG's para desenvolvimento de cursos nas comunidades. - participação nas reuniões intersetoriais e integração ao trabalho nas microrregiões. - atendimento individual aos alunos com problemáticas sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com serviços da rede micro regiões para viabilizar implantação de cursos nas comunidades. - contatos com ONG (Fundação Bezerra de Menezes, Externato São João), entidades (Igreja NSª da Paz, Associação de Moradores) para disponibilização de espaço físico para cursos e oficinas. - realização de atividades e orientações de formação profissional básica na pediatria do Hospital Mário Gatti com pacientes e familiares. - Parceria com o CDI para desenvolvimento de cursos de informática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de capacitação para atendimento ao adolescente. - Curso de Jogos Cooperativos. - Curso de cooperativa (Cáritas - SMAS). - discussões com Coordenadoria Setorial Emprego Renda para elaboração do novo projeto de formação profissional e cidadania. 	<p>ANUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - R\$ 60.000,00 (para pagamento de monitores, material de consumo, vale transporte urbano, manutenção de equipamentos).
--------------------------------------	-----	-----	---	---	--	--

Núcleos de Criança e Adolescente	347	243	<ul style="list-style-type: none"> - Inscrição de crianças e adolescentes para o atendimento no núcleo. - Atendimento às famílias das crianças e adolescentes do núcleo. - Integração com atividades da comunidade. - Atividades integradas com as parcerias que cedem espaço físico (Vicentinos, Igreja Presbiteriana Independente, Congregação da Ressurreição). - Planejamento com a equipe das atividades a serem desenvolvidas no núcleo mensalmente. - discussões com comissão de gerenciamento do espaço. - orientação e acompanhamento do trabalho voluntário. - realização de atividades específicas: passeios externos, confecção e exposição de cartazes em datas comemorativas e respectiva discussão sobre o tema. - captação de recursos através de eventos (bazares, pizza, chás e festa da primavera). 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração com a FEAC na Ação Regional. - reuniões mensais com os serviços da rede (Esporte/Cultura, Educação, Saúde, Habitação), Igrejas, Associações de moradores, ONG's e grupos representativos da comunidade para elaboração e viabilização de projetos comuns. - organização e participação nos eventos realizados nas micro-regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento de técnicos e funcionários de núcleo realizados pela SMAS (não concluído). - Treinamento para técnicos e funcionários de núcleo e ONG's sobre sexualidade. - seminário para Trabalho Infantil (PETI) - seminário de governo das políticas de Educação Infantil do SME. 	<p>ANUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> -Alimentação: 6440. - Oficinas Unicamp X cultura 4. - Vale Transporte Urbano para passeios - 2.478 - Espaços físicos cedidos pelas parcerias e sua manutenção. - voluntários (curso de contador de história da Unicamp) e para algumas atividades no núcleo e com as crianças. - recursos pedagógicos. recursos do programa espaço amigo.
----------------------------------	-----	-----	---	---	--	--

Programa	Número de Usuários / Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Núcleos de Criança e Adolescente			- exposição dos trabalhos culturais realizados pelas crianças (teatro, dança, artesanato) em outros espaços. - atividades integradas em espaços físicos nas comunidades (praça de esportes).			

Programa	Numero de Usuários /Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Ação Comunitária	150	População Estimada AR 6 - 118.000 Número de Bairros AR 6 - 107 População Estimada AR 10 - 107.000 Número de Bairros AR 10 - 32	- Atendimento e contatos na Igreja N.Sª da Paz na microrregião do S. José para identificação das características dessa comunidade. - implantação do curso de Artesanato no espaço da Igreja N.Sª Paz. - mutirão de limpeza no córrego Taubaté no Jardim do Lago II. - participação semanal nos grupos de mulheres: Jardim do Lago II (artesanato) Jardim Campo Belo e Fernanda (Fuxico). - participação e organização no evento intersetorial comemorativo ao aniversário da Rádio Comunitária do Jardim Bandeira II. - realização da oficina de Manicure/Pedicure no Jardim Bandeira II. - atendimentos e contatos semanais na Igreja Independente Canaã na microrregião da AR 10 para identificação das características dessa comunidade. - participação e organização na festa de integração na região da AR10, realizada na Igreja Canaã.	- Reuniões mensais com os diversos serviços da rede: Administrações Regionais - AR's 6, 8, 9 e 10. Esporte, cultura e turismo. Saúde: Distrito de Saúde Sul, Centros de Saúde: Esmeraldina, São Vicente, Orosimbo Maia, Jardim Paranapanema, Jardim Santa Odila, Vila Ipê, CAPS Sul, São José, São Domingos, Carvalho de Moura, Vila Rica e Hospital Mário Gatti. Educação: NAED Sul - CEMEI e EMEI Maria do Carmo Sodré. - CEMEI Formosinha. - CEMEI Ester Viana. EMPG. Júlio Mesquita Filho EMPG. Avelino Canazza. EMPG. Elvira Muraro. EEPG. Profª Áurea A.A. de Godoy. - CEMEI São Francisco de Assis.	- Seminário de resíduos sólidos para multiplicadores. - Fórum social de Campinas. - Projeto de capacitação e Apoio Técnico em Ação Comunitária (Raquel Guzzo). - Seminário de Metodologia do Trabalho Comunitário e Social (William Castilho). Orientação e apoio aos projetos comunitários (SMAS - Zuleika). - Curso de Cooperativa - CARITAS - SMAS. - III Conferência Municipal do Idoso. - Fórum permanente de entidades e órgãos com atuação junto à população de rua e SMAS. - XIX Congresso Nacional ABRAMINJ.	- Parcela de recursos financeiros do programa de formação profissional. - Espaços físicos cedidos para desenvolvimento dos projetos.

Programa	Número de Usuários / Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Ação Comunitária			<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do curso de Corte Costura Industrial na comunidade da Vila Palmeiras. - atendimento da demanda espontânea para orientações e referenciamento. - reuniões com grupos representativos da comunidade e mobilização para participação nos eventos. - participação sistemática da equipe técnica nas reuniões intersetoriais em cada micro região. - discussões temáticas com grupos da comunidade, envolvendo as parcerias. - planejamento e organização dos seminários e festas de integração. - elaboração dos projetos das micro regiões Jardim do Lago II e São Domingos. 	<ul style="list-style-type: none"> - EMPSG. Procópio Ferreira. - EMPSG. Orlando Carpino. - EMPSG Coriolano Monteiro - ESPG. Ciro Neto. - ESPG. Cecília Pereira. - EMPG. Violeta Dora Lins. - EMPG. Benevenuto Torres. - ESPG. Júlia Luiz Ruete. - EMEF. Floriano Peixoto. - EMEF. Leonor Savi Chaib. ❖ Coordenadoria da habitação. ❖ ONG's : - Grupo das servidoras Leila Duchovini. - Núcleo Cássia Lasca. - São João Vianey. - Congregação Santa Luzia. - Centro Assistencial Romília Maria. - Fundação Bezerra de Menezes. - Núcleo Assistencial Gerônimo de Mendonça. - Externato São João. - Sociedade Pestalozzi. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário Proteção, Interação e Práticas Culturais e Perspectivas Inovadoras da Associação Brasileira de Magistratura da Infância e Juventude. - formação de agentes multiplicadores de Anemia Falciforme. - curso de educação popular do CEPAP. 	

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Programa:	Número de Usuários / Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Ação Comunitária				<ul style="list-style-type: none"> - Cidade dos Meninos. - Cantinho de Luz. - Cadaf. - Semente Esperança. ❖ Instituições : <ul style="list-style-type: none"> - 5.º D.P. - Internato Jequitibás. ❖ Grupos Representativos da comunidade : <ul style="list-style-type: none"> - Rainha da paz, São Francisco, São João Batista, São Lourenço, São Judas Tadeu, Santa Mônica, Associação dos Moradores Jardim Andorinhas, São Fernando, Itatiaia, Vila Lemos, Santa Eudóxia, Parque Oziel, Nova Mercedes, Carlos Lourenço, Igreja Canaã, e NSª Paz, Pastoral da Criança do Tamoio e Sta Mônica, Vila Ipê, Amazonas, Vila Georgina, Vitória e Conquista. 		

Programa	Número de Usuários / Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Ação Comunitária				<ul style="list-style-type: none"> - Discussões e participação nas atividades do projeto " A Saúde é Jovem". Parque Oziel. - Continuidade no Projeto Beija-Flor, com discussão sobre escola de pais, na Vila Ipê. - Planejamento e participação no projeto Horta Comunitária com famílias de crianças desnutridas, na Vila Formosa. - discussão da elaboração dos projetos das micro regiões do Jardim do Lago II e Jardim São Domingos. - elaboração conjunta do projeto de resíduos sólidos (lixo) - Região Sul. - Integração ao projeto da cultura : "Terreiros da Alegria " no Jardim São Domingos e participação no projeto de oficina do Mamulengo, de Dança e Teatro no Campo Belo e São Domingos. 		

Relatório de Gestão - 2002
Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Programa:	Numero de Usuários / Atendimentos por Mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Ação Comunitária				<ul style="list-style-type: none">- participação na elaboração dos projetos de Saúde Ambiental/Lixo - Orosimbo Maia, Jardim São José e Jardim do Lago II.- realização da 1.^a festa de Integração de Ações e Serviços da Região Sul.- participação no seminário de cooperativa da regional 6.- projeto conjunto com Secretaria Esporte e Cultura, Educação e comunidade do Jardim Esmeraldina para viabilizar utilização do campo de futebol local pelos vários segmentos (idosos, crianças, jovens).		

COORDENADORIA REGIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL NOROESTE - CRAS NOROESTE

PROGRAMAS	Nº DE USUÁRIOS ATEND./MÊS	DEMANDA REPRIMIDA	AÇÕES BÁSICAS	INTERSETORIAL	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
ATENDIMENTO FAMILIA	<p>- 170 FAMÍLIAS MENSAS NO PLANTÃO SOCIAL</p> <p>- 80 FAMÍLIAS ATENDIDAS INDIVIDUAL/ GRUPAL MORADORAS FORA DAS MICRO REGIÕES</p> <p>- 80 FAMÍLIAS ATENDIDAS PELOS NÚCLEOS</p> <p>- 350 FAMÍLIAS-PROGRAMA VIVA LEITE</p>	<p>- 170 FAM.</p> <p>-100 FAM.</p> <p>- 80 FAM.</p> <p>- 650 FAM.</p>	<p>- ATENDIMENTO/ENTREVISTA DOMICILIAR</p> <p>- 2 COMISSÕES DE GERENCIAMENTO</p> <p>- ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS RECURSOS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DA FAMILIA E TRABALHO EM REDE</p> <p>- REUNIÕES MENSAS FEAC</p> <p>- ACOLHIMENTO E ESCUTA NOS PLANTÕES SOCIAIS</p> <p>- ATENDIMENTO/DISTRIBUIÇÃO DE LEITE P/DIFERENTES GRUPOS FAMILIARES</p>	<p>- AÇÕES INTEGRADAS COM OG's E ONG's DA REGIÃO (SAPECA, SAF), CRAMI E SOS MULHER</p> <p>- FEAC</p> <p>- COHAB E HABITAÇÃO</p> <p>- ASSOCIAÇÕES DE BAIROS</p> <p>- REUNIÕES INTER. MENSAS</p>	<p>- DEBATE/SEMINÁRIO VIOLÊNCIA DOMEST.</p> <p>- CURSO INSTITUTO DA FAMÍLIA</p> <p>- 1º SEMINÁRIO INTERSETORIAL</p>	<p>- TODOS OS RECURSOS DA CRAS:</p> <p>RH</p> <p>- 07 ASSIST.SOCIAIS</p> <p>- 01 PSICÓLOGO</p> <p>MATERIAIS:</p> <p>150 CESTAS BÁSICAS MENSAS, PASSES DIVERSOS, 2.500 LITROS DE LEITE, RENDA MÍNIMA E OS CINCO EQUIPAMENTOS DESSA CRAS</p>
PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA FAMILIAR MÍNIMA	- 521 FAM*/MES	- 1000 (INSCRITAS E NÃO INSCRITAS)	<p>- ATENDIMENTO INDIVIDUAL: INSCRIÇÃO, CADASTAMENTO, INCLUSÃO E RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO(PRIORIZANDO A TERRITORIALIDADE E DEMANDA REFERENCIADA).</p> <p>- ATENDIMENTO GRUPAL: NAS DUAS MICRO-REGIÕES E EM TORNO DOS EQUIPAMENTOS - CRAS - NOROESTE</p> <p>- ATENDIMENTO GRUPAL/INDIVIDUAL NOS EQUIPAMENTOS DESTA CRAS, DAS FAMILIAS MORADORA PRÓXIMA DESTES EQUIPAMENTOS.</p>	<p>- AÇÕES INTEGRADAS COM OG's E ONG's DA REGIÃO (SAPECA, SAF), CRAMI E SOS MULHER</p> <p>- REUNIÕES INTER.MENSAS</p>	<p>- DEBATES-FALEIROS</p> <p>- SEMINÁRIOS NA UNICAMP</p>	<p>R\$ 67.083,96</p> <p>RH:</p> <p>- 07 ASSIST.SOCIAIS</p> <p>- 01 PSICÓLOGO E</p> <p>- 01 AUX.ADM.</p> <p>05 EQUIPAMENTOS DESTA CRAS</p>

PROGRAMAS	Nº DE USUÁRIOS ATEND./MÊS	DEMANDA REPRIMIDA	AÇÕES BÁSICAS	INTERSETORIAL	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E CIDADANIA.	- 250/ATENDIMENTO/INDIVID. - 784 PESSOAS/ANO CURSOS OFICINAS(anexo II) - 2.730 - INSCRIÇÕES ANO - 30 PESSOAS FEIRA DE ARTESAN. E ALIMENTAÇÃO. - 3.499 CORTES DE CABELO NA COMUNIDADE (anexo I)	- 3.560 PESSOAS INSCRITAS	- REALIZAÇÃO DE 21 CURSOS- 49 TURMAS NAS ÁREAS DE : CORTE COSTURA, BELEZA, ARTESANATO, CONSTRUÇÃO CIVIL, CULINÁRIA, ADMINISTRATIVA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. - OFICINAS DE GERAÇÃO DE RENDA. - BAZAR C/ MATERIAL PRODUZIDO, NAS OFICINAS - NOS BAIROS. - FEIRAS DE ARTESANATO/CULINÁRIA (CENTRO DA CIDADE E BAIROS) - CURSO COOPERATIVISMO (JD. FLORENCE PARCERIA CARITAS). - APOIO NA FORMAÇÃO COOPERATIVA - SATÉLITE IRIS II (COOPERATIVA ANTONIO DOS SANTOS). - FORMAÇÃO DO GRUPO CRE-VIDA FELIZ DO CPO GRANDE - CENTRO DE VIVÊNCIA/IDOSO. - REUNIÕES COM MULHERES LIDERANÇAS DA REGIÃO (ELÊ). - PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES/ATIVIDADES-TRABALHO C/IDOSO - ARTICULAÇÃO C/ CENTROS SAÚDE PARA MONTAGEM DE CURSOS(FAMILIA DE DESNUTRIDOS E OUTROS). - CAPACITAÇÃO GRUPO GERAÇÃO DE RENDA. - ATENDIMENTO INDIVIDUAIS. - REUNIÕES COM USUÁRIOS DOS DIVERSOS CURSOS. - ATIVIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS JUNTO AOS USUÁRIOS DOS CURSOS. ORGANIZAÇÃO DA FEIRA " DE TUDO UM POUCO " DO BAIRRO CASTELO BRANCO.	- PARCERIA C/CDI CURSO INFORMÁTICA. - PARCERIA C/ FUNDAÇÃO GERAÇÕES - SOPRO DE VIDA. - E.E. SÃO JUDAS TADEU PROJETO DANÇA E CIDADANIA (BALLET) - CARITAS - SECRETARIA DA SAÚDE	- CURSO CAPCITAÇÃO MONITORES. - CAPACI. JOGOS COOPERATIVOS. CAPACITAÇÃO COOPERATIVISMO /ASSOCIATIVISMO (CARITAS). - CURSO P/MONITOR FORMAÇÃO P/ TRABALHO. - CURSO INSTITUTI DE FAMÍLIA	RH - 01 ASSIST.SOCIAL - 01 ADMINIST. - 01 MONITORA - 01 SERV.GERAIS. - 01 GUARDA. - 12 MONITORES CONTRATADOS. - 02 VOLUNTÁRIOS. R\$ 60.000,00 TESOURO MUNICIPAL - VERBA RENDA MÍNIMA PARA PAGAR MONITORES COMPRA MATERIAIS DE CONSUMO E TRANSP. FÍSICO - 01 SALA IGREJA CAT. CAMP.GRANDE - C.P. HOMEM DE MELLO. - C.P. NOVA ESPERANÇA. - SALAS PAICA - SATÉLITE IRIS. - EQUIP. E UTENS. NECESSÁRIO P/CADA CURSO E XISTENTE NOS LOCAIS

PROGRAMAS	Nº DE USUÁRIOS ATEND./MÊS	DEMANDA REPRIMIDA	AÇÕES BÁSICAS	INTERSETORIAL	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
NÚCLEOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE - STA ROSA	- 75 CRIANÇAS E ADOLESCENTES - 45 FAMÍLIAS - 88 FAMÍLIAS VIVA LEITE - 35 ATT. FAMÍLIA INDIVIDUAL E A COMUNIDADE	- 30 CÇ E ADL -27FAMÍLIAS VIVA LEITE	JUNTO À CÇ ADL: - ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO - ATT.INDIVIDUAL CRIANÇA, ADOLESCENTE E COMUNIDADE) - TRABALHO SÓCIO-EDUCATIVO - ATIVIDADES PEDAGÓGICAS - ATIVIDADES ARTESANAIS - PASSEIOS - APRESENTAÇÕES CULTURAIS - FESTAS COMUNITÁRIAS - COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR - ATIVIDADES LÚDICAS E RECREATIVAS JUNTO Á FAMÍLIA COMUNIDADE - VISITAS DOMICILIARES - REUNIÕES COM PAIS E RESPONSÁVEIS - REUNÕES COM GRUPO DE R.M. - REUNIÕES - GRUPO MULHERES V.LEITE - BAZARES - PLANEJAMENTO/ REUNIÕES C/ EQUIPE	- GRUPO DE MULHERES DA COMUNIDADE- P.V.LEITE - PROGRAMA -VIVA LEITE - REUNIÕES INTERSETORIAIS - COMISSÃO DE GERENCIAMENTO - SAÚDE ESCOLAS E COMUNIDADE - REUNIÕES INTER.MENSAIS	- BATUK NO BATIK (INTERROMPIDA) CURSO DE FAMÍLIA - DEBATE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	RH: - 02 MONITORAS - 01 COZINHEIRA - 01 SERVENTE - 01 ASSIST..SOCIAL - 01 GUARDA GOCIL MATERIAIS: MAT.PEDAGÓGICO - 01 RÁDIO - 01 MQ.FOTOG. - PASSES - 01 CAMPO DE FUTEBOL
NÚCLEO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E PQ.FLORETA	60 CRIANÇAS E ADOLESCENTES 35 FAMÍLIAS 05 ATT.FAMÍLIA INDIVIDUAL	120 CÇ E ADL	JUNTO À CÇ ADL: - ATIV.SÓCIO-EDUCATIVA E ALIMENTAR - ATIV.ARTESANAIS - ATIVIDADES RECREATIVA E LAZER - ATIVIDADES FÍSICAS - ATIVIDADE SÓCIO-CULTURAL (MACC) - OFICINAS DIVERSAS - ATIVIDADE DESENHOS SOMBRAS E GRAFITE - FESTAS COMEMORATIVAS - ACAMPAMENTO/PASSEIOS JUNTO À FAMÍLIA/COMUNIDADE - REUNIÕES COM FAMÍLIA - REUNIÕES DE EQUIPE - ATT. INDIVIDUAIS/FAMÍLIA - VISITAS DOMICILIARES - FESTAS COMEMORATIVAS - REUNIÕES COMISSÃO DE GERENCIAMENTO - REUNIÕES COM PARCEIROS (SAÚDE/ASSOC./ CRECHE E ESCOLA)	AÇÕES COM: CENTRO DE SAÚDE, PQ.FLORESTA E VALENÇA, ESCOLAS HUGO P. TEIXEIRA E Pe. ANTONIO MÓBILI, SEC DA CULTURA BOSQ. VALENÇA REUNIÕES INTER.MENSAIS	CURSO BATUK NO BATIK CURSO DE FAMÍLIA DEBATE VIOL.DOMÉSTICA	RH: - 02 MONITORAS - 01 COZINHEIRA - 01 SERVENTE - 01 ASSIST..SOCIAL - 01 GUARDA GOCIL MATERIAIS: MAT.PEDAGÓGICO - 01 TV - 01 VÍDEO - 01 RÁDIO - 01 MQ.FOTOG. - PASSES

PROGRAMAS	Nº DE USUÁRIOS ATEND./MÊS	DEMANDA REPRIMIDA	AÇÕES BÁSICAS	INTERSETORIAL	CAPACITAÇÃO	RECURSOS OFERECIDOS
			- PARTICIPAÇÃO DA A.S. NA COMISSÃO DE NÚCLEOS E NO TRABALHO COMUNITÁRIO DO SÃO LUIZ - REUNIÕES GRUPO RENDA MÍNIMA			
AÇÃO COMUNITÁRIA	<p>SAO LUIZ /C.P.GDE 10.000 HABI:</p> <p>- 20 FAM./P.BLOCO - 45 FAM./P.V.LEITE - 30 P/CURSO - 30 ADL. - 80 FAM P.G.R.M. - 60 PESSOAS /RENIÕES COMUNITÁRIAS</p> <p>SATÉLITE IRIS I - 120 FAM. PFRM - 48 PESSOAS CURSO/FORMAÇÃO BÁSICA - 26 FAM. GRUPO CESTA BÁSICA - 800 PESSOAS REUN.C/COMUNID. P.CIDADANIA - 40 MÃES PROJETO BALLET - 51 FAM /PROJ.ADL - 60 ATENDIME. INDIV.REFERENCIADOS</p>	<p>40 FAMILIAS 110 FAMÍL. 80 PESSOAS 50 ADL 200 FAMIL.</p> <p>PRFM 300 C.BAS. 26 G.C.BASI DEMANDA REPRIM. = POP./HAB.LO CAL</p>	<p>GRUPO SOCIO-EDUCATIVO C/MULHER. E ADOL. GRUPO DE CAPACI. E GER.DE RENDA GRUPO -PROJETO BLOCOS REUNIÕES COM ASS.MORADORES REUNIOES C/COMUNIDADE ATENDIM.INDIVIDUAIS ATENDIM.FAMILIAR CURSO FORM.BÁSICA A COMUNIDADE PROJETO C / ADL</p> <p>REUNIÕES INTERSETORIAIS MENSAIS</p> <p>GRUPO SÓCIO-EDUCATIVO C/MULHER. E ADOL. GRUPO DE CAPACI. E GER.DE RENDA REUNIÕES COM ASS.MORADORES REUNIOES C/COMUNIDADE ATENDIM.INDIVIDUAIS ATENDIM.FAMILIAR CURSO FORM.BÁSICA A COMUNIDADE REUNIÕES INTERS.C/ RECURSOS LOCAIS E REPRESENTANTES DA COMUNIDADE REUNIÕES-POLO CIDADANIA E REGULAZAÇÃO DO BAIRRO EVENTOS/FESTA DA COMUNIDADE</p>	<p>AÇÕES INTEGRADAS COM: SAÚDE, ASS.MORADORES, PASTORAL DA CÇ, IGREJA CATÓLICA, SOPRO DE VIDA, CÁRITAS, PRÓ - RE NDAS, EDUC. , HABIT E COHAB</p> <p>- ANELO - PROJETO DANÇA E CIDADANIA/ BALLET - AÇÕES INTEGRADAS C/SAÚDE, ASSOC.MORADRES , COM VIDA , FEAC, ESCOLA S.J.TADEU.</p>	<p>- SEMINARIO AÇÃO COMUNITÁRIA (PROF WILIAN) - CAPACITAÇÃO/FOR - MAÇÃO, AÇÃO COMUNITÁRIA (RAQUEL GUZZO) - CAPACITAÇÃO FAMÍLIA, - DEBATE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - I SEMINÁRIO. INTERSETORIAL</p>	<p>- 640 LITROS LEITE - 25 C. BÁSICAS - 02 CURSOS FORM.BÁSICA RECURSOS R.M. - 01 SALA CEDIDA P/ SAÚDE - 01 SALA CEDIDA P/ IGREJA R.H./EQUIPE - 02 ASSIST.SOCIAIS TRANSP.01 VEZ P/SEMANA</p> <p>- 26 C. BÁSICAS (GRUPO) - 34 C.B.REFERENC. SALAS DA ESCOLA CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO SALAS C.SAÚDE RH 3- ASSIST.SOCIAIS</p>

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos no Mês	Deman- da Repri- mida	Ações Básicas	Intersetorialida- de	Capacitação	Recursos Oferecidos
PETI - Campinas	Eradicar o trabalho infantil no Município e promover atendimento integral às famílias, buscando sua emancipação	110 - crianças (78 - famílias)	50 crianças (Pesquisa do NEPP)	Atendimento integral às crianças e famílias atendidas / Desenvolvimento da jornada ampliada através da Rede Executora	SMAS (CSAC) / SME / SMECT / SMS / SMMA / SMH / Comissão Municipal do PETI - Campinas	Seminários: XV IPA, Encontro Combatendo o Trabalho Infantil	Bolsa de R\$ 40,00 por criança atendida do Governo federal, com complemento de recursos municipais até R\$ 180 por família, R\$ 10,00 para a entidade por criança atendida, com complemento de recursos municipais de R\$ 140,00 mais R\$ 75,00 para a entidade por família atendida
Associação Beneficente Direito de Ser	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	60 crianças (4 do PETI)	200	Ações educativas através de oficinas de música, reflexões de temas relevantes, esportes, informática, inglês, culinária e acompanhamento escolar	SMAS / SMS / FEAC / Unicamp / UNIP / CDI	Reuniões semanais - equipe em geral	
Associação de Assistência Social São João Vianney	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	80 (2 do PETI)	4	Escola de futebol, oficinas: linhas agulhas, cartões, leitura de imagens; aulas: canto, balé, biblioteca viva; escola de futebol tradicional; oficinas de marcenaria e informática; trabalho com as famílias, integração e participação no trabalho	SESC / FEAC / SMAS / Centro Corsini / PEOPLE Computação	Cursos, palestras, oficinas, visitas e reuniões e treinamento com a equipe de monitores, cozinheiros, serviços gerais, equipe técnica e coordenação	Alimentação - lanche

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos	260 (14 do PETI)	200	Oficinas, atividades esportivas e culturais, grupos de reflexão, cursos, participação em conferências da criança e adolescente	SMAS / SMS / SME / FEAC / Recursos da Comunidade	Cursos e reuniões: serviços gerais, cozinha, monitores, instrutores, técnicos, coordenação, voluntários e diretores	Cesta-básica
Centro Comunitário do Parque Itajaí e Região	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 18 anos	180	300	Oficinas diversas, reuniões e palestras	SMAS / SMS / SME	Dinâmicas de grupo: administrativo, ajudantes gerais, monitores, cozinheiras e técnicos	Cesta-básica
Centro Promocional Tia Illeide	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos	240 (4 do PETI)	192	Oficinas: balé, educação física, artesanato, teatro, canto, informática e reforço escolar	SMAS / FEAC / SESI / Unicamp / INODONTO / OG's / ONG's	Cursos: professores, monitores, auxiliares de cozinha, serviços gerais e equipe técnica	
Centro Sócio-Educativo Semente - Esperança	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos	70	92	Oficinas, atividades esportivas e culturais, grupos de reflexão, cursos, participação em conferências da criança e do adolescente	SMAS / SMS / SME / FEAC / Recursos da Comunidade	Cursos e reuniões: serviços gerais, cozinha, monitores, instrutores, técnicos, coordenação, voluntários e diretores	
Externato São João	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescente de 13 a 18 anos	753 (29 do PETI)	0	Teatro, interpretação de filmes / textos, artesanato, capoeira, reuniões em grupo, reforço escolar, formação humana, esportes e orientação a família	SMAS / DMDCA / CEDECA / SPS / SME / SMS / Recursos da comunidade	Reuniões de capacitação para: direção, coordenadores, técnicos, serviços gerais, monitores, etc.	Cesta básica
SEARA Espírita Joana de Angelis	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	100 (3 do PETI)	126	Atividades sócio-educativas, complementação escolar, passeios festas, atividades artesanais	SMAS / FEAC /	Cursos de capacitação profissional realizados pela FEAC	Cesta básica

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Serviços Benéficos Sociais Adventistas de Campinas	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	82 (3 do PETI)	89	Atividades com vistas para participação social e conquista da cidadania, reforço escolar, educação doméstica, educação cívica, educação artística, trabalhos manuais, biblioteca, brinquedoteca, informática e orientação às famílias	SMAS / SME / SMS / FEAC / SESC	Reciclagem de funcionários através de cursos de capacitação e treinamento, palestras, dinâmicas, exercícios práticos, dramatizações, recursos audio-visuais e grupos de vivência - Monitores, cozinheiros, auxiliar administrativo, serviços gerais e monitores de informática	Cesta básica, móveis e utensílios domésticos, alimentação e cestas de natal
Serviço Social Nova Jerusalém	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos	347 (2 do PETI)	26	Teatro, música, gincanas, dramatizações, fantoches, murais, exploração de elementos, orientação a família - reuniões discussões compartilhadas, clube de mães, desenvolvimento de temas.	SESI / SESC / SENAC / SMS / SME / SMAS / FEAC / Unicamp / Recursos da comunidade	Reuniões, cursos, treinamentos - Pedagoga, Assistente Social, Coordenadores, Administrativos, Coordenador de Saúde, Secretárias, Auxiliar de Serviços Gerais, Professores e Monitores	
Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	100 (3 do PETI)	20	Orientação familiar - entrevista individual, reuniões, visita domiciliar, encaminhamentos, oficinas e cursos	SMAS / SME / SMS / FEAC / SESC / SESI / Lions Club / Medley Farmacêutica	Reuniões, treinamentos e cursos - funcionários em geral	Medicamentos / cesta básica / roupas
Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche Bento Quirino	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 11 anos	260 (7 do PETI)	647	Reuniões em grupo, atendimento individual, projetos de: alimentação, saúde, educação, recreação, higiene, cultura, lazer, biblioteca, brinquedoteca, oficinas, educação ambiental e educação para o trânsito; passeios, orientação à família - cursos profissionalizantes, entrevistas domiciliares,	SMAS / SME / SMS / SMCET / Consulado do Japão / FEAC / Academia de Capoeira	Cursos e palestras, Reuniões: coordenação, monitores, cozinheira, serviços gerais.	Cesta-básica / passe

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Núcleo Comunitário de Crianças e adolescentes do Parque Vida Nova	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 14 anos	80 (3 do PETI)	70	Atividades pedagógicas, esportivas, culturais e passeios.	SMAS / SMS / SME / OnG's e SESI		Programa do Leite
Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Jardim Profilurb	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 14 anos	120 (1 do PETI)		Atividades pedagógicas, esportivas, culturais e passeios.	SMAS / SMS / SME / OnG's e SESI		Programa do Leite
Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Jardim Carlos Lourenço	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 14 anos	80 (2 do PETI)	141	Atividades pedagógicas, esportivas, culturais, passeios e arte terapia.	SMAS / SMS / SMECT / SME / OnG's		Programa do Leite
Projeto Cidadania e Convivência	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 14 anos	60 (15 do PETI)		Atividades pedagógicas, esportivas, culturais e passeios.	SMAS / SMS / SMECT / SME / OnG's		Cesta básica / auxílio transporte / bolsa cidadania
Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes Antonio da Costa Santos	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças de 7 a 14 anos	80 (3 do PETI)	10	Atividades pedagógicas, esportivas, culturais, artesanato, teatro e dança e passeios	SMAS / SMS / SMECT / SME / OnG's		Programa do Leite

Planilhas de custos do PETI/Campinas

	Jornada Ampliada / Recursos Federais	Assistência à Família / Recursos Municipais	Jornada Ampliada / Recursos Municipais
Entidade	R\$ 10,00 por criança	R\$ 75,00 por família	R\$ 140,00 por criança
Família	R\$ 40,00	Complemento até R\$ 180,00 por família	

Recursos repassados para as entidades

Entidade	Recursos Federais	Recursos Municipais	Total
Associação Beneficente Direito de Ser	400,00	R\$ 10.100,00	R\$ 10.500,00
Associação de Assistência Social São João Vianney	180,00	R\$ 3.945,00	R\$ 4.125,00
Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia	1.220,00	R\$ 28.480,00	R\$ 29.700,00
Centro Comunitário do Parque Itajaí e Região	990,00	R\$ 20.570,00	R\$ 21.560,00
Centro Promocional Tia Ileide	330,00	R\$ 7.920,00	R\$ 8.250,00
Centro Sócio-Educativo Semente Esperança	270,00	R\$ 5.505,00	R\$ 5.775,00
Externato São João	2.600,00	R\$ 66.475,00	R\$ 69.075,00
SEARA Espírita Joana de Angelis	270,00	R\$ 6.330,00	R\$ 6.600,00
Serviço Beneficente Adventista de Campinas - DORCAS	270,00	R\$ 7.305,00	R\$ 7.575,00
Serviço Social Nova Jerusalém	180,00	R\$ 4.770,00	R\$ 4.950,00
Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA	270,00	R\$ 6.180,00	R\$ 6.450,00
Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche Bento Quirino	630,00	R\$ 14.220,00	R\$ 14.850,00
Total	R\$ 7.610,00	R\$ 181.800,00	R\$ 189.410,00
Porcentagem	4,017 %	95,982%	

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DGDS

O Serviço de Apoio aos Equipamentos Sociais (SAES), teve as seguintes ações em 2002:

Realizações/ Atendimentos:

Orientações	
SMAS - unidades Internas	1.560
SMAS - unidades Externas	1.950
Fornecedores	1.170
Outras Secretarias	780
SMAS - unidades Internas	1.560
SMAS - unidades Externas	1.950
Fornecedores	1.170
Outras Secretarias	780

Encaminhamentos (Protocolo/NF)	
Gabinete - SMAS	52
Expediente - SMAS	637
CSOF - SMAS	354
Diretoria - DGDS	456
Unidades/Programas - DOAS	325
Diretoria - DOAS	18

Contatos	
Telefone / fax - unidades Internas	1.950
Telefone / fax - unidades Externas	2.730
Telefone / fax - Fornecedores	1.170
Telefone / fax - Outras Secretarias	1.100
Telefone / fax - Outros	2.000
E-mail	163
Reuniões Administrativas	13
Reuniões Técnicas	03

Licitações para a Aquisição de Produtos:

Nº Amil	Produto	Unidade	Valor (R\$)
001	Válvula hidráulica para descarga	NCCA São Marcos	460,00
002	Materiais para higiene pessoal	SMAS	3.700,38
003	Cartuchos para impressoras	SMAS	6.899,04
004	Vigota de madeira	SMAS	2.000,00
005	Impresso recibo de contribuição	FMDCA	89,00
006	Materiais/móveis de informática	CP Tancredo Neves	1.115,00
007	Fraldas descartáveis - adulto	SMAS	3.160,00
008	Serviço conserto fogão - Contrato	SMAS	1.500,00
009	Serviço conserto máquina lavar/secar - Contrato	SMAS	4.500,00
010	Serviço conserto geladeira/freezer - Contrato	SMAS	2.000,00
011	Conserto monitor de microcomputador	Gabinete	100,00
012	Fraldas descartáveis - infantil	SMAS	2.270,70
013	Aquisição absorvente higiênico	Abrigos 24 horas	214,20
014	Placa de fax <i>modem</i> para microcomputador	CMAS	60,00
015	Serviço de recarga de extintores	SMAS	2.243,90

Nº Amil	Produto	Unidade	Valor (R\$)
016	Pneus - alinhamento/balanceamento	SMAS	5.000,00
017	Associação a órgãos e entidades	SMAS	200,00
018	Vestuários/calçados	SACASE	742,08
019	Aquisição de serviços fotográficos - Contrato	SMAS	6.000,00
020	Aquisição de colchões e colchonetes	Abrigos 24 horas	7.422,30
021	Taxa manutenção mensal <i>software</i> Contabilidade	FMDCA	540,00
022	Profissional para ministrar curso/palestra	SMAS	2.560,00
023	Aquisição de lanches	Renda Mínima	2.950,00
024	Serviço de locação de sanitário químico	Renda Mínima	1.600,00
025	Contratação de <i>buffet</i>	PETI	1.500,00
026	Aquisição de assinatura de revista - Contrato	RH / Capacitação	55,00
027	Aquisição de fitas de vídeo	RH / Capacitação	125,00
028	Serviços gráficos	SMAS	2.500,00
029	Profissional para ministrar curso/palestra	SMAS	150,00
030	Aquisição de material eletrônico	SMAS	899,81
031	Aquisição de material para cozinha	SMAS	4.650,88
032	Serviço de digitação BPC - Contrato	SMAS	8.000,00
033	Aquisição de brinquedos/jogos infantis	SMAS	6.630,98
034	Aquisição de fitas VHS	CMAS	143,40
035	Impressão do Plano Municipal	SMAS	3.000,00
036	Aquisição de <i>tonner</i> /serviço de recarga	Conselho Tutelar	563,00
037	Assinatura anual do Diário Oficial da União	CMAS	2.090,00
038	Serviço de transporte BPC - Contrato	SMAS	5.000,00
039	Aquisição de livros infantis	SMAS	2.520,59
041	Cartuchos e tinta para impressoras	SMAS	1.096,00
042	Profissional para ministrar curso/palestra	Renda Mínima	500,00
043	Conserto de cadeira de rodas	Casa dos Idosos	150,00
044	Aquisição de aparelhos telefônicos	SMAS	864,00
045	Aquisição de medicamentos parcelados - Contrato	SMAS	6.000,00
046	Conserto de suspensão de veículo	SACASE	519,30
047	Serviço de manutenção de freios em veículos	SMAS	123,00
048	Painel eletrônico orientador de senhas	Balcão Empregos	1.300,00
049	Aquisição de pára-raios	NCCA Antonio Santos	3.300,00
050	Aquisição de persiana	CRAS Noroeste	816,00
051	Curso informática para adolescentes - Contrato	Resgate	7.938,00
052	Capacitação "Mundo do Trabalho" - Contrato	CSTR	4.500,00
053	Limpeza de bico injetor de veículo	SAPECA	40,00
054	Serviço de reforma predial - Contrato	Resgate	6.970,49
055	Aquisição de ar condicionado	C P Noroeste	520,00
056	Aquisição de luvas de borracha	Abrigos 24 hr	690,00
057	Serviço de <i>buffet</i>	Eleição CIPA	500,00
058	Conserto de máquina copiadora	Conselho Tutelar	594,00
059	Aquisição de CD's musicais	Resgate	130,00
060	Aquisição de filmes - fitas em vídeo	Resgate	452,03
061	Mesas de jogos	Resgate	910,00
062	Aquisição de livros	Resgate	684,50
063	Assinatura anual revista Época - Contrato	Resgate	420,00
064	Peças de informática	SMAS	747,35
065	Taxa de inscrição conferência IPA/Brasil	PETI	520,00
066	Manutenção/revisão veículo	Resgate	1.672,39
067	Serviço de manutenção em fogão - Contrato	SMAS	6.391,20
068	Serviço manutenção máquina lavar/secar - Contrato	SMAS	3.493,00

Nº Amil	Produto	Unidade	Valor (R\$)
069	Taxa de inscrição CEDAP	SMAS	960,00
070	Serviço manutenção geladeira/freezer - Contrato	SMAS	5.913,00
071	Aquisição de armário de parede	CMPCA	6.600,00
072	Conserto de aparelho de fax	SMAS	220,00
073	Aquisição de HD 20Gb - microcomputador	Pró-Rendas	370,00
074	Serviço de conserto PABX	Conselho Tutelar	180,00
075	Serviço de <i>buffet</i>	FMDCA	1.275,00
076	Aquisição de placa mãe - microcomputador	Resgate	384,33
077	Aquisição de materiais para curso de crochê	NCCA	296,40
078	Aquisição de materiais para curso de xilogravura	NCCA	89,04
079	Aquisição de materiais para curso de tapeçaria	NCCA	1.054,15
080	Aquisição de materiais para curso confecção pipa	NCCA	46,94
081	Aquisição de materiais para curso de gesso	NCCA	222,67
082	Aquisição de materiais para curso papel marche	NCCA	2.104,87
083	Aquisição de materiais para curso de relaxamento	NCCA	1.982,54
084	Aquisição de materiais para curso de <i>street dance</i>	NCCA	327,03
085	Aquisição de materiais para curso de <i>biscuit</i>	NCCA	5.527,31
086	Aquisição de materiais para curso de música	NCCA	1.789,20
087	Aquisição de materiais para curso de mosaico	NCCA	1.024,70
088	Aquisição de materiais para curso bonecos de lã	NCCA	495,80
089	Aquisição de materiais para curso de fantoche	NCCA	2.226,92
090	Aquisição materiais para curso pintura em vidro	NCCA	239,28
091	Aquisição de materiais para curso de <i>batik</i>	NCCA	635,11
092	Aquisição de materiais para curso de EVA	NCCA	489,79
093	Aquisição de materiais para curso de marcenaria	NCCA	263,33
094	Aquisição materiais curso de leitura e sexualidade	NCCA	656,64
095	Aquisição de materiais para curso de dança	NCCA	1.442,40
096	Aquisição de materiais para curso de esportes	NCCA	2.679,98
097	Aquisição de materiais para curso de ponto cruz	NCCA	1.377,63
098	Aquisição de materiais para curso de vagonite	NCCA	2.248,56
099	Aquisição materiais para curso cartões/quadros	NCCA	1.429,68
100	Aquisição de materiais para curso grafite	NCCA	906,48
101	Aquisição de materiais para curso de pátina	NCCA	169,14
102	Aquisição materiais para curso pintura em tecido	NCCA	797,91
103	Aquisição materiais curso de marmorização tecido	NCCA	1.130,36
104	Aquisição materiais curso de grafite em camiseta	NCCA	77,55
105	Aquisição de materiais para curso de fuxico	NCCA	309,61
106	Serviço recarga extintores - 2003	SMAS	5.232,70
107	Conserto de videocassete	SAMIM	128,00
108	Oficina de dança de rua	NCCA	5.040,00
109	Oficina cultural	NCCA	8.000,00
110	Oficina cultural	NCCA	2.800,00
111	Oficina de iniciação teatral	NCCA	2.800,00
112	Oficina de dança folclore	NCCA	5.600,00
113	Aquisição de materiais elétricos e hidráulicos	SAMIM / CEAMO	1.678,35
114	Aquisição de placa mãe K6 II - microcomputador	Controladoria de Fundos	321,00
115	Aquisição de alimentos para lanche	Resgate	1.461,44
116	Seguro de veículo - <i>Kombi</i>	SARES	1.502,23
117	Aquisição de equipamentos de informática	SARA M, CMDM, CMDCA	7.658,00
118	Aquisição de materiais para curso de estética	SARA M	2.046,58
119	Oficina de jogos teatrais	NCCA	8.000,00

Nº Compra Direta	Produto	Unidade	Valor (R\$)
007	Aquisição de Vales-Transporte	SMAS	173.316,00
032	Aquisição de Vales-Transporte	SMAS	2.600,00
043	Aquisição passagens aéreas/hospedagem - Contrato	SMAS	15.000,00
051	Aquisição aparelhos telefônicos NEXTEL - Contrato	SMAS	13.888,90
060	Pesquisa e levantamento de dados POLIS - Contrato	SMAS	65.000,00
079	Aquisição de Vales-Transporte	Resgate	10.920,00
090	Aquisição de Vales-Transporte - 2003	SMAS	148.668,00

Nº Convite	Produto	Unidade	Valor (R\$)
043	Aquisição passagens aéreas/hospedagem - Contrato	SMAS	15.000,00
056	Aquisição de cobertores	Plantão Social	40.050,00
078	Pesquisa de levantamento de dados BPC - Contrato	SMAS	41.000,00
121	Aquisição de fraldas infantis	CMPCA	9.660,00
033	Aquisição parcelada de hortifrutigranjeiros	SMAS	45.537,40
167	Aquisição parcelada de carnes diversas	SMAS	67.659,00
098	Aquisição de colchões/roupas de cama e banho	SMAS	15.818,30

Processos em Andamento:

Nº RMS	Nº Protocolo	Produto	Unidade	Valor (R\$)	Situação
1132	43.794/02	Moveis residenciais - OP	SMAS	16.104,35	Licitando 6º andar
1129	43.792/02	Ventiladores - OP	SMAS	9.938,43	Licitando 6º andar
1130	43.791/02	Eletrônicos permanentes - OP	SMAS	69.928,53	Licitando 6º andar
1133	43.795/02	Móveis escritório - OP	SMAS	76.055,36	Licitando 6º andar
1135	45.444/02	Maquinas de costura - OP	SMAS	1.470,00	Entrega almoxarifado central
571	25.395/02	Material de escritório - OP	SMAS	16.734,53	Entrega almoxarifado central
1830	10.08181/02	Aparelho som/máq. fotográfica	SARA M	697,00	Cronograma - SMF
1975	10.11723/02	Beliche	CMPCA	9.600,00	Licitando 6º andar
2304	10.18058/02	Veículos	CT	47.075,87	Cronograma - SMF
1776	10.06173/02	Contratação Nextel	SMAS	14.268,00	Licitando 6º andar
2305	10.18248/02	Serviços projeto arquitetônico	CPHM	7.800,00	Licitando 6º andar
1974	10.12844/02	Cama de solteiro	CMPCA	5.500,00	Autorização Prefeita - Empenho
1339	49.416/02	Quadro de referências SMAS-IEE	SMAS	20.000,00	Jurídico
2311	10.19059/02	Transporte rodoviário - Campinas/Porto Alegre	SMAS	3.735,00	Cronograma - SMF
2276	10.17119/02	Levantamento de dados - BPC	SMAS	13.550,00	Licitando 6º andar
899	34.923/02	Equipamento permanente Manicure/Cabeleireiro	SMAS	21.151,41	Entrega almoxarifado central
550	25.993/02	Cozinha permanente - OP	SMAS	102.067,00	Cronograma - SMF
1375	51.123/02	Linhas telefônicas	SMAS	64.032,12	Assinatura contrato

ANEXO II

PLANILHAS DEMONSTRATIVAS

REDE EXECUTORA

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (OG's)

CRECHES**Rede Executora - ONG's:**

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/m ês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Associação Beneficente e Assistencial Madre Cândida (ABAMAC) - Creche Irmã Nazareth CNPJ 00.461.710/0001-19	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 0 a 4 anos	45	0	Desenvolvimento bio-psicossocial da criança para maior autonomia / Orientação familiar - reuniões, dinâmicas de grupo, palestras, atendimento individual e visitas domiciliares, cursos profissionalizantes.	SMAS/CSAC / SME / FEAC / Recursos da Comunidade	Cursos externos para as área de apoio e administrativa	Viva-Leite
Associação do Pão dos Pobres de Santo Antonio - Creche Santo Antonio CNPJ 46.044.483/0001-27	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	180	180	Ações educativas, recreativas, brinquedoteca, biblioteca viva / Orientação às famílias - reuniões em grupo, atendimento individual	SMAS/CSAC / SME / SMS / CMAS e CMDCA / Recursos da Comunidade	Consultoria externa visando redefinição da missão da organização - realinhamento de suas ações no atendimento das diretrizes das políticas de assistência social e educação - diretoria, voluntários e equipe de funcionários	Viva-Leite / Cesta-básica / auxílio alimentar e vestuário
Associação dos Amigos da Criança - Educandário Francisco Cândido Xavier CNPJ 71.754.477/0001-00	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 06 anos	100	0	Ações sócio-educativas promovendo inserção no mundo e desenvolvimento integral	SMAS/CSAC / SME / SMS / UNICAMP	Capacitação de professores e monitores	Viva-Leite / Cesta-básica / Horti-fruti / Subsídios financeiros
Associação dos Amigos da Criança - Unidade Monte Cristo CNPJ 71.754.477/0001-00	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 06 anos	276	500	Ações Educativas, jogos recreações, acolhimento e nutrição	SMAS/CSAC / SMS / Sociedade Amigos de Bairro	Reuniões diárias de reflexão - As atividades são realizadas por voluntários	Viva-Leite / Cesta-básica
Associação Evangélica Assistencial (AEA) CNPJ 046.044.780/0002-53	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 04 a 06 anos	26	n mencionada	Atividades educativas dirigidas - ações de Saúde e Assistenciais - Discussão em grupo - Dinâmicas / Orientações às famílias - visitas domiciliares, reuniões, encontros de casais, atividades sociais e culturais	SMAS/CSAC / SMS - Centro de Saúde da Região / FEAC	Reuniões, palestras e treinamentos: professores, técnicos, administrativos e serviços de apoio.	Não mencionado
Casa da Criança de Sosas CNPJ 46.095.758/0001-51	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 04 anos	64	120	Atividades lúdicas - Jogos - recreação / Educação infantil / Orientação às famílias - atendimento individual reuniões, entrevistas domiciliares e encaminhamentos	SMAS/CSAC / SME / Conselho Tutelar / Atendimento Psicológico / FEAC	Reuniões mensais, treinamento, seminários e cursos	Viva-Leite
Casa da Criança Maria Luiza Hartzler CNPJ 60.470.960/0012-08	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	120	57	Atividades lúdicas - trabalhos orientados - jogos pedagógicos, biblioteca, videoteca / Orientação à família	SMAS/CSAC / SME / SMS / Recursos da Comunidade	Grupo de estudo, reuniões e dinâmicas para professores e monitores	Viva-Leite

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuarios Atendidos/m ês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Casa da Criança Meimei CNPJ 46.043.063/0001-26	Atendimento através de ações sócio-educativas em meio aberto para crianças na faixa etária de 0 -6 anos	138	450	Desenvolvem aspectos físicos, sociais, intelectuais e afetivos através da teoria piagetiana, espaços lúdicos, atividades físicas, intelectuais, afetivas e sociais.	FEAC, UNICAMP, Instituto C&A, PUCC, Colégio Ave Maria, Centro Corsini.	Monitores, cozinheiras, auxiliar de cozinha, faxineiras.	Viva-Leite
Casa da Criança Vovó Nestor CNPJ 48.188.015/0001-51	Atendimento sócio-educativo em meio aberto -Creche para crianças de 02 a 06 anos	125	216	Atividades pedagógicas dirigidas/atividades lúdicas, recreativas, orientações às famílias, palestras educativas, reuniões sistemáticas, acompanhamento médico	SMAS/CSAC/FEAC/SME/Recursos da comunidade	Cursos, oficinas realizadas pela FEAC e outras instituições para monitoras, cozinheira, serviços gerais, coordenadora e assistente social	Viva-Leite
Casa da Criança Caminho Feliz CNPJ 03.790.087/0001-36	Atendimento sócio-educativo meio-aberto 03 a 06 anos	110	250	Atividades sócio-pedagógicas, recreativas, reuniões, com famílias, orientação e encaminhamento para recursos da comunidade		Cursos para monitores, reuniões, oficinas e outros	Viva-Leite
CEAK - Instituto Popular Humberto de Campos CNPJ 046.076.915/0002-62	Atendimento sócio-educativo em meio aberto -Creche para crianças de 04 a 06 anos	60	90	Atividades lúdicas, brinquedoteca, jogos didáticos, música, expressão artística e cultural, passeios e atividades físicas	SMAS-CSAC / SME / SMS / Recursos da comunidade	Reciclagem profissional para educadores	Cesta-básica / Medicamentos / Móveis
Centro Assistencial Cândida Penteado Queiroz Martins - Creche Santa Rita CNPJ 51.878.643/0001-73	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 02 a 06 anos	60	0	Atividades sócio-educativas, pedagógicas, musicais e atividades livres / Orientação às famílias - reuniões mensais, entrevistas domiciliares, palestras e encaminhamentos para cursos de formação, serviços hospitalares e psicológicos/plantão social	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC / Conselho Tutelar	Grupos de estudos, cursos externos, dinâmicas e reuniões mensais - monitores	Viva-Leite/ Cursos, oficinas e outros,
Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (CEPROMM) CNPJ 71.752.745/0001-55	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	45	90	Atividades sócio-pedagógicas e recreativas, reuniões com famílias, orientações e encaminhamento para recursos sociais da comunidade	Saúde, educação, núcleo de atualização educacional e recursos sociais da comunidade	Reuniões, cursos, participação em reuniões dos Conselhos e Seminários para técnicos	Viva-Leite
Centro de Formação Semente da Vida CNPJ 00.659.307/0001-07	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 01 a 06 anos	103	40	Atividades educativas para desenvolvimento integral / Orientação a família	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC / ONG's	Cursos, palestras, reuniões, discussões em grupo - monitores e equipe de apoio	Cesta-básica
Centro Educacional de Assistência Social Menino Jesus de Praga - Creche Menino Jesus de Praga CNPJ 51.881.068/0001-68	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 06 anos	65	25	Atividades educativas e atividades pedagógicas visando desenvolvimento global e harmônico de potencialidades / orientação à família	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC / UNICAMP	Formação continuada dos educadores através de textos, vídeos, apostilas, cursos, aulas teóricas - educadores, monitor, cozinheiras, serviços gerais, coordenadora e pedagoga	Viva-Leite / Cesta-básica / Hortifrutigranjeiros / alimentação / atendimento odontológico

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuarios/ Atendidos/m ês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Centro Espírita Allan Kardec - Creche Gustavo Marcondes CNPJ 046.076.915/0005-05	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	58	25	Atividades lúdicas - jogos - recreação / Educação infantil / Orientação às famílias - atendimento individual e psicológico (atividades psicodramáticas) - visitas domiciliares	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC	Reciclagem profissional p/ equipe de apoio, equipe administrativa e equipe técnica	Cesta-básica / Atendimento médico e odontológico / Viva-Leite
Centro Espírita Allan Kardec - Creche Mãe Luíza CNPJ 46.076.915/0003-43	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 04 meses a 06 anos	170	83	Ações lúdicas, atividades físicas, pintura, vivenciada, brinquedoteca, passeios / Orientação à família - visita domiciliar, atendimento individual, curso de gestante.	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC / CEDAP	Reuniões e palestras - equipe em geral	Viva-Leite / Cesta-básica
Centro Promocional Tia Ildeide CNPJ 71.748.305/0001-24	Atendimento sócio-educativo em meio aberto - Creche para a faixa etária de 3 a 6 anos	120	49	Atividades lúdicas, exploração do meio ambiente, atividades físicas, culturais.	ONG's, FEAC, Uniodonto, Unicamp, Corsini, SMAS/SME	Cursos para monitores e professores	Viva-Leite
Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação CNPJ 46.044.467/0001-34	Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	200	247	Atividades pedagógicas visando desenvolvimento global e harmônico de potencialidades / orientação à família	SMAS/CSAC / SME / SMS / Recursos da Comunidade / ONG's	Cursos, palestras, aulas expositivas e reuniões para pedagoga, cozinheira, assistente social, cozinheira, professores, monitores e serviços gerais.	Viva - Leite
Creche Cantinho de Luz CNPJ 03.105.856/0001-10	Atendimento sócio-educativo em meio aberto - Creche para criança de 03 a 06 anos	39	60	Atividades sócio-pedagógicas e recreativas, reuniões com famílias, orientações e encaminhamento para recursos sociais da comunidade.	SMS/SME/SMAS/UNIP		Viva-Leite
Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia - Creche e Ambulatório Dr. Cláudio de Souza Novaes CNPJ 33.512.591/0008-01		202	227	Ações sócio-educativas, atendimento às necessidades afetivas, físicas e cognitivas através de sequências de atividades dirigidas, respeitando a faixa etária de seus usuários / Orientação familiar - acolhimento, escuta, apoio, fortalecimento de vínculos através de palestras, reuniões e clube de mães	SMAS/CSAC / SME / SMS / Hospital Álvaro Ribeiro	Reuniões, encontros, seminários, palestras e grupos de estudo - toda a equipe de trabalho	Viva-Leite / Medicamentos / Atendimento médico
Creche Ilce da Cunha Henry CNPJ 51.917.664/0001-50	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 03 anos e 11 meses	60	30	Atividades Sócio-educativas / Atividades pedagógicas, musicais e atividades livres / Orientação familiar - reuniões mensais, visitas domiciliares, palestras, encaminhamentos para cursos de formação, serviços hospitalares, atendimentos individuais e psicológicos	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC / UNICAMP / Conselho Tutelar	Treinamento de monitores através da FEAC, por meio de reuniões mensais, grupos de estudos, dinâmicas	Viva-Leite
Creche Irmã Maria Ângela (LEIMA) CNPJ 57.521.759/0001-37	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	110	45	Atividades lúdicas - atividades pedagógicas dirigidas - orientação à família - palestras educativas - atendimento individual e em grupo	SMAS/CSAC - SME - SMS - Colégio Ave Maria	Reuniões e palestras / equipe de apoio/ monitores e professores	Viva-Leite

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuarios/ Atendidos/m ês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Creche Lar Ternura CNPJ 49.637.556/0001-82	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 02 a 06 anos	80	38	Atividades lúdicas, atividades físicas, / Orientação à família - encaminhamentos e entrevistas com a família	SMAS/CSAC / SME / SMS - FEAC / ONG's / OG's	Reuniões e palestras - monitores	Viva-Leite
Creche Casa Jotinha CNPJ 03.734.742/0001-39	Atendimento socio-educativo em meio aberto de 03 a 06 anos	56	100	Atividade socio-educativa, recreativa, jogos, pedagógicos, brinquedoteca, reuniões com famílias	SMAS	Monitores, cozinheiras, cursos, palestras, reuniões	Viva-Leite
Fundação Gerações - Creche Adélia Zorning CNPJ 86.934.981/0001-60	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	104	100	Atividades pedagógicas visando desenvolvimento global e harmônico de potencialidades / orientação à família - visitas domiciliares, grupo de vivências	SMAS/CSAC / SME / SMS / Recursos da Comunidade / Centro Corsisni	Palestras, dinâmicas e atividades práticas - serventes, merendeiras, professores e monitores	Viva-Leite
Fundação Irmã Ruth de Maria Camargo Sampaio (FIRMACASA) CNPJ 46.235.495/0001-39	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos e 11 meses	130	150	Ações educativas, recreativas, passeios, comemorações / Orientação familiar - alimentação e higiene	SMAS/CSAC - SME - SMS / Recursos da comunidade	Reuniões, dinâmicas de grupo e atendimentos individuais para monitores, professores, serviços gerais, assistente social	Viva-Leite / Cesta-básica
Grupo das Servidoras Lea Duchovni CNPJ 44.602.308/0001-82	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	70	179	Atividades lúdicas - trabalhos orientados - jogos pedagógicos - brinquedoteca - biblioteca - orientação à família	SMAS/CSAC - SME - SMS - FEAC	Monitores, cozinheira, faxineira, coordenador, assistente social, monitor de informática / cursos palestras	Viva-Leite
Grupo Espirita Cairbar Schutel - Creche Mãe Cristina CNPJ 46.116.281/0001-43	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 06 anos	92	175	Atividades pedagógicas visando desenvolvimento global e harmônico de potencialidades / orientação à família	SMAS/CSAC - SME - ONG's - FEAC - Empresas	Equipe técnica / Equipe de apoio / Equipe administrativa / Professores e Monitores / Cursos / Projeto Correo-Escola	Cesta básica / Monitoramento as famílias / Projeto Viva Leite
Grupo Oração Esperança (GOE) CNPJ 48.856.306/0001-70	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 00 a 06 anos	120	210	Atividades sócio-educativas dirigidas por faixa etária / Orientação familiar - atendimentos individuais, reuniões, palestras educativas	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC / Recursos da Comunidade	Reuniões sistemáticas de avaliação e planejamento e cursos específico através da FEAC e profissionais externos - serviços de apoio e recreacionistas	Viva-Leite
Instituição Assistencial Dias da Cruz CNPJ 44.599.058/0001-79	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 04 a 06 anos	60	0	Ações educativas através de vivências, socialização, recreação dirigida / Apoio familiar	Não mencionada	Capacitação de monitoras, cozinheiras e faxineiras, através de encontros específicos, reuniões, debates, orientações individuais, palestras e vivências	Viva-Leite

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuarios/ Atendidos/m ês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Instituto de Menores Dom Nery CNPJ 46.045.381/0001-26	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 04 a 06 anos	41	30	Atividades pedagógicas visando desenvolvimento global e harmônico de potencialidades / orientação à família - entrevistas, reuniões e palestras	SMAS/CSAC / SME / SMS / Recursos da Comunidade / ONG's	Textos, vídeos, apostilas específicas - com monitores e professores	Hortifrutigranjeiros / Viva-Leite
Lar Escola Jesus Nazare CNPJ 46.115.952/0001-51	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	80	104	Atividades socio-educativas, passeios, comemorações / Orientação familiar - vivência, integração de pais e crianças, visitas domiciliares, atendimento individual	SMAS/CSAC / SME / SMS	Dinâmicas de grupo - assistente social, pedagoga, auxiliar administrativo, professores, monitores, cozinheira, auxiliar de cozinha e serviços gerais	Viva-Leite / Roupas e calçados doados pela comunidade
Serviço Promocional Sociedade da Paróquia de São Paulo Apóstolo - Creche Nelson Noronha Augusto Filho CNPJ 51.311.082/0001-26	Atendimento socio-educativo em meio aberto para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos	95	134	Atividades lúdicas, culturais, vivenciais, atividades físicas.	OG's, ONG's, PUCC, FEAC	Cursos, Seminários, reuniões mensais, treinamentos, fóruns de debate para assistente social, monitor, equipe de apoio.	Viva-Leite
Serviço Social Nova Jerusalém CNPJ 67.170.993/0001-10	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	230	32	Ações educativas, filmes, histórias, teatros, gincanas, dramatizações	SMAS/CSAC / SME / SMS / SM Cultura / Recursos da comunidade	Reuniões, leituras e reflexões - para equipe de funcionários em geral	Viva-Leite
Serviço Social Presbiteriano Ebenézer CNPJ 59.002.758/0001-01	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 03 a 06 anos	49	79	Atividade lúdicas, recreativas, sociais e educacionais / Orientação à família	SMAS/CSAC / SME / SMS		Viva-Leite
Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração - Casa da Criança Madre Anastácia CNPJ 60.470.960/0017-80	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 02 a 06 anos	220	400	Atividades com música, jogos, recreação, aulas de educação infantil / Orientação Familiar - reuniões	SMAS/CSAC / SME / SMS / FEAC	Capacitação para equipe de apoio e equipe administrativa através de cursos e palestras educativas	Viva-Leite
Sociedade Feminina de Assistência a Infância - Creche Bento Quirino - Unidade I CNPJ 46.044.228/0001-84	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 02 a 06 anos	238	627	Educação, recreação, lazer, cultura, oficinas, aulas de educação física e música	SMAS/CSAC / SME / SMS / SM Cultura / FEAC / Recursos da comunidade	Cursos, seminários, encontros, planejamentos e avaliações com toda a equipe de trabalho	Viva-Leite / Cesta-básica
Sociedade Feminina de Assistência a Infância - Creche Bento Quirino - Unidade II CNPJ 46.044.228/0002-65	Atendimento Socio-Educativo em meio aberto - Creche para crianças de 04 a 06 anos	50	250	Educação, recreação, lazer, cultura, oficinas, aulas de educação física e música	SMAS/CSAC / SME / SMS / SM Cultura / FEAC / Recursos da comunidade	Cursos, seminários, encontros, planejamentos e avaliações - monitores, cozinheiras e serviços gerais	Viva-Leite / Cesta-básica / Passe
União Cristã Feminina CNPJ 44.617.389/0001-94	Atendimento socio-educativo em meio aberto a crianças na faixa etária de 04 a 6 anos	90	31	Atividades lúdicas, dramatizações, histórias, pintura e música, vivências, brinquedoteca.	Bog's, ONG's, FEAC	Coordenação, pedagogo, professores, monitores, instrutores.	
TOTAIS		4.281	5.423				

PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PPNE)**Rede Executora:**

Entidade	Finalidade/Programa	Usuários atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Associação de Equoterapia de Campinas CNPJ 03.517.795/0001-06	Atendimento a criança com necessidades educativas especiais através do contato com o cavalo	14	Não consta	Sessões de equoterapia com profissionais das áreas de saúde, educação e equitação de forma integrada.	SMAS- CSAC/Recursos da Comunidade Entidades da rede.	Reuniões, palestras, Congressos.	Não disponibiliza
Associação Nacional para Deficientes físicos na Reabilitação Ortopédica CNPJ 39.816.950/0012-8	Prestação de serviço à sociedade na área de reabilitação ortopédica	100	90	Confecções de próteses, órteses, calçados e palmilhas ortopédicas e dispositivos auxiliares para locomoção sem fins lucrativos.	SMAS-CSAC	Palestras, Seminários, Congressos	Não Disponibiliza
Associação Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckama Vlieg CNPJ 68.002.187/0001-04	Núcleo de oficinas e Trabalho para pessoas portadoras de deficiência	170	160	Grupos operativos / Atendimento individual e familiar / Treinamento dos usuários / Oficinas terapêuticas e profissionalizantes	SMAS - CSAC / SMS / SME / Recursos da comunidade	Discussão em grupos / Psicodiagnóstico / Técnicas de pintura / Visitas / Oficinas/ Monitores	Não relatado
Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas (APASCAMP) CNPJ 54.671.557/0001-83	Atenção à pessoa portadora de deficiência auditiva	327	220	Habilitação - reabilitação do deficiente auditivo / Atendimento individual / curso semiprofissionalizante - computação - datilografia / Atendimento às famílias através de reuniões sistemáticas		Reuniões, Palestras, Workshops com coordenadora e equipe técnica e médica	Cursos de artesanato para as mães
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas (APAE) CNPJ 46.079.281/0001-10	Atenção à pessoa portadora de deficiência mental	500	187	Habilitação - reabilitação / Estimulação infantil (Fisioterapia / TO / Fonoaudióloga / Psicologia / Serviço Social) / Ações educativas / Orientação familiar - abordagens individuais e grupais / Profissionalização interna e externa - oficinas abrigados	SMAS - CSAC / SME / SMS / Empresas / ONG's da área social	Equipe técnica - professores - administrativos - escritório e financeira Através de palestras, congressos e seminários	Oficinas abrigados

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários atendidos/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas (ADACAMP) CNPJ 59.002.733/0001-08	Atenção à pessoa portadora de autismo	50	23	Habilitação - reabilitação / Ações educativas / Estimulação infantil - individual e grupal / Oficinas pedagógicas / Orientação familiar - atendimento grupal e individual	PUCCAMP / UNICAMP / SMAS - CSAC / SME / ONG's da área / FAC/Recursos comunitários	Equipe técnica - equipe de apoio - monitores Através de reuniões, supervisão e cursos	Cestas Básicas/Viva Leite
Centro Cultural Louis Braille de Campinas CNPJ 46.102.000/0001-01	Atenção à pessoa portadora de deficiência visual	90	12	Habilitação - reabilitação do deficiente visual / Ações educativas / Ações de Saúde (preventiva - curativa) / Lazer (esporte e recreação) / Educação para o trabalho - inserção no mercado formal de trabalho / Atendimento às famílias (orientações / aconselhamentos / oficinas artesanais)	Escola / Instituições / Empresas / FEAC / Universidades / FEAC / SENAC / Sorri Campinas	Seminários / Capacitação e empregabilidade - Equipe Técnica / Projeto Coordenação - Coordenadoria / Projeto Coordenação de Voluntários - FEAC / Projeto Cuidados e Qualidade - Serviço de Apoio	Ensino de Inglês / Preparação para o vestibular / Ensino do sistema Braille / Coral / Computação
Centro De Educação Integrada (CEI) CNPJ 51.903.532/0001-70	Atendimento em educação básica para portadores de múltiplas deficiência	80	33	Educação escolar, desenvolvimento de potencialidades individuais. Habilitação e reabilitação através de atividades em sala de aula / vivência extra-escola / atendimento de fonoaudiologia / fisioterapia / TO / acompanhamento educacional	SMAS - CSAC / INSS / UNIP / UNICAMP / OG's e ONG's / PUCCAMP / FEAC	Reuniões, grupo de estudo, seminário, congressos e treinamento Cursos, e encontros / Psicologia / A. Social / Fisioterapeuta / Fonoaudióloga / TO / Cozinha / Faxineira	Não disponibiliza
Centro de Educação Especial Síndrome De Down CNPJ 51.902.138/0001-17	Pessoa portadora de necessidades especiais de 0 a 40 anos	65	0	Passeios / Gincanas / Reuniões / Entrevistas / Teatro / Coral / Acompanhamentos / Competições	SMAS - CSAC / SMS / SME / FEAC / SM Cultura e Esporte	Grupos de estudos, reuniões e seminários / Área técnica, pedagógica e de apoio técnico	
Fundação Síndrome de Down CNPJ 52.366.838/0001-05	Atendimento à pessoa portadora de deficiência de 0 a 39 anos	120	20	Ações de profissionalização / alfabetização / Autonomia / Independência / Inclusão social / Intervenção precoce / Reabilitação / Manutenção e condicionamento	SMAS - CSAC / SME / FEAC / SMS / OG's e ONG's	Vivências / Jogos dramáticos e psicodrama / Capacitações / Estudos de texto / reuniões / Cursos internos, internos / Equipe Técnica	

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários atendidos/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Instituto de Educação Profª Maria do Carmo Arruda Toledo CNPJ 48.640.742/0001-08	Atenção à pessoa portadora de deficiência auditiva	100	0	Atividades pedagógicas - Escola de Educação Especial para crianças e adolescentes surdos / Programa de Trabalho Fonoaudiológico - comunicação oral e escrita / Atividade com as famílias - mobilização - participação no processo educativo dos filhos / Curso de sinais	SMAS - CSAC / SME / FEAC / Correio Popular - jornal	Treinamentos teóricos e práticos - reuniões - grupos - dinâmicas para auxiliar de faxina - cozinheira - assistente social - professores e fonoaudiólogos	Oficinas de artesanato / aulas de ginástica para as mães / Atividades de horta para as mães
Grupo Espírita Irmão Vicente - Escola de Educação Especial "Anne Sullivan" CNPJ 46.064.457/0001-60	Atenção à criança e ao adolescente com deficiência auditiva	60	0	Alfabetização de crianças - adolescentes surdos - ensino fundamental de 1ª a 4ª séries / Preparação no domínio da linguagem de sinais / Alfabetização em Língua Portuguesa / Atendimento às famílias	SMAS - CSAC / SME / Hospitais e Clínicas / SMS - Centros de Saúde	Curso LIBRAS (Linguagem de sinais para professores e monitores) / Orientação e treinamento em Nutrição - para cozinheira	Alimentação / Cestas Básicas as famílias / Vestuários e calçados / Atendimento médico - hospitalar / Atendimento odontológico
Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores CNPJ 46.050.217/0001-07	Atenção à pessoa portadora de deficiência visual	25	0	Habilitação - reabilitação em regime de internato (5 idosos) e externato com atividades nas áreas de Serviço Social / Pedagogia / TO / fisioterapia / Psicologia / Orientação e Mobilidade /	Universidades / Campos de Estágios / SMAS - CSAC	Técnicos e funcionários de serviços gerais em treinamentos específicos	Alimentação / Abrigo
Instituto de Educação Especial RECRIAR (IEER) CNPJ 00.659.301/001-21	Atenção à pessoa portadora de deficiência mental	55	0	Habilitação para inserção na rede regular de ensino / ações educativas através de equipe interdisciplinar / Reuniões / visitas domiciliares e entrevistas com as famílias / Ações com famílias de forma eventual	PUCAMP - CIAD / FEAC / SMAS - CSAC	Congressos e Projetos de capacitação da FEAC - Equipe Técnica	Alimentação / Transporte
Instituto de Pedagogia Terapêutica CNPJ 46.099.891/0001-86		100	0				

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários atendidos/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	-------------------------	-------------------------------	----------------------	---------------	--------------------	-------------	------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Pró-Visão - Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual CNPJ 51.917.995/0001-90	Atenção à pessoa portadora de deficiência visual	80	5	Habilitação - reabilitação (Fono / TO / Psicologia / A. Social) / Educação (Pedagogia Especializada - orientação e mobilidade) / FEAC / Saúde (Preventiva - anativa) / Lazer (esporte e cultura) / Atendimento às famílias (orientações / aconselhamentos / acompanhamento familiar)	SMAS - CSAC / SME / FEAC / ONG's da área / Centro Corsini	Capacitação Continuada para técnicos e monitores dada a especificidade do atendimento	Natação adaptada
Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Craniofacial (SOBRAPAR) CNPJ 50.101.286/0001-70	Reabilitação crânio - facial e psico-sócio-educacional	519 atos cirúrgicos / 2920 cirurgias plásticas / 915 S.S. / 268 Psicologia / 361 fonoaudiologia / 1041 ortodontia	0	Reabilitação cirúrgica dos pacientes portadores de deformidades físicas, através de cirurgias plásticas, reabilitação e prevenção da função oral, reabilitação psicológica, apoio social aos pacientes, reabilitação e prevenção das dificuldades de aprendizagem / Lazer (esporte - recreação)	SMAS - CSAC / SME / SMS		Não referido no relatório
Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual CNPJ 51.917.995/0001-90	Atenção à pessoa portadora de deficiência visual	73	7	Habilitação - reabilitação (Fono / TO / Psicologia / Assistência Social) / Educativas (pedagogia especializada - orientação e mobilidade) / Saúde (preventiva - curativa) / Atendimento a famílias (orientações - aconselhamento - acompanhamento familiar)	SMAS - CSAC / SME / FEAC / ONG's da área / Centro Corsini	Capacitação continuada p/ técnicos e monitores dada a especificidade	Natação adaptada
Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica CNPJ 46.042.370/0001-92	Atenção à pessoa portadora de deficiência física e/ou associados	160	25	Habilitação - reabilitação através de equipe técnica especializada (A. Social / TO / Fisioterapia / Fonoaudiologia / Médicos / Pedagogos)	SMAS - CSAC / SME / Empresas / Equipamentos comunitários	Serviços gerais / Telemarketing / Equipe técnica / Através de cursos e palestras	Alimentação / Transporte / Aparelhos ortopédicos / Equipamentos especiais

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários atendidos/ mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	----------------------	-------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Sociedade Pestalozzi de Campinas CNPJ 51.297.349/0001-78	Atenção à pessoa portadora de deficiência mental e/ou associados (auditiva - visual - física)	80	22	Habilitação - reabilitação / Oficina Pedagógica / Cozinha Pedagógica / Informática - linguagem logo / Acompanhamento escolar / Ações com família - entrevistas - reuniões - encaminhamentos - visitas domiciliares - atividades extra-escola	FEAC / Clubes da cidade / SMAS - CSAC / SME	Capacitação - treinamentos destinados à: Equipe técnica - FEAC / Equipe e apoio / Voluntários	Alimentação / Biblioteca / Brinquedoteca
Sorri Campinas CNPJ 57.508.772/0001-56	Atenção à pessoa portadora de deficiências múltiplas com vistas à inserção no mercado formal de trabalho	150	27	Capacitação profissional / Formação para o trabalho / Habilitação - reabilitação (A. Social / pedagogia / psicologia / TO)	Empresas / Universidades / FEAC / ONG's da área / SME / SMAS - CSAC	Capacitação continuada de toda a equipe de trabalho dada à especificidade das ações	Alimentação / Oficinas de atividades labora
TOTAIS		150	27				

NUCLEO - Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto para crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 11 anos e 11 meses;

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoriali- dade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
Associação Beneficente Campineira - Núcleo Jardim São Marcos CNPJ 46.044.780/0002-53	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	100	85	Alimentação, apoio escolar, biblioteca, canto coral, teatro, roda de conversa, atividade física, informática, artesanato, brinquedoteca, passeios, visitas domiciliares e entrevistas individuais	SMAS-CSAC / SME / SESC / SENAC / CDI / ISA / FEAC / ONG's / OG's / Igreja Metodista / Empresas de Campinas	Reuniões e palestras - educadores, cozinheiras, equipe de limpeza e assistente social	Roupas / Hortifrut / Cesta-básica
Associação Beneficente da Boa Amizade CNPJ 68.006.238/0001-68	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Preparação para o trabalho	40	120	Cursos de datilografia, encaminhamento para entidade conveniadas, fornecimento de subsídio	SMAS-CSAC / FEAC / SENAC / Datasul / OG's / ONG's	Reuniões e palestras - cozinheiras, serviços gerais, assistente social	
Associação Beneficente Direito de Ser CNPJ 01.962.266/001-88	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	60	200	Ações educativas através de oficinas de música, reflexões de temas relevantes, esportes, informática, inglês, culinária e acompanhamento escolar	SMAS -CSAC / SMS / FEAC / UNICAMP / UNIP / CDI	Reuniões semanais - equipe em geral	
Associação Beneficente e Assistencial Madre Cândida (ABAMAC) CNPJ 00.461.710/0001-19	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	90	20	Atividades lúdicas e Orientação à família	SMAS-CSAC / SME / FEAC / ONG's	Cursos e treinamentos - equipe de apoio e monitores	Alimentação
Associação Beneficente Salém CNPJ 44.591.287/0001-47	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	101	152	Brincadeiras, jogos educativos, vídeos, lazer, pintura e reuniões	SMAS-CSAC / SMS / SME / Recursos da comunidade	Dinâmicas, vídeos, leitura de textos, discussões, reflexões, situações de vivência dia-a-dia monitores, técnicos e equipe de apoio	Hortifrut
Associação de Assistência Social São João Vianney CNPJ 46.104.071/0001-35	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80	4	Escola de futebol, oficinas - linhas, agulhas, cartões - leitura de imagens, aulas - canto, balé - biblioteca viva, escola de futebol tradicional, oficinas - marcenaria e informática / Trabalho com famílias, integração, participação no trabalho	SESC / FEAC / SMAS - CSAC / Centro Corsini / PEOPLE Escola de Informática	Cursos, palestras, oficinas, visitas e reuniões e treinamento com a equipe de monitores - cozinheiros - serviços gerais, equipe técnica e coordenação	Alimentação - lanche
Associação dos Amigos da Criança (AMIC) - Monte Cristo CNPJ 71.754.477/0001-00	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	0	Ações educativas, culturais, arte, lazer através do esporte, reforço escolar, artes cênicas, circo, marcenaria / Orientação familiar - para crianças e adolescentes da comunidade.	SMAS-CSAC / SME / SMS / UNICAMP	Palestras e reuniões - funcionários e voluntários	Cesta-básica / Verduras e leite / Subsídio financeiro

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoriali- dade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	-------------------------	-------------	-----------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Associação Evangélica Assistencial CNPJ 54.694.146/0001-03	Atendimento sócio-educativo em meio aberto- Núcleo para crianças de 07 a 10 anos	12	Não registrada	Ações educativas, culturais, arte e lazer. Atendimento às famílias.	SMAS/SMEducação/FEAC/SMSaúde e Recursos da Comunidade.	Reuniões, palestras, treinamentos - técnicos, administrativos, equipe de apoio e professores.	
Casa de Maria de Nazaré - Núcleo Casa dos Anjos CNPJ 58.391.681/0003-08	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	280	260	Reuniões em grupo, atendimento individual, acompanhamento escolar, reforço escolar, educação artística, artesanato, educação física, jardinagem, pintura, em tecido, coral, capoeira, artes cênicas, informática, artesanato em madeira, treinamento de futebol de salão, biblioteca, Brinquedoteca, evangelização e plantão social	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da comunidade	Cursos, dinâmicas, reflexões, reuniões, leitura de texto e outros - técnicos, monitores, cozinheiros, serviços gerais, auxiliar de cozinha	Cesta básica
Centro Assistencial Romília Maria CNPJ 44.625.093/0001-15	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120	60	Atividades lúdicas, cursos profissionalizantes / Orientação à família - integração, participação no trabalho da entidade, reuniões mensais, aconselhamentos e encaminhamentos	SMAS-CSAC / SMS / SME / C. Saúde	Treinamentos, reuniões, oficinas, cursos e seminários - equipe técnica, coordenação, monitores, educadores, administrativos e serviços de apoio	Alimentação - lanche / Cesta-básica (eventual)
Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí e Região CNPJ 00.099.339/0001-97	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	180	300	Oficinas diversas, reuniões e palestras	SMAS-CSAC / SMS / SME	Dinâmicas de grupo - administrativo, ajudantes gerais, monitores, cozinheiras e técnicos	Cesta-básica
Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia CNPJ 54.153.598/0001-88	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	260	200	Oficinas, atividades esportivas e culturais, grupos de reflexão, cursos, participação em conferências da criança e do adolescente	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da comunidade / Centro comunitário	Cursos e reuniões - serviços gerais, cozinha, monitores, instrutores, técnicos, coordenação, voluntários e diretores	Cesta-básica
Centro Sócio-Educativo Semente Esperança CNPJ 02.243.432/0001-59	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	70	92	Oficinas, atividades esportivas e culturais, grupos de reflexão, cursos, participação em conferências da criança e do adolescente	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da comunidade / Centro comunitário	Cursos e reuniões - serviços gerais, cozinha, monitores, instrutores, técnicos, coordenação, voluntários e diretores	
Centro Comunitário Irmão André (CECOIA) CNPJ 68.009.653/0001-75	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	115	158	Ações educativas e de preparação para inserção no mercado de trabalho	SMAS-CSAC / SME / FEAC / ONG's	Treinamentos específicos por área - equipe técnica, equipe administrativa e equipe de apoio	Alimentação / Hortifrutí para as famílias
Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (CEPROMM) CNPJ 71.752.745/0001-55	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	26	115	Atividades sócio-educativas e pedagógicas, reforço escolar, arte terapia, teatro, terapia individual e cursos pré-profissionalizantes	SMAS-CSAC / SME / SMS / SESI / Recursos da comunidade	Reuniões, cursos, participação em reuniões dos Conselhos e seminários técnicos - funcionários em geral	

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	----------------------	------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Centro de Orientação ao Menor de Campinas (COMEC) CNPJ 51.876.357/0001-79	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 16 a 17 anos e 11 meses	276	0	Treinamentos, encaminhamento, inserção e acompanhamento do adolescente no mercado formal de trabalho / Orientação à família - inserção da família no processo formativo do adolescente.	SMAS-CSAC / CMDCA / FEAC / Rotary Club Sul / Empresas	Cursos, congressos e seminários - equipe técnica	
Centro Espírita Allan Kardec - Educandário Eurípidés CNPJ 46.076.915/0003-43	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes acima de 14 anos	336	150	Cursos de qualificação, cultura, esporte e lazer, reflexões sobre cidadania, vivências	SMAS-CSAC / DRADS / FEAC / SENAI / ONG's / OG's	Reuniões e palestras - equipe técnica e instrutores	
Centro Espírita Allan Kardec - Instituto Popular Humberto de Campos CNPJ 46.076915/0003-43	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	0	Oficina, brinquedoteca, jogos, relaxamento, passeios, aula de educação física, educação formal, aula de artes, artesanato e oficina de informática, Comfam, atendimento individual e familiar, encaminhamentos e visitas domiciliares	SMAS-CSAC / SAS / SAE / FEAC / Recursos da comunidade	Reciclagem profissional dos funcionários em geral	Cesta-básica
Centro Promocional Tia Ildeide CNPJ 71.748.305/0001-24	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	240	192	Oficinas, balé, educação física, artesanato, teatro, canto, informática e reforço escolar	SMAS-CSAC / FEAC / SESI / UNICAMP / UNIODONTO / ONG's / OG's	Cursos - professore, monitores, auxiliares de cozinha, serviços gerais e equipe técnica	
Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas CNPJ 45.123.916/0001-77	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	1.257	1.743	Atendimento educacional, treinamento, inserção e acompanhamento do adolescente no mercado de trabalho, orientações e acompanhamento das famílias através de reuniões periódicas, cursos e palestras educativas	SMAS-CSAC / SME / empresas	A própria entidade realiza treinamento para todas as categorias de quadro funcional	Alimentação
Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia - Creche e Ambulatório Dr. Cláudio de Souza Novaes CNPJ 33.512.591/0008-01	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	78	9	Audio, vídeo, leitura, dramatização, jogos, debates, oficinas, adequação física e artesanato	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da Comunidade	Reuniões, encontros, seminários, palestras, congressos e grupos de estudo - equipe técnica, direção, monitores e equipe de apoio	Cesta-básica
Externato São João CNPJ 46.046.389/0001-07	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 13 a 18 anos	360	0	Teatro, interpretação e discussão de textos, filmes, música, dinâmicas de grupo, reuniões, palestras, jogos e gincanas	SMAS - CSAC / SME / SMS / SPS	Reuniões de capacitação, cursos, oficinas, seminários - direção, todos os coordenadores, psicóloga, serviços gerais, faxineiros, folguista, vigias, guarda noturno, porteiro, cozinha, auxiliar de eventos, auxiliar recreativo, auxiliar de escritório, monitores e monitores de informática	Cesta-básica

Entidade	Finalidade/Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	---------------------	------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Externato Sao Joao - Unidade Parque Oziel CNPJ 46.046.389/0001/07	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 13 a 17 anos	180		Ações educativas de saúde, esporte, lazer, cultura, oficinas de artesanato, dinâmicas de grupo / Orientação à família - reuniões de grupos de pais, atendimento individual e palestras educativas	SMAS - CSAC / DMDCA / CEDECA / Recursos da comunidade	Cursos, oficinas, treinamentos, seminários - direção, coordenação em geral, equipe técnica, educadores sociais, equipe de apoio e administrativos	
Externato Sao Joao - Núcleo tipo 2 CNPJ 46.046.389/0001-07	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	213	0	Reunioes em grupo, atendimento individual, plantão, capoeira, taekwondo, formação humana, reforço escolar, informática, higiene e saúde, atividades culturais, recreativas e esportivas	SMAS - CSAC / SMS / SME / Recursos da comunidade	Reunioes, treinamentos, dinâmicas, leitura de textos - direção, coordenador geral, coordenador técnico, técnicos, cozinha, faxineira, monitores, educadores sociais, auxiliares de recreação, folguista, auxiliar de eventos, serviços gerais, auxiliar administrativo, monitores de informática, vigia, guarda, encarregados e auxiliares de manutenção	Cesta- básica
Fundação Espirita Bezerra de Menezes CNPJ 57.487.928/0001-60	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	350	0	Ações básicas com famílias - maiêutica, ensino peripatético, atividades lúdicas, dinâmicas vivenciais, higiene, saúde, economia natural	SMAS - CSAC / SME / SMS / FEAC / Recursos da comunidade	Treinamento com todos os funcionários	
Grupo Comunitario Criança Feliz CNPJ 59.010.496/0001-27	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	160	43	Artesanato, horticultura, brinquedoteca, biblioteca viva, atividades de expressão e arte, reunioes, encaminhamentos, cursos, palestras, encontros de pais, correio escola, Projeto sorriso, informática e equoterapia	SMAS - CSAC / SMS / SME / SM Esportes e cultura / SESI / SESC / UNIPAZ / CIADE / 28º BIB / Recursos da comunidade	Capacitação Correo- Escola, cursos, palestras, dinâmicas de grupo, diretoria, coordenação, monitores, cozinheiras e encarregada de padaria	
Grupo Primavera CNPJ 67.995.969/0001-10	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes do sexo feminino de 11 a 16 anos	300	0	Trabalhos manuais, artes, cultura, comunicação, expressão, coral, informática - método do aprender fazendo	Palestras e reunioes - pedagoga, educadores, administrativos, cozinheiras e serviços gerais	SMAS-CSAC / FEAC / ONG 's / OG 's	
Instituto de Menores Dom Nery CNPJ 46.045.381/0001-26	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 11 anos	75	43	Entrevistas, reunioes e palestras, música	SMAS-CSAC / SMS / Recursos da Comunidade	Texto, vídeo, apostilas específicas - monitores e professores	Hortifruiti
Lar Campinense de Bem- Estar ao Menor CNPJ 48.168.306/0001-88	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos (Entidade funcionando precariedade)	50	50	Reforço escolar	SMAS-CSAC	Não relatado	

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoriali- dade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	-------------------------	-------------	-----------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Lar Escola Nossa Senhora do Calvário - Núcleo Comunitário Calvariano CNPJ 46.048.039/0001-80	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	264	120	Saúde, educação, trabalho em grupo, brincadeiras, atividades desportivas, palestras, oficinas, visitas domiciliares e encaminhamentos	SMAS - CSAC / SMS / SME / FEAC / CDI / Poupa Tempo	Reunioes semanais, encontros, treinamentos e conferências - assistente social, pedagoga, estagiárias, monitores, funcionários da limpeza, cozinheiras, educadores e voluntários	Hortifruti
Núcleo Assistencial e Educacional da Criança e do Adolescente (NAECA) CNPJ 67.156.091/0001-20	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	50	Atividades sócio-educativas, lazer, brinquedoteca, horta, expressão artística, encaminhamentos, cursos de culinária, palestras	SMAS -CSAC / CIEE / SMS / SME / Educandário Eurípides / SESI	Cursos, palestras, fóruns, congressos e encontros - funcionários da cozinha e limpeza em geral, monitores, pedagoga, regente de biblioteca, administração e relações públicas	
Os Seareiros - Núcleo Mãe Maria CNPJ 44.596.666/0001-20	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	40	Atividades educativas e complementação escolar, iniciação à culinária, música e artesanato	SMAS-CSAC / SME / CRAMI / Escolas da região	Não houve	Alimentação
Projeto Gente Nova CNPJ 54.129.002/0001-04	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	170	200	Reuniões em grupo, atendimento individual, atividades sócio-educativas, culturais, recreativas e esportivas, oficinas diversas e cursos de TO	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da comunidade	Reuniões semanais - mensais, treinamento, dinâmicas - técnicos, educadores, serviços gerais, cozinheira	
Seara Espirita Joanna de Angelis CNPJ 57.494.155/0001-49	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	100	126	Atividades sócio-educativas, complementação escolar, passeios, festas, atividades artesanais	SMAS-CSAC / FEAC	Cursos de capacitação profissional realizados pela FEAC - funcionários em geral	Alimentação Cesta-básica (eventual)
Serviço Social Nova Jerusalém CNPJ 67.170.993/0001-10	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	347	26	Teatro, música, coreografia, gincana, dramatizações, fantoches, murais, exploração de alimentos / Orientação à família - reuniões, discussões compartilhadas, clube de mães, desenvolvimento de temas	SESI / SESC / SENAC SMAS - CSAC / SME / SMS / FEAC / UNICAMP / Recursos da comunidade	Reuniões, cursos, treinamentos - pedagoga, assistente social, coordenadores, administrativos, coordenador de saúde, secretárias, auxiliares de serviços gerais, professores e monitores	

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

SOS Adolescente CNPJ 67.996.777/0001-29	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 11 a 18 anos	125	15	Reuniões, oficinas, dinâmicas de grupo, debates, jogos, técnicas psicodramáticas / Orientação à família	SMAS - CSAC / SMS / SME / SM Cultura / Fóruns do DST/Aids / Conferência Mundial da Juventude	Reuniões mensais, reuniões gerais, supervisão institucional, congressos, cursos, treinamentos - coordenador, técnicos, monitores e estagiários da área técnica e administrativa	Passes / Lanches
Uniao Crista Feminina CNPJ 44.617.389/0001-94	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 12 anos	125	30	Acompanhamento escolar, brinquedoteca, atividades fixas, artesanato e canto coral	SMAS-CSAC / FEAC / SESC / ONG's / OG's	Cursos, treinamentos externos, assessoria pedagógica social interna - assistente social, pedagogo, monitores e instrutores	
TOTAIS		7.642	5.404				

FAMILIA

Rede Executora:

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- idade	Capacitação	Recursos Oferecidos
A Casa da Mãe Pobre CNPJ 44.614.543/0001-74	Apoio e orientação socio-familiar	40	0	Ações distributivas	Não mencionada	Não houve	Cesta-básica / Alimentação (sopa) / Vestuário / Brinquedos / Medicamentos
Assistência Social da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus CNPJ 46.099.131/0001-79	Apoio e orientação socio-familiar	40	0	Reuniões mensais, entrevista individual e passeios	SMAS-CSAC / SME / SMS	Não houve	Cesta-básica / Medicamentos
Associação dos Amigos da Criança - AMIC - Monte Cristo e Village CNPJ 71.754.477/0001-00	Apoio e orientação socio-familiar	Village 47 Monte Cristo 100 E mais 24.000 Distribuição de alimentos	2000 MONTE CRISTO Sem registro	Subsídio alimentar, financeiro e material, acolhimento de famílias em regime de abrigo, movimento e acolhimento antiaborto, atendimento através de assistência jurídica e financeira de famílias de prisioneiros e ex- prisioneiros, amparo a crianças em suas famílias (apadrinhamento), distribuição de enxovais, atendimento jurídico civil, atendimento médico-odontológico e acompanhamento a drogaditos Subsídio alimentar - 7000 famílias / Projeto manjedoura - 04 atendimentos / Abrigo - 12 famílias e 3 senhoras / Reeducandos - 16 atendimentos / Anjo da guarda - 05 bebês / Enxovais - 60 / Atendimento Jurídico Civil - 06 atendimentos	SMAS-CSAC / SMS / UNICAMP	Não relatado	Cesta-básica / Subsídio financeiro / Enxovais para bebês
Associação Beneficente Campineira CNPJ 46.044.780/0001-72	Apoio e orientação socio-familiar	648	5.504	Cursos para gestante, empregadas domésticas, artesanato e farmácia	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da comunidade	Curso de integração, reuniões, trabalho em grupo, expressão corporal, montagem de sucata - auxiliar de escritório, assistente social, monitoras, cozinheiras, auxiliar de cozinha e auxiliar de limpeza	Enxoval de bebê e roupa / Medicamentos / Móveis / Brinquedos / Cestas-básicas

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- idade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	------------------------	-------------	------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Associação de Assistência Social São João Vianney CNPJ 46.104.071/0001-35	Apoio e orientação sócio-familiar	280	20	Ações socio-educativas, ações distributivas, cursos semiprofissionalizantes, cursos de alfabetização para adultos	SMAS-CSAC / CMS / FEAC / CEDAP / UNICAMP	Cursos e palestras, oficinas e reuniões - monitores, cozinheiras, auxiliar de serviços gerais e coordenação	Cesta-básica
Associação Evangélica Assistencial (AEA) CNPJ 54.694.146/0001-03	Apoio e orientação sócio-familiar	96	0	Palestras, reuniões, socialização entre as famílias e a instituição e oficinas dinâmicas.	SMAS-CSAC / SME / SMS / Recursos da comunidade	Não houve	Não mencionado
Centro Assistencial Lirio dos Vales CNPJ 57.513.111/0001-19	Apoio e orientação sócio-familiar	70	95	Cursos profissionalizantes nas áreas de datilografia, informática e digitação	SMAS-CSAC	Não houve	Material didático para os cursos
Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia CNPJ 54.153.598/0001-88	Apoio e orientação sócio-familiar	260	200	Cursos, atividades em grupo e individual, grupo de gestante, plantão social, grupos de idosos, oficinas de marcenaria e artesanato	SMAS-CSAC / SMS / SME / SENAC / FEAC / DRT / EMDEC	Reuniões e palestras - serviços gerais, cozinheira, monitores, instrutores, técnicos, coordenação, voluntários e diretores	Cesta-básica / Corte de cabelo gratuito
Centro Orientação Familiar (COF) CNPJ 44.595.502/0001-88	Apoio e orientação sócio-familiar	90	11	Entrevista individual, entrevista com casais, entrevistas com famílias, encaminhamentos, orientação psicológica, terapia de casais, palestras, esporte e recreação	SMAS-CSAC / SME / PUCAMP / Procuradoria Regional do Trabalho / Recursos da comunidade	Cursos, palestras, seminários, participação em reuniões do CMDCA e em Comissões do Conselho - técnicos	Cesta-básica
Centro Promocional Tia Ildeide CNPJ 71.748.305/0001-24	Apoio e orientação sócio-familiar	300	0	Atendimento individual e familiar, cursos de pintura em tecido, corte e costura, culinária, entrevistas domiciliares, atendimento odontológico oficina de saúde	SMAS-CSAC / SME / FEAC / UNIODONTO / ONG's / Centro Corsini	Palestras - assistente social	Não mencionados
Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI) CNPJ 54.149.562/0001-20	Apoio e orientação sócio-familiar	168	50	Entrevistas domiciliares, contatos, encaminhamentos, atendimento individual e oficinas sócio-educativas	SMAS-CSAC / SMS / Recursos da comunidade	Cursos, palestras e dinâmicas - equipe administrativa	
Conselho Comunitário de Campinas CNPJ 44.609.766/0001-43	Apoio e orientação sócio-familiar / Atendimento jurídico e psicossocial aos presos e suas famílias, para aumento da auto-estima, buscando qualidade de vida e resgate da cidadania	1.250	25	Atendimento individual, atendimento em grupo, reuniões mensais, oficinas, dinâmicas, passeios e alfabetização de adultos	SMAS-CSAC / SMS / SME / SENAC / Recursos da comunidade	Cursos, palestras, reuniões, dinâmicas profissionais - advogada, assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo	Cesta-básica
Externato São João CNPJ 46.046.389/0001-07	Apoio e orientação sócio-familiar	80	0	Entrevistas domiciliares, atendimento individual, atendimento em grupo com as famílias, reuniões mensais e semanais dependendo do programa	SMAS-CSAC / SMS / SME / CEDECA	Treinamento, capacitação e cursos - direção, coordenação geral, coordenadoria pedagógica, serviço social, psicóloga e toda a equipe de funcionários	Cesta-básica / Lanche

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	----------------------	------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Externato São João - Unidade Vida Nova CNPJ 46.046.389/0001-07	Apoio e orientação sócio-familiar	60	100	Reuniões, entrevistas domiciliares, entrevistas individuais, capacitação	SMAS-CSAC / SME/ SMS / Recursos da comunidade	Reuniões, palestras, leituras e interpretação de textos, dinâmica, integração e audiovisual - técnicos, serviços gerais, educadores sociais, monitores, porteiro, cozinheira, auxiliar de eventos, auxiliar de recreação e auxiliar administrativo	Cesta-básica / Recursos emergenciais
Externato São João - Unidade Parque Oziel CNPJ 46.046.389/0001-07	Apoio e orientação sócio-familiar	18	0	Reuniões semanais - grupo de pais, entrevistas domiciliares, atendimentos individuais, atendimentos em grupo com a família	SMAS-CSAC / CMDCA / ONG's / Com outras unidades do Externato	Reuniões e palestras - coordenação geral, direção, equipe técnica, equipe administrativa e equipe de apoio, educadores sociais e monitores	Cesta-básica
FEBRAE CNPJ 00.673.445/0001-32	Apoio e Orientação para família em situação de risco/dependência química			Reuniões, Cursos, Palestras e Entrevistas			
Grupo das Servidoras Léa Duchovni CNPJ 44.602.308/0001-82	Apoio e orientação sócio-familiar	203	0	Grupo de mães, aconselhamento, palestras educativas, trabalhos artesanais, geração de renda, cursos de informática e grupo de gestantes	SMAS-CSAC / SMS / FEAC / CEDAP (Cursos p/ empregadas domésticas) / Centro Corsini (Projeto Colméia) / Escola São José - educação para o trabalho	Cursos, palestras, oficinas - monitores, cozinheiros faxineiras, coordenador, assistente social e monitor de informática	Não mencionado s
Instituto de Solidariedade para Programa de Alimentação CNPJ 00.226.287/0001-72	Distribuição de hortifrutí para famílias e entidade	150	45	Distribuição e cursos para o uso adequado dos hortifrutí.	SMAS-CSAC / UNICAMP	Não houve	Distribuição de hortifrutí
Movimento Espírita Maria Rosa - Sopa do Grameiro CNPJ 46.116.273/0001-05	Atendimento à família e Projeto de Geração de Renda	250	0	Assistência à gestante, projeto de geração de renda (produção de pão caseiro), atendimento à população em situação de vulnerabilidade social através de escuta, distribuição de sopa	SMAS-CSAC / SMS / PUCCAMP (fonoaudiologia) / ONG's / ONG's / ISA / FEAC / Secretaria Estadual da Agricultura	Cursos - assistente social	Enxoval para bebês / Cesta- básica / Medicament os / Sopa / Leite em pó / Hortifrutí
Núcleo de Ação Social (NAS) CNPJ 01.502.318/0001-33	Atendimento a famílias da região do Real Parque	205	72	Plantão Social, orientação e encaminhamento, incentivo à leitura através do acesso a biblioteca / atendimento de saúde e visitas domiciliares	SMAS-CSAC / Secretaria da Agricultura / CISU	Não houve	Medicament os

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- idade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	------------------------	-------------	------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Obra do Berço CNPJ 46.044.707/0001-09	Apoio e orientação sócio-familiar	155	0	Entrega de enxovais para Assistente sociais de hospitais, cursos para gestantes sobre pré-natal - parto - cuidados e higiene pessoal e do bebê, legislação trabalhista	SMAS-CSAC SMS / FEAC / PUCCAMP / UNICAMP / União Cristã Feminina / Hospital de Sumaré	Cursos promovidos pela FEAC	Enxoval de bebê
Os Seareiros - Casa Jesus CNPJ 44.596.666/0001-20	Apoio e orientação sócio-familiar	285	200	Entrevistas domiciliares, aulas teóricas e práticas para gestantes, artesanato, visitas e reuniões	SMAS-CSAC / SMS / SME / Recursos da comunidade	Não houve	Cesta-básica / Enxoval de bebê / Remédios (terapia floral)
Os Seareiros - Núcleo Mãe Maria CNPJ 44.596.666/0001-20	Apoio e orientação sócio-familiar	950	30	Palestras, exames médicos, consultas médicas, filmes educativos, campanhas de vacinações, campanhas de combate à dengue, higiene contra a sarna	SMAS-CSAC / SME / Recursos da comunidade	Treinamentos na área da saúde	Medicamentos (incluindo terapia floral)
Seara Espirita Joana de Angelis CNPJ 57.494.155/0001-49	Apoio e orientação sócio-familiar	50	71	Ações distributivas, grupo de mães e reuniões sócio-educativas	SMAS-CSAC / SEADS / DRADS	Não houve	Cesta-básica / Vestuário
Sociedade Civil Carmelitas da Caridade - Centro Assistencial Vedruna CNPJ 79.134.961/0003-00	Atendimento ao grupo familiar	270	0	Plantão social, entrevistas domiciliares, reuniões mensais, grupos de pais, entrevistas individuais, encaminhamentos, atendimento psicológico, oficina de arte para mulheres e projeto geração de renda	SMAS-CSAC / FEAC / ONG's / OG's	Reuniões e palestras - assistente social, monitores, educadores	Cesta-básica / Vestuário / Hortifrutif / Materiais em geral
Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA) CNPJ 44.622.223/0001-66	Apoio e orientação sócio-familiar	460	0	Entrevista individual, reuniões, visita domiciliar, brincadeiras, encaminhamentos, oficinas, cursos, gincanas, atividades esportivas e atividades culturais	SMAS-CSAC / SME / SMS / FEAC / SESC / SESI / Lions Club / Medley Farmacêutica	Reuniões, treinamento e cursos - técnicos, administrativos, equipe de apoio	Medicamentos / Cesta-básica / Vestuário
Sociedade Feminina de Assistência a Infância - Creche Bento Quirino I CNPJ 46.044.228/0001-84	Apoio e orientação sócio-familiar	238	0	Reuniões, entrevistas, encaminhamentos e cursos	SMAS-CSAC / SME / SMS / SPS / Poupa Tempo	Cursos, palestras e reuniões - coordenação, assistente social, psicóloga e demais funcionários	Cesta-básica
Sociedade Feminina de Assistência a Infância - Creche Bento Quirino II - Jardim Itatinga CNPJ 46.044.228/0002-65	Apoio e orientação sócio-familiar	50	40	Reuniões com famílias, entrevistas individual e domiciliar, encaminhamentos e orientações	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Poupa-tempo / recursos da comunidade	Reuniões, cursos, participação em seminários, participação em reuniões do Conselho - monitores, cozinheiras e serviços gerais	Cesta-básica

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersectorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	---------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Serviços Beneficentes Sociais Adventistas (DORCAS) CNPJ 43.586.122/0016-33	Apoio e orientação sócio-familiar	22	6	Reuniões, Visitas domiciliares, cursos de iniciação profissional, alfabetização, higiene e cursos de culinária	SMAS-CSAC / SME / SMS / FEAC / Recursos da comunidade / Escola de computação / Escola do Futuro Trabalhador	Cursos, reuniões, capacitação, palestras, atividades em grupo e dramatizações monitores, cozinheiros, auxiliar administrativo, serviços gerais, e monitor de informática	Cesta-básica / Medicamento / Vestuários / Móveis e utensílios
SOS - Ação Mulher CNPJ 54.153.846/0001-90	Apoio e orientação sócio-familiar para famílias em situação de violência doméstica	150	0	Grupos interdisciplinares de acolhimento, entrevista individual, encaminhamentos, procedimento jurídico, reuniões, brinquedoteca e cursos	SMAS-CSAC / SMS / recursos da comunidade	Congressos, seminários e cursos - equipe técnica	
União Cristã Feminina CNPJ 44.617.389/0001-94	Atendimento a grupos familiares	150	0	Abordagens de grupos e individuais para o desenvolvimento da cidadania, saúde e higiene, organização, processo de desenvolvimento, grupo de gestantes - e métodos contraceptivos, artesanato, lazer orientado, plantão, rodízio de mães nas atividades da entidade, grupo de mulheres, horta comunitária, atend. a adolescentes de 13 a 17 anos	SMAS-CSAC / FEAC / ONG's / OG's	Palestras - assistente social, monitor e equipe de apoio	Cesta-básica / Material escolar / Auxílio transporte / Medicamentos
TOTAIS		6.988	6.469				

MIGRANTE

Rede Executora:

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/m ês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Casa de Apoio Santa Clara CNPJ 02.067.677/0001-72	Acolhimento e Referenciamento Social - Migrante Resgate de identidade e cidadania, recuperação da auto-estima, surgimento de expressões culturais	85	0	Encontros, reuniões, eventos, grupo de convivência, artes cênicas, teatro.	SMAS-CSAC / SME / FEAC / Recursos da comunidade	Reuniões de integração, reflexão, discussão sobre o perfil do morador de rua, participação em Fóruns - funcionários, técnicos, diretoria, voluntários	
Caritas Arquidiocesana de Campinas - Casa dos Amigos de São Francisco de Assis CNPJ 67.996.769/0001-82	Assistência do Migrante	210	20	Encaminhamentos, entrevista individual, reuniões, atividades grupais, festas.	SMAS-CSAC / SME / FEAC / Recursos da comunidade	Integração, reflexão, discussão sobre o perfil do morador de rua, reuniões, cursos, funcionários Apoio, técnicos, diretoria, voluntários	Fotos para documentos / Alimentação / Corte de cabelo / Vestuário
Serviço social Presbiteriano Ebenézer CNPJ 59.002.758/0001-01	Assistência ao Migrante	200	0	Alimentação (sopa uma vez por semana)- Orientação/ encaminhamento para recuperação de dependência química - comunidades terapêuticas.	SMAS-CSAC-DOAS / albergue Municipal	Capacitação para os voluntários através de reuniões não trabalhar com equipe técnica.	Sopa para moradores de rua e migrantes abrigados no Albergue Municipal.
Associação Evangélica Assistencial (AEA) CNPJ 54.694.146/0001-03	Atendimento ao migrante, itinerante e mendicante Conscientização da cidadania, socialização, integração em grupo, aconselhamento	565	0	Reuniões, dinâmicas, visitas.	CMAS-CSAC / SPS	Não houve	Alimentação
TOTAIS		1.060	20				

ABRIGO TIPO II

Rede Executora:

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários/ Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
Missão Caminho Pra Liberdade TIPO I CNPJ 68.001/833/0001-00	Abriço	20	0	Reuniões grupais, atendimento individual, plantão, entrevistas domiciliares, cursos, dinâmicas, atividades sócio-educativa, culturais, recreativas e esportivas.	SMAS-CSAC / SME / SMS / Recursos da comunidade	Cursos, dinâmicas, reuniões, treinamento, leitura de textos.	Cesta-básica / Subsídios às famílias / Passes / Vestuário
Convívio Aparecida - Região Sul TIPO I CNPJ 46.072.666/0001-56	Abriço para crianças de 0 - 6 anos	25	0	Acolher crianças de 0 a 6 anos cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados a partir de declaração judicial da Vara da Infância e Juventude e Conselho Tutelar - Suprir necessidades básicas e contribuir para o desenvolvimento integral da criança - Oferecer atividades sócio-educativas, recreações, estimulação para bebês	SMAS-CSAC / SMS / SME - CEMEI / CMDCA / Vara da Infância e Juventude / Conselho Tutelar	Não houve	Alimentação / Vestuário / Atendimento médico.
Casa dos Menores de Campinas - Cidade dos Meninos TIPO I CNPJ 46.045.365/0001-33	Abriço para crianças e adolescentes	220	0	Acolher crianças e adolescentes de 07 a 18 anos cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados a partir de determinação judicial da Vara da Infância e Conselho Tutelar - Suprir necessidades básicas de alimentação, vestuário - Ações de saúde/esporte, lazer, educação/profissionalização - Ações c/ família - restabelecimento de vínculos/convivência familiar - Atividades sócio-educativas.	SMAS-CSAC / SME / SENAI / SENAC / CMDCA / Conselho Tutelar / Vara da Infância	Dinâmicas, palestras/vídeos educativos para instrutores, serviço de apoio, cozinheiras e equipe técnica.	Aulas acadêmicas / Aulas de iniciação profissional
Associação Beneficente dos 13 Pais -Lar da Criança Feliz TIPO I CNPJ 51.873.073/0001-29	Abriço crianças e adolescentes em situação de risco na faixa etária de 0-14 anos	60	10	Proporcionar acolhimento saudável que permita o desenvolvimento bio-psicossocial das crianças e adolescentes através de ações educativas, saúde, odontológica, lazer e jurídico através de acompanhamento do processo das crianças. o s	SMAS-CSAC / Vara da Infância / Conselho Tutelar / Creches da Comunidade / Escolas da Comunidade / Universidades / Hospital Mário Gatti / PUCCAMP / UNIP / OG's / Associação Amigos de Bairro / SENAC / FEAC.	Cursos e palestras - monitores, cozinheira, serviços gerais, coordenadora	Não há oferta direta, mas através dos recursos da comunidade.
Associação Espírita Lar Caminho da Verdade TIPO I CNPJ 46.081.873/0001-77	Atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em regime de abriço para a faixa etária de 0 a 18 anos, feminino, 0 a 5 anos, masculino	65	0	Acolher, proteger, educar crianças e adolescentes - atividades culturais e esportivas, vivência.	SMAS-CSAC / SME / SMS / PUCCAMP / Conselho Tutelar / Casa Betel / Vara da Infância e Juventude	Monitores, babás, Social, administrativo, serviços gerais- através grupo e orientação individual, encontros	Não mencionada
TOTAIS		390	10				

ABRIGO TIPO II

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
----------	-------------------------	---------------------------	----------------------	---------------	-------------------------	-------------	-----------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Casa de Maria de Nazaré - Casa Betel	Abrigo - Crianças e adolescentes em situação de rua - Triagem e colocação em outros abrigos	12	0	Atendimento individual, entrevistas domiciliares	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / Recursos da comunidade	Reuniões, pesquisa, trabalho em grupo.	Não mencionado
TIPO II CNPJ 58.391.681/0002-27							
TOTAIS		861	25				

ABRIGO TIPO III

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Associação Promocional Oração e Trabalho (APOT)	Abrigo - Meninos e Meninas de rua - Reinserção Social e familiar	44	0	Visita domiciliar, entrevista, reuniões	CMAS-CSAC	Não houve	Não mencionado
TIPO III CNPJ 50.068.188/0001-88							
Associação Promocional Oração e Trabalho (APOT)	Abrigo - Recuperação e reinserção social para dependentes químicos e alcoolistas	164	0	Reuniões mensais, semanais, entrevistas individuais em grupos, atendimento familiar	SMAS-CSAC / SMS / SME / SPS / FEAC / SENAI / Careca Sport Center / Associação Atlética Ponte Preta	Cursos, congressos, seminários, reuniões, supervisão	Não mencionado
TIPO III CNPJ 50.068.188/0001-88							
Instituto Souza Novaes	Abrigo Especializado - dependentes químicos	12	4	Atendimento individual, reuniões, encaminhamentos	SMAS-CSAC / SMS / SME / Recursos da comunidade	Cursos, treinamento, seminários, palestras, eventos.	Não mencionado
TIPO III CNPJ 66.071.531/0001-83							
Centro Assistencial Cristo Te Ama	Abrigo especializado - dependentes químicos	50	0	Reuniões grupais	SMAS-CSAC / SMS / SME / FEAC / ISA / Conselho Tutelar / UNICAMP	Seminários, Cursos e palestras	Não mencionado
TIPO III CNPJ 48.662.088/0001-00							
TOTAIS		270	4				

ABRIGO TIPO IV

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/Programa	Usuários Atendidos por mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	---------------------	----------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Centro Infantil de Investigações Hematológicas - Dr. Domingos A Boldrini CNPJ 50.046.887/0001-27 TIPO IV	Abrigo para pessoas que fazem tratamento de saúde (câncer) fora do domicílio	12	0	Recreação para as crianças e curso de artesanato para as mães, visitas domiciliares para famílias de Campinas e regiões mais próximas.	SMAS-CSAC / Recursos da Comunidade	Não possui funcionários / Trabalho voluntário	Não menciona do
Centro de Investigações Imunológicas Dr. Corsini TIPO IV CNPJ 50.046.887/0001-27	Abrigo - Atender crianças portadoras ou não de HIV - aids	12	0	Reuniões, atendimento individual, encaminhamento para recursos da comunidade.	SMAS-CSAC / SM Cultura / SMS / SME / Recursos da comunidade / Shopping / Colégio Renovatus / UNICAMP / FEAC	Oficinas, reuniões, palestras, cursos, seminários.	Não menciona do
Casa de Repouso Bom Pastor TIPO IV CNPJ 51.909.273/0001-94	Oferecer hospedagem a pessoas portadoras de câncer residentes em outros municípios	142	0	Oferecer acolhimento, propiciar +.o, atendimento psicológico, Reiki, trabalhos manuais, conforto espiritual.	SMAS-CSAC / SMS / UNICAMP	Cursos e palestras na FEAC, governanta, cozinheira, faxineira.	Não menciona do
TOTAIS		166	0				

ABRIGO TIPO V

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos/mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Associação de Apoio a Portadores de AIDS - Esperança e Vida TIPO V CNPJ 67.991.521/0001-29	Abrigo	23	11	Reuniões grupais, atendimento individual, plantão, entrevistas domiciliares, cursos, dinâmicas, atividades sócio-educativa, culturais, recreativas e esportivas.	SMAS-CSAC / SME / SMS / Recursos da comunidade	Reuniões, atendimento individual, dinâmica, treinamentos, leitura de textos para técnicos, diretoras, monitores, cozinheiro, auxiliar de cozinha e serviços gerais	Cesta-básica / Passes / Vestuário
TOTAIS		23	11				

IDOSO

ABRIGO IDOSO

Rede Executora:

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos Por mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
Lar da Amizade Ilce da Cunha Henry CNPJ 54.697.677/0001-50	Abrigo para idosos	19	7	Prestar atendimento humanizado ao idoso sem vínculos familiares ou sem condições de permanecer junto a sua família visando o acolhimento em regime residencial/24 horas.	SMAS-CSAC / SMS	Não houve	Vestuário / Alimentação / Medicamentos.
Assistência Vicentina Frederico Ozanan - Lar das Senhoras Idosas CNPJ 46.067.211/0001-42	Abrigo para idosos	34	70	Atendimento do idoso em regime residencial/24 horas	SMAS-CSAC / SME-FUMEC / SMS / Fundação Educar / PUCCAMP / UNICAMP / USF	Não houve	Alimentação / Vestuário / Medicamento
Lar Evangélico Alice de Oliveira CNPJ 46.044.830/0001-11	Abrigo para idosos	30	5	Atendimento ao idoso em regime residencial / 24 horas	SMAS-CSAC / SMS	Cursos - oficinas - palestras com funcionários da área de apoio / cozinheiras - serviços gerais, através da equipe da FEAC	Vestuário / Alimentação / Medicamentos

IDOSO EM MEIO ABERTO

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos por mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoria- lidade	Capacitação	Recursos Ofereci- dos
----------	-------------------------	----------------------------------	----------------------	---------------	-------------------------	-------------	-----------------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Centro Assistencial Romília Maria CNPJ 44.625.093/0001-15	Atendimento ao idoso em meio aberto/comunidade	40	19	Propiciar espaços de convivência e lazer que extrapolem os limites da família e do lar na busca de novas oportunidades de convivência e participação social estimulando a auto-estima, o respeito e a valorização das diferenças sociais. Ações de atenção às famílias dos usuários. Participação da família no desenvolvimento dos trabalhos. Visitas domiciliares/aconselhamento individual	SMAS-CSAC / SMS / SESI / SESC	Dinâmicas de grupo/reuniões/trabalhos funcionais com monitores, administrativos, cozinheiros, serviços gerais e equipe técnica.	Cesta-básica / Medicamentos (eventuais)
Associação dos Idosos de Campinas CNPJ 54.157.433/0001-84	Idoso em meio aberto	200	0	Cursos, passeios, bailes reuniões	SMAS-CSAC / SMS / SME	Não houve	Não mencionado
Lar dos Velinhos de Campinas CNPJ 46.044.855/0001-15	Atendimento em regime de abrigo para pessoas cuja idade encontra-se acima de 60 anos	120	100	Acompanhamento social, psicológico, enfermagem, fisioterapia, nutrição, recreação e atendimento médico-odontológico.	SMAS-CSAC / SME / OG's / ONG's	Cozinha, encarregado de limpeza, grupos palestras, dinâmica de grupo	Não relatado
Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa CNPJ 46.116.273/0001-05	Atendimento à pessoa idosa em meio aberto	24	0	Orientação social, atenção saúde, oficina de culinária, terapia corporal	SMAS-CSAC / SMS / OG's / ONG's	social - curso	Medicamentos / Cesta-básica / hortifruti / sopa
Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação CNPJ 46.044.467/0001-34	Idoso em meio aberto	40	21	Reuniões grupais, atendimento individual, confraternizações, integração, passeios e atividades culturais.	SMAS-CSAC / SMS / SME / recursos da comunidade	Treinamento com técnicos, cozinheira e serviços gerais.	
TOTAIS		507	222				

RENDA E TRABALHO

Rede Executora:

Entidade	Finalidade/Programa	Usuários Atendidos por mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	---------------------	----------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Associação dos Benfeitores e Amigos de Meninos Bailarinos Atores (ABAMBA) CNPJ 02.760.435/0001-60	Atendimento de adolescentes de 12 a 18 anos	15	Não tem	Dança, arte e lazer, numa perspectiva de inclusão no mercado de trabalho	Não mencionada	Não mencionada	Não mencionado
Comite para a Democratização da Informática (CDI) CNPJ 04.341.844/0001-57	Manter / criar escolas de informática e cidadania em comunidades carentes, formação de educadores nas comunidades para multiplicação dos conhecimentos	665	Não mencionada	Aulas de informática	Não mencionado	Treinamento dos instrutores	Não mencionado
Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Campinas CNPJ 45.123.916/0001-77	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos	1.257	1.743	Atendimento educacional, treinamento, inserção e acompanhamento do adolescente no mercado de trabalho, orientações e acompanhamento das famílias através de reuniões periódicas, cursos e palestras educativas	SMAS-CSAC / SME / empresas	A própria entidade realiza treinamentos para todas as categorias de quadro funcional	Alimentação
Centro de Orientação ao Menor de Campinas (COMEC) CNPJ 51.876.357/0001-79	Atendimento sócio-educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 16 a 17 anos e 11 meses	276	0	Treinamentos, encaminhamento, inserção e acompanhamento do adolescente no mercado formal de trabalho / Orientação à família - inserção da família no processo formativo dos adolescentes	SMAS-CSAC / CMDCA / FEAC / Rotary Club Sul / Empresas	Cursos, congressos e seminários - equipe técnica	
Serviço Social Presbiteriano Ebenézer CNPJ 59.002.758/0001-01	Ações voltadas para capacitação e geração de renda	85	2	Capacitação profissional, cursos profissionalizantes - geração de renda.	Não mencionado	Coordenadores e professores voluntários	Cursos de pintura em tela, artesanato, bijuterias, corte e costura, ponto cruz e pintura em tecido
Cáritas Arquidiocesana de Campinas CNPJ 67.996.769/0001-86	Ações voltadas para capacitação e geração de renda	345	20	Formação e capacitação de multiplicadores em cooperativismo - COOPERVAL/PUCC			
Aprendizado Doméstico Santana CNPJ 46.033.080/0001-82	Ações voltadas para capacitação	55	90	Cursos de Capacitação objetivando ações alternativas de geração de trabalho e renda	Pastoral Operaria e Cáritas Arquidiocesana de Campinas		

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuários Atendidos por mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetorialidade	Capacitação	Recursos Oferecidos
----------	----------------------	----------------------------	-------------------	---------------	--------------------	-------------	---------------------

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Grupo Comunitário Criança Feliz CNPJ 59.010.596/0001-27	Atendimento sócio educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos	160	43	Artesanato, horticultura, brinquedoteca, biblioteca viva, atividades de expressão e arte, reuniões, encaminhamentos, cursos, palestras, encontros de pais, correio escola, Projeto sorriso, informática e equoterapia	SMAS - CSAC / SMS / SME / SM Esportes e cultura / SESI / SESC / UNIPAZ / CIADE / 28º BIB / Recursos da comunidade	Capacitação Correo-Escola, cursos, palestras, dinâmicas de grupo, diretoria, coordenação, monitores, cozinheiras e encarregada de padaria	
Centro Assistencial Lirio dos Vales CNPJ 57.513.111/0001-19	Apoio e orientação sócio-familiar	70	95	Cursos profissionalizantes nas áreas de datilografia, informática e digitação	SMAS-CSAC	Não houve	Material didático para os cursos
Movimento Espírita Maria Rosa - Sopa do Grameiro CNPJ 46.116.273/0001-05	Atendimento à família e Projeto de Geração de Renda	250	0	Assistência à gestante, projeto de geração de renda (produção de pão caseiro), atendimento à população em situação de vulnerabilidade social através de escuta, distribuição de sopa	SMAS-CSAC / SMS / PUCCAMP (fonoaudiologia) / ONG's / OG's / ISA / FEAC / Secretaria Estadual da Agricultura	Cursos - assistente social	Enxoval para bebês / Cesta-básica / Medicamentos / Sopa / Leite em pó / Hortifruti
SOS Adolescente CNPJ 67.996.777/0001-29	Atendimento sócio educativo em meio aberto. Núcleo para crianças e adolescentes de 11 a 18 anos	125	15	Reuniões, oficinas, dinâmicas de grupo, debates, jogos, técnicas psicodramáticas / Orientação à família.	SMAS - CSAC / SMS / SME / SM Cultura / Fóruns do DST/Aids / Conferência Mundial da Juventude	Reuniões mensais, reuniões gerais, supervisão institucional, congressos, cursos, treinamentos - coordenador, técnicos, monitores e estagiários da área técnica e administrativa	Passes / Lanches
Centro Assistencial Romília Maria CNPJ 44.625.093/0001-15	Ações voltadas para capacitação e geração de renda	167	622	Capacitação profissional/geração de renda/inserção no mercado de trabalho - Estimular e resgatar auto-estima/valorização das diferenças, atitudes profissionais - Participação da comunidade - Atendimento às famílias - abordagem grupal e individual, visitas domiciliares - Oficinas, palestras e debates.	CMAS-CSAC / Recursos da comunidade / Empresa da área de cosméticos	Dinâmicas de grupo, palestras educativas, reuniões - monitores, administrativos, serviço de apoio, assistente social, pedagogo, professores e diretoria	Aulas teóricas, práticas de informática, cabeleireiro, manicuro, oficinas.
TOTAIS		3.470	2.630				

LIBERDADE ASSISTIDA

Rede Executora:

Relatório de Gestão - 2002
 Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social

Entidade	Finalidade/ Programa	Usuarios Atendidos por mês	Demanda Reprimida	Ações Básicas	Intersetoriali- dade	Capacitação	Recursos Oferecidos
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas CNPJ 51.876.357/0001-79	Liberdade Assistida	160	Não há	Atendimento ao adolescente de acordo com as medidas sócio-educativas previstas nos artigos 118 e 119 do ECA - Prevenção do ato infracional - Desenvolvimento de conceitos de cidadania - Promoção do retorno à escola formal - Capacitação Profissional - Atendimento às famílias/reuniões semanais, dinâmicas de grupo, palestras etc... Atendimento de 160 adolescentes/mês e 160 responsáveis/mês	SMAS-CSAC / SMS / SME / Vara da Infância e Juventude / FEBEM / Conselho Tutelar	Cursos, congressos, palestras educativas para pessoal de apoio, administrativos e técnicos.	Vale transporte (passes)
Externato Sao Joao CNPJ 46.046.389/0001-07	Liberdade Assistida - Atender adolescentes em conflito com a Lei	50	0	Atividades individuais e em grupo com família, oficina de formação.	SMAS-CSAC / SMS / SME / Conselho Tutelar / CRAISA / Vara da Infância / Recursos da comunidade.	Cursos, oficinas, grupos de estudo	Cesta Básica / Passes
TOTAIS		210	0				

ANEXO III

RESUMO DAS RESOLUÇÕES

CMAS

RELAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CMAS, DE MAIOR RELEVANCIA, APROVADAS EM 2002:

- Nº 20: Informa os membros eleitos em 12/03/02: Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro para o triênio 2002/2005
- Nº 23: Composição das Comissões temáticas do CMAS
- Nº 24: Aprovação do Programa Renda Cidadã no Município
- Nº 25: Normas para alteração e atualização de Programas e Projetos inclusos no Plano Plurianual de Assistência Social - PPAS 2002/2005
- Nº 26: Alteração da rede executora do Programa Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- Nº 35: Não aprovação da execução do Programa SOS Bombeiros no Município
- Nº 36: Inclusão do Programa Espaço Amigo no PPAS 2002/2005
- Nº 40: Retificação da composição da Comissão Municipal do PETI
- Nº 41: Continuidade da execução do programa Sentinela pela Entidade Centro de Atenção e Maus Tratos na Infância - CRAMI
- Nº 42: Liberação de R\$ 5.000,00 para continuidade do processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC
- Nº 45: Aprovação da Planilha de recursos financeiros para 2002 (co-financiamento)
- Nº 46: Aprovação dos balanços do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com ressalva: O FMAS caracterizava-se como orçamentário não financeiro
- Nº 47: referendo a decisão do Gestor Municipal em não executar os Programas: Raio de Sol e Criando Asas no Município
- Nº 48: Aprovação de novos parceiros no co-financiamento da rede executora do Projeto Agente Jovem
- Nº 49: Aprovação dos parceiros (OG's e ONG's) no co-financiamento da rede executora do Programa Espaço Amigo
- Nº 50: Aprovação das adequações efetuadas no PPAS 2002/2005 propostas pelo Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Nº 53: Cancelamento da Inscrição da Entidade Cruzada das Senhoras Católicas junto ao CMAS
- Nº 56: Aprovação de documento referente ao Plano de Ação solicitado pelo CONSEAS
- Nº 57: Aprovação de verba parlamentar federal à entidade Centro Comunitário Irmão André - CECOIA através do FMAS
- Nº 58: Aprovação de recurso financeiro via FMAS para Casa Betel
- Nº 65: Cancelamento de inscrição da Entidade Educandário Santo Antônio junto ao CMAS
- Nº 66: Alteração de razão Social da Entidade Círculo de Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala - CADAF para o Instituto Educacional Profª Maria do Carmo Arruda Toledo
- Nº 67: Retificação da Resolução CMAS nº 20 quanto à extinção da figura do Tesoureiro do CMAS
- Nº 68: Retificação da Resolução CMAS nº 06 quanto às indicações e proposições que deverão ser apresentadas ao CMAS para o devido acompanhamento
- Nº 69: Desbloqueio de repasse de recurso municipal, após regularização da prestação de contas, via FMAS às entidades: Centro Educacional Integrado - CEI e Associação dos Amigos da Criança - AMIC
- Nº 70: Inclusão da entidade Grupo Comunitário da Criança Feliz no Programa Espaço Amigo e exclusão da entidade Lar Campinense de Bem Estar do Menor do mesmo programa
- Nº 71: Reversão de procedimento referente ao bloqueio de recurso municipal à entidade Associação Beneficente Salém
- Nº 73: Manutenção das metas para os Serviços de Ação Continuada para 2002
- Nº 74: Alteração da rede executora do programa Espaço Amigo
- Nº 75: Aprovação do aditamento da rede executora dos Programas, Projetos e Serviços para 2003 e manutenção das metas executadas em 2002, apontando as necessidades emergentes de revisão das mesmas, em especial os Programas Agente Jovem, Fortalecendo a Família e Serviços de Ação Continuada - Rede SAC

ANEXO IV

DOCUMENTOS SIGNIFICATIVOS

CMADENE / CMI

ANEXO V

ORGANOGRAMA

SMAS